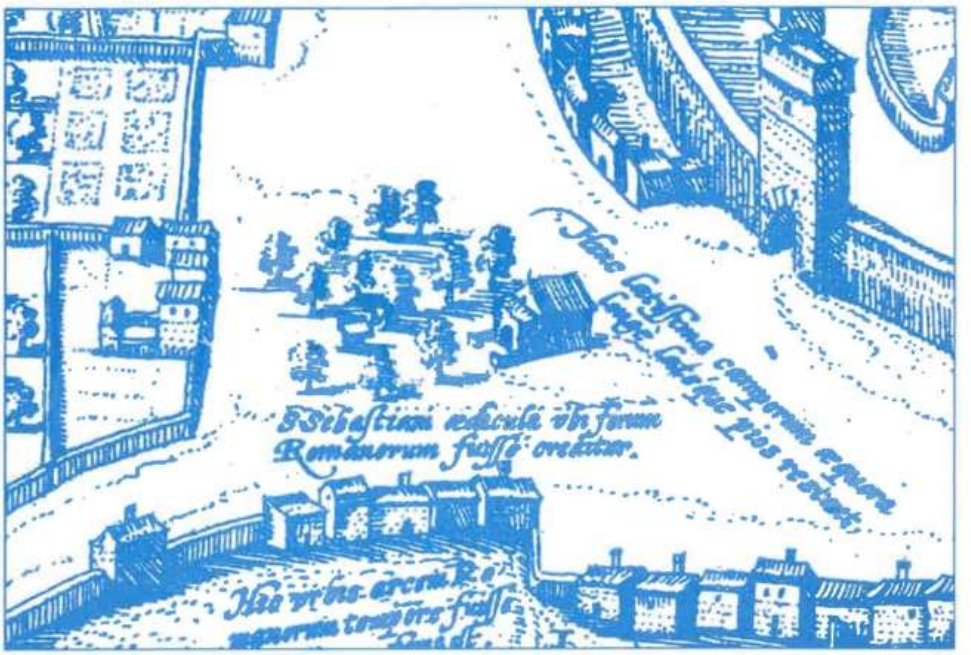
BRACARA AUGUSTA



ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

BRAGA · 1994

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XLV | N.º 97 (110) | ANO DE 1994

EDIÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
DEPOSITÁRIA: EDITORA CORREIO DO MINHO/S.M.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ACTAS
ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

BRAGA · 1994

VOL. XLV N.º 97 (110) ANO DE 1994

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA FERNANDES
(Presidente da Assembleia Municipal)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO
(Assistente da Universidade do Minho)

COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA FONTES
(Chefe de Divisão de Acção Cultural — C.M.B.)

SECRETÁRIA DE REDACÇÃO

MARGARIDA MARIA RIBEIRO FERNANDES
(Técnica de Arquivo da C.M.B.)

ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

COMISSÃO ORGANIZADORA

GABINETE DE ARQUEOLOGIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA D. DIOGO DE SOUSA
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Editorial

Constitui já uma norma da Revista "Bracara Augusta" publicar, em números especiais as comunicações dos congressos e colóquios realizados em Braga referentes a temáticas de âmbito histórico efectuados por iniciativa do Município ou com a sua colaboração.

É nesse sentido que ela conta já no elenco das suas publicações as actas das seguintes reuniões científicas:

Congresso do IV Centenário do Nascimento de Francisco Sanches
(nº 19-20-21) *Vol. III* *ano 1951/52*

I Congresso Internacional de Estudos Martinianos
(nº 35-36-37-38) *Vol. VIII* *ano 1957*

I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos
(nº 39-42) *Vol. IX e X* *ano 1959*
(nº 43-46) *Vol. XI e XII* *ano 1961*

Congresso Histórico de Portugal Medievo
(nº 49-50) *Vol. XIV e XV* *ano 1963*
(nº 51-52) *Vol. XVI e XVII* *ano 1964*
(nº 53-54) *Vol. XVIII e XIX* *ano 1965*

Congresso do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso
(nº 59-62) *Vol. XXI* *ano 1967*
(nº 63-66) *Vol. XXII* *ano 1968*

Congresso "A Arte em Portugal no séc. XVIII" (em homenagem a André Soares)
(nº 75) *Vol. XXVII* *ano 1973*

A esta resenha deve ainda acrescentar-se o volume XLII (nº 106) de 1990, dedicado integralmente a D. Frei Bartolomeu dos Mártires e integrado no Congresso Comemorativo do quarto centenário da sua morte.

É na sequência desta prática editorial que, a Direcção da Bracara Augusta assumiu o gostoso encargo de publicar as comunicações apresentadas no Encontro de Arqueologia Urbana, efectuado em Braga em Fevereiro de 1994 e promovido conjuntamente pela Câmara Municipal, Universidade do Minho e Museu D. Diogo de Sousa.

As razões que estiveram na origem da participação destas três entidades são explicitadas na "Nota de Abertura" da responsabilidade dos organizadores do Encontro.

A nós cabe-nos apenas felicitá-los por esta iniciativa e, através da publicação presente, contribuir para ampliar a ressonância deste evento tornando-o acessível a um público interessado pela problemática aí analisada. Trata-se, aliás, de um tema que além de se integrar no projecto editorial da revista está suscitando um interesse cada vez mais amplo não só pela sua dimensão científica mas também pelas implicações sociais e culturais que resultam da crescente consideração dos dados da arqueologia urbana nas políticas de organização e reordenação dos espaços construídos.

Terminamos com uma última consideração para dizer que a "Bracara Augusta" com este número recupera o atraso de publicação que vinha sofrendo e que imlicou a edição de alguns números duplos. A partir deste, ela retoma o seu ritmo normal de publicação de um número por ano.

Nota de Abertura

A iniciativa de promover um Encontro de Arqueologia Urbana, em Braga, resultou de uma convergência de factores: porque foi em Braga que surgiu, em 1976, o primeiro projecto de salvamento urbano, ligado à Universidade do Minho; porque ele corporiza já uma experiência e informação que podem ser de grande utilidade a outros projectos congéneres, no nosso país, e ainda pela circunstância deste projecto articular estreitamente, três instituições, de vocação diferenciada, mas de interesses complementares:

- *— uma Universidade em cujo âmbito são realizados estudos científicos no tecido urbano, que recuperam a memória de uma cidade e que justificaram a criação, em 1977, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho;*
- *— um Museu (Museu D. Diogo de Sousa), que tem por função conservar essa memória e torná-la mensagem acessível a um público alargado;*
- *— e uma Câmara Municipal que, de entre as suas múltiplas funções, tem, necessariamente, que contribuir para a preservação pública dessa memória, pois ela é intrínseca ao tecido físico e humano da própria cidade.*

Ao decidirem promover esta iniciativa estas três entidades quiseram facultar a arqueólogos, autarcas e restante público interessado um forum de debate e de troca de experiências, sobre uma temática que, embora recente no nosso país, não deixa de ser de uma enorme importância no presente da nossa realidade social e cultural.

De facto, as cidades como formas particulares de habitat, constituem um dos mais antigos patrimónios da História da Humanidade, onde se sedimentou um vasto universo de vivências que deu sentido à nossa contemporaneidade.

Por isso, a recuperação da História das cidades foi encarada como uma necessidade, sobretudo a partir do pós-guerra, quando o crescimento exponencial dos espaços urbanos os ameaçou de descaracterização. Recuperar a memória das cidades tornou-se, então, mais do que uma necessidade, uma urgência e uma obrigação dos estados, dos municípios e dos cidadãos.

E, porque, esta recuperação não repousa apenas nos Arquivos, nas Bibliotecas e no património construído, ainda visível, a Arqueologia urbana tornou-se um instrumento indispensável da memória urbana.

Saliente-se, contudo, que a Arqueologia urbana é, entre todas as arqueologias, a mais problemática. Desenvolvendo-se nas cidades, ela envolve poderes públicos, interfere com interesses privados, condiciona amiúde o ritmo construtivo e, não raro, desencadeia tensões que resultam de um inevitável conflito de interesses, entre uma legítima aspiração de mudança e bem estar e uma não menos legítima necessidade e obrigação de conservar a memória indispensável à nossa identidade.

Como evitar os conflitos? Como dar sentido ao passado, num presente em acelerada mudança?

As respostas não são fáceis. Num país como Portugal que se constrói e constrói um presente em ritmos diferenciados, com periferias culturalmente arcaizantes e desafios europeus, cabe sem dúvida a todos a tarefa de encontrar as soluções.

Por isso, as entidades promotoras deste Encontro, com as suas especificidades, que as vocacionam de modo diferenciado para a problemática do património arqueológico, decidiram promover este debate, na esperança de assim contribuirem para que, através dele, a Arqueologia Urbana assuma o espaço e a dignidade que por direito merece na sociedade portuguesa.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

LEGISLAÇÃO

Aspectos de Legislação em Portugal e na Europa

* FERNANDO C. DE SOUSA REAL

A actividade arqueológica tem o seu suporte legal em documentos e diplomas de referência, alguns de âmbito internacional, bem como em outros diplomas elaborados no nosso País. Tais instrumentos orientadores são a base que permite aos arqueólogos desenvolver a sua investigação com profissionalismo e serem reconhecidos como parceiros de pleno direito na sociedade contemporânea.

A presente comunicação procura analisar e pôr em destaque algumas das preocupações que temos na salvaguarda do património, compara a actuação de diferentes países europeus face às intervenções arqueológicas em meio urbano e refere ainda o enquadramento legal nesses países.

Ao elaborar o presente texto, e como ponto de partida interrogo-me, a quem na nossa sociedade poderá interessar este tema?

Sem desenvolver qualquer tipo de comentário jurídico, para o qual nos falta a necessária preparação, creio que interessa a muita gente e que se justifica uma reflexão, pelo vasto público que é tocado pelas questões referentes ao património arqueológico: arqueólogos, juristas, construtores civis, arquitectos, empreendedores, técnicos de planeamento, professores, estudantes, associações de defesa do património, autarcas, autoridades locais e outras entidades colectivas.

Quase todos os países têm legislação própria para proteger o património arqueológico e especificamente em meio urbano, baseada em normas internacionais enunciadas e recomendadas por organizações como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa.

---

* Director do Departamento de Arqueologia do IPPAR.

Uma boa parte do conhecimento e da evolução histórica que conduziu à configuração actual das nossas cidades, está soterrada sob os aglomerados urbanos; conseguir harmonizar o desenvolvimento das nossas cidades com o estudo e a conservação do seu património histórico e arqueológico constitui uma obrigação social, que o Conselho da Europa principalmente a partir do Colóquio de Florença em 1985, tem vindo repetidas vezes a alertar as autoridades dos respectivos Estados membros, quer promovendo exposições temáticas e publicações, quer criando legislação própria que é o suporte e a recomendação aos Estados signatários como é o exemplo da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, de 1960 e revista em 1992 e da qual fizemos já uma apresentação e análise, publicada em 1993 no nº 2 da revista "VIPASCA".

Considerando que a legislação portuguesa tem ainda algumas lacunas, sentida por todos nós quando da sua aplicação, pode afirmar-se que durante este século e por várias vezes tem havido uma vontade da Administração em adoptar os instrumentos legais que em cada momento a conservação do património tem exigido e também que, no panorama internacional o enquadramento legal da actividade dos arqueólogos em meio urbano no nosso país é um dos melhores como adiante se verá.

Entre nós existe uma lei de bases, também chamada Lei do Património Cultural Português, onde em capítulo próprio é abordado o enquadramento e o reconhecimento do património arqueológico como de valor nacional.

Em 1985, altura em que esta lei foi aprovada na Assembleia da República, mereceu o apoio e o consenso de todas as forças políticas aí representadas.

Situação rara no regime em vigor, merece aplauso por um lado e indignação por outro.

Decorridos quase 9 anos, não está ainda regulamentada, limitando assim a sua eficácia e aplicabilidade.

Sabemos da existência de esforços isolados que vão no sentido de pôr em prática a Lei de Bases do Património Cultural Português.

Participámos já em reuniões de trabalho para apoio técnico a juristas que se dedicam a essa tarefa e temos a esperança que em 1994 seja publicado um pacote legislativo que venha suprir as omissões da referida lei.

Na elaboração desse articulado e no qual participaram diversos arqueólogos do Conselho Consultivo do ex-Instituto Português do Património Cultural (ex-IPPC e actualmente IPPAR), procurou-se desenvolver um conjunto de normas que permitam realizar mais uma Arqueologia Preventiva do que uma Arqueologia de Salvamento.

O estabelecimento, com carácter temporário e preventivo de Reservas Arqueológicas de Protecção, quando fundamentalmente se presuma da existência de bens arqueológicos, a delimitação de Áreas Urbanas de Interesse Arqueológico consagradas e definidas através de portaria, a constituição de Gabinetes Locais de Arqueologia promovidos pelas Câmaras Municipais e pelo IPPAR mediante a celebração de acordos de colaboração, o envolvimento na organização e funcionamento de tais estruturas de entidades de reconhecida idoneidade e que se dediquem ao estudo da Arqueologia Urbana local, o Financiamento de trabalhos arqueológicos preliminares a obras licenciadas para as Áreas Urbanas de Interesse Arqueológico são alguns dos pontos que carecem de melhor enquadramento legal e nos quais temos trabalhado para que, num futuro próximo venham a ser considerados.

As propostas estão feitas, os projectos de diplomas entregues a quem de direito, falta agora serem aceites e publicadas pelo Governo.

Sobre este assunto de momento pouco mais pode ser feito. Sabemos que junto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura há uma equipa de juristas que está a trabalhar sobre esta matéria e é do conhecimento público, os jornais assim o têm noticiado, que os partidos políticos com assento na Assembleia da República têm dado atenção ao enquadramento legislativo da actividade arqueológica.

Devemos salientar também, que, apesar das dificuldades que todos sentimos quando estamos envolvidos em acções de salvamento e projectos de investigação em Arqueologia Urbana, Portugal é, apesar de tudo, um dos países europeus que está mais organizado no enquadramento legal da actividade arqueológica em meio urbano e na apresentação dos resultados obtidos. Salvo raras excepções, como em Gand (Bélgica), Lion (França), Munique (Alemanha), Roma (Itália), etc..., em Portugal nos últimos 12 anos têm surgido, cada vez mais, exemplos de intervenção do arqueólogo na cidade.

Estes exemplos, nos diversos centros históricos portugueses devem-se naturalmente ao enquadramento legal que a Arqueologia Urbana tem nesses países, mas sobretudo deveu-se à persistência de arqueólogos ou de Universidades que desenvolviam projectos de investigação da História local e à compreensão e ao entusiasmo das autoridades licenciadoras das obras que souberam impor e negociar as condicionantes impostas pela investigação arqueológica e valorização social dos achados, bem como ajudar a encontrar os meios financeiros para tais operações.

Recentemente, no 2º Semestre de 1993 foi apresentada na Faculdade de Direito, Economia e Gestão da Universidade de Orléans um estudo comparativo e exaustivo sobre o tema: "Arqueologia e Urbanismo". A sua autora, é uma jurista portuguesa, Estela Marinho, que detalhadamente ana-

lisa, país por país, as legislações relativas ao património arqueológico, ao ordenamento do território, ao licenciamento de obras nos Centros Históricos e aos procedimentos existentes em cada país.

Sobre o suporte legal da Arqueologia na Europa é de referir igualmente os "Encontros Europeus de Arqueologia", realizados em Montpellier em 1991, e cujas actas estão já publicadas, exactamente sobre o tema "A Organização da Arqueologia na Europa" e no qual tivemos oportunidade de participar.

Analisando, em síntese o que se passa em alguns países, percebe-se que Portugal está em certos aspectos, razoavelmente mais organizado, nomeadamente no licenciamento de obras nos centros históricos das cidades, na criação de Gabinetes Técnicos Locais (GTL) a trabalhar com os Municípios e onde há uma sensibilidade para as questões de História e de Arqueologia, na obrigação dos empreendedores deverem considerar no respectivo caderno de encargos da obra o financiamento com a investigação e a protecção do património arqueológico (artº 41º e 45º da Lei nº 13/85, de 6 de Julho), no crescente número de arqueólogos que estão interessados na temática de Arqueologia Urbana, na constituição de Gabinetes Municipais de Arqueologia nas principais cidades históricas, etc, etc....

Na Alemanha a situação é diferente de todos os outros países e única, depois da reunificação das duas Alemanhas em 3 de Outubro de 1990. A ex-RDA, tinha uma organização centralizada no Instituto Central de História Antiga e de Arqueologia da Academia das Ciências e desenvolvia muitos trabalhos científicos cujo objectivo principal era apresentar o território da RDA como um espaço cultural autónomo. Ao serviço desse objectivo político surgiram publicações como "Os Alemães" (dois volumes editados em 1976 e 1983) ou "Os Eslavos na Alemanha" (1983) bem como outras publicações. O inventário arqueológico foi outro grande trabalho realizado. Trabalhos de arqueologia urbana não os conhecemos.

A República Federal Alemã, antes da reunificação em 3 de Outubro de 1990, pelo contrário, tinha uma estrutura essencialmente federalista. Desde a criação em 1949 da República Federal Alemã, foi institucionalizada a soberania cultural dos "Länder". Aqui não havia nenhuma responsabilidade federal constitucional para os assuntos culturais.

Segundo este princípio constitucional, os "Länder" da RFA têm o direito e o dever de organizar a investigação arqueológica sob a sua própria responsabilidade o que deu origem a diversificadas formas de organização da pesquisa arqueológica dentro do país.

Em alguns "Länder" foram criados gabinetes para a protecção de Sítios arqueológicos e ao nível do município, como por exemplo Lübeck ou Göttingen

entre outras, existem arqueólogos municipais que para além de arqueólogos dos Museus de Arqueologia e das Universidades, desenvolvem localmente a Arqueologia Urbana. Nos últimos dez a vinte anos, surgiram empresas privadas de escavação arqueológica, nalguns "Länder" e muito particularmente para tratar e resolver questões de Arqueologia em meio urbano ou relacionadas com grandes obras públicas.

Essas empresas propõem a planificação, a organização, a realização e a publicação dos resultados.

É um modelo que existe e que funciona. A idoneidade das empresas de Arqueologia é analisada, caso a caso, pelos serviços competentes para a protecção do património que licenciam tais trabalhos. É contudo um método muito mais dispendioso e que tem sido utilizado dada a urgência que, por vezes, é necessário imprimir a uma obra e não haver disponível nos organismos tradicionais quem realize o trabalho. Estas empresas dedicam-se também à prestação de outros serviços relacionados com a protecção do património.

Na Bélgica a situação é completamente diferente.

Depois da reforma do Estado em 1970, a estrutura para a Arqueologia na Bélgica está fortemente regionalizada. O urbanismo e o ordenamento do território estão regulamentados por uma lei de 1962, na qual a Arqueologia não é considerada, nem existe tão pouco legislação sobre Arqueologia. Muitas das acções de salvaguarda do património arqueológico devem-se à iniciativa de arqueólogos que em diálogo com as entidades responsáveis pelo ordenamento do território ou os municípios conseguiram a colaboração desejada.

Sentindo a necessidade de um enquadramento legal para a sua actividade, dada a ausência de legislação durante décadas, a Bélgica assinou e adoptou a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico do Conselho da Europa, como legislação de referência. Temos conhecimento de que actualmente está em preparação um projecto de decreto específico para melhor enquadrar e dar força legal à actividade dos arqueólogos neste país, tendo por base a já referida Convenção.

Ao nível das regiões e dos municípios, tem havido a sensibilidade para incluir a Arqueologia nos planos de ordenamento e de desenvolvimento.

Foi sobretudo a Arqueologia Urbana, que fornecendo o contacto entre construtores civis, engenheiros, arquitectos, etc..., e graças ao diálogo estabelecido e ao trabalho realizado, conseguiu que a actividade dos arqueólogos fosse reconhecida como de interesse para a comunidade.

Em Gand, um bom exemplo a referir, a equipa de arqueologia urbana que depende do município, insiste na sua participação o mais cedo possível, na fase de elaboração de projectos. Isto tem permitido integrar a arqueologia no planeamento das obras.

As experiências realizadas em Gand provam que um diálogo e uma integração organizada são possíveis, mesmo se não é possível ter o suporte de disposições legais e mesmo quando os meios disponíveis são escassos.

Como consequência dos resultados obtidos, está em curso desde 1986, uma experência piloto para a gestão do património arqueológico urbano. De cada cidade, foi realizado um atlas, um levantamento do património arqueológico aí existente, do que foi destruído, do que importa proteger e das áreas mais sensíveis e ricas em património relevante para a História local.

Este levantamento de bens arqueológicos corresponde um pouco ao que foi realizado entre nós nos Planos Directores Municipais (PDM), com a diferença de que é específico para a Arqueologia e foi instituído por despacho ministerial e acompanhado de uma campanha de sensibilização alargada aos autarcas e organismos com responsabilidades no ordenamento do território.

Seria longo e deslocado fazer aqui a análise detalhada da situação de cada País europeu em Arqueologia Urbana. Os dois exemplos apresentados, o da Alemanha e o da Bélgica, permitem detectar que existem diferentes sistemas de organização e que as experiências havidas permitem salientar princípios e modos de actuação que têm um valor supra nacional.

A análise dos textos jurídicos relativos à protecção do património arqueológico, permite detectar diferenças entre os vários países europeus.

Nalguns o enquadramento jurídico faz-se com base num artigo da constituição do Estado, como por exemplo em Itália, Espanha ou Portugal. Outros há como a Bélgica, um país caracterizado pela ausência de disposições jurídicas específicas para a protecção do património.

Outros ainda dispõem de legislação específica elaborada num período em que as preocupações com o ordenamento do território, o ambiente e o desenvolvimento económico eram bem diferentes das actuais, sem que tenham sido adoptadas novas formas, novos dispositivos legais, face aos novos desafios.

Em conclusão, pode afirmar-se que na legislação para a Arqueologia em geral e para a Arqueologia Urbana em particular, existe uma grande diversidade nos países europeus, resultante de tradições culturais e histórias muito diversas.

Um factor comum está presente em todos os países: os instrumentos jurídicos existentes traduzem não só a preocupação e a necessidade do ordenamento do território, protegendo em especial os Centros Históricos, mas também defendendo o carácter científico indispensável à investigação arqueológica.

Gabinete de Arqueologia da C.M.B.: relato de uma experiência

* NUNO ALPOIM

Cumpridos cerca de 20 anos da revolução de Abril, é possível e útil um balanço sumário da história do poder local democrático e do modo como, de uma maneira genérica, as autarquias encaram as questões do património, nomeadamente do património arqueológico.

Importa para isso rememorar alguns marcos fundamentais desta caminhada que iniciada há quase duas décadas, apesar dos erros e das omissões, constitui um dos saldos mais positivos deste regime, nomeadamente no que respeita à vertente da salvaguarda e recuperação do património.

Recordo que as primeiras eleições autárquicas democráticas se realizaram em 1976. O nosso poder autárquico toma conta de aparelhos administrativos anquilosados, sem quadros técnico-administrativos em quantidade e qualidade minimamente satisfatórias, sem autonomia administrativa e financeira e profundamente perturbados pelas alterações políticas verificadas.

A 1ª Lei que vai servir de suporte ao funcionamento dos órgãos municipais democráticos, data de 25 de Outubro de 1977. No entanto, só em 1979, a Lei 1/79 chamada das Finanças Locais, cria as condições financeiras para a concretização das competências outorgadas em 1977. É por isso, a partir de 79, que se torna claramente visível a acção das autarquias com o início da concretização das competências que lhe foram atribuídas. Inicia-se um ciclo do municipalismo democrático que em alguns casos se prolonga até fins dos anos 80 e se caracteriza pela tentativa de colmatar necessidades de infra-estruturas básicas: acessibilidade, saneamento, abastecimento de água, habitação, alargamento do parque escolar, etc. A pressão do eleitorado induz

* Vereador da Câmara Municipal de Braga.

os políticos à satisfação prioritária dessas necessidades. Assim, salvo raras e honrosas excepções, as questões de salvaguarda e recuperação do património, em especial o arqueológico, são preteridas para uma segunda linha de prioridades, por parte dos municípios. Esta situação foi agravada pela falta de delimitação clara de competências entre o poder local e central que a Lei 77/84, tentou resolver embora não o tenha conseguido de modo satisfatório, nomeadamente no que respeita aos valores arqueológicos, já que apenas abre a possibilidade de as câmaras municipais fazerem investimentos em áreas determinadas e no que respeita à matéria em apreço, (vid. f, do artigo 8º) nos domínios do "Património Cultural, Paisagístico e Urbanístico do munícipio". No entanto não determina competências nem responsabilidades precisas nessas áreas e muito menos resolve a sua articulação com as competências próprias do poder central.

Chegados a 1985, a Lei de Bases do Património reconhecendo no nº 2 do artigo 40 "a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas" remete para regulamentação posterior a resolução das situações específicas.

Em síntese: não foram até hoje atribuídas às autarquias, competências próprias nem responsabilidades directas no que respeita à área do património arqueológico.

É, no meu entender, um erro que importa corrigir pelas consequências nefastas que tem tido.

Não se trata de outorgar às autarquias direitos mas sim deveres; não se trata de reconhecer privilégios mas sim atribuir responsabilidades.

O regime actual é ineficaz e incapaz de responder às necessidades, especialmente nas zonas mais dinâmicas do país. A anunciada regulamentação da Lei 13/85 é o momento apropriado para a resolução destas questões. Assim haja abertura e bom senso que permitam a superação dos problemas actuais.

O encerramento daquilo que chamei 1º ciclo da vida do poder local, a resolução da falta de infra-estruturas básicas, tornou a população sensível aos problemas da cultura e do ambiente. O discurso político foi por isso "contaminado", no bom sentido, por novas questões. Há, por isso, condições objectivas à recuperação de problemas endémicos que afectam o domínio do estudo e preservação do património arqueológico.

É a hora do diálogo construtivo entre o poder central, as autarquias, as universidades, os investigadores, as associações de defesa do património.

Tendo concluído pelas inexistências de competências próprias e as responsabilidades directas das autarquias no que respeita à arqueologia, porquê então a existência de um gabinete de arqueologia na C. M. de Braga?

Em 1979 foi criada legalmente a área crítica de recuperação e reconversão Urbanística da cidade de Braga.

Em Abril de 1985 entrou em funcionamento o G.T.L. de Braga.

Em 25/12/87 entrou em vigor o regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da cidade de Braga (vid. artº 10º).

A gestão urbanista da vasta área englobada por este regulamento é repartida com o IPPC e posterior IPPAR. Nos projectos analisados pelo D.R.U. da C.M. de Braga eram apenas impostas condicionantes de natureza urbanística e arquitectónica, ignorando-se por falta de técnicos competentes para o efeito, as condicionantes de natureza arqueológica, cuja análise era remetida, de acordo com a Lei, para o IPPC. Não sendo produtivas críticas que não visem a superação dos problemas, não posso no entanto deixar de referir que por falta de capacidade de resposta do IPPC, nomeadamente por dificuldades de articulação interna, foram variadíssimas as situações em que nos vimos obrigados a conceder diferimentos tácitos a projectos que posteriormente se verificou merecerem condicionantes de natureza arqueológica. A extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, em 91, agravou a situação. Assim, a necessidade de impôr, já na fase de análise do projecto a nível da câmara, condicionantes de carácter arqueológico e de criar uma estrutura que pudesse actuar, na impossibilidade do IPPAR o fazer, levou à criação em boa hora, do Gabinete de Arqueologia. O dinamismo imprimido à recuperação do centro histórico de Braga bem como o valiosíssimo património arqueológico nele contido, não se compadecem com o ritmo pesado, com a falta de meios humanos e financeiros dos serviços dependentes da SEC, agravados como já disse com a entrada em vigor da Lei Orgânica do IPPAR, sendo no entanto imperativo ressalvar a dedicação e colaboração inexcedível, atendendo às circunstâncias, dos técnicos que neles trabalham a quem presto a minha homenagem.

O funcionamento do gabinete de arqueologia cedo revelou que poderia transcender a utilidade que no ínicio lhe atribuímos. Por feliz coincidência, estavam a decorrer os trabalhos do Plano Director Municipal. De imediato se decidiu elaborar a carta do Património Arqueológico e Arquitectónico de Braga para o que contamos com o auxílio inestimável da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, e que foi integrada no PDM de Braga. E refira-se de passagem que a carta do Património não é peça obrigatória dos PDM's. É imperativa a carta da Reserva Ecológica, da Reserva Agrícola, dos usos Florestais, etc. E pasme-se! *É facultativa a carta do Património!!!*

Neste momento e para além das tarefas que referi ao gabinete de arqueologia foi cometida uma responsabilidade que reputo da maior importân-

cia: a participação activa na gestão urbanística do município. Com efeito, por directiva interna, todos os projectos que recaiam sobre áreas de protecção, que se situem no espaço abrangido pelo regulamento de salvaguarda ou nas áreas sensíveis inventariadas na carta de património são comunicados de imediato ao gabinete de arqueologia que sugere os cuidados a ter em conta ou as condicionantes a introduzir no parecer final prévio ao licenciamento. Assume assim a Câmara as suas responsabilidades e precavemo-nos dos efeitos desastrosos dos deferimentos tácitos.

Poderia então perguntar-se, estão resolvidos todos os problemas? Nem por sombras!

Muitos problemas há a resolver. Outros melhor que eu os elucidarão. Não posso no entanto deixar de enunciar alguns deles, em forma de diagnóstico e/ou proposta, como forma de resolver os problemas com que ainda nos debatemos:

— Regulamentação da Lei de Bases do património.
— Transferência de responsabilidades para os Municípios.
— Definição do quadro legal de financiamento das escavações.
— Alteração da Lei do Mecenato.
— Necessidade de impôr legalmente a elaboração de inventários preventivos/Cartas do Património Arqueológico.
— Constituição de reservas arqueológicas.
— Recuperação e Musealização das estações escavadas.
— Aumento do financiamento por parte do Estado destinado à Arqueologia.
— Integração do Património Arqueológico nos roteiros turísticos.
— Divulgação do Património Arqueológico junto da população escolar.
— Conclusão do Museu D. Diogo de Sousa.
— Financiamento do projecto Bracara Augusta.
— Financiamento do projecto de S. Martinho de Dume.

Legislação versus protecção do património

* ISABEL COSTEIRA

AS CIDADES E OS SINAIS

"O homem caminha durante dias pelo meio de árvores e pedras. Raramente o olho se detém sobre alguma coisa, e só quando a reconhece pelo sinal de outra coisa.

(...)

Entra-se nela (cidade de Tamara) por ruas pejadas de letreiros que sobressaem das paredes. Os olhos não vêem coisas mas sim figuras de coisas que significam outras coisas: a tenaz indica a casa do arranca-dentes, a garrafa a taverna, a alabarda o corpo da guarda, a balança romana a ervanária.

(...)

Se um edifício não tiver nenhum letreiro ou figura, a sua própria forma e o lugar que ocupa na ordem da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a fundição da moeda, a escola de aritmética, o bordel.

(...).

O olhar percorre as ruas como páginas escritas: a cidade diz tudo o que devemos pensar(...)."

(Italo Calvino, As Cidades Invisíveis, pg.17-18)

Dantes, já foi assim. Era possível identificar as coisas pelos seus sinais. Nas cidades... ou não. E agora?

Na sua edição de14 de Setembro de 1993, o jornal Público, em artigo com o título **"Escândalos da arqueologia urbana"**, abordava a questão da

* Técnica Superior do Departamento de Arqueologia do IPPAR.

legislação, ou da falta dela, aplicável a esta área específica do património. E escrevia o articulista que "*A inexistência de regulamentação para os princípios consignados na Lei de Bases do Património Cultural Português, (Lei 13/85) deixa a arqueologia urbana portuguesa à mercê da sensibilidade dos intervenientes*". Mais adiante, lê-se no mesmo artigo que, e cita-se de novo, "*A modernização das cidades e dos imóveis, a instalação de infra-estruturas urbanas, as apetências da construção civil, enfim, a pressão a que está sujeito o espaço das cidades, solo e subsolo incluídos, por um lado, e a preservação do legado histórico e arqueológico por outro, constituem polos de inúmeros conflitos de interesses. Resumidas as possibilidades legais de intervenção arqueológica à apreciação e ao acompanhamento de obras em monumentos classificados ou nas suas zonas de protecção e à obrigatoriedade de declaração de achados arqueológicos, as justas avaliação e decisão sobre o que fazer e como fazer ficam dependentes da sensibilidade dos poderes da cidade.*"

Refira-se, igualmente, que no mesmo artigo, e citando António Carlos Silva, o articulista explica que "*Em Portugal, foi o projecto de Bracara Augusta que esteve na origem do "importante processo de reanimação da arqueologia dos anos 80". O "escândalo" provocado em 1976 pela construção de apartamentos nas ruínas da cidade romana de Braga obrigou o Governo a tomar medidas preventivas que levaram à criação do Campo Arqueológico de Braga, cujo modelo influenciou, a partir de 1980, a instalação dos Serviços Regionais de Arqueologia.*"

Por questões que não vêm ao caso, aceitou-se tacitamente que a não regulamentação da Lei 13/85 era o grande obstáculo a uma intervenção eficaz para a protecção e salvaguarda da generalidade do património arqueológico, que não só do existente em áreas urbanas. Como se convencionou igualmente que a extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia contribuíu para o agravamento da situação, na medida em que diminuíu essa capacidade de intervenção.

Mas seria mais eficaz e completa a legislação anterior à Lei 13/85, considerando-se, assim, que esta, pelo facto de não ter sido regulamentada é praticamente ineficaz?

Eram os Serviços Regionais de Arqueologia garantes quanto baste da salvaguarda do património arqueológico ? E será que após a sua "extinção", ficou o vazio?

Como explicar, então, as inúmeras e graves situações de destruição, activa ou passiva, do nosso património arqueológico ao longo dos tempos, independentemente da existência de legislação ou de serviços descentralizados vocacionados para a intervenção directa e imediata no terreno?

A resposta não é simples, e muito menos o é a análise das suas várias componentes. Mas é possível e urgente, pois só tomando consciência nítida das responsabilidades de todos e de cada um nas situações verificadas será possível iniciar a reversão deste processo em que todos destruímos a nossa memória colectiva e só alguns, muito poucos e nem sempre, são considerados culpados, ou admitem sê-lo.

A presente comunicação não pretende ser, perdoe-se o exagero da expressão, um tratado sobre o ordenamento jurídico que enquadra a protecção do património nem, tão pouco, um apontar de culpas a quem quer que seja pelos níveis de destruição alcançados, em particular, nas áreas urbanas.

É, isso sim, uma tentativa de equacionar alguns dos diferentes e graves problemas enfrentados por todos nós, os que recolhemos do passado os sinais da memória dos tempos, sejamos técnicos do património, responsáveis autárquicos, ou simples cidadãos, naquela que é uma luta desigual entre a preservação dessa memória e o progresso, que, não o esqueçamos, é a memória do futuro.

Se dos sinais do passado construímos modelos de leitura, coerentes e universais, ocorre perguntar que modelos são esses que estamos a construir para o futuro? Mais, se em nome desse mesmo futuro, destruímos, as mais das vezes, impunemente, os que hoje são os sinais da nossa memória colectiva, que memória global do que fomos terão as gerações futuras, que estamos a condenar a apenas a ela acederem através dos museus, repositórios de peças?

> *"É desta onda que reflui das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata. Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes."*
>
> (As cidades e a memória, pp.14-15)

Este pequeno excerto de "As Cidades Invisíveis", de Italo Calvino permite introduzir a primeira das diferentes componentes da questão em apreço: mais precisamente, a eficácia da figura da classificação como meio privilegiado de proteger e preservar a memória; a memória da cidade, do monumento, do objecto.

Desde o início do século que se entendeu que a figura da classificação constituía precisamente a figura modelo da protecção contra a destruição.

Data igualmente do início do século a definição das regras para a sua concretização, sendo já então claro que deviam ser excluídos os "*restos de monumentos que o tempo ou os homens têm destruído ou dispersado a ponto de não poderem ser reconstituídos e de nenhum dos fragmentos dar ideia suficiente do seu conjunto ou de alguma das suas partes essenciais; estes restos de monumentos são considerados do domínio dos museus*" (Dec. de 30 de Setembro de 1907).

Quer isto dizer que só deveria ser classificado o que tivesse uma clara leitura do todo ou de conjunto e um significado pleno. Quer isso igualmente significar que aquilo que se classifica deve estar embebido do seu passado, "como uma esponja que se dilata". Que não o conta, mas que o contém "como as linhas da mão", fazendo uso das palavras de Italo Calvino.

E é por isso que importa reflectir no que tem vindo a ser a prática das classificações em Portugal, não só ao nível das propostas, mas, sobretudo, ao nível das suas implicações sócio-culturais e financeiras. Aspecto igualmente relevante é o da duração média de um processo de classificação, desde o despacho de abertura até à publicação em Diário da República.

Não se pretende discutir a filosofia de classificação, (não é esse o objectivo deste texto) mas tão-só propor que meditemos nas consequências objectivas do nosso trabalho. Por várias razões. Desde logo, porque como já se disse, não se deve classificar o que não tem leitura para os outros; depois, porque não se pode classificar nem à revelia nem contra quem é proprietário; finalmente, porque classificar implica custos que têm necessariamente de ser equacionados por quem propõe e por quem aprecia o pedido de classificação. Sob pena de esta vir a ser destituída de uma parte considerável da sua eficácia.

A aplicação de uma medida legal desta natureza deve ser claramente entendida não só por todos quantos nela intervêm, como também, e talvez sobretudo, por todos quantos com ela são visados. Temos nós tido a preocupação e o cuidado de "***cativar***" (e utilizo este termo no sentido em que Saint-Exupéry o aplica no seu *Principezinho*) os proprietários dos móveis e imóveis que classificamos? Temos nós assumido as nossas responsabilidades para com esses mesmos móveis e imóveis? Quantas vezes, entre o início e o termo do processo de classificação, ocorreram tantos e tais atentados contra o objecto da classificação que esta deixa de ter sentido? Como reagimos nós, entretanto, nos gabinetes como no terreno?

E eis-nos perante uma das questões sobre as quais é absolutamente necessário que reflitamos quando nos debruçamos sobre um processo de classificação: a sua componente financeira.

É facto que os meios financeiros ao nosso dispôr são escassos, ou melhor dizendo, insuficientes para fazer face a todas as situações. Mas será possível dizer, em consciência, que têm sido bem e eficazmente canalizados? Uma reflexão mais atenta mostrará a todos os que intervimos neste processo, independentemente do local onde exercemos as nossas funções, que somos muito lestos a levantar o dedo contra a actuação de cada um dos outros, proprietários incluídos, ou contra a falta dela; mas evidenciará igualmente que nos escudamos demasiado em dificuldades, que certamente existem, mas que, por omissão e comodismo, não logramos ultrapassar.

Como já se disse, a presente comunicação pretende ser, sobretudo, um convite à reflexão. Reflitamos, pois, também na seguinte questão. Classificar implica cercear de forma objectiva o uso legítimo do pleno direito de propriedade. Que contrapartidas oferecemos então? Como reagimos perante aqueles que, justa ou injustamente, consoante as perspectivas, reclamam legitimamente da classificação, as mais das vezes, em virtude do ónus que sobre eles recaírá, quer pelo aumento de encargos e obrigações morais, quer pela diminuição de rendimentos?

Não será abusivo dizer que raramente temos presente tudo quanto, sobre esta questão específica, o legislador deixou expresso no articulado da Lei 13/85. Como não será abusivo dizer que, pese embora a não regulamentação, (mas será imprescindível) também raramente temos presentes as obrigações que decorrem da iniciativa da classificação, e que tanto cabem à administração central como à local — nºs 5 a 8 do artº 21º.

Creio sinceramente que é chegado o momento de equacionarmos diferentemente a questão da classificação e de começarmos a investir prioritária e consequentemente na conservação e valorização do que já está classificado. E sobretudo a fazer acompanhar uma proposta de classificação das bases do projecto de valorização, em vista da sua fruição plena por aqueles em nome de quem decidimos classificar.

E isto implica necessariamente que se equacionem os meios financeiros de que o proprietário poderá dispor para a sua conservação e dos meios financeiros de que o Estado necessitará aplicar para que o monumento seja preservado e os direitos do proprietário acautelados. Como implica ter necessariamente presente que o proprietário pode não só não ter os meios financeiros para fazer face às obrigações que lhe são cometidas por lei, como também pode exigir o cumprimento do previsto no artigo 54º da mesma Lei 13/85, sendo claro que o direito a indemnização se traduz no dever de o Estado adquirir o que pretende classificar.

Quantas vezes temos presentes estas questões quando classificamos um móvel, um imóvel ou um sítio arqueológico?

Estão os arqueólogos ou investigadores que propõem as classificações dispostos a aceitar que a sua concretização deverá implicar uma prioridade no investimento, em detrimento do desenvolvimento dos seus projectos pessoais?

A eficácia da legislação em vigor não depende, pois, exclusivamente da sua regulamentação. Depende, sobretudo, do conhecimento que dela temos e das implicações do recurso à sua aplicação.

Vivemos num Estado de direito, onde os cidadãos estão cada vez mais e melhor informados. O que nos dá a nós, técnicos do património, nos Gabinetes Locais de Arqueologia, nas Câmaras Municipais, nas Associações de Defesa do Património e, sobretudo, nos organismos dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, responsabilidades acrescidas, perante nós próprios e perante todos os cidadãos. Não invoquemos o exemplo dos nossos parceiros comunitários apenas quando pretendemos demonstrar a exiguidade das verbas disponíveis. Debrucemo-nos igualmente, e de forma atenta, sobre as vias encontradas para resolver estas e muitas outras questões e intentemos alcançar as soluções que não podem esperar muito mais.

Lamentavelmente, as mais das vezes, prefere-se o trabalho de campo, preterindo o de gabinete, considerado meramente burocrático. Mas o trabalho burocrático feito com eficácia é um instrumento de importância primordial para que o binómio legislação/protecção funcione. O que implica, por parte de todos os que intervêm na preservação do nosso património, a interiorização de três ideias base: que burocracia não é (não deve continuar a ser) sinónimo de bloqueio; que os técnicos e demais funcionários devem ser objecto de uma selecção criteriosa que assenta, também, no conhecimento das particularidades e da sensibilidade desta área cultural, como, de resto, de todas as outras; que a especificidade da natureza das questões que se nos colocam deverá conduzir a uma aposta na formação, na especialização funcional dos técnicos e na articulação coordenada dessas diferentes funções.

Curiosamente, critérios que, embora algo incipientemente, já norteavam a actuação da Junta Nacional de Educação, que definiu em articulado próprio o, chamemos-lhe, código deontológico dos seus Delegados Regionais, código esse que lhes era entregue, para conhecimento e orientação, aquando do início de funções.

Se a ninguém aproveita o desconhecimento da lei e se ninguém pode invocar esse mesmo desconhecimento, é urgente que todos nós, técnicos de gabinete e arqueólogos, conheçamos todos os dispositivos legais que regulamentam a nossa actividade. Esse conhecimento implica, entre outras coisas, que conheçamos os limites da nossa actuação e, sobretudo, os limites e

implicações das nossas omissões. Implica que conheçamos os passos a dar e os prazos a cumprir. E isto igualmente para os funcionários administrativos e de apoio. Quantas vezes se perdem processos por desconhecimento dos prazos a que estamos obrigados? Quantas vezes, na presunção de que não adianta criarmos conflitos, intentamos resolver as questões por vias inadequadas ou, mais grave, as deixamos ao sabor do tempo e das vontades? Quantas vezes acordamos tarde de mais?

Uma última palavra para chamar a vossa atenção para a recente entrada em vigor das normas comunitárias respeitantes à circulação e restituição de bens culturais móveis. É certo que os bens arqueológicos, sem excepção, são objecto de medidas especiais de protecção. Mas é bem verdade que sem uma ficha completa de cada um dos bens a proteger, que nos permita accionar um processo de restituição, com um mínimo de garantias quanto ao sucesso do seu desfecho, de nada adianta que sejamos um dos países membros com a legislação mais restritiva. Também nesta área é imprescindível a alteração da mentalidade reinante. É imprescindível que todos conheçamos ao pormenor essa legislção. E é imprescindível que todos demos o melhor do nosso esforço no sentido de levar à declaração, por parte de quem de direito, dos bens existentes. Como é imprescindível que os arqueólogos dêem o exemplo, começando por arrolar individualmente todos os bens arqueológicos de que são, nos termos da Portaria 269/78, fiéis depositários.

Estas preocupações são apenas uma ínfima parte do resultado da experiência acumulada ao longo dos últimos quatro anos das minhas funções no Departamento de Arqueologia do IPPAR. Tenho, pois, plena consciência das implicações de tudo quanto deixo dito. Como tenho clara consciência de que não nos é possível estar dentro e fora ao mesmo tempo.

Em minha modesta opinião, considero que temos uma legislação que dá resposta às nossas preocupações, não só a nível específico como também se considerarmos tudo quanto, em outras áreas, tem vindo a ser consignado e que reverte em benefício da protecção do nosso património cultural, arqueológico ou não, desde a obrigatoriedade dos EIA ao novo regime de Licenciamento Municipal.

Mas não quero terminar sem uma palavra para os que, lá fora, aos mais diversos níveis, são também intervenientes directos ou indirectos nesta luta pela preservação da nossa memória.

Também a eles é exigida uma maior consciência do valor dos vestígios dessa mesma memória e das implicações das suas atitudes e das suas

tomadas de decisão e um maior empenhamento na colaboração com quem tem por missão específica a sua preservação.

Não é admissível que continuemos a agir como se fossemos forças de interesses contrários, mais do que contraditórios. A preservação da nossa memória colectiva, base da nossa identidade nacional, não se compadece com o continuarmos a encarar-nos como inimigos nem com o continuar a ver-se o IPPAR e os arqueólogos como obstáculos ao desenvolvimento.

Para isso, é imperioso que estreitemos, tanto quanto possível, as bases de cooperação entre os diferentes intervenientes oficiais no planeamento de todas as acções que, por força da sua localização ou da sua envergadura, obrigam a uma intervenção dos técnicos do património, arqueólogos ou não, intervenção essa que tem que ser atempada e eficaz: nos objectivos pretendidos, nos meios utilizados e nos resultados.

Como é igualmente imperioso que demonstremos ao cidadão comum que os restos que foram tirados à terra são pertença de todos, e não de um grupo de iniciados, que utiliza uma linguagem assaz bizarra e que fala das coisas como se estivesse a falar exclusivamente para si próprio. É imperioso que meditemos mais e melhor no nosso trabalho, no futuro que reservamos aos vestígios que foram trazidos à superfície, mas também aos vestígios que sabemos existir e que permanecem escondidos.

Para que não haja mais "BRAGAS" ou "moedas na Suíça"

Para que, como escrevia alguém após uma visita a um daqueles sítios de que todos nos podemos orgulhar, seja possível sentir, sentindo, que os arqueólogos

Trazem-nos o sol doutros séculos,
outra voz, pequenos hábitos, rituais.

Revolvem memórias, desvendam
matérias, lêem a vida
de que só temos os sinais.

Vão por dentro do tempo:
perscrutam as vozes adormecidas
onde aprendemos a nossa voz.

escrevem um poema de areia fina
sobre a cidade que há no futuro.

(Luís Varela/89)

FINANCIAMENTO

Recuperar a memória das cidades: o financiamento da arqueologia urbana

* FRANCISCO DE SANDE LEMOS

1. INTRODUÇÃO

As primeiras palavras desta minha intervenção são para saudar os participantes deste Encontro, que se deslocaram até Braga para discutir os problemas relacionados com a Arqueologia Urbana. Este segmento da arqueologia, algo ignorado durante os anos 70 e 80, no nosso país, está hoje nos "top" das audiências. No longínquo Nordeste transmontano é destruído parte de um importante povoado romano, como recentemente aconteceu em Vila Maior (Torre de Moncorvo), sem que a grave perda de informação mereça sequer algumas linhas das páginas interiores dos principais periódicos, ou comova as autoridades. Em Lisboa, ao acaso na abertura de uma vala para colocar cabos eléctricos, é descoberta uma inumação da Alta Idade Média e, logo, o achado merece as honras dos horários nobres dos canais de televisão. Voltando, ainda, ao Nordeste: as ruínas da Vila Fortificada de Anciães continuam ao abandono, sem público, escândalo. Pelo contrário, em Lisboa, o porto do século XVII, descoberto durante as escavações do Centro Cultural de Belém, foi cuidadosamente desmontado e parcialmente reconstruído no Museu Nacional de Arqueologia, no âmbito da exposição Lisboa Subterrânea.

Como se explica esta vaga de interesse pelos sinais do passado, que emergem da maré urbana?

Num artigo publicado há escassos dias, num periódico da capital (Diário de Notícias), António Carlos Silva comparava o arqueólogo das cidades vivas com o cirurgião, e o estudioso das cidades mortas com o patologista.

* Investigador da Unidade de Arqueologia da Universidade doMinho.

A metáfora é assaz interessante. Um cadáver, por muita informação que proporcione, é, apesar de tudo, passado. Em contrapartida, para os doentes, que jazem na sala de operações, há a esperança de vida, que reside no bisturi do médico-cirurgião. Esta dicotomia entre o estudo das cidades mortas e das cidades vivas é um aspecto essencial da arqueologia urbana que deveria ser desenvolvido, pelas suas ressonâncias metodológicas. Mas, na verdade, não foi para tecer considerações de ordem filosófica, que solicitaram a minha presença neste auditório.

A convite dos organizadores, cabe-me abordar um tema aparentemente anódino, árido e numérico, mas nem por isso menos importante: o financiamento da dita cuja (a Arqueologia Urbana). As questões que se prendem com o financiamento e o impacte económico das actividades culturais é outro assunto na ordem do dia. Ainda há pouco tempo se realizou em Lisboa um Seminário sobre este tema, patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura. Outro está previsto para o próximo mês de Novembro. Como se sabe, em numerosos países onde a maioria dos museus são privados, o êxito de muitas iniciativas mede-se em indicadores monetários. No nosso país, nunca se discutiram em profundidade essas questões. No tempo do Estado Novo ninguém se preocupava em contar o número de visitantes de um museu ou de uma exposição. A cultura era reservada para as supostas élites. Actualmente já se contam os visitantes. Mas, ninguém se interroga sobre o que conta: o número de visitas, ou quem visita, debate essencial, nas questões que se prendem com as implicações económicas e culturais da valorização do passado (HOOPER-GREENHILL, 1992, 213-232). Seja como for, não poderemos ignorar este problema, por muito tempo, no universo ultra-competitivo em que vivemos. De acordo com o celebérrimo Relatório Porter, o turismo cultural (em que se inserem os Centros Históricos e o Património Arqueológico), a par do vinho e de outras indústrias menos interessantes, é um dos "clusters" estratégicos para a sobrevivência económica do país.

No caso, que nos diz directamente respeito, na análise do financiamento da arqueologia urbana, seriam possíveis diversos ângulos de abordagem. Uma perspectiva tecnocrática incidiria sobre cálculos, diagramas, verbas, planos de investimento, etc, etc. Ou seja, uma linguagem a que os arqueólogos já se habituaram, por contacto forçado com a poderosa máquina administrativa que parece reger os nossos destinos. Uma perspectiva desenvolvimentista salientaria os benefícios da valorização do passado para o incremento do turismo.

A fim de evitarmos a armadilha de uma abordagem tecnocrática, ou economicista, poderíamos saltar do nível dos números para um patamar filosófico, equacionando, por exemplo, a função da arqueologia urbana na

economia dos discursos políticos e culturais, nesta amena periferia de uma Europa perturbada e sem rumo.

Neste texto faremos o possível para evitar a fixação num único ângulo de análise, procurando enumerar as múltiplas perspectivas possíveis. Optámos, assim, por uma intervenção com forte cunho pessoal e, consequentemente, eclética. Pretendemos, acima de tudo, equacionar problemas, suscitar a discussão, levantar contradições. Nesta ordem de ideias algumas das observações, que se seguem, são obviamente discutíveis. Outras polémicas, ou, mesmo algo provocatórias. Devemos, pois, sublinhar que as opiniões expressas e as recomendações finais são estritamente pessoais, pelo que não comprometem a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, ou os responsáveis pelo projecto de Estudo de Bracara Augusta.

Contamos, a nosso favor, com o argumento da experiência. O autor destas linhas é um veterano da arqueologia urbana. Tem, no seu activo, dezassete anos de labor nesta frente de trabalho: direcção de escavações, por vezes em circunstâncias atmosféricas adversas; redação de enfadonhos memorandos enviados às mais diversas instâncias; inúteis reuniões com representantes do Governo e da Administração Central; dezenas de ofícios; alguns faxes; entrevistas na Rádio e na Televisão; conferências de Imprensa que suscitaram o furor de políticos, aborrecidos por uma área tão marginal, suscitar repercussões tão amplas.

Mas que guerra é esta, que congrega veteranos, a par de um número crescente de simples legionários, e que interessa a um público cada vez mais numeroso, a ponto de uma das iniciativas de Lisboa/94 ser a sua face subterrânea (referimo-nos à já citada Exposição de Lisboa Subterrânea, que vai ser inaugurada no próximo dia 26). Em síntese, diríamos que é uma guerra pela conservação e estudo das memórias materiais das cidades. Os nossos aliados são diversos: cidadãos; associações de defesa do património; as autarquias; eventualmente, os serviços do Estado.

Mas, quem são os inimigos contra os quais é necessário batalhar? Numerosos: a ignorância; o fraco nível cultural das élites portuguesas; a avidez do lucro fácil; a burocracia do aparelho de Estado.

Aliás, o território a conquistar não é um objecto abstracto, meramente simbólico, uma bandeira, mas algo muito de muito concreto: as memórias materiais das urbes. O espólio concretiza-se em solos recheados de informação e múltiplos vestígios, anteriormente soterrados e ignorados. O valor exacto de cada fragmento do passado, assume ressonâncias distintas, como adiante veremos.

2. O VALOR DO PASSADO EM CONTEXTO URBANO

Quando se trata de questões relacionados com arqueologia o primeiro problema a averiguar é o da propriedade. No nosso país a generalidade dos sítios arqueológicos é propriedade de privados. Ora, a Constituição que nos rege consagra o direito à propriedade privada. E o valor dos solos em áreas urbanas atinge cifras astronómicas. Se o Estado Português estabelecesse, por exemplo, que o património arqueológico é propriedade estatal, teria que reservar no orçamento umas largas dezenas de milhões de contos para entrar na posse efectiva dos solos urbanos, onde jazem ruínas arqueológicas.

Numa óptica menos fundamentalista, mais consensual, os vestígios do passado podem ser encarados como um bem comum, com as óbvias consequências jurídicas e políticas, limitando o direito de propriedade. Esta perspectiva está consagrada na Lei de Bases do Património Cultural 13/85 e nas diversas convenções assinadas pelo Estado Português, apoiando-se na tradição jurídica portuguesa.

No entanto, sobre este bem comum agem diversos protagonistas, a saber. Os arqueólogos que se assumem como defensores do passado, enquanto emissores de um discurso científico e interpretativo do mesmo. Os cidadãos que possuem o direito moral e legal (ver o direito de acção popular) de questionar o Estado sobre a sua eficácia na conservação do passado que pretendem usufruir. Os técnicos da Administração Central e Local, que produzem ofícios, informações e pareceres sobre o valor do passado. O poder político, a que a legitimidade eleitoral confere a capacidade de decidir, a última palavra. Enfim, "at last, but not least" a intervenção dos "mass media", cujos efeitos são de difícil controle.

Ou seja o valor do passado, em contexto urbano, por si mesmo mais saliente devido aos condicionalismos que referimos nos parágrafos iniciais (as cidades vivas), é, ainda o produto da complexa conjuntura interactiva em que se movimentam os mencionados agentes e factores.

Por outro lado, deve ter-se em conta que os fragmentos do passado, exumados ou escritos no presente, escondem um núcleo fechado sobre si, possuem uma zona irredutível, um valor simbólico que se mantém irracional, ou numa esfera simbólica de difícil ponderação, mesmo que sejam alvo do mais feroz mercantilismo cultural.

Se o valor do passado das urbes é tão difícil de prever como as mudanças climáticas, dado o amplo leque de variáveis que se interpenetram, é pelo menos possível uma aproximação empírica aos problemas concretos do financiamento, ou seja à questão "tout court" de onde brota o dinheiro e com que caudal.

3. O FINANCIAMENTO DA DESCOBERTA E ESTUDO DO PASSADO

Num texto publicado na revista Penélope (LEMOS E MARTINS, 1992) previámos que a Arqueologia urbana iria atravessar uma fase crítica, na década de 90, devido à escassez dos necessários meios financeiros. Felizmente os presságios das cassandras agoirentas não se concretizaram. Pelo contrário: a arqueologia urbana conheceu, nestes três últimos anos, no nosso país, um processo de expansão sem paralelo na história recente da nossa arqueologia, suportado por um afluxo substancial de fundos. Não tanto por força de um plano concebido e executado com o propósito de a incrementar. É verdade que o Conselho Consultivo do ex-IPPC debateu, variadas vezes, e com vivacidade, o problema da arqueologia urbana. Mas, se analisarmos em detalhe as recomendações emanadas daquele orgão e a política aplicada verifica-se que nenhuma das propostas aí aprovadas se materializou.

Por outras palavras: os projectos de Arqueologia Urbana, nunca mereceram, no quadro do chamado Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), figura jurídica consagrada na Lei 13/85, um particular destaque. As boas intenções expressas pelos dois sucessivos directores do Departamento Central de Arqueologia do ex-IPPC/IPPAR, o primeiro nas Actas do Colóquio de Setúbal (SILVA, 1985), e o segundo nas Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (REAL, 1991, pp. 15-17), nunca se concretizaram numa fórmula específica de financiamento.

Para se avaliar os custos da Arqueologia Urbana seria errado recorrer aos dinheiros consignados no chamado PNTA. Na verdade as verbas atribuídas àquele sector de actividade através do PNTA, são uma fracção mínima do total de dinheiro movimentado.

Se a arqueologia urbana se pôde expandir foi devido à diversidade das fontes de financiamento. Neste fluxo de verbas destaca-se o dinheiro dos contribuintes europeus (os chamados fundos comunitários) veiculadas pelo Estado ou pelas autarquias, que chegaram de forma indirecta à arqueologia urbana, devido à sua intervenção em obras financiadas pela U.E. O dinheiro dos contribuintes portugueses também alcançou as escavações em meio urbano, através dos magros subsídios da Secretaria de Estado da Cultura, distribuídos pelo IPPAR. A contribuição dos municípios tem sido, igualmente importante, através dos projectos que visam a Reabilitação dos Centros Históricos. Uma fonte crescente de financiamento são as empresas de construção civil. As universidades, apesar das dificuldades financeiras com que se debatem, também têm contribuído de forma indirecta, ou directa, para os custos desta arqueologia.

Inicialmente, quando fomos convidados para organizar esta ponência, pensámos em enviar um inquérito aos principais protagonistas da arqueologia urbana, para obter um quadro global dos montantes e das fontes de financiamento. Depois, hesitámos. Ao fim, e ao cabo, o segredo é a alma do negócio. Aliás os arqueólogos não estão obrigados a publicar os orçamentos dos projectos que dirigem. Torna-se, pois, inviável saber exactamente quanto dinheiro movimenta este segmento da arqueologia, em Portugal.

Podemos, a título de exemplo, referir o caso do projecto de Bracara Augusta, que no ano transacto foi financiado por empresas de Construção Civil (4 300 c), pelo IPPAR (3 500 c.), pela Câmara Municipal de Braga e pela Universidade do Minho (custos directos). Os custos indirectos, designadamente despesas com pessoal, repartem-se por três entidades: Universidade do Minho; Câmara Municipal de Braga e Instituto Português de Museus (através do Museu de D. Diogo de Sousa).

Que motivos levam tantas e tão respeitáveis entidades a financiar o estudo da história das cidades? A mera filantropia? Um elevado escrúpulo na gestão do dinheiro dos contribuintes? Um nobre interesse pela preservação da identidade cultural? A resposta é complexa.

De uma maneira geral, entidades estatais e públicas, mesmo em contexto de crise, ou talvez por isso mesmo, reconhecem a função da cidade como pólo da cultura, como local previlegiado de invenção dos discursos. E, com maior ou menor entusiasmo, olham os fragmentos do passado, como memórias possíveis da cidade. Essa memória, que principia na Arqueologia, e prossegue na Arquitectura e na História local, é uma relíquia nas marés suburbanas que cercam o poder político e, de um modo geral, as entidades que possuem capacidade, ou vocação, para formular os discursos culturais. E, como todas as relíquias, em todos os tempos, por muito frágeis que sejam, concitam o fascínio das massas.

Mas o dinheiro, como diria Karl Marx, investidor na Bolsa de Londres e conhecido filósofo, não é tudo. O passado, ou melhor, os seus fragmentos, podem ser encarados como uma matéria-prima, como bens a que os arqueólogos e seus auxiliares (contra-mestres, artífices e operários) pela força do conhecimento que possuem, acrescentam um valor. Nesta ordem de ideias, os fragmentos do passado, mercadorias porventura mais valiosas devido à sua raridade, estão, tal como muitos outros produtos, sujeitos à lei da oferta e procura.

Neste ponto ocorre uma curiosa junção entre os arqueólogos, os arquitectos e os construtores civis. A partir do subsolo produzem riqueza, criam empregos, desenvolvem a cidade.

Assim, graças à diversificação dos fundos de financiamento, a Arqueologia Urbana tem conseguido sobreviver à crise.

Mas, estamos conscientes de que os recursos disponibilizados ficam muito aquém do necessário, em especial se pretende que este ramo da arqueologia produza conhecimentos a um ritmo adequado. Podemos afirmar, sem margem para dúvidas, que a arqueologia urbana está subfinanciada, no nosso país. Que hipóteses existem de aumentar os fundos de que carece?

4. O FUTURO

Cumpre aos arqueólogos, tal como aos historiadores, prever, ou adivinhar, o futuro, já que lidam com o tempo, nas suas diversas cristalizações: conjunturas, estruturas, diacronias, processos, fenómenos de longa duração, etc. De outro modo, que eficácia teriam as suas lições sobre o passado?

O destino do segmento da arqueologia, em debate neste colóquio, está indissociavelmente ligado ao vasto processo de urbanização que afecta a Europa, tal como os restantes continentes deste nosso planeta. É um fenómeno imparável cujas repercussões exactas poucos se atrevem a ponderar.

Tal como a explosão urbana é incontrolável, também a arqueologia urbana é insaciável. Tem uma fome de dinheiro que lhe é própria. Por vários motivos: o carácter permanente dos trabalhos; as condições técnicas, por vezes muito difíceis ou complexas; as grandes quantidades de espólio recolhido, que exigem uma rectaguarda de diferentes especialistas. Pode estimar-se, aproximadamente, o custo de um projecto de estudos dos sítios arqueológicos de uma área limitada, como a que vai ser inundada pela albufeira de uma barragem, por exemplo. Mas, ninguém, em estado de plena lucidez, se atreve a avaliar os custos e os tempos do estudo dos solos históricos, e dos seus vestígios, de Lisboa, nos próximos anos, por exemplo.

Neste quadro devem registar-se as seguintes observações:

- a arqueologia urbana não foi seriamente afectada pela recessão económica que em 1993 afligiu a Europa Ocidental.
- é previsível um aumento dos fundos orientados para a arqueologia urbana, apesar da lentidão da retoma económica.
- o principal risco que corre o financiamento da arqueologia urbana é o da regulamentação e planificação.

Recomendamos, pois, ao Governo que tenha a máxima cautela no conteúdo da futura legislação, de forma a evitar quadros rígidos, que inviabilizem soluções flexíveis. Recomendamos, também, que seja alijeirada a máquina burocrática, que se instalou na década de 80 no aparelho do Estado no sector da cultura, de modo a que o tempo das decisões seja consideravelmente diminuído ("time is money", como diriam os americanos). Recomendamos, finalmente, que, no caso português, dado a importância dos municípios

na organização democrática da II República, sejam atribuídas maiores responsabilidades às autarquias na gestão do património arqueológico.

Na verdade, uma questão muito concreta, que se vai colocar no próximo futuro é a relação entre o alcance da tutela governamental e a sua capacidade financeira para apoiar a arqueologia. A tendência, evidente nas economias dos países da União Europeia e dos Estados Unidos é para reduzir o défice orçamental, diminuindo, em particular, as despesas com pessoal. Neste contexto serão as cidades, ou seja, as autarquias, que possuem um contacto directo com os problemas, a financiar de maneira crescente a arqueologia urbana. Já hoje este problema se coloca. Como pode a Secretaria de Estado da Cultura reservar-se um poder vinculativo, quando não dispõe de meios financeiros para estudar, adquirir e valorizar as áreas sobre as quais decide?

Os fundos comunitários vão cessar, antes do fim do milénio. A economia, nas suas vertentes tradicionais atravessa uma profunda crise, que demorará anos a recuperar, pelo que não se pode esperar muito do Orçamento do Estado, enquanto tal.

Voltamos a sublinhar: só uma relação íntima entre a cidade e a Arqueologia permitirá que os cidadãos aceitem que uma parte das suas contribuições suporte o estudo das memórias urbanas. Paralelamente é desejável que a arqueologia se articule com o mercado, integrando-se em roteiros turísticos e assim adquirindo uma crescente autonomia.

Esta convergência possível, pragmática, entre a cidade, a Arqueologia e as indústrias do turismo e lazer, assegurará, porventura, os meios indispensáveis à conquista do passado urbano.

BIBLIOGRAFIA

HOOPER-GREENHILL, E. (1992) - Counting visitors or visitors who count?, The Mvsevm Time Machine, Routledge, Londres.

LEMOS, F.S. E MARTINS, M. (1992) - A Arqueologia Urbana em Portugal, *Penélope*, 7, Lisboa, pp. 93-100.

REAL, FERNANDO (1991) - Os Arqueólogos e a noção de Cidade: uma entidade em constante transformação. Actas das IV Jornadas Arqueológicas.Lisboa, A.A.P., pp. 15-17.

SILVA, ANTÓNIO CARLOS (1986) - A cidade e a arqueologia, in I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985). Tabalhos de Arqueologia, 3, Lisboa, pp.7-11.

(1994) - Arqueologia da cidade - A história urbana soterrada, in «Diário de Notícias», Lisboa, 10 de Fevereiro, p. 15.

Reflexões sobre a actividade arqueológica nos anos 90, em zonas de expansão urbana no Norte do País

* LINO AUGUSTO

RESUMO

A partir dos diferentes tipos de problemas, de intervenientes e de exigências que existiam no final dos anos 80 em várias zonas de expansão urbana no norte do País, apresentam-se algumas reflexões sobre as origens desses problemas e as formas diversificadas que têm sido propostas e seguidas como tentativa de encaminhamento e solução nos anos 90.

A expressão "Arqueologia Urbana" tem vindo a ser usada de forma crescente na linguagem europeia durante os últimos vinte anos.

Julgamos que esta expressão tem sido usada de forma abrangente, por vezes mesmo de forma demasiado abrangente.

Poderá entender-se a arqueologia urbana como uma forma de abordar a história da cidade, da urbe actual, no tempo e no espaço. Neste caso, a arqueologia surge como mais uma especialidade a contribuir para o conhecimento "estratigráfico" do território da cidade, emparceirando no conjunto de elementos que contribuem para o planeamento urbano.

Entendemos que este conhecimento "estratigráfico", para além de fornecer novas informações históricas, pode fornecer elementos fundamentais para projectar o reviver do espaço urbano.

Fazer investigação arqueológica numa cidade é, geralmente, mais difícil do que fazê-la em terrenos de áreas rurais.

* Arqueólogo da Delegação Regional do Norte do IPPAR.

No entanto, apesar desta diferença significativa, quer na investigação de áreas urbanas quer nas rurais, o rigor do trabalho das equipas de Arqueologia, o rigor do registo, tem que ser exactamente o mesmo, e a salvaguarda patrimonial tem que seguir os mesmos padrões e os mesmos objectivos.

Reconhecemos que, por exemplo, a escavação e estudo de uma estrutura agrícola romana, uma *villa*, situada num terreno rural de floresta, pode decorrer ao longo de anos com intervenções limitadas a um ou dois meses por ano, geralmente no Verão. Mas se esta mesma *villa* estiver a ocupar lotes de um quarteirão urbano, é normalmente exigido aos arqueólogos outro ritmo, traduzido em trabalho permanente independente das condições climatéricas.

Esta diferença de ritmos e as inerentes implicações metodológicas, contribuiram para o nascimento de um conceito de Arqueologia Urbana cujo significado traduz uma vertente predominantemente funcional e administrativa.

Este conceito conduziu muita gente a entender "arqueologia urbana" como arqueologia na cidade, em detrimento da arqueologia da cidade.

Na tentativa de clarificar um pouco estes significados, sempre defendemos a ideia de "arqueologia em espaço actualmente urbano".

Fazer arqueologia num espaço actualmente urbano mexe com muitos interesses, envolve normalmente mais agentes, privados e oficiais.

Nada do que digo, em jeito de introdução, é novidade. Tudo foi já apontado em reuniões, discussões e encontros realizados ao longo de anos em todos os países europeus. Entre nós, algumas dessas reflexões foram feitas em 1985, no I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, realizado em Setúbal.

Desde então realizaram-se novas experiências de investigação arqueológica em espaços actualmente urbanos. Limitar-me-ei a apontar, sumariamente, algumas dessas experiências realizadas no Norte do País, no período entre 1988 e 1993, permitindo observar também distintos comportamentos dos diversos intervenientes.

Amarante — Proposta Municipal para realizar escavação em zonas do centro histórico com o intuito de fornecer elementos para a elaboração de projectos de arquitectura.

Trabalho em fase de preparação para se realizar em breve.

Responsabilidade científica — Arqueólogo do IPPAR

Financiamento — Municipal

Problema — Nenhum, de momento

Braga — Aqui, desde 1976, há um trabalho intenso de arqueologia, procurando estudar, salvaguardar e valorizar as ruínas de *Bracara Augusta*. Escavações sob responsabilidade científica de vários arqueólogos do Campo Arqueológico de Braga, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do IPPC/IPPAR, do Museu D. Diogo de Sousa e Municipal.

Como problemas principais, julgo dever salientar o financiamento e o regime de propriedade.

Dume (Braga) — Escavação da igreja paroquial e terrenos envolventes, situados no seio da povoação.

Trabalho realizado desde 1987.

Responsabilidade científica - Arqueólogo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Financiamento — IPPC/IPPAR e alguma comparticipação local.

Problemas — Não foi conseguido que os importantes resultados científicos e patrimoniais, conseguidos com as escavações, contribuissem efectivamente para a melhoria do planeamento urbano daquele sítio.

Chaves — Foi sentida a necessidade de demarcar os espaços urbanos que deveriam merecer salvaguarda arqueológica. A delimitação destes espaços não passou da fase de estudo prévio.

Trabalho realizado em 1990, sob a responsabilidade de Arqueólogo do IPPC/IPPAR.

Problemas — Apesar do interesse local relativo a alguns aspectos arqueológicos da região, esta intervenção na zona urbana foi sendo protelada pelo Município.

Sendim (Felgueiras) — Escavação de uma *villa* em terreno urbanizável no centro da povoação.

Trabalho realizado em 1992.

Responsabilidade científica — Arqueólogos do IPPC/IPPAR.

Financiamento — Municipal, IPPC/IPPAR e Escola Profissional de Arqueologia.

Problemas — Regime de propriedade.

Freixo (Marco de Canavezes) — Coordenar a investigação dos 32 hectares, classificados como Monumento Nacional, com o crescimento da povoação, cujo centro está totalmente no interior da área classificada.

Trabalho em curso desde 1980.

Responsabilidade científica — Arqueólogo do IPPAR.

Financiamento — Municipal, IPPAR, alguma colaboração protocolar do Município.

Problemas — Regime de propriedade dos terrenos da vasta área com grande densidade de ruínas. Centro do povoado totalmente sobreposto a casas romanas.

Matosinhos — O castro de Guifões está situado numa área de forte pressão para expansão urbanística. Foi protegido em 1990 por classificação que inclui zona especial de protecção. Desde então tem vindo a ser escavado sob a responsabilidade de Arqueólogo do Município.

Financiamento — Municipal.

Problema — regime de propriedade e construção "clandestina".

Miranda do Douro — Escavação da zona do Castelo, com o objectivo de fornecer informação que pudesse contribuir para a melhoria do projecto de arquitectura de todo o espaço envolvente.

Trabalho realizado em 1987 e 1988.

Responsabilidade científica — Arqueólogo do IPPC.

Financiamento — IPPC com colaboração municipal.

Problema — Algum desinteresse municipal.

Moncorvo — Escavação do castelo medieval situado no centro da Vila, procurando-se valorizar aquele espaço com projecto articulado.

Trabalho realizado em 1988.

Responsabilidade científica — Arqueólogo requisitado pelo Município propositadamente para o efeito.

Financiamento — Municipal.

Problema — Dificuldade de financiamento para a implementação de um projecto vasto como o pretendido.

Porto — Escavações no interior do Castelo da Foz (1988/89/90) e na Casa do Infante (1991/92/93/94), sob responsabilidade científica de Arqueólogos Municipais.

Financiamento — IPPC (1988), Exército, Municipal, Comissão dos Descobrimentos.

Escavações na Cadeia da Relação (incluindo terrenos envolventes) (1990), e no Convento de S. Bento da Vitória (1991), sob responsabilidade científica de Arqueólogos do IPPC.

Financiamento — Municipal.

Vila do Conde — Escavação de espaços na área urbana.

Trabalho desde 1993 com a integração de um arqueólogo nos quadros do Município. Esta integração é ali sentida como um reforço da componente técnica municipal

Financiamento — Municipal.

Vila Real — A Comissão Regional de Turismo do Marão propôs a realização de escavações num espaço central da Vila Velha, no espaldão entre o cemitério e o edifício da Câmara Municipal, no centro da cidade.

Responsabilidade científica — Arqueólogo do IPPC/IPPAR.

Financiamento — Comissão de Turismo.

Problema — Pouco interesse científico. Desinteresse municipal.

Póvoa de Lanhoso — Escavação de ruínas romanas num lote de terreno em zona urbanizada.

Responsabilidade científica — Arqueóloga da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Problema — Regime de propriedade.

Se cada caso é distinto dos restantes, em muitas das situações apontadas há duas coisas em comum: A definição dos regimes de propriedade e de financiamento.

Na questão de propriedade as opções são: Adquirir, Classificar/Condicionar, Libertar os terrenos.

No financiamento, a resolução é mais complexa.

A estas duas dificuldades acrescia, por vezes, a falta de técnicos intermédios e operários qualificados que garantissem a permanência e rentabilização do trabalho qualificado.

Onde mais cedo e mais intensamente se fizeram sentir estas dificuldades foi, naturalmente em Braga. Em 1988 senti-me impotente para fazer um cronograma de intervenções arqueológicas na cidade.

Procurou-se então:

1 — Formar alguns operários especializados que a partir de 1990 começaram a garantir a mão de obra indispensável ao trabalho arqueológico;
2 — Incentivar os Proprietários/Investidores a declararem as suas intenções de reutilização de terrenos com antecedência, viabilizando um planeamento atempado;
3 — Incentivar a criação de um "fundo de investigação" que através de contratos-programa entre o IPPC/IPPAR, os Proprietários/Investidores e o Município, garantissem o co-financiamento dos trabalhos, de forma plurianual, entendidos na perspectiva global de *Bracara Augusta*.

Estes contratos-programa elaborados de forma muito simples, responsabilizavam os distintos intervenientes, baseando-se na legislação vigente e no regime de mecenato.

As comparticipações far-se-íam em dinheiro, em meios humanos e equipamento.

As intervenções feitas ao abrigo destes contratos-programa não viabilizavam ou proíbiam antecipadamente qualquer construção. No entanto permitiria reunir os meios que conduziam a uma deliberação em prazo aceitável, tanto mais que as acções eram articuladas num cronograma de intervenções que permitiam também a plena rentabilização dos meios humanos, técnicos e financeiros das distintas instituições envolvidas.

Esta foi uma experiência iniciada em Braga, onde incluimos,por exemplo, as intervenções no terreno conhecido por Cardoso da Saudade, na Casa da Roda e no Fujacal.

Esta experiência ficou numa fase embrionária e, como tal, dificil de ser avaliada.

Fevereiro 1994

Arqueologia urbana em Portugal

Enquadramento jurídico e suporte financeiro

* ANTÓNIO CARLOS SILVA

RESUMO

Partindo de breves considerações sobre o conceito de "Arqueologia urbana" e do seu grau de adequação à realidade da arqueologia actualmente feita nas nossas cidades históricas, visa-se neste trabalho analisar o seu enquadramento jurídico e respectivo suporte financeiro. Face à experiência nacional e com base nalguns exemplos europeus, propõem-se algumas medidas de carácter administrativo e legal capazes de contribuir para o indispensável salto qualitativo numa actividade fortemente condicionada por factores externos à própria disciplina arqueológica.

1. INTRODUÇÃO

Em 1985, quando da realização do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal) ficou bem expresso, quer nalgumas comunicações, quer no respectivo debate, que se tornava indispensável uma clarificação do conceito de "arqueologia urbana". De facto e certamente sob o efeito de uma crescente tendência europeia[1] de individualização deste domínio específico da activi-

* Arqueólogo da Direcção Regional de Évora do IPPAR.

[1] Embora a arqueologia feita nas cidades apresente um percurso paralelo ao da arqueologia em geral, as condições produzidas nalgumas urbes europeias na sequência da 2ª Guerra Mundial permitiram um desenvolvimento excepcional de grandes operações de escavação e estudo do subsolo dos respectivos centros históricos. Mas foi só no início dos anos 70 que a prática de "arqueologia urbana" ganhou um estatuto autónomo mais por uma redifinição do seu "objecto" (o estudo e compreensão do urbanismo) do que por adopção de metodologias específicas. Esta nova prática levaria à realização de diversas reuniões e exposições internacionais no início dos anos oitenta onde

dade arqueológica, assistia-se então em Portugal à adopção automática de algo acrítica desta denominação, colocando-se no saco de uma pretensa "arqueologia urbana" realidades afinal bem diversas. Na comunicação então apresentada pelos responsáveis do projecto de "Bracara Augusta"[2] defendia-se com clareza e objectividade a limitação do uso do conceito de "Arqueologia Urbana" "quando nos encontramos perante uma prática contínua, decorrente de um projecto, formalmente expresso, desenvolvendo-se segundo uma programação coerente e adequada e apoiando-se em meios regulares e infra-estruturas sólidas". Perante definição assumidamente restritiva, os mesmos autores acabavam por concluir que não existia àquela data em Portugal "arqueologia urbana". Quanto muito poderíamos falar em "intervenções arqueológicas urbanas".

Passada quase uma década sobre o "Encontro de Setúbal" seria interessante retomar aquela questão e fazer com objectividade o ponto da situação. Pessoalmente e tanto quanto nos temos apercebido, a situação da arqueologia portuguesa neste domínio, pouco ou nada evoluiu. De facto e embora o número de escavações em áreas urbanas possa ter aumentado (nomeadamente em Lisboa, Porto, Évora, etc...) verifica-se que as mesmas têm decorrido na generalidade de factores circunstanciais, (raramente programadas, quase sempre recuperações de edifícios históricos ou situados em áreas sensíveis decorrentes de situações de emergência) e não de projectos com as características acima enunciadas. O próprio projecto de Bracara Augusta, o único que de algum modo em 1985 se aproximaria — pelos objectivos, pelos meios envolvidos e pela sua continuidade — do conceito então proposto, conheceria a partir daquela data algumas hesitações motivadas precisamente por problemas de enquadramento institucional, entre outros[3]. Será pois legítimo concluir, como há dez anos, que não existe ainda

---

se avaliaram e discutiram as experiências desenvolvidas em diferentes países: *Colloque International d'Archéologie Urbain*, Tours, 1980; *Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Zaragoza, 1983; *Archéologie et Amenagement*, Florença, 1984; Exposição *Archéologie et Project Urbain* (Paris - 1985) etc...

[2] A. GASPAR, F. SANDE LEMOS e M. DELGADO - O Salvamento de Bracara Augusta, in "*I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*", pp.27 a 53, Lisboa, 1986.

[3] O projecto de Bracara Augusta, nasceu em 1976 em resposta a uma situação de destruição incontrolada do subsolo arqueológico motivada por uma tão rápida como incontrolada expansão urbanística em pleno centro histórico. O Campo Arqueológico então instituido viria mais tarde a estar na origem da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Serviço Regional de Arqueologia do Norte com sede em Braga. A acumulação de intervenções casuísticas ao longo dos anos 80 viria a provocar nos responsáveis do projecto a necessidade de um enquadramento científico global, de que o artigo citado é talvez o primeiro reflexo, em prejuízo das escavações pontuais. Entretanto a lamentável extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia em 1991, criaria um vazio na capacidade interventiva de emergência com consequências irreparáveis.

uma verdadeira "arqueologia urbana" em Portugal? Responder já a esta questão seria certamente anteciparmo-nos às conclusões deste II Encontro, já que do balanço das diferentes comunicações resultará resposta necessariamente mais objectiva.

Se bem que a questão dos conceitos e da terminologia não seja factor determinante para a abordagem que nos propomos fazer no âmbito do enquadramento jurídico e do suporte financeiro neste domínio específico da actividade arqueológica — de facto interessa no âmbito legal enquadrar toda e qualquer intervenção em meio citadino independentemente das motivações que estiverem na sua origem — importava clarificar este aspecto prévio. Até porque da existência de um suporte legal coerente e objectivo pode resultar afinal a possibilidade do salto qualitativo que urge ousar dar na arqueologia das nossas cidades[4].

2. A SITUAÇÃO ACTUAL

"Dada a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas o Ministério da Cultura promoverá a publicação de legislação específica que contemple as diversas situações"

Nº 2 do Artº 40 da Lei 13/85 de 6 de Julho (Património Cultural Português).

Até 1985 a legislação portuguesa sobre património não previa qualquer disposição específica respeitante à arqueologia em meio urbano. Aos achados ou às escavações que muito pontualmente se verificavam nas cidades aplicavam-se, em teoria, as normas gerais que regulavam esta actividade. Isto é, obrigatoriedade de comunicação às autoridades de quaisquer descobertas de carácter arqueológico (o que raramente acontece, como todos sabemos por experiência própria) e necessidade de uma autorização específica para a realização de trabalhos arqueológicos[5]. Com a publicação em 1985 da chamada "Lei de Bases do Património Cultural Português", nomeadamente no

[4] Dado que não possuimos formação jurídica, as considerações expressas na presente comunicação devem entender-se sobretudo como o ponto de vista do arqueólogo que, por razões de ofício se vê amiúde confrontado com a necessidade de encontrar respostas para situações concretas que surgem no dia a dia da sua actividade. De facto, somos obrigados a reconhecer que ao contrário do que sucede noutros países, nomeadamente em Espanha, não existe tradição entre nós de investigação jurídica nestas matérias. O único trabalho de fundo que conhecemos, deve-se ao Dr. José de Sá Nogueira Saraiva, *Regime Jurídico do Património Monumental da Nação*, e foi publicado no Boletim Oficial do Ministério da Educação Nacional (n.º 1, Outubro/Dezembro de 1972). Porém como o próprio título revela, encontra-se muito desactualizado.

[5] Até à publicação da Lei 13/85 (Lei de Bases do Património Cultural Português) os diplomas que regiam estes aspectos específicos da actividade arqueológica continuavam a ser os Decretos nº 20 895 e 21 117, respectivamente de 7 de Março e 18 de Abril 1993.

pequeno parágrafo que citamos na abertura deste capítulo, é reconhecida pela primeira vez a importância arqueológica do subsolo urbano e prevista a publicação de legislação específica[6]. No entanto, passada quase uma década, e apesar do efectivo incremento que este ramo da arqueologia sofreu no nosso país, nunca aquela determinação foi cumprida.

Valerá no entanto a pena debruçarmo-nos um pouco sobre outros aspectos da legislação anterior já que eles tendem a reflectir de forma clara, os conceitos dominantes que informavam a política de defesa do património arqueológico. Em primeiro lugar recordemos o Decreto-Lei nº 31 095 de 31 de Dezembro de 1940 (Código Administrativo) que nas competências das "*Comissões Municipais de Arte e Arqueologia*" previa especificamente:

> "*Dar parecer sobre a parte do plano de urbanização relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos*" (Artº 114, nº 1).

Temos de reconhecer, porém, que a filosofia que presidia a esta norma não reconhecia o potencial científico que os subsolos urbanos antigos encerram. Aliás a 3ª competência inscrita naquele mesmo artigo denunciava as concepções patrimoniais típicas da época que informavam o legislador e que de algum modo eram o reflexo do estádio de desenvolvimento disciplinar:

> "*Sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao* ***embelezamento*** *das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem e ao desenvolvimento do turismo*" (o negro é nosso).

Com efeito previa-se a intervenção das referidas Comissões na defesa dos "monumentos" por si e não dos estratos sucessivos que encerram afinal a História da cidade. Ainda que sem qualquer preocupação de exaustividade[7], talvez valha ainda a pena recordar o artigo 140º do Decreto-Lei nº 48871 de 1970 no qual se regulamentavam os procedimentos a ter no caso de descobertas arqueológicas em empreitadas de obras públicas. Embora de cariz

---

[6] A inclusão deste artigo pode ser apontada como uma consequência directa do encontro de arqueologia urbana de Setúbal (1985). De facto, ainda que por via indirecta, a então Comissão Nacional Provisória de Arqueologia teve oportunidade de sugerir algumas modificações ao projecto de Lei em discussão na Assembleia da República que viriam a ser parcialmente contempladas na redacção final da lei 13/85.

[7] Para os eventuais interessados na evolução da legislação arqueológica portuguesa recomendamos a colectânea que organizámos em 1984 no âmbito duma colecção de legislação editada pelo IPPC - "*Departamento de Arqueologia, Legislação*"-3.º volume, Abril de 1984). Os diferentes números da revista *Informação Arqueológica*, contêm também elementos preciosos neste campo.

genérico o mesmo era passível de aplicação às obras em meio urbano. Mas o que nos leva a citar este artigo diz respeito em especial à concepção de arqueologia que o mesmo ainda reflecte numa época em que grandes transformações epistemológicas haviam já alterado todo o quadro referencial e metodológico desta disciplina.

Citemos:

> *"Artº 140 (objectos de arte e antiguidades)*
>
> *1. Todos os objectos de arte, antiguidades, moedas e quaisquer substâncias minerais ou de outra natureza, com valor histórico, arqueológico ou científico, encontrados nas escavações ou demolições serão entregues pelo empreiteiro ao fiscal da obra...*
>
> *2. Quando a extração ou desmontagem dos objectos envolverem trabalhos, conhecimentos ou processos especializados, o empreiteiro comunicará o achado ao fiscal da obra e suspenderá a execução da obra até receber as instruções necessárias".*

A arqueologia esgotava-se neste como noutros casos, nos próprios objectos (as "antiguidades" de que falavam os nossos humanistas quinhentistas) e não lhe era reconhecido qualquer papel estruturante em matéria de conhecimento científico.

Citando o nosso colega Rui Parreira[8]:

> *"Entre os anos 40 e 60 num tempo em que se construía a História sob a forma de Edifícios e Monumentos Nacionais a poucos ocorreria chamar arqueólogos para uma equipa de trabalho onde pontificava o arquitecto e onde o projecto rastejava perante o peso de um passado muitas vezes mitificado e manipulado à imagem do presente. (...)*
>
> *Por essa altura, os arqueólogos confinavam-se ao estudo dos objectos conservados em museus, ou, quando muito, estudavam os sítios na perspectiva do objecto arqueológico".*

Com toda a propriedade, esta reflexão sobre a reabilitação dos edifícios ou dos monumentos históricos, se poderá aplicar à reabilitação dos centros urbanos antigos. De facto, ainda hoje ocorre a muito poucos chamar o arqueólogo para projectos de reabilitação ou de intervenção nas nossas cidades históricas[9].

---

[8] Rui Parreira, "*Contribuição da Arqueologia para a reabilitação de edifícios e monumentos históricos*" (no prelo).

[9] De facto no conjunto das dezenas de GTLs (Gabinetes Técnicos Locais) que se têm constituido para recuperação de Centros Históricos, tanto quanto conhecemos, apenas no caso de Santarém houve a preocupação de agregar um arqueólogo à respectiva equipa técnica.

Se bem que as intervenções arqueológicas nas cidades portuguesas tenham sofrido um visível incremento nos anos oitenta, data da segunda metade dos anos setenta a primeira operação de grande envergadura, informada já por perspectivas modernas de intervenção e orientada para uma compreensão global da evolução da própria cidade. De facto foi com a criação do Campo Arqueológico de Bracara Augusta que a questão do subsolo arqueológico se colocou não apenas numa perspectiva de salvaguarda dos objectos ou dos monumentos isolados, mas já obedecendo a critérios de protecção e estudo dos "arquivos do subsolo". Apesar das condições desfavoráveis em que surgiu, no meio de especulação desenfreada que se abatia sobre as áreas "livres" de construção (caso raro nas nossas cidades antigas, devido a uma deslocação do seu núcleo medieval e moderno em relação à época romana) o exemplo de Braga, avaliado hoje à distância de quase duas décadas, mostra-nos que as soluções jurídicas e operacionais então encontradas estavam correctas, não tendo sido entendido o seu alcance nem se repetindo a experiência. No caso de Braga podemos falar numa dupla frente de intervenção. A da criação de uma "infra-estrutura operacional" dotada de alguns meios técnicos e financeiros e o enquadramento jurídico que permitia a actuação da arqueologia. É, naturalmente, este o aspecto que de momento mais nos interessa.

Pelo Decreto nº 640/76 de 30 de Julho o Governo reconhecia a importância da "*Zona Arqueológica de Braga*" como património cultural de interesse nacional e europeu e verificando que as urbanizações em curso não respeitavam os valores patrimoniais determinava a proibição da concessão de novas licenças de construção numa zona delimitada cartograficamente. Suspendia também eventuais licenças já concedidas bem como quaisquer movimentações de solos ou aterros com excepção das motivadas pela própria arqueologia. Tais medidas eram estabelecidas pelo prazo de um ano, prorrogável por igual período, determinando-se a elaboração de um plano de urbanização que respondesse da forma mais correcta ao enquadramento e protecção do património arqueológico entretanto identificado. Esta medida foi entretanto acompanhada pela criação de um grupo de apoio técnico para desbloqueamento da *Zona Arqueológica de Braga* (Despacho publicado no D. R. II Série, nº 178 de 31 de Julho de 1976). Um ano depois, o Decreto nº 99-A-77 reconhecia os progressos entretanto havidos, prorrogando o prazo do Decreto de 1976 por mais um ano, e introduzindo alterações ao mapa anterior, uma vez que havia possibilidade de libertar entretanto terrenos já reconhecidos como de menor interesse arqueológico. Finalmente em 1978, pelo Decreto nº 65/78 de 8 de Julho, reconhecendo-se a manutenção dos factos que haviam

presidido aos decretos anteriores era alargado de novo aquele prazo por mais um ano, prevendo-se a possibilidade, se as condições assim o aconselhassem, desse mesmo prazo ser de novo prolongado até serem alcançados os objectivos em vista.

Mais do que discutir ou avaliar a situação concreta em si,[10] interessa-nos retirar deste exemplo alguns ensinamentos que possam informar as conclusões a que pretendemos chegar. Embora produto de uma situação excepcional, o exemplo de Braga pode ser solução para situações semelhantes que ocorram noutras cidades. Importa, no entanto, fazer acompanhar essas medidas pela constituição de equipas de intervenção arqueológica capazes de, em prazos razoáveis, fazer o reconhecimento das zonas ameaçadas, disponibilizando aos urbanistas a informação indispensável à elaboração dos planos que a situação exija. Será também necessário precaver os necessários meios financeiros para indemnizações que venham a ser exigidas pela eventual frustação de direitos privados já adquiridos e que possam ser postos em causa por alterações determinadas por descobertas importantes. Aliás, embora não especificamente dirigido à arqueologia urbana, a actual Lei do Património prevê esta possibilidade no nº 1 do Artigo 40:

> *"Em qualquer lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos poderá ser estabelecida, com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério da Cultura uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse".*

Mais à frente no nº 3 do mesmo artigo prevê-se a possibilidade de eventuais prejudicados por esta medida cautelar requererem a respectiva indemnização. No entanto, quer por falta de regulamentação, quer sobretudo por falta de garantia de cobertura financeira para eventuais indemnizações, nunca aquela medida foi utilizada, em qualquer circunstância, pela arqueologia portuguesa. O exemplo de Braga, do final da década de setenta, continua pois a ser caso único e excepcional.

No entanto, e tendo em conta que as intervenções em áreas urbanas aumentaram durante os últimos anos, qual o enquadramento jurídico que tem

---

[10] Quanto sabemos, e apesar de as condições que haviam motivado aqueles 3 sucessivos decretos se terem mantido, não houve novas medidas cautelares de protecção da Zona Arqueológica de Braga. Por outro lado, desconhecemos se foi elaborado o novo Plano de Urbanização que a filosofia destas leis excepcionais exigia. Com efeito as notícias recentes de novas construções em plena Zona Arqueológica de Braga e a publicação algo precipitada de uma Zona Especial de Protecção às Termas de Maximinos (Portaria 865/91 de 22 de Agosto) fazem-nos crer que a salvaguarda daquele "património cultural de interesse nacional e europeu" ficara completamente a descoberto desde Julho de 1979.

presidido às mesmas? A situação varia de cidade para cidade, mas poderemos afirmar que estas têm decorrido fundamentalmente de condições circunstanciais, negociadas caso a caso e dependendo do maior ou menor esclarecimento das autoridades municipais e sobretudo da boa vontade dos promotores das obras. No caso de Évora, que temos acompanhado mais de perto, a realização de escavações no respectivo centro histórico — com excepção do projecto de estudo da área do Templo Romano[11] — tem resultado de projectos de renovação urbana circunscritos a obras pontuais que colidem com o respectivo subsolo. A manutenção como orgão consultivo da autarquia de uma "Comissão Municipal de Arte e Arqueologia", na qual desde o início da década de 80 os Serviços de Arqueologia têm estado representados, permite apreciar eventuais implicações arqueológicas de toda e qualquer obra no centro histórico condicionando a sua aprovação à realização de sondagens prévias quando tal se considera necessário. Os problemas podem, no entanto surgir, na atribuição dos custos dessas intervenções. Apesar do vazio legal existente, foi possível nalguns casos negociar com os promotores das obras as indispensáveis contribuições financeiras. Só a existência desta Comissão permite de facto ao IPPC/IPPAR ter um conhecimento de todas as obras no Centro Histórico de Évora, uma vez que legalmente a autarquia só é obrigada a remeter àquele Instituto para apreciação as obras em zonas de protecção de monumentos classificados[12]. O mesmo se passa com as restantes cidades do país. À partida e na falta de meios "ad-hoc" de controle (arqueólogos locais atentos, associações de defesa do património ou populares "curiosos") os Serviços de Arqueologia oficiais só poderão ter conhecimento directo das obras que coincidam com "zonas de protecção". E mesmo nestes casos não é líquido que as mesmas sejam avaliadas do ponto de vista do interesse arqueológico uma vez que nem sempre existe dentro do organismo responsável por estes pareceres (IPPC/IPPAR) a necessária coordenação interdepartamental.

---

[11] O estudo do Templo Romano de Évora e da sua área envolvente, da responsabilidade do Doutor Theodor Haushild do Instituto Arqueológico Alemão, embora circunscrito a uma zona limitada da cidade, tem obedecido, quer pelos seus objectivos quer pelo seu carácter sistemático, às características de um verdadeiro projecto de "arqueologia urbana". De facto embora as sucessivas sondagens e escavações tenham sido naturalmente condicionadas pelas exigências normais de trabalho numa cidade viva, estas obedeceram sempre a um plano prévio visando dar resposta às questões de natureza científica subjacentes ao enunciado do projecto.

[12] Mesmo assim o caso do Centro Histórico de Évora está privilegiado em relação à grande maioria das nossas cidades, já que cerca de 70% da respectiva área está abrangida por "zonas de protecção".

3. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Antes de avançarmos com propostas concretas que no nosso entender se mostram essenciais para garantir de algum modo o enquadramento jurídico e operacional de uma intervenção arqueológica urbana consequente, valerá a pena debruçarmo-nos um pouco sobre alguns exemplos internacionais. E como consideramos que no essencial esse enquadramento passa pela existência de regras claras, deveres e direitos de todos os intervenientes, no que diz respeito à salvaguarda e estudo do património encerrado no subsolo urbano — afinal um bem colectivo que diz respeito a toda a sociedade e não apenas aos arqueólogos — pareceu-nos que o conhecimento do exemplo inglês no âmbito da operacionalidade e da legislação e do exemplo belga no domínio do inventário preventivo, poderiam ser úteis para a situação portuguesa.

3.1. O caso inglês[13]

Até ao início dos anos 70, guardadas as devidas distâncias, a situação da arqueologia inglesa nas cidades, não variava muito do que actualmente se passa em Portugal. Na falta de enquadramento legal e institucional específico as escavações urbanas dependiam inteiramente de projectos de cariz sazonal levadas a cabo por investigadores e estudantes universitários, em especial nos períodos de férias lectivas. Este sistema revelava-se claramente insuficiente para ocorrer às situações de salvamento e emergência que condicionam esta actividade face às exigências do processo permanente de transformação urbana. A situação evoluiu posteriormente através da constituição de unidades arqueológicas profissionalizadas em várias cidades com base no modelo do "Department of Urban Archaeology" do Museu de Londres criado em 1973. Integrando equipas de arqueólogos profissionais (mas podendo agregar pessoal contratado face a projectos concretos) e apoiando-se em laboratórios de investigação e conservação específicos, estas unidades representaram uma mudança fundamental na arqueologia das cidades britânicas. Do ponto de vista institucional, embora coordenadas pelo "Council for British Archaeology", estas unidades não obedecem a um figurino comum. Por vezes são independentes, com ou sem ligação a uma universidade, mas noutros casos dependem directamente das autoridades locais. Do ponto de vista do financiamento dependem largamente de subvenções anuais do governo central, concedidas através da "Historic Buildings and Monuments Commission" do respectivo Ministério do Ambiente. Do ponto de vista legal e

[13] As presentes notas baseiam-se no artigo de Brian Hobley (Director do Departamento de Arqueologia do Museu de Londres) "*Recent developments in British Urban Archaeology with special reference to the city of London 1973-83*", in Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas, Zaragoza, 1983.

apesar de uma larga experiência de cooperação voluntária entre arqueólogos e promotores privados que nalguns casos, nomeadamente em Londres, parece continuar a dar bons resultados, diversas cidades inglesas têm actualmente definidas juridicamente "áreas de importância arqueológica" através do "Archaeological Areas Act 1979 Part II", implementado a partir de 1983. O objectivo daquela medida não é propriamente o de proibir a intervenção no subsolo ou salvaguardar os eventuais vestígios arqueológicos nas áreas protegidas, mas o de permitir obrigatoriamente um período alargado de avaliação e, se necessário, de escavação (seis meses) antes de ser concedida a autorização para novas construções. A lei não prevê qualquer compensação para o privado por este atraso embora seja possível uma indemnização por eventuais prejuízos causados ao terreno. Do ponto de vista do financiamento da arqueologia embora não estando prevista a comparticipação dos promotores privados, mostra a experiência que estes, na base de compromissos contratuais que lhes assegurem algumas garantias, nomeadamente o cumprimento de prazos, estão normalmente dispostos a contribuir financeiramente para as escavações. Quanto mais não seja, como reconhece Brian Hobley, "para se livrarem dos arqueólogos o mais rapidamente possível".

3.2. O caso belga (os inventários do subsolo urbano)[14]

Na sequência do importante colóquio de Florença (1984) promovido pelo Conselho da Europa e subordinado ao tema "*Arqueologia e Planeamento*", no qual se defendeu a integração do património arqueológico como uma componente essencial do planeamento rural e urbano face ao risco da destruição de recursos culturais insubstituíveis, o Governo Belga (Ministérios da Comunidade Francesa e da Região da Valónia) decidiu tomar a iniciativa de registar cartograficamente o interesse arqueológico das respectivas cidades históricas[15]. Pretendia-se com esta iniciativa estabelecer o "*atlas do subsolo arqueológico dos centros urbanos antigos*", conjunto de dados cartográficos sobre o conhecimento actualizado dos vestígios arqueológicos das áreas urbanas. Para cada cidade seriam elaboradas três cartas diferentes:

1 — Cartas do estado do conhecimento do subsolo arqueológico - descrevendo as investigações já efectuadas, as destruições confirmadas e as possibilidades de acesso ao subsolo

[14] Para este capítulo tivémos acesso ao fascículo sobre a cidade de Theux do "*Atlas du sous-sol archéologique des centres urbains anciens*" publicado pelos Ministérios da Comunidade Francesa e da Região Wallonne, 1987. Uma avaliação crítica deste projecto belga foi apresentada por M. Angeles Querol na reunião sobre "Inventarios y Cartas Arqueologicas, Homenage a Blas Taracena", *Las grandes obras públicas y el inventario de yacimentos arqueologicos*, Soria, Novembro de 1991.

[15] Circular de 4 de Agosto de 1986.

(registando sondagens ou escavações anteriores, observações pontuais, espaços construidos com subsolo destruido ou preservado, espaços livres de construção, etc....)

2 — Cartas de destruição e protecção do subsolo arqueológico - delimitando as destruições concretizadas ou previsíveis e as zonas protegidas legalmente

3 — Cartas das zonas sujeitas a informação prévia - zonas que nos termos da legislação urbana belga carecem de avaliação preliminar a qualquer obra.

No fascículo referente à cidade de Theux que consultámos, além da reprodução do plano cadastral antigo da cidade (1829), são publicadas na escala 1/2500 as três cartas previstas na Circular, bem como o texto desta, uma pequena memória descritiva sobre a arqueologia daquela cidade e a exaustiva explicação das legendas dos mapas. As autoridades belgas pretendem com esta iniciativa colocar à disposição de todas as entidades com intervenção urbana (administração local, proprietários, urbanistas, arquitectos, arqueólogos etc...) um documento, tão completo quanto possível, sobre o estado de conhecimento do subsolo urbano bem como das disposições legais e administrativas que o protegem. Com base nestas cartas é possível estabelecer "*reservas arqueológicas*" e sobretudo orientar a intervenção arqueológica mais no sentido da prevenção do que da emergência. Isto é evitar, sempre que possível, que os problemas arqueológicos surjam durante as obras propriamente ditas.

4. PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA "ARQUEOLOLOGIA URBANA" EM PORTUGAL

Não foi por acaso que seleccionámos os exemplos acima referidos, já que nos parece que a evolução positiva da defesa do património arqueológico do subsolo das nossas cidades históricas passa por estas duas componentes fundamentais:

— enquadramento jurídico adequado, de carácter preventivo, que discipline as intervenções no subsolo urbano de zonas prévia e rigorosamente delimitadas.

— constituição de equipas profissionais de arqueologia dependentes das autarquias e financeiramente apoiadas pela Administração Central, com vista ao estabelecimento prévio des-

sas áreas de protecção ou de reserva, à emissão dos necessários pareceres técnicos e à realização das escavações e estudos indispensáveis.

Independentemente das anunciadas reformulações da Lei 13/85, o respectivo nº 2 do Artº 40 já citado, abre caminho à possibilidade de publicação de legislação cautelar abrangendo a salvaguarda do interesse arqueológico do subsolo urbano. A exemplo do britânico "Archaeological Areas Act", seria possível, caso a caso, com base na informação científica disponível. delimitar e fazer publicar a respectiva planta, em escala adequada, acompanhada das condicionantes de qualquer intervenção. Estas poderiam, em casos restritos, ir da proibição absoluta de qualquer intervenção no subsolo (áreas de reserva arqueológica), passando pela exigência de um prazo prévio para investigação (áreas de interesse arqueológico potencial) ou finalmente à simples obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico de observação (áreas de interesse arqueológico reduzido). Uma vez estabelecidas e aprovadas pelas entidades competentes (IPPAR e DGPU) estas verdadeiras "plantas de condicionantes" passariam a integrar e informar a arquitectura da planificação municipal (PDMs, PGUs e Planos de Pormenor).

Naturalmente que a elaboração destes documentos, implicaria à partida não só um conhecimento razoável da arqueologia das cidades em causa, mas sobretudo a existência de meios humanos e técnicos capazes de estabelecerem com critérios rigorosos a delimitação das diferentes áreas arqueológicas. Embora a constituição dessas equipas técnicas possa obedecer, como acontece em Inglaterra, a diferentes modelos organizativos, é essencial que se consubstanciem em pequenos núcleos profissionalizados (arqueólogos, técnicos de arqueologia e conservação, desenhadores). Do ponto de vista da sua dependência institucional, parece-nos que a ligação mais adequada seria às respectivas autarquias, podendo a sua instalação ser progressiva e condicionada, caso a caso, à premência da problemática local da defesa do património arqueológico.

É na questão do financiamento que os projectos desta natureza podem esbarrar. E neste domínio haverá que distinguir os orçamentos de funcionamento das diferentes equipas de arqueologia urbana a constituir, dos orçamentos para Planos de Actividades anuais. No que diz respeito ao funcionamento e no sentido de corresponsabilizar quer as autarquias quer a administração central, a solução poderia passar por algo semelhante aos chamados GTLs (Gabinetes Técnicos Locais) instituidos pelo Despacho 23/90 da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do

Território com vista à realização de operações de reabilitação ou renovação urbana de áreas urbanas degradadas. De facto na constituição destes gabinetes técnicos, a administração central contribui a fundo perdido com uma verba até 75% dos encargos com a remuneração do pessoal que os integra. Em síntese, as autarquias a braços com questões de arqueologia nos respectivos centros históricos ficariam habilitadas a promover a constituição de equipas de arqueologia permanentes (ou por períodos plurianuais a negociar) apoiadas financeiramente por um programa específico da administração central (SEC/IPPAR). A estas equipas seria atribuída prioritariamente a tarefa de elaborarem as "*cartas do subsolo urbano*" das suas áreas de intervenção e de levarem à prática as necessárias intervenções de escavação ou acompanhamento de obras. A concretização de projectos de investigação e de salvamento urbano deveria igualmente ser comparticipada financeiramente pelo IPPAR, através dum programa específico do PIDDAC e em função dos planos de actividade e respectivos relatórios apreciados anualmente por uma Comissão Nacional de Arqueologia[16].

Tendo em conta a actual situação de desorganização da actividade arqueológica portuguesa, caracterizada contraditoriamente por um inconsequente centralismo burocrático, cada vez mais distanciado da realidade, associado ao pulular de experiências avulso e algo descontroladas (embora algumas de mérito inegável), as presentes propostas poderão parecer cair no domínio da pura utopia. Julgamos, no entanto, que a massa crítica disponível atingiu um ponto em que é possível, se houver suficiente imaginação, capacidade criativa e vontade política para tal, dar o salto organizativo indispensável para estruturas coerentes e eficazes em função dos objectivos pretendidos: a salvaguarda para o futuro dos arquivos acumulados no subsolo das nossas cidades, elementos fundamentais para a preservação da nossa identidade e memória colectivas.

[16] A actual Secção de Arqueologia do Conselho Consultivo do IPPAR quer pela sua composição (4 arqueólogos num total de 15 membros!) quer pela sua dependência hierárquica não se encontra obviamente em condições de responder a esta como a muitas outras questões prementes da nossa arqueologia. A criação de uma Comissão Nacional de Arqueologia verdadeiramente representativa dos diferentes sectores da sociedade com implicações nesta área, que cada vez mais vão além do IPPAR, acaba por surgir como uma condição "sine qua non" para as mudanças propostas.

INVESTIGAÇÃO EM MEIO URBANO

Arqueologia nas cidades

* JORGE ALARCÃO

A Doutora Manuela Martins, em nome da comissão organizadora deste Encontro, convidou-me para fazer o balanço dos resultados que, nos últimos anos, se têm conseguido no campo da Arqueologia urbana em Portugal.

Não aceitei o convite, por me sentir incompetente para fazer uma síntese de trabalhos que não tenho visitado: não observei , por exemplo, (mas não foi por falta de convite da parte dos arqueólogos responsáveis), as escavações de Lisboa nem as que têm decorrido na Casa do Infante, no Porto, ou em Alcácer do Sal; há muitos anos que não vou a Santarém e ignoro o que recentemente se tem posto a descoberto.

Não podia, porém, recusar de todo em todo um convite amável e insistente para fazer uma introdução breve às comunicações que vão seguir-se e por isso me propus reflectir sobre o conceito de arqueologia urbana e as condições em que esta se realiza.

Parece-me pacífico dizer que a Arqueologia urbana e a Arqueologia das cidades antigas, romanas ou medievais, não são sinónimos. Se os termos fossem equivalentes, teríamos de considerar como Arqueologia urbana as escavações de Conímbriga, Miróbriga ou Tróia, sítios hoje desertos ou, para recuperar uma expressão do séc. XIX, cidades mortas. Seguramente, porém, trabalhos efectuados em lugares desta natureza não são trabalhos de Arqueologia urbana. Definem-se estes como actividades arqueológicas realizadas em sítios no presente ocupados por aglomerados urbanos. Semelhante definição permite considerar como trabalhos de Arqueologia urbana as escavações das

* Professor catedrático da Fac. Letras da Universidade de Coimbra.

termas da colina do Alto da Cividade ou da *insula* das Carvalheiras, em Braga, todavia situadas em áreas não edificadas da cidade. Mas a Arqueologia urbana não é necessariamente a descoberta de uma cidade antiga: pode ser a de um acampamento de bando paleolítico, de um povoado calcolítico, de um casal da Idade do Bronze, subjacentes a um aglomerado urbano contemporâneo; pode ser a recuperação de uma igreja ou de uma casa medievais.

Numa área urbana, as intervenções arqueológicas estão geralmente condicionadas por factores alheios à Arqueologia: pela renovação ou reabilitação de um prédio, pela abertura de uma vala para introduzir esgotos ou cabos telefónicos, etc. Isto significa que o arqueólogo geralmente não pode programar as escavações onde e quando mais lhe interessa; tem de trabalhar onde e quando a oportunidade se lhe oferece de realizar uma intervenção. Mas não poderão os trabalhos arqueológicos ser realizados fora daquelas oportunidades que as renovações urbanas e a instalação de infra-estruturas proporcionam? As escavações do teatro de Lisboa, as do claustro da catedral, na mesma cidade, ou as do jardim das Portas do Sol, de Santarém, são exemplos da possibilidade de programar escavações em áreas não edificadas das cidades ou expropriadas e definidas como *non aedificandi*.

Às escavações que classificamos "de emergência" podemos contrapor outras resultantes de um programa cuja execução não exige urgência. Aliás, uma escavação de emergência pode transformar-se numa escavação não urgente, quando a importância dos vestígios descobertos leva os poderes públicos a decretarem o carácter *non aedificandi* da área. É o caso do teatro romano de Lisboa ou o da colina do Alto da Cividade, em Braga.

As escavações que não são de emergência derivam geralmente de uma suspeita: a de que aqui deve haver um forum ou um teatro, deve passar uma rua ou uma muralha. Os estudos de antecipação parecem-me, por isso, extraordinariamente importantes e deles darei dois exemplos: os de Beja e Viseu.

Em Beja, a partir de dois dados, a localização do pódio de um templo junto à Praça da República e a passagem de uma via na Rua dos Infantes, reconstrui a planta do forum (vid. J. ALARCÃO, *A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana*, in *cidades e História*, Lisboa, 1992, p. 77-79).

Em Viseu, a partir do traçado provável das vias urbanas romanas, propus uma localização para o forum (vid. J. ALARCÃO, *A cidade romana de Viseu*, Viseu, 1989, est. III).

Antecipados os achados, teremos de procurar confirmá-los, escavando onde for possível: em quintais, em espaços verdes, em praças ou ruas.

Os dois exemplos anteriores, demonstrando a necessidade ou a conveniência da antecipação, põem dois problemas: a partir de quê podemos antecipar? como podemos antecipar?

A antecipação exige um mínimo de achados. É necessário, por conseguinte, conhecer a bibliografia anterior das descobertas feitas na cidade. Infelizmente, em Portugal, sempre tivemos poucos antiquários a registarem achados em áreas urbanas; e quando temos referências ou notícias a descobertas, falta-nos o desenho que as devia ilustrar. As gravuras de Bráunio, as de Baldi, o desenhador que acompanhou Cosme de Médicis na sua visita em Portugal, ou as de Francisco Xavier Fabri, que desenhou as ruínas do teatro de Lisboa, são casos excepcionais. De um modo geral, a iconografia das cidades portuguesas é muito pobre.

Antecipar a cidade romana pode, à primeira vista, parecer mais fácil do que antecipar a cidade medieval, porque aquela obedecia a princípios ou modelos urbanísticos mais universais. A verdade, porém, é que a diversidade é, mesmo assim, considerável. A posição do anfiteatro de Bobadela, contíguo ao forum, é excepcional. Mais excepcional ainda é a posição do circo de Balsa que parece, ele também, contíguo ao forum e central na cidade.

Por outro lado, a documentação escrita pode ajudar-nos a antecipar a configuração da cidade medieval.

A antecipação da cidade romana ou medieval pode fazer-se também pela interpretação da fotografia aérea, e os estudos de Vasco Mantas são, sob este ponto de vista, exemplares.

A impossibilidade em que geralmente se encontra o investigador de Arqueologia urbana de escavar grandes áreas dificulta grandemente a interpretação. O que se encontra são troços de muros ou restos de pavimentos. Como interpretar os achados? Um bom exemplo é o caso das estruturas descobertas em Braga nas traseiras da Sé, numa vala acanhada. Ter-se-á descoberto parte de uma *domus* ou de um edifício público? Tratar-se-á eventualmente do mercado cuja existência está atestada por uma inscrição *Genio macelli*, outrora numa das naves da Sé, e hoje infelizmente desaparecida? O arqueólogo tem de ter paciência, evitar interpretações precipitadas e registar com todo o rigor os achados na planta da cidade. Talvez, anos ou décadas mais tarde, outros achados, noutro ponto, venham a permitir restituições.

Outro ponto para que gostaria de chamar a atenção é o da necessidade de se proceder, com a ajuda dos geomorfólogos, à reconstituição do terreno virgem em que as cidades se implataram. A topografia original de Lisboa, por exemplo, com a margem direita do Tejo recuada em relação à actual e com um esteio que penetrava pela Baixa até ao Rocio, não está ainda correctamente definida. Nem tão pouco a de Faro, na época romana decerto muito diferente da actual. (Vejam-se dois exemplos de estudos de restituição, de Coimbra e de Beja, em J. ALARCÃO, *Cidades e História*).

Podemos talvez distinguir, na Arqueologia urbana, a arqueologia das plantas, da arqueologia das fachadas. A primeira implica escavações; a segunda, apenas descasque dos rebocos que ocultam os alçados. Descobrir-se-ão assim portas e janelas entaipadas, aparelhos diversos demonstrativos de alterações dos alçados e conseguir-se-á recuperar a paisagem urbana das cidades antigas. Mais frequentemente, como é óbvio, das cidades da Baixa Idade Média, pois é raro que panos elevados de muros se tenham conservado desde a época romana. Évora é um bom exemplo dessa recuperação das fachadas medievais.

A integração dos restos da arquitectura antiga na arquitectura presente é um desafio para os arqueólogos mas, sobretudo, para os arquitectos. Temos ainda, em Portugal, poucos exemplos dessa integração. O mais notável é o da *domus* subjacente ao edifício da Câmara Municipal de Mértola, recuperada num excelente projecto museológico. Outro, que foi muito mais fácil de resolver, é o do criptopórtico sob o Museu Machado de Castro, em Coimbra. Mas podem citar-se exemplos negativos, como o de uma imponente cloaca romana numa *boîte* de Beja no bairro de Ao Pé da Cruz, o dos restos da basílica pacence num restaurante da mesma cidade, o da basílica paleocristã de Viseu.

Sirvam estas breves notas, destituídas de interesse, para introduzir as comunicações, por certo bem mais úteis, que iremos escutar hoje.

Memórias do salvamento de Bracara Augusta

* HENRIQUE BARRETO NUNES

Podemos afirmar que o Salvamento de Bracara Augusta (BA) começou no primeiro quartel do séc. XVI, quando o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou recolher no Campo de Santa Ana, lápides romanas e marcos miliários que se encontravam espalhadas pela cidade e arredores.

Em 1594, Bráunio, ao traçar a primeira planta de Braga, refere vários locais onde era visível a existência de ruínas de BA, ou onde a tradição situava espaços importantes da cidade romana, como p. ex. o forum, necrópoles ou muralhas.

A mais antiga descrição de Bracara Augusta foi-nos deixada por D. Rodrigo da Cunha, na sua "História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga", em 1634, em que refere *ruínas de grandes edifícios que dão testemunho da sua antiga magestade,* como era o caso, p. ex., do anfiteatro.

Um século depois, D. Jerónimo Contador de Argote, nas "Memórias do arcebispado de Braga" (1732) descreve as ruínas de BA, com particular relevo para a Fonte do Ídolo, revela e interpreta inscrições e traça o seu perímetro, recorrendo aos restos ainda visíveis de alguns panos da muralha.

Só na 2.ª metade do séc. XIX o passado remoto de Braga volta a merecer o interesse dos estudiosos, mercê do labor incansável mas desordenado de Pereira Caldas, das informações de Sena de Freitas, das recolhas epigráficas de Albano Belino e das suas infrutíferas tentativas de criar um museu e da intuitiva descrição de José Teixeira.

Leite de Vasconcelos também se interessou por BA, no que foi esporadicamente secundado, já neste século, por Manuel Monteiro, Alberto Feio, Carlos

* Director da Biblioteca Pública de Braga.

Teixeira e Russel Cortez, embora um silêncio quase total se tenha abatido sobre os vestígios de BA, que quase se resumiam à Fonte do Ídolo.

Porém, na década de 60, mercê de obras realizadas no centro histórico e do começo da expansão da cidade para sul (Cividade e Maximinos) — terrenos agrícolas onde se tinha erguido grande parte da cidade romana e até então libertos de construções — começam a surgir timidamente algumas vozes a alertar quanto à iminência da destruição daqueles vestígios.

Distingue-se o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha que acompanhando o revolvimento de terras e recorrendo constantemente à imprensa local, recolhe informações e vai procurando salvar o que é possível, ao mesmo tempo que tenta alertar e sensibilizar as autoridades, no que é secundado pelo Prof. Rigaud de Sousa, delegado da Junta Nacional de Educação e pelo Dr. Egídio Guimarães, vereador da cultura da C.M. de Braga.

A Câmara Municipal, não se apercebendo da real dimensão e importância do que o subsolo bracarense ocultava, vai no entanto dando algum apoio a esses esforços, promovendo várias campanhas de escavações, esporádicas, mas que permitiam começar a conhecer um pouco melhor B.A. (Largo Paulo Orósio, "Casa do Poço", Seminário de S. Tiago, etc.)

Nos congressos e colóquios de arqueologia ou nas revistas da especialidade, surgem os primeiros dados sobre Bracara Augusta, despertando a atenção dos especialistas para as perspectivas que escavações bem conduzidas poderiam abrir relativamente ao estudo da romanização desta região.

Em 1970, na revista "Archaeology", afirmava Jorge Alarcão que os achados de Braga tornam-na *num dos mais intrigantes locais de ocupação romana em Portugal e um dos mais convidativos para escavações exaustivas.*

Em 12 de Abril de 1974, Rigaud de Sousa propôs à D.G. Assuntos Culturais que fosse criada uma **zona de protecção na cidade de Braga** com a intenção de que todas as obras fossem acompanhadas para evitar a destruição dos vestígios arqueológicos, apresentando uma planta com a área em questão e respectivos limites.

Esta proposta foi aprovada pela Junta Nacional de Educação e homologada em 27 Nov. 1974, com o seguinte parecer:

> *1.º — Se revejam, na cidade de Braga, as zonas de protecção, por forma a resultar uma única zona especial de protecção compreendida por uma linha que, partindo da Arcada, siga pelas traseiras dos prédios da face nascente da Avenida Marechal Gomes da Costa até ao cruzamento com a Avenida da Imaculada Conceição (lado sul) e daqui até à Praça do Condestável (Maximinos), inflectindo, depois, para a Rua do Caires, seguindo pela Rua da*

Cruz de Pedra, Rua dos Biscaínhos, Praça Conde de Agrolongo (lado sul) e Rua dos Capelistas até à Arcada, seja classificada como imóvel de interesse público.

2.º — Que se oficie às autoridades bracarenses competentes e responsáveis, solicitando que quaisquer obras na referida área sejam acompanhadas por arqueólogos responsáveis e, ainda, que as mesmas autoridades tomem as devidas precauções em ordem a suster o avanço de tais obras quando o estudo e preservação dos vestígios arqueológicos encontrados, a critério dos referidos arqueólogos ou, sendo o caso, das entidades competentes do Ministério da Educação e Cultura, aconselharem ou determinarem essa interrupção.

No período necessariamente conturbado que o país, liberto de 48 anos de fascismo, atravessava, as preocupações com a defesa do património cultural não constituiam uma prioridade e a urbanização da Colina do Alto da Cividade começou a fazer-se apressadamente, com situações de flagrante ilegalidade e sem qualquer preocupação pela preservação e estudo dos vestígios arqueológicos.

É então que, em finais de 1975, numa conversa casual, no bar da recém criada Univ. do Minho, o Arqtº Alvaro Cameira, detentor de uma pós graduação em urbanismo, técnico da Assessoria de Planeamento da UM, — informado pelo Arqtº Lixa Filgueiras sobre a ameaça que pesava sobre os últimos vestígios de Bracara Augusta — e eu, que conhecia a situação, mas impotente não sabia como agir, chegamos à conclusão que era necessário fazer qualquer coisa para tentar salvar Bracara Augusta.

A. Cameira, mercê da sua formação, com a minha colaboração e a do Prof. Mendes Atanázio, elaborou a estratégia a seguir, começando por alertar o reitor da U.M. quanto ao que se estava a passar, e propondo que eu elaborasse um relatório fazendo o ponto da situação sobre a área da cidade ameaçada e outros aspectos do património arqueológico de Braga que urgia preservar e estudar.

A. Cameira lembrava ao prof. Lloyd Braga que "à Universidade competia **também** a defesa dos valores culturais e do património da região"que servia.

O reitor da U.M. de imediato concordou (13. Jan. 76) e um mês depois apresentei o relatório "Situação da Arqueologia Bracarense", acompanhado de plantas relativas à cidade romana (limites, localização de achados, zonas ameaçadas) e fotografias elucidativas, não esquecendo uma necessária referência ao eterno problema dos museus, que de imediato foi enviado à DGAC, pedindo a pronta acção governamental que se impunha.

Simultaneamente os elementos referidos enviaram um telegrama ao Vice-Presidente da JNE pedindo "**providências imediatas para salvar os últimos vestígios da cidade romana de Braga, ameaçados por urbanizações de duvidosa justificação técnica e económica**".

A resposta da DGAC chegou 15 dias depois (28.1.76) informando que tinha sido determinado "**o embargo de obras de demolição dos vestígios da parte romana da cidade**" e que o Arqtº Lixa Filgueiras, da JNE, se deslocaria a Braga para "in loco" apreciar o assunto.

Ao mesmo tempo, um grupo de 7 cidadãos decidiu criar uma Comissão de Defesa e Estudo do Património que secundasse os esforços desenvolvidos pela Universidade na conservação dos vestígios de Bracara Augusta e actuasse, como grupo de pressão, em situações e com estratégias que não fossem compatíveis com as daquele estabelecimento de ensino.

Depois de várias reuniões preparatórias, em 3 de Fevereiro de 1976 foi aprovado o documento de constituição de Comissão para a Defesa e Estudo do Património de que a seguir cito alguns extractos:

> *Os signatários resolveram nesta data constituir-se em comissão, com a intenção imediata de colaborar em acções que visem salvar os últimos vestígios da Cidade Romana de Braga, ameaçados de desaparecimento total... A Comissão de Defesa e Estudo do Património (CODEP) declara ter como intenções prioritárias:*
>
> 1) *A acção de esclarecimento da comunidade, por a considerarem com direito a fruir do património — mas pouco informada àcerca dos valores comuns e de cultura que ele representa — e atendendo à responsabilidade de cada cidadão em colaborar na sua protecção*;
>
> 2) *A recolha ordenada de toda a informação sobre o caso da Cidade Romana de Braga e a sua análise sistemática de forma a determinar-se que tipos de estudos cientificamente conduzidos, deverão iniciar-se*;
>
> 3) *A representação junto das competentes autoridades, quando questões ou circunstâncias relacionadas com problemas do Património, de que tenham conhecimento, reclamem medidas especiais*;
>
> 4) *A colaboração com a Universidade do Minho, e outros orgãos estaduais ou instituições públicas ou privadas com atribuições no campo cultural, nesta Região*;

Na sequência daquela reunião, de imediato se puseram em prática as medidas preconizadas no referido documento, nomeadamente denunciando públicamente a situação que se verificava na Colina do Alto da Cividade. Ao mesmo tempo, procurava-se sensibilizar a opinião pública e os organismos responsáveis sobre a importância dos vestígios arqueológicos de Bracara Augusta, alertando-se quanto ao perigo da sua iminente destruição.

Recorrendo prioritariamente à Imprensa, a CODEP apresentou-se à opinião pública através de um documento intitulado "Defesa do Património em Braga" que diversos jornais reproduziram na íntegra, e encontrou um forte eco entre os bracarenses interessados em preservar as mais remotas memórias da sua cidade.

Entretanto, começou a verificar-se uma certa reacção por parte das entidades responsáveis pelo património cultural português, em especial através da D.G. Monumentos Nacionais e da Junta Nacional de Educação, que procuraram dar resposta aos desafios lançados pela Universidade do Minho e pela CODEP para salvar Bracara Augusta.

Assim, em 23 Fev. 1979 foi elaborado um documento, de que foi relator o Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, onde são apresentadas 10 resoluções que se revelaram de importância fundamental para o processo que se seguiu, já que numa delas, p. ex., se preconizava a criação de um campo arqueológico em Braga.

A destruição criminosa dos vestígios arqueológicos na Colina do Alto da Cividade, na ausência de mecanismos legais que a detivesse, continuava a verificar-se, o que justificava plenamente a intervenção pública da CODEP, concretizada através de comunicados que a imprensa divulgava amplamente.

Um primeiro documento de denúncia contundente, intitulado "Uma pergunta a Braga, para ser respondida depressa" (10.3.76), questionava muito claramente o futuro da cidade, em termos de valores patrimoniais e arqueológicos e responsabilizava a C.M. de Braga pela permissividade consentida.

Esta pergunta foi respondida por "um grupo de empreiteiros de Braga" certamente os proprietários dos terrenos situados no alto da Colina do Alto da Cividade, em texto publicado no "Comércio do Porto", em 30 Março 1976.

Curiosamente depois de descreverem uma série de destruições recentes de vestígios arqueológicos importantes os autores afirmavam: *e tudo foi arrasado, sem consciência para se nivelar o terreno e levantaram-se casas sem graça e sem beleza que ninguém aprecia nem a ninguém atraem a atenção* atribuindo a responsabilidade do facto aos novos Bárbaros... E concluem: *no alto da colina de Maximinos... nada há de interesse,* procurando defender da intrusão dos defensores do Património os terrenos onde queriam erguer certamente o mesmo tipo de construção que criticavam no seu documento.

A CODEP continuava a multiplicar-se em iniciativas pedagógicas e em contactos, encontrando eco favorável quer no Governo Civil, quer na Universidade do Minho, que vai assumindo as suas responsabilidades culturais neste processo de que até hoje tem sido protagonista.

Mas o problema da preservação dos terrenos com interesse arqueológico começa a produzir as suas primeiras mossas na Câmara Municipal de Braga, cuja respectiva Comissão Administrativa, incapaz de encontrar solução para os interesses antagónicos em jogo, apresenta a sua demissão em 31 de Março.

Para validar o interesse científico das ruínas, a CODEP convidou a deslocar-se a Braga o prof. Jorge Alarcão que além de proferir uma palestra e orientar o debate que se seguiu, em 26 de Março, visitou a Colina do Alto da Cividade e reuniu com a Universidade do Minho, confirmando a necessidade da criação de um campo arqueológico para preservar e estudar as ruínas.

Igualmente foi apontada a necessidade e a urgência da realização de uma campanha de escavações arqueológicas de emergência e de sondagens que pusessem a descoberto algumas das estruturas parcialmente visíveis nas proximidades da rua de S. Sebastião.

As escavações, promovidas pela CODEP e subsidiadas pelo Governo Civil, foram realizadas de 12 a 17 de Abril por alunos da Fac. Letras de Coimbra e estudantes do Serviço Cívico de Braga dirigidos pelo Prof. Alarcão.

Os resultados revelaram-se extremamente interessantes, pondo a descoberto ruínas de casas romanas e o respectivo sistema de saneamento, provando à sociedade a importância da preservação e estudo dos derradeiros vestígios de Bracara Augusta.

De realçar a significativa reacção dos moradores das ruas vizinhas do local das escavações que, correspondendo aos apelos e às acções de sensibilização da CODEP, sentiram como suas aquelas ruínas e dispuseram-se igualmente a defendê-las.

No relatório preliminar daquela campanha de escavações, o prof. J. Alarcão, realçando a importância dos achados, propõe que a Universidade do Minho contrate um arqueólogo para organizar o Campo Arqueológico cuja criação lhe tinha sido cometida.

E assim, depois de ter sido criado um "grupo executivo interministerial encarregado de elaborar um estudo de conjunto sobre a situação criada em Braga pela descoberta dos vestígios arqueológicos" (D.R., 2.ª série, III, 12 Maio 1976, p. 3133), presidido pelo Arqtº Pedro Vieira de Almeida, em 14 de Maio chega a Braga o Dr. Francisco J.S. Alves, o arqueólogo indicado pelo Prof. Alarcão para dirigir o Campo Arqueológico de Braga, cujo papel havia de ser fundamental na concretização do projecto.

Parecia estarem assim criadas as condições iniciais necessárias para se iniciar o salvamento de Bracara Augusta.

Já sob a direcção de Francisco Alves depois da realização de alguns trabalhos arqueológicos urgentes e da colocação de uma vedação na Colina do Alto da Cividade, em Setembro realiza-se a primeira grande campanha de escavações, na qual participaram entre outros Francisco Sande Lemos e Manuela Martins, cujos nomes estão indissoluvelmente ligados a Bracara Augusta.

Em 15 de Junho é apresentado o relatório do Grupo Executivo, com propostas decisivas para o futuro de Bracara Augusta, de que o primeiro reflexo é a publicação no D.R. de 30 Julho de um diploma limitando as áreas "non-edificandi".

Os trabalhos arqueológicos, tendo como sede o Palácio dos Biscaínhos, vão prosseguindo enquanto se aguardava a institucionalização do Campo Arqueológico, confrontando-se contudo com situações graves de conflito com os proprietários dos terrenos e com constantes destruições de vestígios de Bracara Augusta.

O último comunicado da CODEP, datado de 13 Nov. 1976, interroga-se sobre o futuro do Campo Arqueológico, dadas as dificuldades crescentes em conciliar a preservação da zona arqueológica com o crescimento da cidade já que a arqueologia em Braga, em muitos casos, continuava a fazer-se correndo atrás dos buldozers.

Poucos dias depois, em 20 Nov., o então primeiro ministro Mário Soares, afirmará na Colina do Alto da Cividade, perante autoridades locais e inúmeros jornalistas: *não se construirá mais em Braga sobre ruínas romanas*, confirmando declarações proferidas pelo Ministro da Administração Interna Costa Brás, que no dia anterior tinha dito: ***"Os valores arqueológicos serão defendidos e preservados. Se for preciso recorrer a demolições, haverá demolições; se for necessário expropriar, haverá expropriações"***.

O futuro, infelizmente, confirmando os sombrios vaticínios da CODEP, não lhe dará totalmente razão. Mas isso é já outra história, uma história interminável que Francisco Sande Lemos, Manuela Martins, Manuela Delgado e todos aqueles que têm trabalhado para o Salvamento de Bracara Augusta, na companhia sempre atenta e vigilante da ASPA (a que a CODEP deu origem), vão escrevendo dia após dia.

BIBLIOGRAFIA

Esta comunicação resume o conteúdo de dois artigos de H.B. Nunes publicados sob o título genérico "Para a história do Salvamento de Bracara Augusta". O primeiro, *O papel da Universidade do Minho*, irá surgir na revista "Forum", Braga, 15, Julho 1994; o segundo, *A intervenção da CODEP* foi publicado na "Mínia", Braga, 3.ª série, 1, 1993, p. 5-29

Sobre Bracara Augusta a bibliografia mais completa foi publicada por H.B. Nunes — *Bracara Augusta: exposição bibliográfica*, Braga, Biblioteca Pública, 1993.

Relativamente a esta comunicação convém ver sobretudo:

ALVES, FRANCISCO J.S. E OUTROS — *O Salvamento de Bracara Augusta: 1 — O campo arqueológico da U.M. (Braga). Breve história, organização e objectivos.* "O Arqueólogo Português", Lisboa, 3.ª série, 7/9, 1974-1977, p. 410-423.

CUNHA, ARLINDO RIBEIRO DA — *Relíquias de Bracara Augusta.* "Cadernos de Arqueologia", Braga, 5, 1988, p. 93-146.

MARTINS, MANUELA, DELGADO, MANUELA — *História e arqueologia de uma cidade em devir; Bracara Augusta.* "Cadernos de Arqueologia", Braga, 2.ª série, 6/7, 1989/1990, p. 11-38.

OLIVEIRA, EDUARDO PIRES DE — *O Salvamento de Bracara Augusta: 4 — Os apontamentos arqueológicos de José Teixeira.* "Mínia", Braga, 2.ª série, 1, 1978, p. 20-44

SOUSA J.J. RIGAUD DE — *Subsídios para a carta arqueológica de Braga.*"Studia Archaeologica", Santiago de Compostela, 23, 1973.

Dezasseis anos de arqueologia urbana em Braga:

Problemática da reconstituição de uma cidade romana

* MANUELA MARTINS
** MANUELA DELGADO
** F. SANDE LEMOS
*** JORGE ALARCÃO

1. INTRODUÇÃO

Abandonada e posteriormente sacrificada na sua parte nordeste pela cidade medieval, *Bracara Augusta* levou cerca de seis séculos para ser redescoberta, pois só no século XVI a memória das suas ruínas, sepultadas sob as quintas e quintais que envolviam o pequeno burgo medieval, começou a despontar nos escritos dos humanistas bracarenses. Desde então, e até ao século XX, acumularam-se vestígios, encontrados esporadicamente, mas as ruínas mantiveram-se intactas.

Só nos anos 50 e 60, *Bracara Augusta* ficou verdadeiramente ameaçada pelo desenvolvimento da cidade moderna, pois os novos planos de urbanização, com abertura de ruas e construções, incidiram sobre a zona sul da cidade onde ainda jaziam, praticamente intactos, dois terços da cidade romana. Sob as pás dos "bulldozers", *Bracara Augusta* começou a surgir à luz do dia. Datam dos anos 60 as primeiras intervenções arqueológicas em Braga, realizadas na sequência de obras de remodelação, ou de urbanização[1]. Elas permitiram localizar sepulturas e identificar construções[2].

* Professora da Universidade do Minho.
** Investigador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
*** Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[1] Os seus resultados foram sumariamente divulgados (SOUSA 1966a, 165-1789; 1966b, 589--599; SOUSA E PONTE 1970, 389-411; OLIVEIRA 1979, 164-197).

[2] Entre elas merecem destaque o peristilo da *domus* de Santiago, localizada no claustro do Seminário do mesmo nome, escavado pelo Cónego Luciano dos Santos e a chamada Casa do Poço, escavada por J.J. Rigaud de Sousa, em Maximinos (1966a, 165-178; 1966b, 589-599).

No entanto, só em 1976, com a criação do Campo Arqueológico de Braga e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, foi possível dar início a um programa de escavações e salvamentos sistemáticos, que permitiriam dar a conhecer, mais profundamente, as características do urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*, sugerindo um conjunto de hipóteses interpretativas, algumas das quais já divulgadas (MARTINS E DELGADO 1989/90a, 11-40; MARTINS *et alii* 1994, 303-316), cujo balanço nos propomos realizar nesta breve exposição.

Longo e difícil foi o percurso de um projecto, cujo título inicial de "Salvamento de *Bracara Augusta*", indicava os contornos particulares em que era possível conceber o estudo de uma cidade romana, sepultada, na sua maior extensão, sob terrenos com potencialidade construtiva e sob parte do Centro Histórico de Braga. Esses contornos, eram quase inevitavelmente uma condenação: *Bracara Augusta* só podia ser descoberta e estudada através de um acompanhamento sistemático de obras, sendo as suas ruínas sacrificadas, ou conservadas consoante os resultados das próprias intervenções. Trabalho gigantesco, porque o crescimento urbano não deu descanso às ruínas enterradas, implicando um número sempre crescente de intervenções (MARTINS *et alii* 1993). Trabalho, também, ingrato, muitas vezes pouco compensador, pois o carácter parcelar de muitas dessas intervenções, dificultando a interpretação das estruturas, traduziu-se em resultados científicos limitados, em termos do cômputo global para o estudo da evolução da cidade romana.

Os progressos no conhecimento da topografia, estrutura e arquitectura de *Bracara Augusta* foram lentos, porque morosas são, inevitavelmente, as intervenções arqueológicas em meio urbano, onde a sedimentação histórica se representa por um verdadeiro palimpsesto de ruínas de diferentes períodos, que nenhuma avidez construtiva justifica sacrificar.

Por isso, só nos últimos anos a articulação dos resultados de várias intervenções começou a traduzir-se de uma forma mais expressiva em hipóteses interpretativas sobre a malha urbana da cidade, as suas fases construtivas e a sua arquitectura.

Podemos considerar que o projecto de Arqueologia Urbana, iniciado em Braga, em 1976, só agora começa, verdadeiramente, a dar os seus frutos: graças a uma acumulação de dados, mas, também, porque abrandou um pouco a pressão das emergências que durante longo tempo se fez sentir sobre a equipa responsável por este projecto. É justo, pois, destacar as vantagens resultantes da criação, em 1991, de um Gabinete de Arqueologia na Câmara Municipal de Braga, que tem a seu cargo o acompanhamento de obras de remodelação no Centro Histórico e outras situações de emergência.

2. BREVE BALANÇO DE UM PROJECTO

Entre 1976 e o presente ano de 1994 foram realizadas dezenas de intervenções arqueológicas no perímetro urbano de Braga (MARTINS *et alii* 1993). A amplitude e resultados dessas intervenções são naturalmente variáveis, tendo em conta que umas se traduziram em simples acompanhamentos de obras, outras consistiram em emergências, em que parte das ruínas e vestígios foram sacrificados, outras, em salvamentos e, outras ainda, em escavações programadas, com um maior impacto científico.

Invariavelmente, o acompanhamento de obras apenas permitiu cartografar vestígios, recolher algum espólio e avaliar, sumariamente, o tipo de construções que se distribuem pela cidade. Este tipo de intervenções foi mais frequente na primeira fase do projecto, ainda nos anos 70, quando a abertura de grandes valas para ampliação das redes de saneamento, electricidade e telefones, rasgou os terrenos arqueológicos da zona sul da cidade, por vezes em grandes extensões, permitindo uma radiografia da distribuição dos vestígios e construções.

As situações de emergência, resultantes de projectos de construção aprovados, não acautelados por intervenções prévias, possuem, mau grado as limitações que acarretam, um maior alcance científico. Entre as intervenções de emergência de maior significado contam-se as realizadas em áreas de necrópoles, designadamente, na de Maximinos (núcleo da R. do Caires), Rodovia e necrópole da Via XVII (núcleo da Cangosta da Palha) (MARTINS E DELGADO 1989/ /90b, 41-186).

Mais numerosos foram os salvamentos, decorrentes, quer de solicitações da Câmara Municipal, quer do ex-IPPC, novo IPPAR, quer ainda da própria Universidade do Minho. As intervenções assumiram, neste caso, um carácter preventivo de registo e avaliação de vestígios para posterior construção. Incluem-se neste grupo a maior parte das escavações realizadas pela Unidade de Arqueologia, designadamente, nas Carvalheiras (DELGADO *et alii* 1984, 95--106; DELGADO E LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167), no Cardoso da Saudade (DELGADO *et alii* 1984, 95-106) — estas últimas posteriormente completadas pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, em 1990 — no quarteirão da R. Gualdim Pais (DELGADO 1987, 187-199), no Largo do Paço (LEMOS *et alii* 1988, 69-78), nas Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria (DELGADO E GASPAR 1986, 151-167; DELGADO E MARTINS 1988, 79-93) e, mais recentemente, no Antigo Albergue Distrital (1992)[3], nos Granjinhos (1993) e na Quinta do Fujacal[4].

[3] Resultados ainda inéditos.

[4] Intervenções ainda em curso, iniciadas em 1993, retomando antigos trabalhos realizados em 1982 (DELGADO *et alii* 1984, 95-106).

As intervenções programadas viriam a tornar-se escassas, em virtude da grandeza dos próprios salvamentos e, não raro, quando aconteceram, acabaram por resultar de prévios salvamentos, que pondo a descoberto importantes núcleos de ruínas, justificaram a sua classificação, reservando-os para posteriores trabalhos. Estão neste caso as intervenções nas termas públicas do Alto da Cividade, cujas escavações interrompidas, em 1980, foram retomadas, em 1989-90 e nas Carvalheiras. Escavações programadas foram, também, as realizadas na R. da Nossa Senhora do Leite, nas traseiras da Sé Catedral (DELGADO *et alii* 1984, 95-106; GASPAR 1985, 51-125) e na Quinta do Fujacal, com vista à detecção de evidências da muralha romana (DELGADO *et alii* 1984, 95-106).

Procuraremos de seguida sumariar os resultados mais importantes das intervenções realizadas pela U.A.U.M., nos dezasseis anos de vida do projecto de Salvamento e estudo de *Bracara Augusta*.

3. BALANÇO DOS RESULTADOS CIENTÍFICOS

3.1. A estrutura urbana de *Bracara Augusta* e sua evolução

O conjunto das escavações realizadas até ao momento testemunha que *Bracara Augusta* possuíu um plano ortogonal, com orientação NO/SE, plano esse identificado a partir de muros, ruas e rede de saneamento. De facto, a orientação da generalidade dos edifícios descobertos coincide com o traçado de algumas ruas identificadas no quarteirão das Carvalheiras, bem como com os eixo de uma cloaca descoberta recentemente. A conjugação destes elementos revela que *Bracara Augusta* conheceu um traçado hipodâmico, que cobriu grande parte da sua área construída. Esse traçado persistiu na organização da parte sul da cidade medieval, que corresponde aos bairros residenciais do quadrante nordeste da cidade romana (OLIVEIRA *et alii* 1982, 13; MANTAS 1990, 86), tal como nalguns alinhamentos conservados em caminhos e muros divisórios das quintas e quintais que, posteriormente à Idade Média, viriam a ocupar os terrenos do sul da cidade romana.

Todavia, foi a escavação integral de um quarteirão, na zona das Carvalheiras, que sugeriu uma hipótese de trabalho relativamente ao traçado da cidade (MARTINS E DELGADO 1989/90a, 39, Fig.1), a qual terá que ser confirmada, designadamente no que respeita à sua adaptação, à topografia do terreno e às dimensões dos quarteirões, que pode ser variável.

A modulação sugerida pela *insula* das Carvalheiras é quadrada, medindo aproximadamente 150pés (44,33m — medida tomada entre os eixos das ruas), com uma área construída de 1 *actus*, ou seja 120 pés (35,48m).

A escavação deste sector permitiu observar a existência de pórticos, dando acesso a lojas, situadas no rés-do-chão das casas. A modulação

homogénea, de 10 pés entre colunas, estende-se à largura dos próprios pórticos e de algumas ruas detectadas.

A correlação dos numerosos alinhamentos já conhecidos com a área ocupada pela cidade permite considerar que o *decumanus maximus* passaria pela actual R. de S. Sebastião, orientada SO/NE, seguindo, um pouco a Norte, pela actual R. do Alcaide e Largo de Santiago.

A parte norte do *cardo maximus* poderá coincidir com a R. Jerónimo Pimentel, continuando em direcção ao Campo das Carvalheiras e Campo das Hortas, ou então, localizar-se-ia um pouco mais a leste, correspondendo, neste caso, ao eixo da grande cloaca que identificámos em 1992. Na parte sul da cidade, o único alinhamento que persiste, com uma orientação NO/SE, que poderia, por isso, representar este *cardo*, corresponde a parte do traçado da R. dos Bombeiros Voluntários, até ao cruzamento com a R. Damião de Góis.

A área onde se cruzam estes dois grandes eixos da cidade romana situa-se no actual Largo Paulo Orósio e capela de S. Sebastião, local referido como correspondendo ao *forum*, com base na sua localização na planta de Braunio. Desta zona procedem duas inscrições, uma delas honorífica, dedicada a Constantino Magno[5].

O perímetro urbano de *Bracara Augusta* foi sempre definido com base na existência de uma muralha, referida em documentos medievais e descrita, no séc. XVIII, por Jerónimo Contador de Argote. Em 1910, José Teixeira elaborou a primeira proposta de um traçado para esta fortificação, de configuração oblonga.

Várias escavações, realizadas em diferentes sectores da cidade, permitiram, em conjugação com a cartografia de antigos achados de sepulturas e de epígrafes funerárias, delimitar as quatro grandes necrópoles de *Bracara Augusta* (MARTINS E DELGADO 1989/90b, 41-188), cuja localização é coincidente com o traçado da muralha sugerido por José Teixeira.

Para além da dispersão das necrópoles conhecidas, também os resultados obtidos nas escavações realizadas na Quinta do Fujacal, em 1982 e, posteriormente, entre 1993-94, que permitiram pôr a descoberto um pano de uma fortificação, datada entre meados e finais do séc. III, parecem confirmar aquele traçado.

No entanto, é possível que a malha ortogonal identificada nunca se tenha estendido até esses limites, sobretudo na parte sul. Esta suposição repousa no facto de existirem algumas construções, que não obedecem aos eixos dominantes, NO/SE, todas elas localizadas na periferia do perímetro sul da cidade, onde temos vindo a detectar vestígios de um sector urbano artesanal.

---

[5] Inscrição encontrada em 1891, num desaterro realizado próximo do palacete dos Condes de S. Martinho, anexo ao Largo Paulo Orósio, em frente à Capela de S. Sebastião (BELINO 1896, 40).

Face a estes dados podemos admitir que o plano ortogonal de *Bracara Augusta* contemplou uma cidade mais restrita do que aquela que foi cercada no séc. III, o que nos sugere a existência de uma primitiva cerca, cujo traçado norte poderia coincidir com o da muralha tardia e que, na parte sul, corresponderia aos alinhamentos ainda conservados em taludes visíveis nos mapas antigos de Braga. A admitirmos esta hipótese parece legítimo supor que *Bracara Augusta* terá possuído uma primeira muralha de prestígio, que poderá datar da mesma época em que se projectou a cidade hipodâmica.

O conjunto das intervenções realizadas na área intra-muros atesta uma considerável continuidade de ocupação dos espaços habitacionais, que sofreram sucessivas remodelações até ao séc. V.

Com base nos dados disponíveis podemos destacar dois grandes momentos de construção e renovação urbanas. Um primeiro momento, bem representado em quase todos os edifícios, pode ser datado, provisoriamente, da segunda metade do séc. I, abrangendo uma área bastante extensa da cidade. Um segundo momento, igualmente evidente numa vasta área, teve lugar entre finais do séc. III/inícios do IV, podendo articular-se com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da Galécia.

3.2. Arquitectura

Apesar do número significativo de escavações que foram realizadas no perímetro urbano de Braga são ainda reduzidos os conhecimentos sobre a arquitectura romana devido ao carácter de salvamento da generalidade das escavações, condicionadas ao estudo de áreas restritas e à própria pobreza das evidências que chegaram até nós.

O único edifício público conhecido até hoje, ainda não totalmente escavado, está representado pelas termas do Alto da Cividade. No que se refere à arquitectura doméstica conhecemos a planta integral de uma única casa, que ocupa a totalidade de um quarteirão posto a descoberto na zona das Carvalheiras.

3.2.1. As termas do Alto da Cividade

O edifício das termas públicas do Alto da Cividade foi identificado entre 1976-1977 na sequência de um salvamento num terreno destinado a ser urbanizado. Em 1980 foi objecto de uma extensa escavação durante a qual foi posta a descoberto grande parte da área termal hoje visível (DELGADO *et alii* 1986, 27-42). Posteriormente, o edifício viria a merecer pequenas intervenções que não lograram ainda esclarecer, em definitivo, nem os seus limites sul e oeste, nem o circuito de banhos das suas diferentes fases de funcionamento (Est. III).

Diversos condicionalismos dificultam a interpretação deste edifício: as sucessivas remodelações a que esteve sujeito, o saque dos muros, apenas conservados ao nível dos alicerces e as grandes perturbações que sofreu quando foram instaladas as infra-estruturas para a urbanização do sítio, nos inícios dos anos 70. Vários elementos sugerem que as termas terão sido instaladas sobre um edifício anterior, que poderá datar da primeira metade do século I. Esse edifício, limitado a este por um sólido paredão, que encosta à alterite granítica, possui uma configuração rectangular e utiliza, na sua parte central, vários pilares, que definem três naves.

O primeiro projecto das termas ocupa boa parte da estrutura do edifício anterior, contemplando duas áreas de banhos independentes, que colocam alguns problemas de circulação e que exigiriam duas entradas independentes.

Este conjunto sofreu uma profunda remodelação entre finais do séc. III/ /inícios do séc. IV, que transformou a anterior zona quente em área fria, tendo os hipocaustos sido deslocados para oeste. Nesta fase terá sido inutilizado o sector sul do balneário, eventualmente transformado numa área de serviços.

Tudo indica que o edifício terá perdido a sua função termal, nos finais do séc. IV/inícios do séc. V, tendo os seus espaços sido reaproveitados com outro fim, como sugerem os muros tardios, com uma orientação destoante dos alinhamentos anteriores (Est. III).

3.2.2. O quarteirão das Carvalheiras

O conjunto arquitectónico das Carvalheiras começou a ser escavado em 1982, no âmbito de um salvamento (DELGADO E LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167). As características das ruínas justificaram a preservação do terreno e a sua posterior escavação em área. Foi assim possível pôr a descoberto a totalidade de um quarteirão residencial, limitado por ruas, integralmente ocupado por uma única habitação, que se desenvolve em dois planos, acompanhando o desnível do terreno. Para além desta habitação são perceptíveis, nos limites da área escavada, muros de construções adjacentes (Est. IV). Embora as escavações não tenham ainda sido concluídas e subsistam dúvidas, relativamente às remodelações do sector este, é possível, desde já, fornecer uma ideia das suas principais fases.

A construção original, de excelente qualidade, é constituída por uma casa de átrio e peristilo, com várias lojas que abrem às ruas, a sul e oeste, sendo de presumir que teria várias entradas. Para já é possível considerar uma a sul, outra a oeste e outra a norte. A Sul e Este a casa era rodeada de pórticos.

Na primeira metade do séc. II o quadrante noroeste foi remodelado para instalação de um balneário, tendo sido sacrificadas algumas lojas, bem como parte da área envolvente do peristilo.

Entre finais do séc. III/inícios do IV foram introduzidas alterações neste conjunto, algumas das quais ainda não completamente esclarecidas. Os pórticos foram fechados com muretes, o mesmo acontecendo no peristilo, cujos espaços envolventes foram compartimentados. A fachada oeste foi alterada em sacrifício da rua, que passou a ser mais estreita.

São ainda perceptíveis outras pequenas remodelações, mais tardias, provavelmente no séc. V, ainda não completamente esclarecidas.

4. O FUTURO DE UM PROJECTO

Os estudos de síntese recentemente publicados, dos quais demos aqui um breve resumo, mostram o grande progresso realizado neste longo caminho de aproximação ao que foi a realidade da cidade romana de *Bracara Augusta*. E dizemos grande progresso porque o trabalho realizado permitiu obter dados que podemos considerar hoje como adquiridos, formular hipóteses mais consistentes, consciencializar e seriar dúvidas. Quer dizer, estamos hoje melhor apetrechados para programar com mais segurança e eficácia uma nova etapa de investigação.

No momento de programar esta nova etapa e depois de uma análise crítica dos dados adquiridos, das hipóteses e das dúvidas persistentes, torna-se claro que a improfícua busca de uma cidade augústea, com o seu centro monumental, plano urbanístico e limites, apenas nos permitiu formular e reformular hipóteses, sem nunca nos ter fornecido a evidência da sua localização (MARTINS E DELGADO 1989/90a, 17-20; MARTINS *et alii* 1994). Assim sendo, tornou-se claro que em vez de persistirmos numa dicotomia cidade de Augusto/cidade flávia, aceite até este momento, se impunha libertar, provisoriamente, a investigação deste figurino premonitório e privilegiar os dados já adquiridos como ponto de partida fulcral para o desenvolvimento da investigação futura. Nesta ordem de ideias privilegiamos o único traçado ortogonal sugerido pelas evidências já referidas e a respectiva modulação, estabelecida com base no quarteirão das Carvalheiras e confirmada por outros achados.

De facto, a confirmação deste traçado e a determinação da sua cronologia augústea, julio-cláudia, ou flávia, coloca-nos de imediato num novo patamar de investigação, exigindo que se date com precisão todas as ruas até agora postas a descoberto pelas escavações.

Como é fácil de entender o estabelecimento desta cronologia terá implicações directas na resolução do problema do centro, ou centros monumentais de *Bracara Augusta*.

Impõe-se-nos pois, como segunda prioridade, procurar as evidências de um *forum* romano, tradicionalmente localizado no Largo Paulo Orósio e sugerido pela centralidade desta zona em relação aos eixos fundamentais da cidade e à

área ocupada. Dados os profundos desaterros a que foi sujeita a zona referida, resta-nos apenas a possibilidade de sondar a área da igreja de S. Sebastião e os terrenos livres do Solar dos Condes de S. Martinho.

O avanço dos conhecimentos relativamente à estrutura urbana de *Bracara Augusta* implica ainda, para além da determinação da sua cronologia e área monumental, a definição dos seus limites rigorosos. Na impossibilidade de proceder a sondagens sistemáticas com esse objectivo, impõe-se partir da hipótese, já formulada, da existência de uma primitiva cerca, de perímetro mais restricto, do que o sugerido pela fortificação do séc. III, identificada na Quinta do Fujacal, valorizando-se, deste modo, os desalinhamentos existentes em edifícios detectados na zona sul da cidade, em relação à malha ortogonal conhecida. Neste sentido, será necessário realizar sondagens nos locais coincidentes com um profundo desnível, por onde hipoteticamente poderia passar essa muralha.

Para além dos problemas expostos, relacionados com o traçado e evolução da estrutura urbana da cidade romana, consideramos ainda prioritário desenvolver a investigação relativamente aos problemas não resolvidos pelos estudos já realizados nas necrópoles.

De facto, a natureza fortuita de muitos dos achados funerários, a circunstância das escavações terem assumido, quase sempre, um carácter de emergência, a pobreza e escassez do espólio encontrado, não permitiram uma análise cronológica fina e, consequentemente, o estabelecimento de uma cronologia relativa, melhor fundamentada. Assim, necesssitam de esclarecimento ou confirmação:

1. as cronologias propostas para as mudanças de rituais de enterramento;
2. a aparente relação entre a distribuição dos enterramentos e o estatuto social da respectiva população.

Para tal torna-se necessário proceder a novas intervenções nas necrópoles da via XVII, Rodovia, Campo da Vinha, onde existem ainda áreas livres de construção. Não sendo possível, como seria desejável, enveredarmos por um programa de intervenções sistemáticas nestas zonas, optaremos, assim, por intervenções de salvamento, cuja programação, estabelecida em coordenação com o Gabinete de Arqueologia da Câmara, poderá ser tanto mais facilitada quanto, as zonas de necrópoles estão acauteladas no novo plano director municipal.

São já conhecidos em Braga vários poços romanos, a maioria dos quais postos a descoberto no decurso de intervenções de salvamento, ou de escavações programadas. Conhecida é também uma importante conduta de água, encontrada na zona protegida do Alto da Cividade onde se situam as termas

romanas. No entanto, persistem várias dúvidas relativamente ao sistema de abastecimento de água à cidade, o mesmo acontecendo com a rede de saneamento, nunca considerados prioritários, por força das múltiplas contingências que acompanham as intervenções em áreas urbanas.

A descoberta recente, nos terrenos anexos ao antigo Albergue Distritral, de uma cloaca, com orientação NO/SE, com várias derivações (MARTINS *et alii* 1994, 306, nota 12), leva-nos a decidir que é chegado o momento para proceder a um estudo sistemático da rede de abastecimento e saneamento, cuja fase inicial consistirá numa cuidada pesquisa documental nos arquivos que os serviços de Águas e Saneamento da Câmara se prontifica a pôr à nossa disposição.

BIBLIOGRAFIA

BELINO, A. (1896). *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.

DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, pp. 187-199.

DELGADO, M.; L. A. TAVARES DIAS; F. SANDE LEMOS e A. GASPAR (1984), Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 95-106.

DELGADO, M. e F. SANDE LEMOS (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, pp. 159-176.

DELGADO, M. e A. GASPAR (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, pp. 151-167.

DELGADO, M. e F. LEMOS SANDE (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, pp. 151-167.

DELGADO, M.; GASPAR A. e LEMOS F. SANDE (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.

DELGADO, M. e MARTINS M. (1988) Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, pp. 79-93.

GASPAR, A. (1985). Escavações arqueológicas na R. de Nª Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, pp. 51-125.

LEMOS, F. S. ; DELGADO M. e MARTINS M. (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, Lisboa, pp. 69-78.

MANTAS, V. (1990). Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja, *Geociências*, 5, 1, Aveiro, pp. 75-88.

MARTINS, M. e DELGADO M. (1989-90a). História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 11-38.

- (1989-90b). As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6/7, Braga, pp. 41-186.

MARTINS, M.; DELGADO M. e LEMOS F. SANDE (1993). Arqueologia Urbana em Braga, *III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa (no prelo).

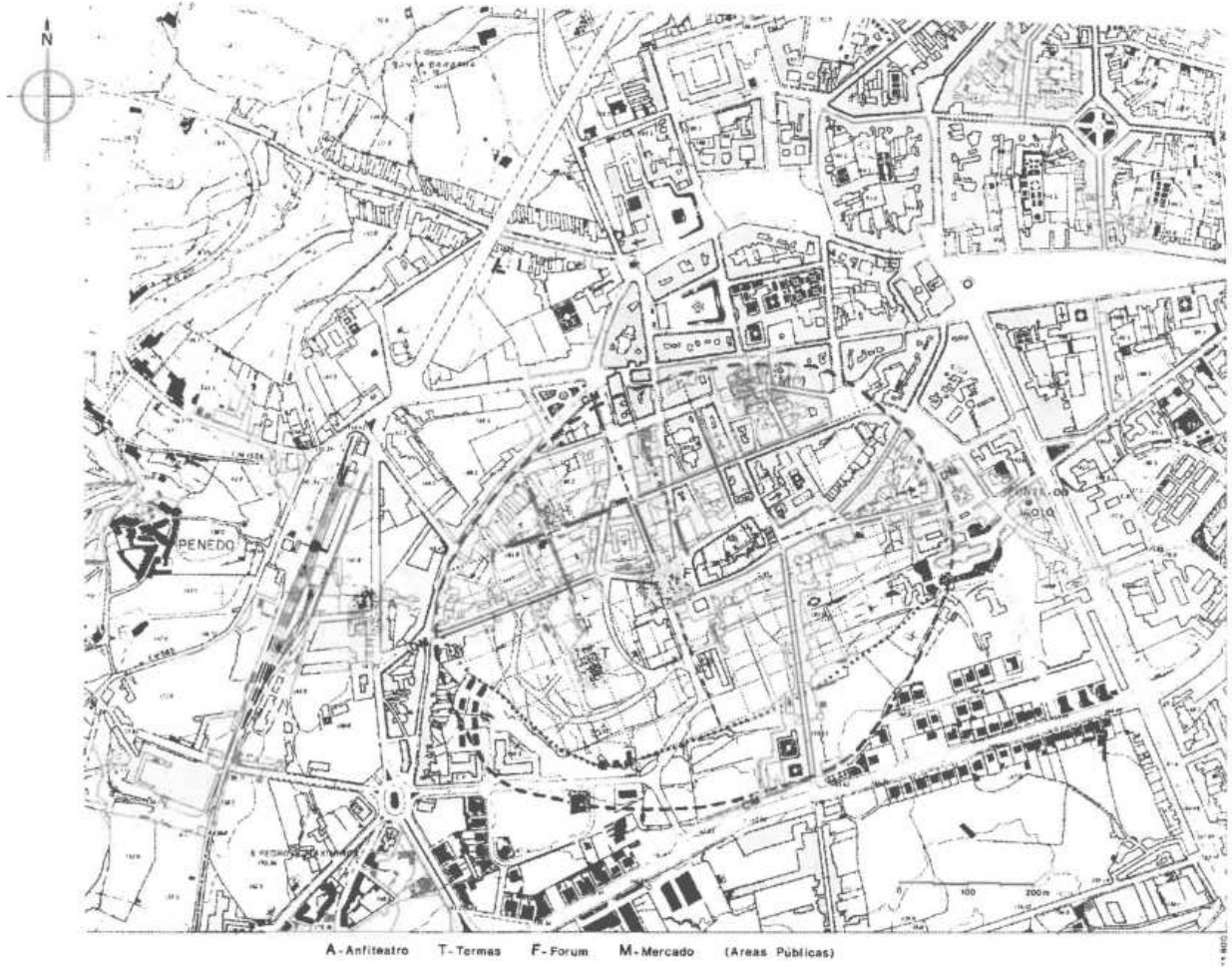
MARTINS, M.; DELGADO M. e ALARCÃO J. (1994). Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*: balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV, 1-2, Porto, pp. 303-319.

OLIVEIRA, E., MOURA E. MOURA, e MESQUITA J. (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga.

SOUSA, J. J. RIGAUD DE (1966a). Inventário dos materiais da Arqueologia bracarense, *Bracara Augusta*, Braga, 20 (43-44), pp. 165-178.

- (1966b). Subsídios para a arqueologia bracarense, *Lucerna*, Porto, 5, pp. 589-59.

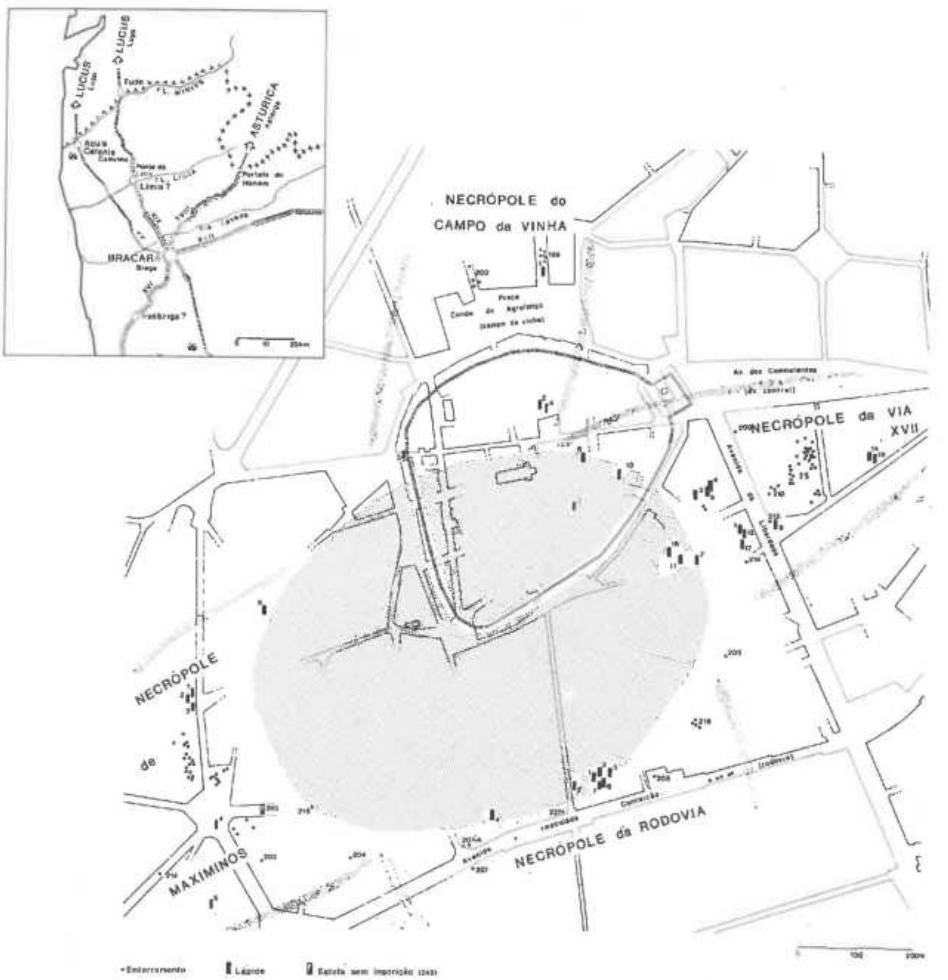
TRANOY, A. e LE ROUX P. (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. B. Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6/7, pp. 187-230.



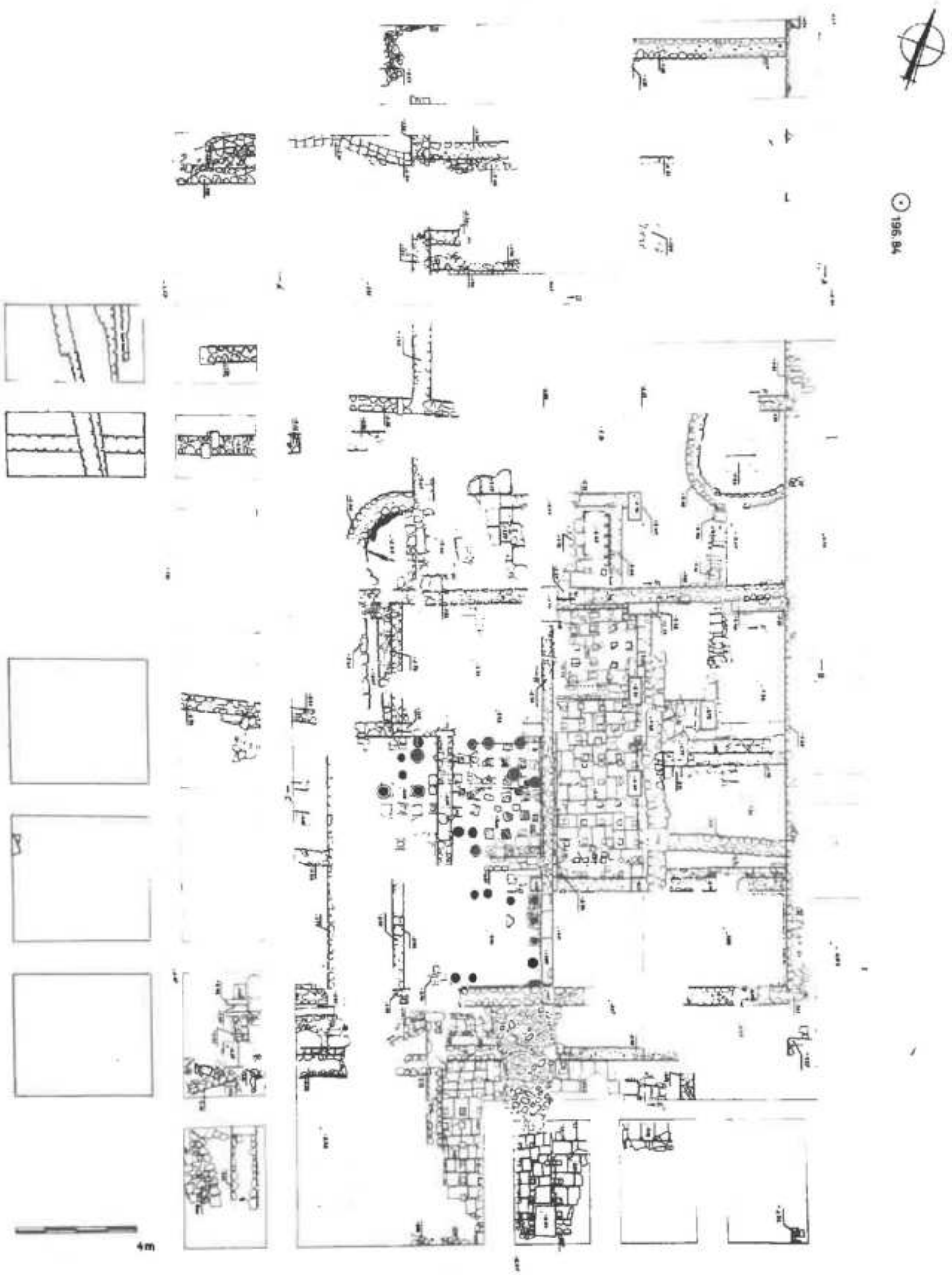
Mapa de Braga c/ localização do perimetro da cidade romana e malha ortogonal

EST. I

EST. II

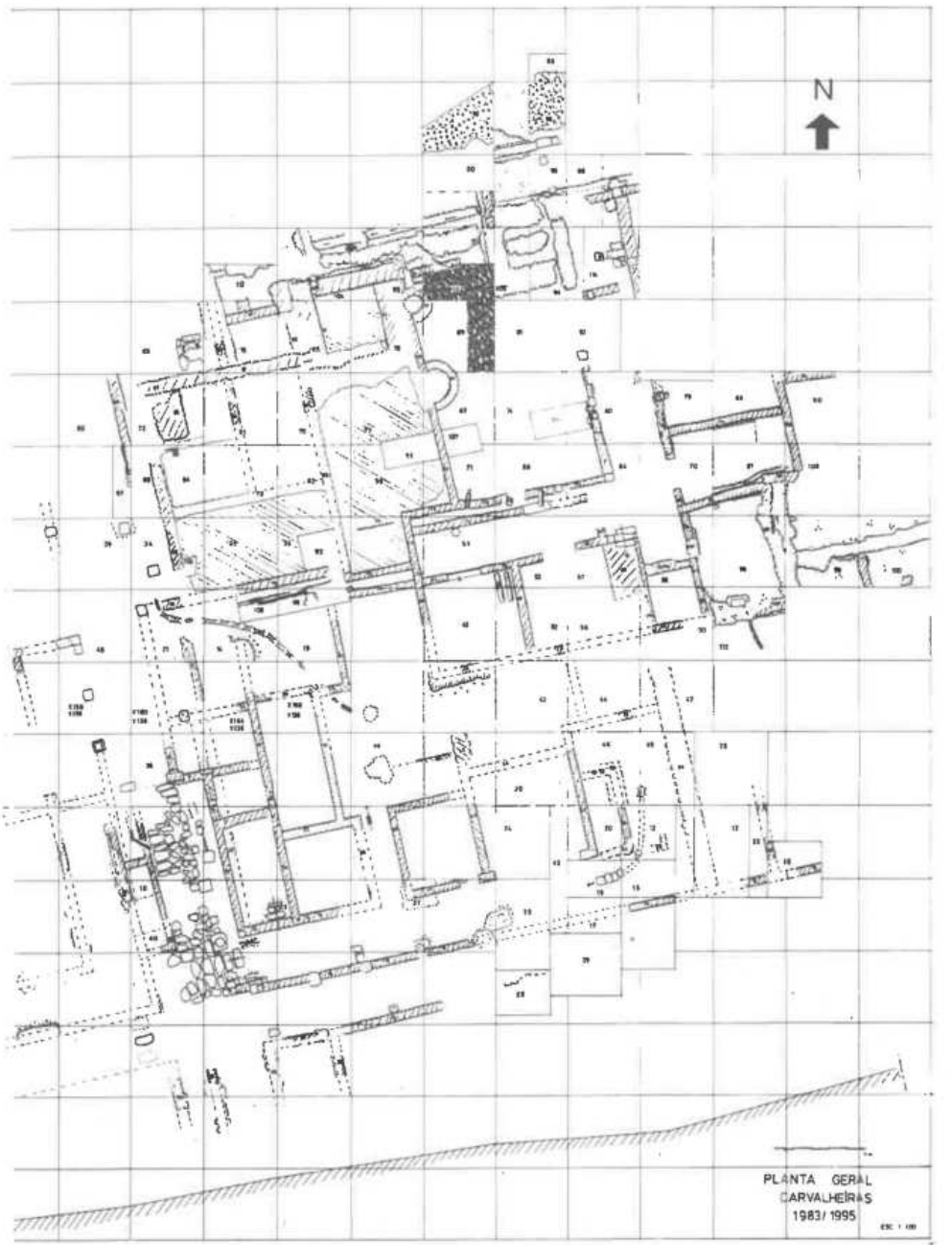


Perimetro urbano de Bracara Augusta e localização das necrópoles



Planta do edifício termal das termas do Alto da Cividade

EST. IV



Planta da zona das Carvalheiras

Intervenção arqueológica municipal no Porto

Resultados, problemas e potencialidades

* MARIA ISABEL N. PINTO OSÓRIO
* ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA

A actividade arqueológica recente de matriz municipal na cidade do Porto tem cerca de dez anos de existência. Iniciou-se com a escavação e posterior musealização do espaço da casa da Rua D. Hugo nº 5, junto à Sé, e conta já com mais de uma dezena de intervenções, realizadas ou em curso, de maior ou menor âmbito e resultados.

Entendemos por isso ser este momento oportuno para um balanço sintético desta década de actividade arqueológica no Porto, apresentando alguns dos resultados mais expressivos, reflectindo limitações e potencialidades, confrontando percursos e vivências com a experiência de outros centros urbanos.

1. BREVE BALANÇO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS (1984-1993)

O Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto (GAU), cujo impulso inicial se encontra ligado à intervenção no morro da Sé do Porto iniciada em 1984, só nos finais desta década alcançou plena legitimação e existência legal nos quadros municipais[1]. Não radicando, ao contrário do sucedido noutros municípios do País, numa decisão política claramente datada e assumida, a existência do Gabinete foi ganhando corpo como resposta às crescentes necessidades de intervenção arqueológica, que fizeram suceder às escavações na Sé as do Castelo da Foz e de outros locais do espaço urbano, particularmente no seu centro histórico.

---

* Arqueólogos do Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto.

[1] M. Isabel Pinto Osório e António Manuel Silva, in *O Porto das Mil Idades — Arqueologia na Cidade. Casa Tait, 1993-1994*, Porto, C.M.P., 1993, pp. 9-13.

Entre as acções arqueológicas levadas a cabo desde 1984 seleccionámos apenas três estações, a casa da Rua D. Hugo nº 5, o Castelo da Foz e a Escola do Forno Velho como casos de estudo, tendo em conta as condições em que decorreram aqueles trabalhos e a importância dos resultados obtidos.

Casa nº 5 da Rua D. Hugo

Este edifício está situado numa das mais antigas artérias do velho burgo (Fig. 1), junto a um dos raros troços sobreviventes da primeira cerca medieval da cidade, que se circunscrevia ao Morro da Sé. A intervenção arqueológica teve início em 1984, pouco depois do arranque de obras de recuperação do prédio, e permitiu identificar uma sequência de cerca de vinte estratos de ocupação que cobrem um período que se estende da actualidade até ao Bronze Final[2]. Da análise das estruturas e do espólio arqueológico recolhido destacam-se três grandes fases de ocupação relacionadas com a evolução do aglomerado na época medieval, no período da romanização e na época proto-histórica (Fig. 2).

Sob os níveis de ocupação da época moderna, intimamente associados ao actual edifício que reaproveita elementos arquitectónicos dos séculos XIV e XVI-XVII, foi detectada uma estreita viela em terra batida que estabelecia a ligação ao caminho que outrora existia sobre a muralha[3]. Paralelamente, foram descobertos os alicerces de duas habitações que ladeavam a referida viela, facto que constitui um pormenor extremamente interessante para a análise da organização urbana dos séculos XIII a XV.

A ocupação alti-medieval, documentada por um significativo conjunto de materiais arqueológicos, revelou um nível de destruição dos séculos V-VI constituído por um derrube de uma estrutura pétrea de tipologia desconhecida com cobertura de tegula e imbrex. Cronologicamente este nível de destruição enquadra-se no conturbado período de lutas civis que ocorreram em *Portucale* durante a ocupação suévica, numa fase anterior à elevação do Porto a sede de bispado.

A escavação dos estratos correspondentes à ocupação romana permitiu identificar diversas construções, parcialmente sobrepostas, cuja cronologia se estende do século I ao século IV. Do período tardo-romano destaca-se a descoberta da face interna de um muro situado no alinhamento da cerca medieval e construído sobre uma habitação de finais do século I, o qual, pela sua implantação e pelo facto de ter ocasionado a condenação do espaço

---

[2] Manuel Luis Real *et alii*, «Escavações Arqueológicas no Morro da Sé», *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, 2ª Série, vol. 3/4, Porto, 1985/86, pp. 7-44; Manuel Luis Real e M. Isabel P. Osório, in *O Porto das Mil Idades...*, pp. 15-24.

[3] M. Isabel Pinto Osório, *Cidade, Plano e Território. Urbanização intra-muros do Porto (sécs. XIII-1ª metade XIV)*, diss. mestr. F.L.U.P., Porto, 1994, polic., pp. 140-141.

doméstico anterior, poderá corresponder a um momento tardio de fortificação da área nuclear do povoado, à semelhança do que sucedeu noutros aglomerados populacionais no Noroeste peninsular. Convém, no entanto, notar que a construção de novas defesas neste aglomerado não deve ter correspondido à retracção do espaço habitado mas antes à fortificação do espaço nuclear, existindo vários indícios de uma fase expansiva da cidade no período tardo-romano[4].

A tradição arquitectónica castreja, sobrevivente à ocupação romana, como sucede noutras estações desta área geográfica, documenta-se para o século I pela localização de uma construção de planta rectangular de cantos arredondados, com piso interior lajeado. Em níveis inferiores, foi detectada parte de uma outra habitação de planta redonda, com átrio, localizada sobre um estrato associado a uma construção circular de aparelho irregular; foram ainda identificados alguns pisos em argila, um dos quais com buracos de poste dispostos em semicírculo, numa sequência de níveis de ocupação que comprova a longa ascendência do habitat proto-histórico no local. Fragmentos de cerâmicas de verniz negro e de um anforisco em pasta vítrea, a atestar importações mediterrânicas dos séculos V-III a.C. revelam-nos um pouco dos contactos comerciais a que o Douro, naturalmente, poderia ter servido de entreposto. Embora não tenham sido detectados quaisquer vestígios habitacionais do Bronze Final, o que a limitada área intervencionada igualmente não favorecia, o aparecimento de fragmentos de cerâmicas manuais com paralelos regionais conhecidos parece fazer recuar até àquele período a antiguidade do povoamento do morro da Sé do Porto.

A natureza dos vestígios localizados e a sua importância para a história da cidade, dado tratar-se da sequência estratigráfica mais longa e a mais antiga detectada no espaço urbano, levaram a uma total reformulação do projecto arquitectónico inicial e da própria utilização do edifício após a sua recuperação, de modo a preservar as estruturas arqueológicas e integrá-las num espaço musealizado[5]. Deste modo, enquanto os pisos superiores do edifício se destinaram à sede de uma associação profissional, o nível térreo e o subsolo escavado originaram um arqueosítio, ainda em fase de instalação e que será futuramente aberto ao público (Fig. 3).

---

[4] A recente descoberta de importantes níveis de ocupação tardo-romana na Casa do Infante é mais um dado a corroborar a tese de uma expansão urbana de *Cale* nos séculos IV-V; Cfr. M. Luís Real, Paulo Dórdio Gomes, Ricardo Jorge Teixeira, M.ª do Rosário Melo, in *O Porto das Mil Idades...*, pp. 35-42.

[5] O projecto de recuperação do edifício é da autoria de Helena Rente e José Carlos Portugal. Cfr. «Nova Sede — Secção Regional Norte da AAP», *Jornal Arquitectos*, Ano XII, 124, Lisboa, Junho 1993, pp. 23-35.

Paralelamente a esta escavação foi realizada uma intervenção no exterior dos antigos paços do concelho medievais, situados nas imediações, cuja estratigrafia revelou profundos revolvimentos mas onde foi possível identificar os vestígios do derrube da cerca medieval, assim como um significativo conjunto de materiais de diferentes épocas.

Castelo de S. João da Foz do Douro

Em 1987 o GAU foi chamado a intervir no Castelo de S. João da Foz, no seguimento de trabalhos iniciados pelos Serviços Regionais de Arqueologia. Tal como na Sé, a escavação arqueológica decorreu paralelamente às obras de recuperação do monumento, e visou, numa fase preparatória, o reconhecimento das estruturas arquitectónicas existentes no local[6]. O programa de pesquisa contemplou ainda a escavação da antiga igreja paroquial da Foz do Douro, edificada entre 1526 e 1547 e que constitui o primeiro exemplar de igreja renascentista construído em Portugal[7].

Paralelamente à intervenção foi feita uma investigação documental que forneceu preciosos elementos para a compreensão da organização daquele espaço na época moderna e para a definição de uma cronologia mais precisa para alguns dos estratos detectados. Deste modo foi possível identificar as principais fases construtivas da fortaleza, responsável pela destruição parcial do templo renascentista por ocasião da Guerra da Restauração.

A escavação no interior do corpo da igreja renascentista revelou um edifício de uma só nave, tipo igreja-salão, com um *nartex* entre as duas torres ao qual se acedia através de hipotético pórtico, informação de elevado valor uma vez que corrigiu a imagem arquitectónica disponível sobre o templo[8] que supunha uma planta de três naves (Figs. 4 e 5).

Na necrópole associada à igreja foram escavadas cerca de trezentas sepulturas da época moderna, distribuídas por diversos níveis de enterramentos, tendo-se recolhido um numeroso conjunto de objectos de cariz religioso dos séculos XVI e primeira metade do século XVII, nomeadamente centenas de contas de rosário em madeira ou azeviche, crucifixos, medalhas e ainda insígnias de Santiago peregrino em azeviche.

Para além de toda a informação que foi possível formular sobre a igreja do século XVI e a respectiva necrópole, as escavações permitiram a detecção e

---

6 M. Isabel P. Osório, in *O Porto das Mil Idades...*, pp. 25-34.

7 Rafael Moreira, «A Obra de D. Miguel da Silva», *Oceanos*, 1, Lisboa, Junho de 1989, pp. 108-110; *Idem*, «D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do renascimento em Portugal», *História e Arte*, 2.ª Série, 1, Coimbra, 1988, pp. 5-23.

8 Rafael Moreira, «D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do renascimento em Portugal», *História e Arte*, 2.ª Série, 1, Coimbra, 1988 , pp. 5-23.

reconstituição da planta de uma antiga ermida medieval, referida documentalmente em 1145[9] mas cuja localização exacta se desconhecia. Contemporâneas da ocupação medieval foram escavadas algumas dezenas de sepulturas estruturadas com pedras, na maior parte dos casos com evidentes indícios de reutilização. Este pequeno templo, ampliado em finais do século XV/inícios de XVI, seria destruído pela construção do monumental edifício de D. Miguel da Silva.

Reutilizada num dos alicerces deste templo proto-românico construído junto à barra do Douro, foi identificada uma ara romana em granito. A leitura, problemática pelo profundo desgaste do campo epigráfico, permite interpretar a peça como dedicada às divindades aquáticas (*Aqvis*), estando o seu carácter votivo atestado pela fórmula final *L(ibens) V(otum) S(olvit)*. Embora fora do contexto original e sem outro espólio coevo, a natureza da matéria prima e da divindade a que está dedicada parecem sugerir ser proveniente da zona da Foz do Douro este importante testemunho epigráfico da romanização.

Forno Velho

A construção de uma escola do ensino básico no Forno Velho, freguesia de São Nicolau (Fig. 6), em área correspondente ao interior da cerca do antigo convento de S. João Novo, revelou a existência de enterramentos humanos no local, o que suscitou a intervenção do Gabinete de Arqueologia[10].

Numa primeira fase os trabalhos arqueológicos visaram a avaliação da natureza dos elementos detectados, através do registo e escavação dos estratos arqueológicos das valas de assentamento dos pilares da construção, cuja abertura havia permitido, aliás, a localização da área sepulcral. Deste modo, foi identificado um cemitério do século XIX, tendo sido detectados cerca de trinta enterramentos. A disposição desordenada das sepulturas, em simples covacho, com inumações múltiplas e frequentemente sobrepostas, sugeriram tratar-se de uma necrópole eventual, relacionada segundo notícias do princípio do século com o período das lutas liberais[11].

De forma a não inviabilizar a construção daquele equipamento escolar, de notório significado social, a intervenção foi programada de maneira a que as escavações decorressem em simultâneo com os trabalhos da obra, com o mínimo prejuízo mútuo (Fig. 7).

---

[9] Azevedo, Rui de, 1961, *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, I, Lisboa, p. 260.

[10] M. Isabel Pinto Osório, António Manuel Silva, José Marcelo Mendes Pinto, *Intervenção Arqueológica na Escola do Forno Velho - Relatório 1993*, Porto, G.A.U., dactil., 1994.

[11] Soares Barboza, «Enterramentos na Freguezia de Miragaia», *O Tripeiro*, Ano III, 75, Porto, 1910, p. 39.

O alargamento em área da zona escavada permitiu ainda a localização de estruturas arquitectónicas em apreciável estado de conservação, constituídas por muros de distintos aparelhos, tendo sido detectados, nomeadamente, dois alinhamentos paralelos de paredes rebocadas, integrando um deles um janelão horizontal enquadrado por moldura granítica biselada, atribuível aos padrões arquitectónicos dos séculos XVI/XVII.

A correlação dos elementos arqueológicos com referências documentais conservadas permite apontar a possibilidade desta estrutura poder corresponder à antiga igreja de S. João de Belmonte, erecta sede de paróquia em 1583 e extinta pouco depois, servindo a igreja para os ofícios dos Gracianos de S. João Novo até ao terceiro quartel do século XVII, altura em que terá sido demolida[12].

Esta descoberta tornou necessária a revisão do programa inicial da intervenção. Na realidade, impôs-se uma reflexão, em diálogo com técnicos de outras disciplinas mas em que os aspectos arqueológicos tiveram sempre a primazia, com vista a decidir até que ponto o carácter dos restos arquitectónicos exumados justificava a suspensão integral da obra ou se, pelo contrário, seria possível admitir-se a sua prossecução, prescindindo da escavação de áreas arqueológicas pior conservadas e reservando os sectores melhor preservados para ulterior pesquisa.

Como se compreende, uma decisão desta natureza, se bem que apoiada em critérios fundamentalmente arqueológicos, teve de levar em conta as necessárias implicações sociais, económicas e políticas da possibilidade de inviabilizar ou adiar por um período longo uma infra-estrutura comunitária cuja necessidade era bem patente no meio local, ao mesmo tempo que poderia gerar um conjunto de expectativas a que o registo arqueológico talvez não desse resposta.

Considerando o diferente grau de preservação dos elementos arqueológicos detectados nas duas salas da escola (que entretanto haviam sido construídas e cobertas por um piso superior), bem como a circunstância de estar controlado o processo de destruição do sítio, foi decidido seleccionar apenas uma das salas para escavação e eventual musealização, o que permitiu à escola do Forno Velho iniciar as actividades lectivas segundo o calendário previsto. Assim, a limitação física da área de investigação constituiu igualmente a garantia de reserva futura de uma parte substantiva do potencial arqueológico do sítio.

Porém, importa acentuar que a filosofia de actuação que presidiu a esta opção foi a de que a nova escola não iria perder uma sala de aula, mas sim ficar **enriquecida** com um espaço arqueológico eventualmente musealizado (prefe-

---

[12] Arquivo Distrital do Porto, *Convento de S. João Novo*, Lv. 8, fls. 9, 22-23v, 54,57.

rencialmente com uma funcionalidade prática no âmbito das actividades educativas), que poderá ser o primeiro exemplo de uma integração desta natureza no parque escolar da cidade do Porto. Esta perspectiva **positiva**, e não meramente de favor, compromisso ou obrigação legal, parece-nos a forma mais correcta de incorporar as memórias materiais da cidade na vivência cultural moderna, uma vez que respeita o Passado como Património, isto é, herança que nobilita e prestigia e não como fardo cujo incómodo se tolera.

2. REFLEXÕES E PROBLEMÁTICA

A experiência de arqueologia urbana que temos desenvolvido no Porto, cujos percursos essenciais vimos traçando nas suas virtualidades e condicionalismos muito próprios, sugere um conjunto de reflexões porventura sentidas por quantos intervêm no subsolo das cidades e cuja explicitação pode por isso ser de utilidade para uma discussão teórica sobre esta temática. Deste modo, entendemos serem as seguintes as principais características da actividade arqueológica corrente nos nossos espaços urbanos.

1. A submissão dos objectivos estritamente científicos da pesquisa aos planos de ordenamento urbanístico, actos arquitectónicos ou política de património;
2. Reduzida capacidade de selecção, por parte do arqueólogo, das estações a intervencionar;
3. Habituais condicionamentos de meios e tempo para a realização das intervenções, impedindo muitas vezes uma adequada programação das actividades arqueológicas e originando grande incapacidade de antecipação em relação aos potenciais factores de destruição;
4. Grande complexidade de sítios arqueológicos, com sequências estratigráficas longas ou testemunhando inúmeras intervenções de ordenamento e adequação dos espaços, ao mesmo tempo que o espólio proveniente das escavações atinge um volume de difícil processamento e estudo;
5. Redução muito frequente da actividade arqueológica às acções específica de escavação, limitando drasticamente as possibilidades de estudo dos espólios e reflexão científica sobre os dados recolhidos;
6. Desconfiança ou antipatia em relação aos trabalhos arqueológicos por parte de proprietários imobiliários, empreiteiros ou mesmo quadros técnicos;
7. Fortes expectativas por parte do meio social ou dos agentes políticos ou económicos que esperam "resultados" relevantes como contrapartida do investimento realizado;

8. Inexistência de um estatuto profissional do arqueólogo e de um quadro de carreiras consentâneo na função pública, o que torna por vezes difusas as atribuições e limites do exercício da actividade arqueológica[13].

Os primeiros aspectos que enunciámos criaram da arqueologia urbana a imagem simplista de uma *arqueologia de circunstância.* Por contraposição à investigação que se desenrola nos meios universitários e à *arqueologia de projecto* em que se enquadram normalmente as acções arqueológicas levadas a cabo por todo o País, a arqueologia que se faz nas nossas cidades parece andar sempre a reboque dos empreendimentos imobiliários ou das grandes obras públicas, escavando-se "o que se pode", "quando se pode" e "como se pode". A selecção dos sítios onde se intervem é feita na exacta medida do risco que correm ou mesmo da destruição que já os afectou, no quadro de emergência e precaridade dos trabalhos que se fazem "5 minutos antes ou 5 minutos depois da passagem da rectroescavadora", como com ironia sintetizou um artigo recente[14].

A este respeito, registamos com agrado que as intervenções efectuadas na cidade do Porto têm em muitos casos permitido uma certa capacidade de antecipação, de que são exemplos as escavações na zona da Sé, no Castelo da Foz ou as projectadas para a Casa-Museu Guerra Junqueiro. Todavia, se as obras ou remodelações arquitectónicas em áreas mais sensíveis do centro histórico vão pressupondo, cada vez mais, a inevitabilidade de uma acção prévia de escavação arqueológica, noutros casos, os achados fortuitos e imprevistos de estruturas ou espólio obrigam à realização de trabalhos arqueológicos simultâneos à execução de obras de construção civil, originando pressões e constrangimentos bem conhecidos de todos quantos escavam nas cidades.

Contra esta imagem circunstancialista da arqueologia das cidades importa talvez acentuar que a arqueologia urbana também é uma arqueologia de projecto, embora este possa não ser de todo público e explícito. A Cidade, na sua dimensão diacrónica, pluricultural e multifuncional, é permanentemente o Projecto dos gabinetes ou serviços municipais de arqueologia. A sua escala, a complexidade e configuração actuais baseiam-se na trama histórica que lhes deu corpo, no "relacionamento cultural e biológico das diferentes gerações"[15].

---

[13] António Manuel Silva, *et al.*, «Bases para a constituição de uma associação profissional de arqueólogos», in *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993)*, no prelo.

[14] Armando Sabrosa e Paulo Espírito Santo, «Almada medieval/moderna - um projecto de investigação», in *Al-Madan*, 2.ª série, 1, Almada, CAA, 1992, p. 5.

[15] Fernando Real, «Os arqueólogos e a noção de cidade: uma entidade em constante transformação», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990)*, Lisboa, AAP, 1991, p. 15.

Por outro lado, se uma certa sobreposição de competências e atribuições entre os serviços regionais do IPPAR, por exemplo, e o Gabinete de Arqueologia Urbana têm sido superadas numa base de colaboração e conhecimento mútuos, não vemos razão, do mesmo modo, para que no tecido urbano não possam "instalar-se" projectos de investigação particulares, da responsabilidade de arqueólogos não vinculados ao Município, desde que o façam em articulação com os serviços municipais e com plena consciência dos condicionalismos e especificidades da pesquisa arqueológica neste contexto. Este poderia mesmo ser um modo de "rentabilizar", no plano científico, parte do capital de informação acumulado em espólios diversificados que os serviços municipais dificilmente terão capacidade física de processar e explorar convenientemente.

As limitações de meios humanos são aliás, no Porto como talvez noutras cidades, um constrangimento importante a uma intervenção mais ampla e porventura mais consequente. De facto, o quadro de técnicos superiores afectos ao Gabinete de Arqueologia comporta três lugares, dos quais apenas um se encontra de momento ocupado, ao mesmo tempo que não existe ainda quadro de técnicos auxiliares ou adjuntos, o que diz bem das restrições de pessoal do G.A.U. Uma das formas de provisoriamente suprir esta dificuldade foi a abertura de um Curso de Património Arqueológico para a formação de técnicos qualificados neste domínio, iniciativa que decorre desde 1992, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e que envolve seis jovens formandos, que poderão eventualmente vir a integrar os quadros técnicos do Município. Por outro lado, o carácter ainda incipiente das estruturas empresariais que começam a actuar no mercado do património arqueológico e a dificuldade em obter mão de obra especializada nesta área não fornecem muitas alternativas para a realização das escavações em condições mais favoráveis, pelo que a disponibilização de meios financeiros nem sempre soluciona satisfatoriamente este problema.

Outro tópico que destacamos relaciona-se com a desconfiança ou mesmo antipatia que envolve algumas intervenções em solo urbano. Se é facto constatável um claro progresso em termos de opinião pública, agora melhor informada e mais sensibilizada para as questões do património arqueológico, bem como uma formação mais abrangente e actualizada dos quadros médios e superiores de outras áreas profissionais que os motiva em maior escala para esta temática, nota-se ainda, por parte de proprietários imobiliários ou empreiteiros (como até por parte de alguns autarcas ou técnicos), uma certa desconfiança, que pode, em casos extremos, chegar à tentativa de chantagem emocional ou económica[16], desviando os arqueólogos dos seus objectivos essenciais em função da

[16] Gonçalves Guimarães, «A problemática do Património», *Africana*, N.º especial, Ano VII, Porto. Univ. Portucalense, 1993, p. 55.

relevância social equipamento colectivo, por exemplo, cuja construção não pode sofrer atrasos nem ver os respectivos custos agravados.

Esta questão liga-se parcialmente com a das expectativas em relação à actividade arqueológica e que os meios de comunicação frequentemente estimulam. Na realidade, ciência facilmente mediatizável numa época em que o Passado parece "estar na moda", a arqueologia gera necessariamente expectativas a que nem sempre os resultados posteriores dão resposta cabal. O público, e nomeadamente os agentes políticos ou económicos, valorizam preferencialmente a vertente monumental da informação arqueológica, em natural detrimento dos aspectos estritamente documentais do registo. Quer dizer, as expectativas sociais (quando não os apoios, financeiros ou outros) estão intrinsecamente ligadas a uma variável que o próprio arqueólogo raramente controla, a saber, a natureza e o estado de conservação dos vestígios arqueológicos.

Como numa mítica viagem no Tempo, espera-se sistematicamente ver irromper por entre as terras em que o arqueólogo labuta o troço de muralha sólido e bem aparelhado, o espaço doméstico fossilizado, o sepulcro inviolado ou os artefactos vindos do Passado intactos e aptos de imediato a ilustrar qualquer vitrine de museu. Contudo, e muito particularmente no subsolo do espaço urbano, em que uma profunda e continuada antropização é responsável por perturbações irreversíveis, a realidade vivida é frequentemente de ordem diversa, a leitura do registo arqueológico menos límpida e os restos conservados bem mais frágeis e dispersos. Os fragmentos cerâmicos mais humildes ou as estruturas latentes que só o olhar do especialista vislumbra não têm impacto social, do mesmo modo que o axioma que atesta que a ausência de vestígios é já em si uma informação positiva não colhe, como se compreende, qualquer favor junto do público.

Esta realidade assume especial importância no caso do espaço urbano do Porto, cuja ocupação romana não parece ter deixado restos arquitectónicos de vulto, como acontece com Braga, Lisboa ou Évora, por exemplo, urbes em que a própria natureza dos vestígios arqueológicos do Império de algum modo terá suscitado ou talvez mesmo facilitado o desenvolvimento da arqueologia urbana. O Porto é ainda, na visão tradicional, uma cidade sem mouros, sem romanos e sem celtas, para citar a mitificada trilogia dos ancestrais peninsulares. Na realidade, a cidade só há dez anos descobriu o seu castro fundador e perspectivou numa primeira sequência estratigráfica contínua a sobreposição do povoamento desde o Bronze Final até à plena contemporaneidade. Porém, esses restos das ocupações mais antigas[17] são ainda muito localizados, decorrendo a

[17] Achados avulsos ou deficientemente contextualizados de indústrias pré-históricas ou outros elementos de similar actividade carecem de investigação por métodos científicos modernos. Cfr. Fernando A. Pereira da Silva, «A Pré-história na zona urbana da cidade do Porto: contribuição para uma análise crítica», *Arqueologia*, 10, Porto, GEAP, 1984, pp. 4-11 e bibliografia cit.

grande maioria das intervenções arqueológicas no espaço urbano em contextos medievais e pós-medievais. Aqui, vão também sendo abertas pequenas janelas sobre espaços e tempos particulares da vida da cidade e vislumbrando-se ténues traços do quotidiano, muitas vezes de profundo alcance histórico mas de difícil incorporação na memória social e nas dinâmicas culturais da actualidade.

Queremos com isto expressar que o arqueólogo não pode, trabalhando em contexto urbano como aliás em qualquer outro, estar constrangido no exercício da sua profissão pela necessidade ou conveniência de desenterrar artefactos ou construções de carácter mais vistoso ou monumental. No caso das cidades, inclusivamente, em que o arqueólogo em geral não tem o poder de selecção das estações a intervencionar, o registo deverá assumir sempre idênticas dignidade e valoração, independentemente do grau de preservação dos vestígios detectados. Por outras palavras, à perspectiva monumentalista, de tradição historicista e positivista que enforma ainda o conceito vulgar de património arqueológico[18], importa reservar espaço e importância para o "património de investigação", mais amplo, mais fluído, mas de valor informativo inegável e suportando riscos acrescidos pela sua "dissimulação" na paisagem[19].

Finalmente, queremos sublinhar que a inexistência de um estatuto profissional do Arqueólogo e uma formulação minimamente explícita do exercício desta actividade no seio do mercado de trabalho, nos orgãos públicos como no sector privado, constituem igualmente factores que condicionam a actividade arqueológica nas nossas cidades. De facto, a arqueologia urbana concentra, frequentemente de forma pouco harmoniosa, um conjunto de valências conexas mas todavia diversificadas, de ordem técnica, científica e cultural. Como técnico, o arqueólogo tem que decidir e actuar, como cientista tem de estudar e concluir, como agente cultural tem de processar e mediatizar a informação recolhida de forma a disponibilizá-la com eficácia na comunidade em que exerce a sua actividade.

O que decorre desta situação, independentemente do valor potencial desta polivalência, é que muitas vezes se revela de todo inexequível dar resposta a tantas e tão variadas solicitações. O enquadramento diversificado dos técnicos superiores da área de arqueologia nos organigramas e quadros de pessoal dos diferentes municípios reflecte, no essencial, esta indefinição de atribuições e competências, bem como eventuais conveniências de serviço ou economia de meios. Deste modo, concentram-se muitas vezes no arqueólogo que escava, publica trabalhos científicos, faz conferências, visita escolas e organiza exposições, funções laborais e sociais que competiriam a um mais

[18] Nuno Carvalho dos Santos, «O Arqueólogo, o Neolítico e a Sociedade», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990)*, Lisboa, AAP, 1991, pp. 129-138.

[19] *Ibid.*, pp. 129-132.

alargado e variado quadro de pessoal. Os esforços que vem sendo desenvolvidos para a constituição de uma associação profissional de arqueólogos[20] permitem, a este respeito, alimentar esperanças de que a médio prazo estas situações sejam melhor clarificadas.

O conjunto de elementos que apresentámos, fruto de uma reflexão baseada na nossa própria experiência de trabalho arqueológico na cidade do Porto, permitem, a nosso ver, equacionar algumas das questões centrais da arqueologia urbana, consideradas nos seus múltiplos constrangimentos e dificuldades mas também, como não podia deixar de ser, na riqueza de potencialidades de que se revestem. No Porto, como em muitas outras cidades do País, a população, os detentores de responsabilidades políticas e os diversos agentes sociais e culturais dão mostras de uma crescente sensibilização e interesse pelo património arqueológico oculto no subsolo urbano. A exposição *O Porto das Mil Idades — Arqueologia na Cidade*, que no primeiro mês de exibição acolheu cerca de três milhares de visitantes, é disto, segundo entendemos, prova concludente. Naturalmente, esta apetência social é também um desafio que os arqueólogos ou encaram responsavelmente ou arriscam perder por muito tempo. Dar um rosto ao passado é o que nos é pedido em proporção crescente. Tarefa exigente e de resposta sempre imperfeita, mas cuja construção tanto toca intimamente o cerne da nossa ciência como enriquece e diversifica de forma indelével a vida e o futuro das cidades que habitamos.

Porto, Fevereiro de 1994

[20] António Manuel S. P. Silva, «Da dependência à dignidade - a urgência de uma associação profissional de arqueólogos», *Al-Madan*, 2.ª Série, 2, Almada, CAA, 1993, pp. 54-57; *Idem et al.*, «Bases para a constituição de uma associação profissional de arqueólogos», in *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993)*, no prelo.

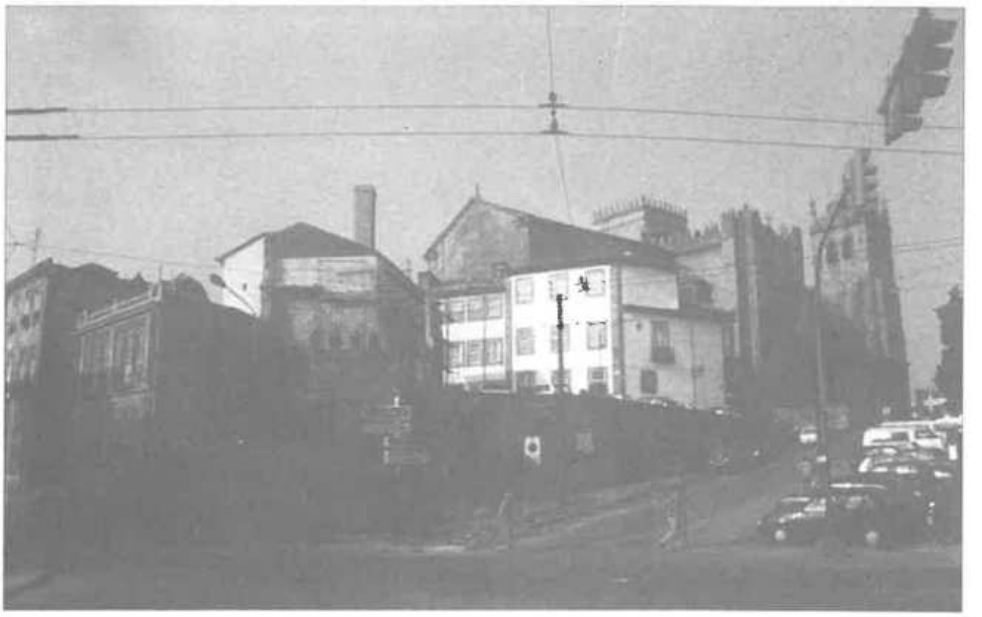


Fig. 1 — *Vista geral do Morro da Sé do Porto, vendo-se a casa nº 5 da Rua D. Hugo com a chaminé em tijolo de uma antiga instalação industrial que ali funcionou*

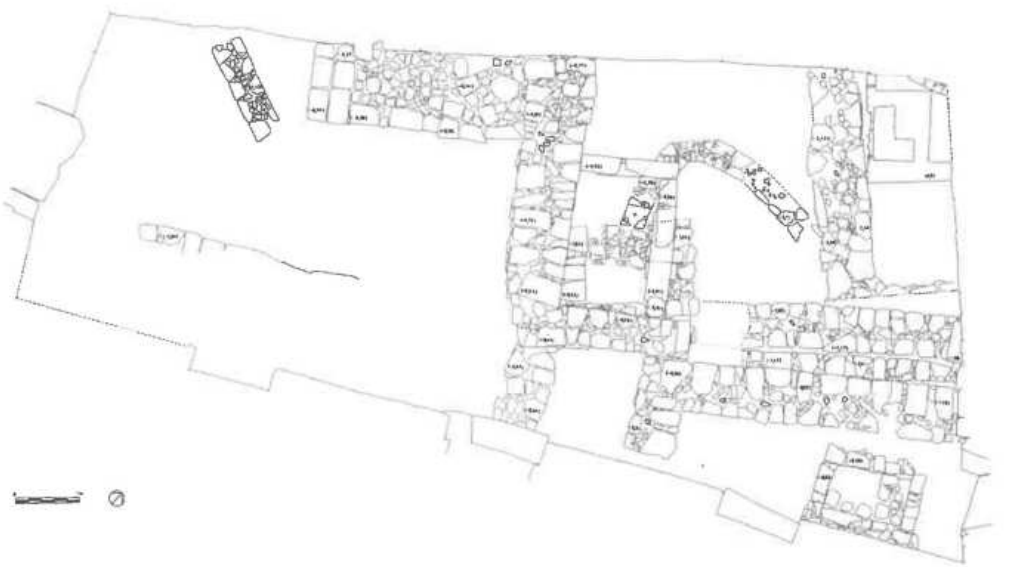


Fig. 2 — *Conjunto das estruturas encontradas na escavação da Rua D. Hugo*

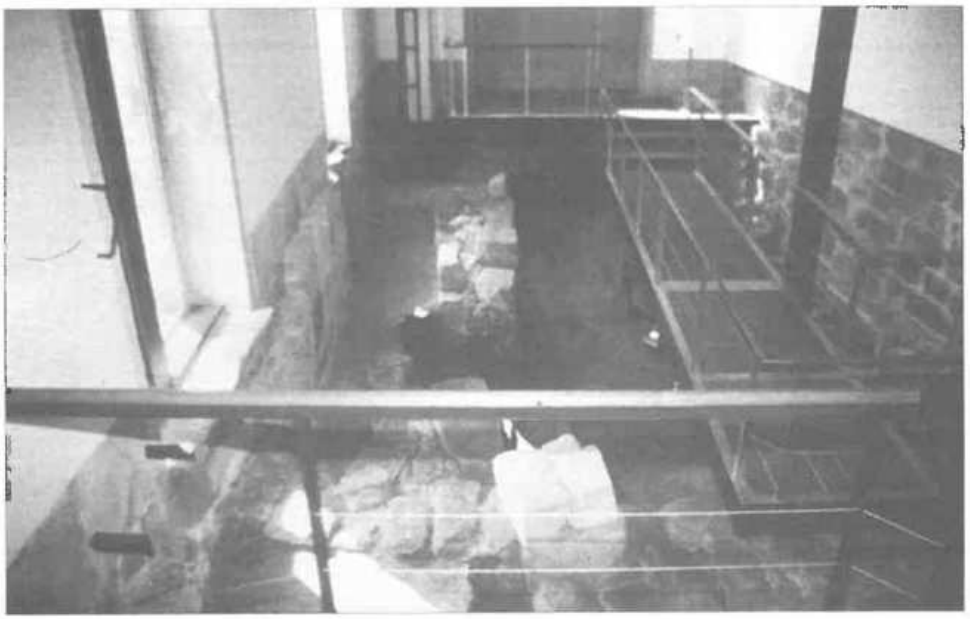


Fig. 3 — *Aspecto geral do arqueosítio da Rua D. Hugo*



Fig. 4 — *Aspecto dos alicerces da igreja renascentista e da ermida medieval localizadas no castelo da Foz*

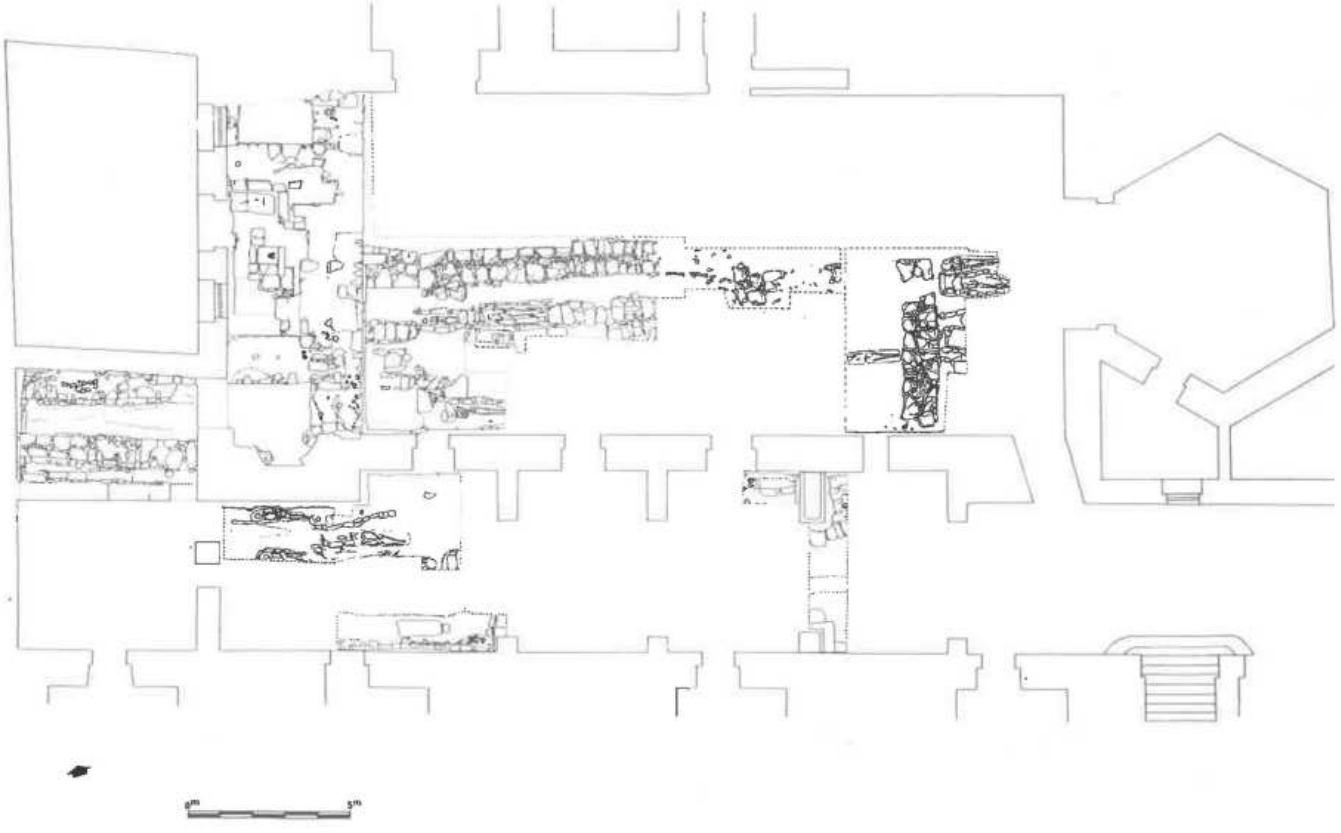


Fig. 5 — *Planta geral das estruturas detectadas no Castelo da Foz*

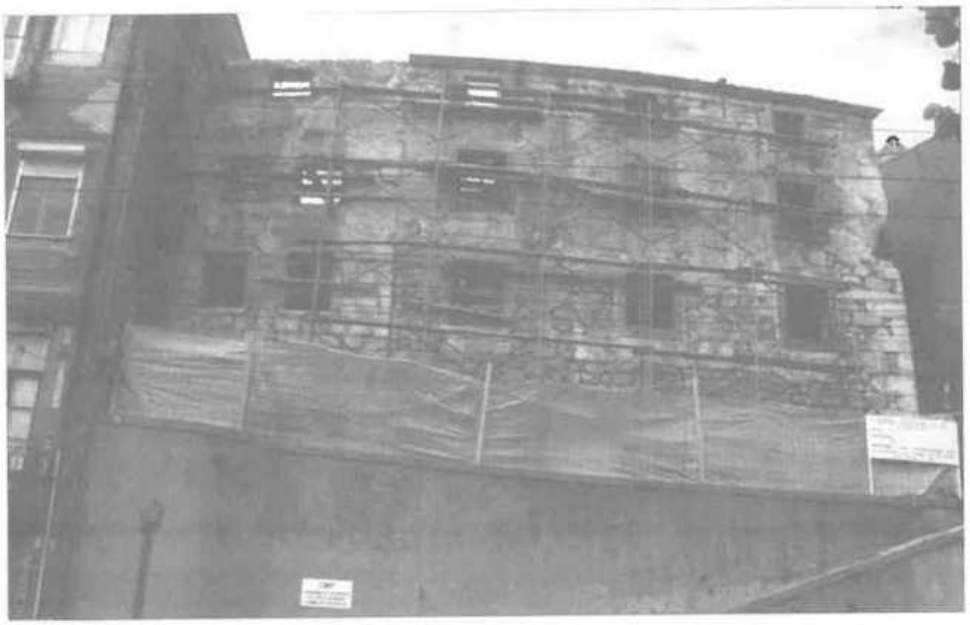


Fig. 6 — *Forno Velho. Fachada dos edifícios durante as obras de recuperação arquitectónica*

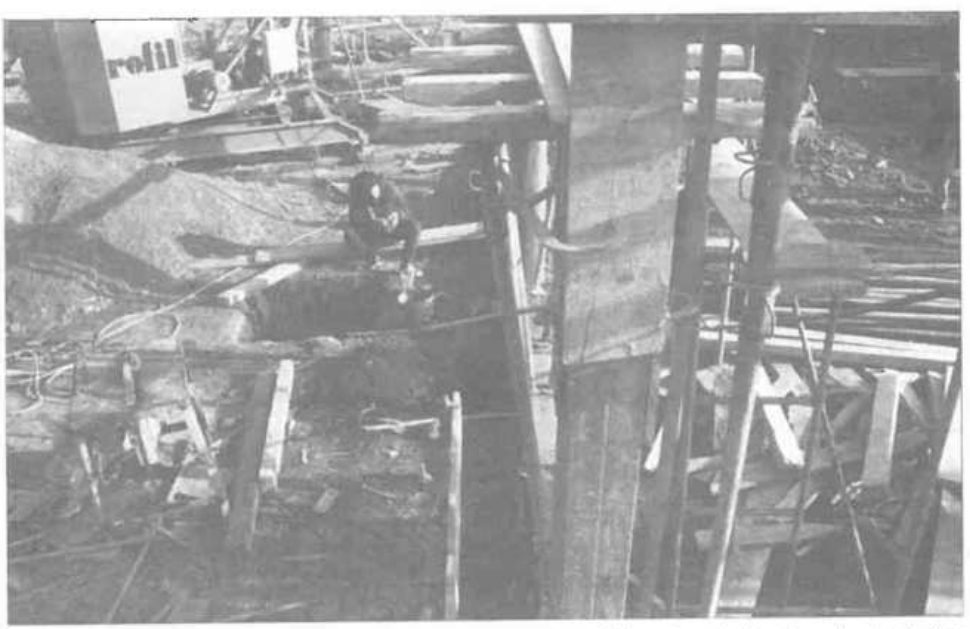


Fig. 7 — *Forno Velho. Aspecto das obras de construção civil e da primeira fase dos trabalhos arqueológicos*

Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia:

Ponto da situação e perspectivas futuras

* JOAQUIM GONÇALVES GUIMARÃES

I — INTRODUÇÃO

A Arqueologia Urbana, um aspecto particular da Arqueologia do Território, é fundamental para o entendimento do actual desenho da cidade, o que faz com que a ciência arqueológica, de mera ciência do conhecimento, se transforme num saber técnico e tecnológico interventivo nos projectos urbanos, sobretudo nos Centros Históricos[1].

Todas as povoações passaram por fases de crescimento que, mesmo quando este não deixou vestígios construídos ou arqueológicos, ficou marcado na planta actual. O factor humano, mais institucional que pessoal, marcou sempre o valor simbólico e real das pré-existências que se mantiveram até ao século XVIII. Foi a industrialização que começou a destruir as matrizes anteriores com a sua enorme capacidade de alteração do tecido urbano muito para baixo da superfície. Este fenómeno sócio-económico trouxe consigo a afluência de grandes massas de operários que se instalam nas ilhas construídas nas antigas hortas e almuinhas, de forma anárquica, acompanhando a especulação sobre os terrenos que muitas vezes incidiu sobre o espaço de antigas instituições ou edifícios (mosteiros, castelos e adros). O Centro Histórico torna-se assim um lugar marginal cujas condições de vida justificarão depois aos netos dos primeiros especuladores a necessidade de esventrar velhos quarteirões invocando questões higiénicas e «sociais». A abertura das novas vias deixa de respeitar as antigas relações, perdendo-se a imagem antiga da cidade. Estes

* Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

[1] A este propósito ver, por exemplo, os diversos estudos publicados in *História Urbana I Intervenció en Centre Històric,* Institut Cartógrafic de Catalunya, Barcelona, 1989.

aspectos em Vila Nova de Gaia, são quase antológicos, tão evidentes eles são: o alojamento oferecido a populações adventícias que trabalha na cidade do Porto destruiu a zona do Agro, às portas do Castelo de Gaia; os armazéns de vinho, com a exportação graneleira deitam fachadas abaixo para permitirem a rápida manobra dos camiões. Chãos potencialmente arqueológicos são esventrados sem qualquer sondagem, entre outros locais, na cerca de Corpus Christi ou no Convento de Vale da Piedade. As ruínas de construções antigas, quando aparecem, são rapidamente destruídas ou soterradas sem qualquer levantamento ou salvamento. Não existe um plano de reabilitação do Centro Histórico e, pior do que isso, não existe um conhecimento da História e da Arqueologia dessa área, fundamentais para originarem uma possível *ideologia* de reabilitação. Não por culpa dos arqueólogos ou dos historiadores. Veja-se o que aconteceu aos restos das Tarracenas reais: num dos poucos muros medievais ainda existentes, abriram-lhe recentemente um portão sem qualquer utilidade.

Até 1978 os poucos achados arqueológicos foram sempre achados fortuitos. As duas únicas intervenções já realizadas deram, só por si, um grande avanço no nosso conhecimento sobre o passado local.

A Arqueologia Urbana em Vila Nova de Gaia, como na maior parte dos núcleos populacionais antigos do nosso país, é bastante recente, pois data apenas do início da década de oitenta. Até aos dias de hoje apenas foram intervencionadas duas áreas da zona do Castelo de Gaia (a acrópole e a Igreja do Bom Jesus a meia encosta) e foi feito um levantamento de emergência de um forno cerâmico, enquadrado na Arqueologia Industrial, em Santo Ovídio. Muito pouco, convenhamos, se atendermos à área da cidade, ou mesmo do seu Centro Histórico.

O presente texto pretende precisamente abordar as potencialidades arqueológicas conhecidas na área considerada, os meios humanos, técnicos e científicos disponíveis, a rentabilização do trabalho já realizado e a programação do trabalho futuro.

II — ARQUEOLOGIA E EVOLUÇÃO URBANÍSTICA DE VILA NOVA DE GAIA

Esta cidade até há poucos anos atrás compreendia apenas as freguesias de Santa Marinha e Mafamude, a que se juntou em 1952 a freguesia da Afurada, por desmembramento da primeira. Até ao século XIX, a vila era apenas a zona ribeirinha (ou seja, Vila Nova), centrada na Rua Direita que desembocava no Largo da Praia e na extensa ribeira que ia desde o sopé da Serra do Pilar até ao Castelo de Gaia. O resto eram conventos, armazéns, quintas e pequenos núcleos habitacionais que ladeavam as estradas que se dirigiam para Sul, tais como S. Cristóvão, a Bandeira, Coimbrões ou o Candal. Na Bandeira existiam estalagens que asseguravam o apoio à malaposta; Coimbrões era

conhecido pelas suas olarias. O resto era área agrícola. A poente ficava a colina de Gaia.

O núcleo matricial da actual cidade resultou da junção de dois aglomerados populacionais ribeirinhos medievais: Gaia, o *Portucale castrum antiquum* da crónica de Idácio e das Actas dos Concílios de Lugo e a *Vila de Portugal* situada na encosta da zona baixa, referida num apógrafo do século XII com data atribuída ao século X (*D.C.* 25), ou seja, a futura *Vila Nova* dionisina. Desnecessário se torna aqui referir a omnipresença do Rio Douro na determinação deste povoamento e a sua colocação estratégica para a sua travessia, em relação às povoações da margem direita *(Miragaia, Vila do Bispo)* de onde continuavam os caminhos e as estradas em direcção a Bracara Augusta. Vejamos os períodos de desenvolvimento «urbano» destas duas povoações, que em 1834 se fundem numa só.

1 — Antes da afirmação documental destes dois núcleos «urbanos», temos hoje alguns poucos vestígios sobre o povoamento pré-mediévico do território da actual cidade: para além de vagas referências a alguns artefactos líticos de Coimbrões de possível cronologia neolítica, existem referências às mamoas da Forca, da Cama e do Grou, nos limites da freguesia de Santa Marinha, para além de um núcleo megalítico em Paço de Rei, Mafamude, todas elas hoje desconhecidas ou definitivamente perdidas, com excepção da mamoa da Cama, cujo «negativo» ainda existe[2]. O Monte do Cristo, na telheira poderá ser uma pista a sondar, se não se tratar de uma antiga invocação de S. Sisto. Desconhecemos a existência do menhir que o Prof. Mendes Correa assinalou na Serra do Pilar[3].

O Bronze Final está documentado pela existência de quatro machados de bronze, mas cuja jazida exacta se desconhece, bem como outros pormenores do achado que deverá ter ocorrido na periferia da actual cidade (MONTEAGUDO, 1977). Porém nas escavações do Castelo de Gaia foi encontrado um fragmento cerâmico que aponta para esta cronologia (SILVA, 1984).

A Proto-história conta com a existência de dois povoados castrejos, o Castelo de Gaia e o Castro de Mafamude. Se o primeiro está perfeitamente caracterizado pelas intervenções arqueológicas já realizadas *(idem, idem),* o segundo não revelou até à data qualquer espólio, até porque foi intensamente removido no século XIX para a extracção de pedra para o túnel ferroviário que

---

[2] Cf. Gonçalves Guimarães, *Gaia e Vila Nova na Idade Média — Arqueologia de uma área ribeirinha,* dissertação de Mestrado em Arqueologia, Porto, 1993, pág. 31 e *idem, O Megalitismo no Litoral do Entre-Douro e Vouga: Inventário de Monumentos e Tentame Interpretativo,* Porto, 1990 (dactilografado).

[3] Cf. *História da Cidade do Porto,* direcção de Damião Peres e António Cruz, Porto, 1962-1965, 1.º volume, pág. 17, ou CORRÊA, 1935, Est. II.

hoje serve de cave da Real Vinícola. Na Serra do Pilar foram encontradas duas Tetradracunas de entre os séculos V e IV a.C.[4]; porém as condições do achado, ocorrido em finais do século XIX, não nos deram mais qualquer informação sobre a ocupação do local (HIPOLITO, 1983; CENTENO, 1987). Permanece pois desconhecida a ocupação antiga da Serra do Pilar, intensamente revolvida a partir do século XVI.

2 — A romanização deste território urbano é particularmente evidente no Castelo de Gaia, onde foram detectadas estruturas e espólio do século I d.C. e do Baixo Império (SILVA, 1984), para além de um cipo da época de Cláudio (MATTOS, 1937; PERES, 1962; SILVA, 1984; ALARCÃO, 1985). Em Coimbrões, por onde seguia a estrada de Gaia para *Aeminium,* foram encontradas igualmente algumas moedas e fibulas romanas (DUARTE, 1987). Uma tentativa de estudo das estradas antigas que aqui aportariam foi tentado nos anos trinta por Armando de Mattos (MATTOS, 1937), carecendo de revisão actual.

3 — A Alta Idade Média, cuja evidência local até há bem pouco apenas se discutia ou opinava na base de interpretações documentais, a partir de 1988, com a escavação da Igreja de Gaia e do estudo das estruturas subjacentes ali encontradas e do respectivo espólio, passou a ter um referencial arqueológico que temos vindo a publicar (GUIMARÃES, 1989 *c;* idem, 1993 *d),* e a expor no Núcleo Museológico de Arqueologia da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, onde aliás se encontra algum espólio anteriormente referido *(idem, idem).* A Idade Média Plena é aqui mais conhecida através do estudo dos documentos do que das estruturas e espólio, pesem embora os resultados colaterais, a retirar do estudo do material proveniente das escavações já referidas.

Foi essa análise que já nos permitiu assinalar a existência de cinco períodos medievais bem característicos neste Centro Histórico, os quais correspondem a um determinado desenvolvimento urbano balisado por alguns edifícios e arruamentos.

3.1 — O primeiro decorre entre 459 e o século IX e corresponde ao período suévico-visigótico, caracterizado pelas ruínas de um edifício (sob a Igreja de Gaia) e por abundante espólio desta mesma escavação.

3.2 — O segundo período será o das guerras de fronteira no Wádi Duâiro, com o problema da presença árabe que ficou tão vivamente marcada na literatura tradicional: Edrísi fala da *alcaria nova de Gaia.* Este período, que deve

[4] O Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, na arguição da nossa Tese de Mestrado (vide nota 2), informou-nos que o número de moedas aparecido na Serra do Pilar terá sido superior aos dois exemplares referidos na Bibliografia.

decorrer entre 715 e 1064, data da tomada de Coimbra, não tem ainda referências arqueológicas. Ignoramos quase tudo sobre o Castelo de Gaia e sobre o Mosteiro de Santa Marinha *(D.C.*, 12; MATTOSO, 1968, 53).

3.3 — O terceiro período, a que chamamos obscuro obviamente por falta de dados, situa-se entre aquela data e 1255: apenas umas vagas referências à Igreja de São Martinho de Gaia (provavelmente o segundo estrato arqueológico da actual Igreja de Gaia), algumas referências às estradas antigas (GUIMARÃES, 1993 *f)* e, durante o qual, Gaia deve ter-se assumido como cabeça do Julgado do mesmo nome, ao mesmo tempo que parece haver um certo desenvolvimento do *Burgo do Porto de Gaya* ou seja, da povoação da zona ribeirinha mais baixa. Já então é evidente a bicefalia urbana local *(idem, idem).* Para este período escasseiam também os dados arqueológicos.

3.4 — O quarto período corresponde à afirmação concelhia decorrente de dois forais, o de D. Afonso III de 1255 (Gaia) e o de D. Dinis, de 1288, (Vila Nova). Deve corresponder a um período de florescimento urbano, com a ocupação de alguns espaços disponíveis na encosta, a fundação do Mosteiro de Corpus Christi em Vila Nova, a criação da feira anual, a melhoria das condições habitacionais do Castelo, a construção da *Casa do Concelho de Gaia* e dos *Paços del Rei,* aos quais poderá corresponder a parte antiga da casa de Campo Bello. Este período termina com a destruição do castelo pelos habitantes do Porto em 1384 e para ele também não temos muitas referências arqueológicas.

3.5 — Segue-se o período que denominamos de sujeição à cidade do Porto, pois esta cidade consegue anexar ao seu governo a administração de Gaia e de Vila Nova, se bem que estas povoações continuassem a manter larga autonomia administrativa.

Neste período a senhorialização das duas povoações determina-lhes o facíes urbano, pontuado pelo funcionamento das Tarracenas, concerteza já iniciado nos períodos anteriores. Constrói-se ou adapta-se então uma estalagem em Vila Nova *(idem, idem,* 43). A Arqueologia, desta época, conhece duas epígrafes: uma lápide sepulcral de Alvaro Anes de Cernache e um dintel com uma frase enigmática, talvez alusiva à perdida autonomia *(idem, idem,* 128 e segs.). Conhece ainda uma pedra-de-armas, *(idem, idem,* 132), restos dos muros das Tarracenas *(idem, idem,* 107) e numária medieval da área sepulcral da Igreja de Gaia *(idem, idem,* 134 e segs.), que aliás também continha, embora em menor número, numismas de épocas anteriores.

4 — O foral de D. Manuel, de 1518, encerra aqui a Idade Média, não só do ponto de vista jurídico, como no ponto de vista simbólico, ao unir num só documento a fiscalidade de ambas as povoações. Logo a breve trecho começam

as alterações urbanísticas motivadas pela construção de novos edifícios ou alargamento de antigas construções. É o caso da Igreja de Santa Marinha, melhorada ainda no século XVI e refeita a uma cota superior por meados do século XVIII; o Mosteiro de Corpus Christi, também alargado e reedificado a uma cota superior no século XVII com a pedra retirada das Tarracenas; a própria Rua Direita a crescer pela encosta ao longo da Viela dos Ferradores, a costa da Igreja para o Campo do Sineiro; inicia-se entretanto o povoamento do montado da Fervença. Ambas as povoações vêm então surgir dois enormes edifícios que marcam aqui o aparecimento da Época Moderna, do ponto de vista urbanístico: a Nascente, o Mosteiro da Serra do Pilar, cuja construção se inicia em 1538; a Poente, o convento de Santo António de Vale da Piedade, iniciado em 1569. Em Gaia, a Casa de Campo Bello é reedificada em 1580, conforme inscrição lavrada no dintel do portão principal, após ter sido incendiada pelas tropas de Sancho d'Ávila. Conhecemos uma vista de Vila Nova de meados do século XVII quando por aqui passam Cosme de Médicis e o seu pintor Pier Maria Baldi em 1669, registando para a posteridade o aspecto da povoação na vista que este faz da cidade do Porto, situada na outra margem do Rio.

Mas não conhecemos quase nada dos objectos do seu quotidiano, que a Arqueologia ainda não teve ocasião de revelar.

Este período abrange toda a Época Moderna, até ao reinado de D. José. Curiosamente não há aqui edifícios manuelinos; apenas os edifícios maneiristas dos conventos já referidos, cuja largueza e austeridade é continuada no risco nasoniano da «nova» Igreja de Santa Marinha, sem laivos de barroquismo (GUIMARÃES, 1991 *a)*.

5 — Em 1756 cria-se a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que teve uma extraordinária acção de modernização nos armazéns das empresas exportadoras de vinhos que já existiam em Vila Nova de Gaia e no incremento da construção naval ao longo da sua praia. Em 1777 o bispo do Porto, ao mover uma acção judicial contra a Companhia e, por extensão, contra todos os exportadores de Vinho do Porto baseado no Foral de D. Teresa de 1120 que assegurava à Mitra um certo rendimento sobre o vinho descarregado naquela cidade, faz com que os comerciantes mudem quase a totalidade dos seus armazéns para Vila Nova de Gaia, construindo então os que ainda hoje existem em todo o espaço disponível englobando antigas artérias medievais, fazendo desaparecer terrenos de cultivo.

Este fenómeno, muito bem localizado no tempo, acabou com a modorra urbanística local e desenhou grande parte do actual Centro Histórico da cidade que, desde então, pouco se alterou, até meados do século XIX.

Mas esta alteração urbanística teve igualmente a ver com a chegada de uma primeira fase de industrialização cuja arqueologia está por estudar.

5.1 — Este período «pombalino» de desenvolvimento local teve pelo meio alguns contratempos e muitas destruições: referimo-nos às lutas liberais que, entre muitos outros estragos, provocaram o incêndio do Convento de Santo António de Vale da Piedade e dos armazéns da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, bem assim como de muitos outros armazéns e de muitas casas. O Mosteiro da Serra do Pilar ficou igualmente muito danificado. Tudo isto contribuiu para o desaparecimento de edifícios antigos e sobretudo para a alteração dos que ficaram e foram reconstruídos após a vitória liberal. A burguesia enriquecida abandona então as zonas mais antigas e vai fazer os seus palacetes para as áreas mais desafogadas (GUIMARÃES, 1986 *a)*.

5.2 — Em 1843 um outro acontecimento altera o urbanismo local: a inauguração da Ponte Pênsil. Até essa data as ruas existentes eram as da Idade Média, talvez com excepção da Calçada da Serra construída para permitir um melhor acesso à portaria do Mosteiro, para quem vinha de Vila Nova. Para assegurar o acesso fácil à nova ponte, inicia-se a construção da Rua General Torres, a qual, partindo da Bandeira seguia a meia encosta sobre aterros e arcaria, desviando o trânsito e o comércio da Viela dos Ferradores e da Rua Direita, o que leva à rápida degradação da importância económica de Vila Nova como entreposto comercial, apenas se mantendo, com alguma pujança, o vinho e a indústria cerâmica, até à abertura do Porto de Leixões nos anos vinte deste século *(idem, idem)*.

É o segundo período industrial, a que a chegada do comboio às Devesas em 1864 veio trazer grande animação devido à facilidade de abastecimento de matérias primas e ao fácil escoamento de produtos, pelo menos até 1877, data em que se conclui a ligação ferroviária com Companhã através da Ponte Maria Pia e depois a ligação rodoviária conseguida entre o Porto e Vila Nova de Gaia com a Ponte Luiz I, em 1886.

Tal como a Arqueologia Industrial do primeiro período referido está por estudar, para este outro segundo período apenas possuimos uma introdução ao seu estudo *(idem, idem)*.

5.3 — Com o consequente desvio de muitas actividades comerciais para o Porto de Leixões e mesmo para o Porto de Aveiro, como foi o caso das fábricas de rolhas que desaparecem de Vila Nova de Gaia à medida que se vão instalando em concelhos situados mais a Sul, a partir dos anos trinta deste século muitas das actividades tradicionais aqui implantadas vão desaparecendo, o mesmo sucedendo com a indústria, o que provoca uma profunda alteração social e consequentemente urbanística no Centro Histórico, da qual ele nunca mais se recomporá. A morte do tráfego fluvial acarretou a subalternização de Gaia e de Vila Nova, com o consequente envelhecimento da população e a degradação de quarteirões inteiros.

Com a inauguração da Ponte da Arrábida em 1963 fecha-se uma autêntica circunvalação por onde se escoam produtos e pessoas que já não precisam de passar pelo Centro Histórico. Fica apenas o Vinho do Porto, mas a liberalização da sua produção obtida após o 25 de Abril (repetindo erros de outras épocas) acelera também, num sector que vende tradição, a sua decadência. A auto-estrada trouxe igualmente os camiões TIR até às apertadas ruas e vielas de Vila Nova de Gaia e a «justificação» que as multinacionais e os autarcas encontraram para as alargar, esventrando fachadas, destruindo pavimentos antigos, fazendo desaterros para implantar cubas de aço, enfim, dando um rude golpe no urbanismo antigo ainda existente. Com o abandono da população e das actividades tradicionais vieram os bairros dormitórios, a descaracterização dos espaços a despersonalização desta paisagem urbana tão humanizada que a Arqueologia pode ainda vir a revelar. Encerrou-se assim o fim do terceiro período industrial que também não está estudado, não obstante algumas firmas ainda possuirem máquinas e outras ferramentas até há pouco utilizadas.

III — REFERÊNCIAS ANTIGAS A ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS

Não é por falta de bibliografia, ou de documentação, que a Arqueologia Urbana em Vila Nova de Gaia não começou mais cedo e com outros meios que os problemas, para os quais ainda não há, resposta, justificavam. Só a questão da indeterminada localização de *Cale* ou a da existência de *Portucale Castrum* deveriam ter a tal movido os poderes públicos. A existência de ruínas no local do Castelo deveriam ter sido mais que suficientes. Pondo de lado, por ora, a documentação, já no século XVI, na sua *Geografia d'Entre Douro e Minho...*[5], João de Barros chamara a atenção para a epigrafia romana do Castelo de Gaia e Francisco Dias, nas suas *Memórias...*[6] descreveu a importância das Tarracenas, então já muito antigas e cuja primeira referência documentada é de 1392 e das quais chegaram aos nossos dias alguns vestígios que não foram ainda escavadas. No século XVII, D. Rodrigo da Cunha, no *Catálogo e História dos Bispos do Porto*[7] refere-se também à antiguidade do lugar de Gaia e Frei Luís de Sousa na *História de S. Domingos...*[8] descreve o destruido (ou escondido?) sarcófago de Alvaro Anes de Cernache que existiu na primitiva Igreja do Mosteiro

---

[5] Cf. BARROS, João de — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes;* Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919 [ms. 1549].

[6] Cf. DIAS, Francisco — *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-rei no Porto;* Gabinete de História da Cidade do Porto, 1937 (com prefacção e notas finais de A. de Magalhães Basto); [séc. XVI].

[7] Cf. CUNHA, D. Rodrigo da — *Catálogo e História dos Bispos do Porto,* Tomo I, 2.ª edição, Porto, 1742 (1.ª edição 1628).

[8] Citado por CAMPO BELLO, Conde de — *A Casa de Campo Bello; Cernaches Senhores de Gaia--a-Grande,* in História de Gaia, Fasc. 13, pág. 468, G.H.A.V.N.G., Vila Nova de Gaia, 1987.

de Corpus Christi e do qual hoje só se conhece a inscrição fúnebre que se guarda na Casa de Campo Bello e que Armando de Mattos publicaria em 1935[9]. A primeira notícia sobre uma outra inscrição medieval de Gaia tinha sido entretanto publicada em 1909 por Cherubino Lagoa[10].

Em 1937 ainda Armando de Mattos tenta um ensaio de Arqueologia do Território dando uma importante achega para o estudo da viação antiga, relacionando-a com o problema de *Cale* e da travessia do Rio Douro[11].

Muitos outros autores antigos deixaram publicadas referências dispersas e avulsas a estruturas arqueológicas de Gaia e Vila Nova que falta sumariar. O mesmo se poderá dizer da documentação, mesmo a oitocentista, poderá ainda revelar.

IV — AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS EFECTUADAS

Em 1983 Armando Coelho Ferreira da Silva dirige as primeiras escavações cientificamente conduzidas no alto da colina de Gaia, no lugar do Castelo, num terreno pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Porto visando três objectivos: «documentar critérios de ocupação e organização do território em função das bacias hidrográficas, no caso vertente do Rio Douro...»; «contribuir com elementos concretos para a clarificação do problema da localização de *Cale...*» e «averiguar da pervivência castreja ou da presença medieval...» do lugar (SILVA, 1984, 45).

Tratando-se então de uma pequena sondagem de 16 m^2, as conclusões foram no entanto deveras importantes: confirma-se o Castelo de Gaia como um povoado castrejo datável do Bronze Final e com ocupação no século I d.C. e Baixo Império, mas não identificável com a mítica *Cale;* a sondagem, realizada no meio do que poderá ter sido a alcáçova ou o pátio-de-armas do Castelo medieval, não revelou quaisquer estruturas medievais (SILVA, 1984, 46 e segs.).

Em 1985 o mesmo arqueólogo dirige nova sondagem um pouco a poente da anterior, tendo encontrado, para além de aspectos arqueológicos relacionados com os atrás descritos, espólio identificável com a bateria miguelista que ali foi instalada aquando das Lutas Liberais (1832). Iniciava-se também assim, embora de uma forma indirecta, a Arqueologia Militar ou de Campo de batalha cujo único antecedente entre nós foi concretizado por Afonso do Paço no Campo de Aljubarrota.

---

[9] Cf. MATTOS, Armando de — *Alvaro Anes de Cernache, na Passagem do 550.º aniversário da Batalha de Aljubarrota,* Vila Nova de Gaia, 1935.

[10] *O Tripeiro,* n.º 46, Porto, 1909.

[11] Cf. MATTOS, Armando de — *As Estradas Romanas no Concelho de Gaia,* in Brotéria, vol. XXIV, Fasc. 6, Lisboa, 1937.

Em 1988, por solicitação da Junta de Freguesia de Santa Marinha e da Confraria do Bom Jesus de Gaia, havendo necessidade de grandes obras de beneficiação na Igreja de Gaia, também conhecida como Capela da Senhora da Bonança, iniciamos escavações arqueológicas no seu interior, que se prolongaram até 1990, tendo voltado ainda a realizar uma pequena operação de salvamento em 1992[12].

Esta escavação revelou três estratos de ocupação abaixo do nível do soalho então existente: uma área sepulcral, concerteza utilizada desde a Idade Média, uma área de grande derrube e incêndio ocorrida também na Idade Média e sobre cujo entulhamento foi erguido o templo actual e, debaixo destes materiais, que incluiam grandes batólitos, um outro nível de destruição e as ruínas de um edifício tardo-romano que foi derrubado no século VI, a avaliar pela cerâmica paleocristã encontrada no nível mais baixo, situado a mais de dois metros de profundidade do nível do soalho. A planta deste edifício, do qual se encontraram os restos de algumas paredes, escadas e elementos arquitectónicos importantes, não coincidia com a planta do templo actual, a não ser na sacristia. Infelizmente não foi possível ainda prosseguir as escavações no exterior da Igreja, que nos permitiriam revelar todas as suas estruturas e determinar-lhe a função (ou funções), pois com os dados que possuímos, não sabemos se se trata de um templo, como preconiza a longa tradição do lugar e indiciam alguns elementos, de uma habitação ou de parte de umas termas. Independentemente deste facto, as estruturas antigas reveladas vieram provar a importância «urbana» da povoação no período tardo-romano, tratando-se obviamente do *Portucale Castrum* referido na documentação conhecida. Mas tão ou mais importante que as estruturas revelou-se o espólio arqueológico, o qual levanta alguns problemas de interpretação ou de relacionação de parte dele

---

[12] Devido à descontinuidade das obras de restauro e à mudança da equipa que, por parte da Autarquia, as superintendia, as ligações entre os trabalhos arqueológicos e as obras de restauro passaram a ser nulas depois de 1990.

Numa das nossas preocupadas visitas ao local em 1992 constatamos que os técnicos da empresa que iam proceder à consolidação dos «alicerces» da Igreja não tinham qualquer indicação sobre a importância das ruínas existentes no seu interior, preparando-se inclusivamente para as destruir devido a estarem a «estorvar». Dois testemunhos que tinhamos deixado nos ângulos do corpo principal da Igreja, um deles ruiu por falta de escoramento e o outro foi destruído pela empresa de construção civil (que utilizou a terra e o espólio arqueológico que ela continha para encher as sepulturas cavadas no saibro no interior, junto da fachada da Igreja, para assentar melhor a placa do pavimento. Ficou assim espólio selado, embora deslocado, para a posteridade).

Face a esta preocupante situação, conseguimos uma pequena equipa de pedreiros e serventes que nos ajudou a «vigiar» as estruturas postas a descoberto e a aprofundar a escavação na área da Capela-mor, pondo mais a descoberto as estruturas já detectadas. Permita-se-nos que mais uma vez deixemos escrito que nunca a intervenção arqueológica prejudicou ou atrasou os trabalhos de construção civil e que lamentemos a falta de colaboração da equipa que coordenou os trabalhos a partir de 1990 por parte da autarquia que nunca nos contactou para evitar as destruições entretanto ocorridas.

com as estruturas, pois dá-se aqui o insólito facto de *a zona sepulcral do interior do templo ter sido preenchida com terra carregada de vestígios arqueológicos* trazida concerteza de muito perto. Significa tal que há quase uma completa impossibilidade de separar o espólio que está relacionado com o templo ou com os edifícios que neste local se sucederam, daquele que veio com a terra para encher as sepulturas, talvez com excepção do espólio encontrado no nível mais baixo, que, mesmo assim, pode ter algum dele resultado de infiltrações das camadas superiores por entre as muitas pedras de derrube. Mas nem todo assim se poderá considerar, sendo impossível que tal acontecesse, por exemplo, às centenas de fragmentos de vidros de várias taças e outros vasos existentes neste nível e que colam, dando possibilidades de reconstituição das formas, o mesmo se passando com alguma *Cerâmica Foceana Tardia*. Nesta conformidade, o estudo dos cerca de quinze mil fragmentos de cerâmica, que englobam desde cerâmica castreja até à do século XX de fabrico local, ou de proveniência mais ou menos longínqua, permitem-nos traçar uma panorâmica de longa duração das possibilidades económicas e tecnológicas ou das relações comerciais de Gaia com lugares distantes desde longas eras, aspecto esse já salientado igualmente por outros arqueológicos[13]. Esta escavação funcionará assim, quando o estudo do seu espólio estiver concluído, como uma *radiografia arqueológica* de Gaia, havendo naturalmente todo o interesse em comparar então os dados obtidos com os materiais exumados no cimo da colina e com aqueles que eventualmente venham a ser encontrado noutras sondagens ou noutras escavações programadas[14].

Para já podemos tirar as seguintes conclusões: confirmou-se a existência, na meia encosta de Gaia voltada para o Rio Douro, de estruturas arquitectónicas romanas importantes que terão sido derrubadas no século VI; a importância da povoação no comércio antigo através da importação de cerâmica do Mediterrâneo oriental, do Norte de África e da Gália merovíngia; a presença aqui de vestígios cristãos desde o século VI; uma certa riqueza atestada pela existência de objectos de ouro e de artigos de luxo, como finos vasos de vidro e cerâmica importada; a destruição violentada que foi

[13] No 1.º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro os arqueólogos Manuel Matos Alves de Sá (+) e Maria Belém Cerdeiras de Campos Paiva apresentaram uma comunicação intitulada *Notas Sobre o Comércio Romano na Bacia do Douro: as Ânforas do Castelo de Gaia e Monte Murado* onde fizeram a nálise das tipologias, cronologias, utilização proveniências e circuitos comerciais das ânforas encontradas nas escavações do Castelo de Gaia em 1983 e 1985 realizadas por Armando Coelho Ferreira da Silva (Cf. *CRD).*

[14] Está por nós a ser elaborado o catálogo da cerâmica desta escavação em colaboração com o Dr. Victor Alves. Sobre o espólio ver os nossos trabalhos GUIMARÃES, 1989 *c);* 1992 *a);* 1993 *d),* 1993 *f)* e 1994 *b).*

alvo no século VI e nos finais da Alta Idade Média; a sequência vivencial que teve ao longo de toda a Idade Média Plena (e até ao século XIX), dada pela abundante amostragem de numismas encontrados na área sepulcral; a existência de modas locais (ou de indústrias?) ilustrada por dezenas de aneis de vidro de época ainda não determinada; as devoções dos seus habitantes, manifesta em figuras devocionais de barro e dezenas de veneras da Época Moderna e Contemporânea[15].

Ainda em 1988 fomos alertados para o aparecimento de um forno cerâmico junto à rotunda de Santo Ovídio, aquando de um desaterro para a construção de um edifício de andares com frente para a antiga Rua de Trás-os-Vales. Tendo-nos deslocado ao local fizemos o seu imediato levantamento dentro das condições possíveis, dado a estrutura ameaçar desabar com todo o entulhamento que sofreu desde o seu abandono e destruição. Tratava-se do que restava do forno de cozedura de uma fábrica de cerâmica cuja memória estava já perdida, mas que posteriormente viemos a identificar como a Fábrica do Senhor do Padrão que laborou em finais do século XIX, sendo por isso o seu estudo uma importante achega para a Arqueologia Industrial de Vila Nova de Gaia[16].

V — OS MEIOS ARQUEOLÓGICOS DISPONÍVEIS

As intervenções efectuadas refletem directamente a falta de meios arqueológicos existentes. É óbvio que com mais meios a Arqueologia Urbana local teria já progredido muito mais (ver Quadro III).

Se no seu arranque foi fundamental a constituição do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia[17], bem depressa se fez sentir a necessidade de criar uma estrutura permanente e profissionalizada que pudesse não só responder a situações de emergência, como continuar de forma não esporádica o trabalho de

---

[15] As venéras, ou medalhas devocionais, estão a ser tratadas, bem assim como os numismas, pelo Dr. Filipe Teixeira, do Museu de Numismática do Porto (Casa Tait). Sobre uma medalha da Ordem de Malta ver o nosso GUIMARÃES, 1994 *b)*.

[16] Está para publicação um trabalho intitulado *O Forno Cerâmico Oitocentista de St.º Ovídio - Vila Nova de Gaia*, onde estudamos o forno referido e a Fábrica do Senhor do Padrão.

[17] O Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia foi fundado em 1982 a partir de dois grupos de investigação sobre Vila Nova de Gaia, criados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o de História, orientado pelo Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno e a que pertenciam Gonçalves Guimarães, José António Afonso e Raul Solla Prata (+ Maio de 1992) e o de Arqueologia orientado pelo Dr. Armando Coelho Ferreira da Silva e a que pertenciam António Baptista Lopes e Maria José Folgado Lobato. Tendo iniciado a sua actividade como grupo de trabalho autárquico evoluiu para instituto de investigação nos domínios da História e da Arqueologia e cujos estatutos foram publicados no Diário do Governo em 23-9-1988 (III.ª série, n.º 221), tendo entretanto admitido como membros outros historiadores e arqueólogos, nomeadamente Francisco Barbosa da Costa, M.ª da Graça Peixoto, João de Sousa e José Joaquim Fontes Dias dos Santos.

laboratório e de musealização das estruturas e do espólio, corolário imprescindível na obtenção de resultados credíveis e da afirmação sócio-cultural da Arqueologia.

Assim, se as escavações do Castelo de Gaia de 1983 e 1985 foram realizadas no âmbito universitário e no programa OTL do Gabinete, ou seja, numa situação de semi-voluntariado, já as escavações da Igreja do Bom Jesus de Gaia contaram com o apoio de algumas estruturas profissionalizadas, dependentes do Sector de Acção Cultural sediado na Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, para além da colaboração de jovens OTJ. Assim, podemos considerar como integrados numa estrutura profissionalizada o arqueólogo responsável (o autor deste trabalho) e uma arqueóloga auxiliar (Drª Mª da Graça Peixoto), ambos funcionários da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, bem assim como outros sectores de apoio que, não estando preparados ou especialmente vocacionados para intervenções arqueológicas, foram capazes de fazer um trabalho imprescindível, enquadrados pelas equipas de arqueologia: referimo-nos especialmente aos pedreiros e sector de limpeza da autarquia.

Curiosamente a maior dificuldade de articulação existiu entre a equipa de arqueologia e as equipas de arquitectura e engenharia responsáveis pela condução das obras de recuperação da Igreja[18].

No Solar Condes de Resende funciona ainda, mas deficientemente equipado, um Laboratório de Arqueologia, que também acolhe o trabalho de voluntários na catalogação da cerâmica. Com a participação de uma única técnica auxiliar de museologia, ali se realizam algumas operações de consolidação e limpeza de numismas e outras peças metálicas[19]. Sempre que possível funciona aos sábados a «Oficina de Arqueologia», um programa que visa levar os jovens estudantes a tomarem contacto com peças arqueológicas em estudo, iniciando-os assim nas operações necessárias à sua boa conservação e divulgação. Esta sensibilização visa também receber candidatos para programas de intervenção arqueológica no concelho ou no Vale do Douro no período de Verão[20].

Entretanto, fora da área urbana de Vila Nova de Gaia, realizaram-se em 1992 e 1993 escavações na Igreja do Mosteiro de Vila Cova das Donas (Sandim) dirigidas pela Drª Mª da Graça Peixoto que utilizaram o apoio das estruturas entretanto criadas, recorrendo ao mesmo esquema de apoio autárquico e de voluntários.

---

[18] Queremos aqui deixar referido a boa colaboração e receptividade a propostas de trabalho conjunto que sempre encontramos no Arquitecto Manuel Magalhães, responsável pelo GTL do Centro Histórico até 1990 e autor do projecto de recuperação da Igreja de Gaia cujo restauro conduziu na fase inicial, não sendo ele pois o responsável pelos desajustes verificados na relação entre os trabalhos arqueológicos e as obras de recuperação aqui referidos.

[19] Estas operações têm tido a boa colaboração já referida na nota 15.

[20] Escavações integradas no nosso projecto de investigação sobre «O povoamento medieval na margem sul do Rio Douro» que naturalmente relaciona a Arqueologia Urbana de Vila Nova de Gaia com a das restantes estações ao longo da margem esquerda do Douro.

A 17 de Outubro de 1993, integrado no programa do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular organizado pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, foi inaugurado, também no Solar Condes de Resende, o Núcleo Museológico de Arqueologia de Vila Nova de Gaia, que passou a ter em exposição permanente peças arqueológicas de todas as estações já intervencionadas no concelho, desde o Paleolítico à Idade Média incluíndo, da área urbana, peças da Igreja do Bom Jesus de Gaia.

No que diz respeito a publicações, os trabalhos arqueológicos aqui referidos têm sido publicados especialmente na revista *Gaya* — revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, cujo vol. V saiu em 1987 e cujo vol. VI deverá sair em 1994 inteiramente dedicado aos trabalhos arqueológicos apresentados no Iº Congresso Internacional Sobre o Rio Douro (1986). Alguns outros trabalhos têm sido divulgados noutras publicações (ver bibliografia), tendo entretanto também sido lançado um estudo sobre cerâmica hispano-árabe (apareceram fragmentos na escavação da Igreja do Bom Jesus e a Colecção Marciano Azuaga possui um núcleo desta cerâmica; cf. GUIMARÃES 1992 *a)*, e um Roteiro Arqueológico destinado a apoiar a exposição patente no Núcleo Museológico (GUIMARÃES, 1993 *d)*, e onde naturalmente se faz em referências no âmbito da Arqueologia Urbana[21].

VI — PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS POR RESOLVER

Face aos dados já conseguidos, é possível enunciar hoje alguns problemas que só a prossecução da intervenção da Arqueologia Urbana logrará resolver ou esclarecer e que passamos a explicitar:

1 — Definição dos níveis fluviais cronológicamente aferidos nas áreas ribeirinhas;
2 — A clarificação da ocupação proto-histórica do Castelo de Gaia, do Castro de Mafamude e da Serra do Pilar;
3 — O aprofundamento do conhecimento sobre a ocupação romana do Castelo de Gaia, de Coimbrões (uma necrópole de Gaia?) e de Vila Nova;
4 — Definição do núcleo primitivo de Vila Nova *(Burgo do Porto de Gaya);*
5 — Escavação completa do edifício paleocristão descoberto em 1988/92 sob a Igreja de Gaia;
6 — Definição completa do perímetro e estruturas do Castelo Medieval de Gaia;
7 — Estudo da implantação das Tarracenas de Vila Nova;

[21] Em 1995 será publicada a nossa Tese de Mestrado intitulada *Gaia e Vila Nova na Idade Média - Arqueologia de uma Área Ribeirinha*, que apresenta um estudo desenvolvido sobre o espólio arqueológico da Igreja de Gaia.

8 — Levantamento e estudo exaustivo de todas as estruturas oficinais manufactureiras e industriais do Centro Histórico.

Só a concretização destes projectos daria para manter a tempo inteiro uma equipa bem estruturada a trabalhar em regime de exclusividade durante vários anos[22]. Mas entretanto os trabalhos de levantamento, inventariação, intervenção e estudo nas estruturas arqueológicas já descobertas e o tratamento laboratorial do seu espólio irá prosseguir, a que se seguirá naturalmente a publicação dos respectivos catálogos e a sua musealização.

O primeiro núcleo a ser musealizado deverá ser o das ruínas sob a Igreja de Gaia, não só devido à sua importância e relativa facilidade de musealização, como devido ao facto de haver um espólio abundante e significativo que lhe pertence. Não se podem porém esperar brevidades com as presentes condições de trabalho[23].

VII — CONCLUSÃO

O maior ou menor sucesso da Arqueologia Urbana de Vila Nova de Gaia dependerá sobretudo do maior ou menor grau de cultura existente no poder político, nos empresários e dirigentes de instituições nos técnicos e na população local. Não há que iludir esta questão. Esse grau de cultura é que levará ou não à aprovação de projectos, à contratação de pessoal, à aquisição de meios técnicos, ao financiamento das intervenções, à publicação dos resultados e à musealização (leia-se rentabilização) das estruturas e do espólio.

Arqueólogos e projectos existem. Existe também definição legal para as intervenções, nomeadamente em áreas como o Castelo de Gaia. É mesmo previsível que alguns projectos financiados pela Comunidade Europeia obriguem a intervenções arqueológicas prévias. No entanto continuam a fazer-se obras em edifícios e mesmo desaterros em áreas potencialmente arqueológicas do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia sem prévia análise arqueológica. O futuro da Arqueologia Urbana local continua pois a ser uma incógnita, pois até agora apenas os arqueólogos deram as rodas para o carro de Apolo.

---

[22] Não seria demais a criação de uma equipa de Arqueologia Urbana só para o Centro Histórico e uma outra para o restante território gaiense, que aliás engloba os núcleos «urbanos» recentemente elevados à categoria de vilas, como Valadares, Avintes e Carvalhos. As Vilas de Canelas, Grijó, Pedroso e Arcozelo não têm núcleo «urbano». Em qualquer dos casos deverá ser o Sector de Acção Cultural a centralizar as intervenções arqueológicas no Concelho.

[23] Cabe aqui deixar uma nota de agradecimento e apreço ao Dr. Barbosa da Costa (M.H.M.), Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pelo apoio activo ao trabalho realizado por todos os arqueólogos que têm feito intervenções no concelho de Vila Nova de Gaia e no seu Centro Histórico.

NOTA FINAL — Agradeço a Margarida Cunha a dactilografia deste trabalho e à Drª Mª da Graça Peixoto o Mapa das intervenções arqueológicas.

QUADRO I — **Principais fases da evolução urbana de Vila Nova de Gaia**

Períodos	Datas	Localização	Estruturas / Espólio	Acontecimentos ou referências
1. Neolítico	?	Coimbrões	Artefactos	
Megalitismo	2000-1700	Limites Santa Marinha	Mamoas	
Bronze Final	700 ±	Periferia	Machados	
		Castelo de Gaia	Cerâmica	
	400-300	Serra do Pilar	2 Tetradracmas	
Cultura Castreja	0	Castelo de Gaia	Habitações/Cerâmica	
	?	Castro de Mafamude	?	
2. Romanização	45 ±	Escadas da Boa Passagem	Inscrição	X Legião Victoriosa
	?	Coimbrões	Moedas/Fibulas	
3.	459	(Castelo de Gaia)	—	Domínio de Portucale pelos Suevos
3.1 Germanização	585	Igreja de Gaia	Estruturas/Cerâmica	Destruição de Portucale castrum Antiquum pelos Visigodos
	Séc. VII	Gaia	Cerâmica	
3.2 Muçulmanização	715	(Castelo de Gaia)	—	Domínio berbere
Reconquista	868	(Mosteiro de Santa Marinha)	—	Presúria de Portucale
	922	(Villa de Portugal)	—	Ordonho II: Gaia
	1000	(Castelo de Gaia)	—	Almansor
3.3	1100	(Alcaria Nova de Gaia)		Edrisis
Portugal	1115	Igreja de Gaia	Moedas/Cerâmica	
	1251	(Burgo de Portu de Gaya)		Julgado de Gaia
3.4	1255	(Gaia: Burgo veteri de Portu)		Foral D. Afonso III
		Igreja de Gaia	Moedas/Cerâmica	
	1288	(Vila Nova de Rey)		Foral D. Dinis
	1302	(Feira de Gaia)		Carta D. Dinis
	1345	(Mosteiro de Corpus Christi)		Fundação
3.5 D. João I		Castelo de Gaia	Epígrafe	

	1384	Castelo de Gaia	Epígrafe	Destruição e anexação pelo Porto
	1392	Tarracenas	Vestígios	
		Casa de Quebrantões	Estruturas	Senhorio de Gaia-a-Pequena
	1433	Casa de Campo Bello	Estruturas/Epígrafe	Senhorio de Gaia-a-Grande
			Pedra-de-Armas	
4. Idade Moderna	1518	(Villa Nova e Gaya)		Foral D. Manuel I
	1538	«Serra do Pilar»	Edifício	Construção Mosteiro
	1558	(Igreja de Santa Marinha)	?	Obras
		Igreja de Gaia	Estruturas/Moedas	Obras
		Tarracenas	Vestígios	Armadas
	1568	«Valle d'Amores»	Edifício	Construção Convento
	1580	Campo Bello	Edifício	Reedificação
	1675	Corpus Christi	Edifício	Reconstrução
		Tarracenas	Vestígios	Destruição
	1745	Igreja de Santa Marinha	Edifício	Reconstrução
5. Pombal	1756	Companhia	Edifícios	Fundação
5.1	1758	Tarracenas	Vestígios	Vestígios
1º Período Indust.	1777	Armazéns de Vinho	Edifícios	Processo contra Companhia
	1806	Ponte das Barcas	Encosto	Desastre de 1809
	1832	Vila Nova de Gaia	Baterias	Lutas Liberais
5.2 2º Período Indust.	1843	Vila Nova	Ponte Pensil	Abertura da Rua General Torres
	1864	Devesas	Estação	Chegada do comboio
	1877	Serra do Pilar	Ponte D. Maria Pia	Túneis e via férrea
	1886	Serra do Pilar	Ponte Luiz I	Av. da República
5.3 3º Período Indust.	1930	Rio Douro	Abandono do Centro Hist.	Abertura do Porto de Leixões
	1963	Afurada		Inauguração da Ponte Arrábida

QUADRO II — **Alguns aspectos político-institucionais relacionados com o Património Arqueológico e construído no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia**

1910	A Igreja e o Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar são considerados Monumento Nacional (Dec. n.º 136 de 23.6.1910).
1935	A Sala do Capítulo, o refeitório, a cozinha, a Torre e a Capela do Mosteiro da Serra do Pilar são considerados Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 25.034 de 11.2.1935).
1949	Definida área de Protecção ao Mosteiro da Serra do Pilar (Portaria n.º 137 de 16.6.1949).
1974	A Igreja de Santa Marinha é declarada Imóvel de Interesse Público (Despacho da Sec. de Estado ACIC de 12.7.1974).
1977	O Paço de Campo Bello, incluindo a capela e todo o conjunto circundante com os jardins é considerado Imóvel de Interesse Público (Dec. Lei 129/77 de 29.9.1977).
1979	O Quartel da Serra do Pilar e Campo de Manobras considerados Instalações Militares (Dec. Lei 23/79 de 13.3.1979).
1982	A Ponte D. Maria Pia é considerada Monumento Nacional (Dec. Lei 28/82 de 26.2.1982). A Casa Barbot e a Ponte Luiz I são consideradas Imóveis de Interesse Público (Dec. Lei 28/82 de 26.2.1982). Criação do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia.
1983	Apresentação de proposta de delimitação do Centro Histórico de V. N. de Gaia pelo G.H.A.V.N.G. 1.as Jornadas de História Local e Regional (G.H.A.V.N.G.).
1984	Estudos Prévios do Plano Director Municipal (G.P.U.). Publicação de texto sobre o Centro Histórico de Vila Nova de Gaia apresentado publicamente a 20 de Janeiro, da autoria de Gonçalves Guimarães. A Autarquia aprova a delimitação do Centro Histórico.
1985	Seminário Sobre Recuperação de Centros Históricos (G.H.A.V.N.G. e G.P.U.). Por despacho ministerial o Castelo de Gaia é declarado Imóvel de Interesse Público vindo tal a ser publicado no Dec. 29/90 de 17 de Julho de 1990.

	Histórico de Gaia.
1986	Concurso para o estudo prévio do Plano de Pormenor da zona ribeirinha (G.T.L.); o G.H.A.V.N.G. faz parte do júri. 1.º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro (G.H.A.V.N.G. e C.M. de Gaia); Exposição sobre Arqueologia do Vale do Douro e diversas comunicações. Definida a área do Centro Histórico de Gaia (Diário da República 26.86 de 1.8.1986). A Casa dos Maravedis é declarada Imóvel de Interesse Concelhio (27.10.1986).
1988	Constituição de uma equipa pluridisciplinar para a elaboração de um Inventário analítico de base da zona do Castelo de Gaia, organizada pelo G.H.A.V.N.G. por solicitação da C. M. de Gaia.
1989	Área do Entreposto do Vinho do Porto (Dec. Lei 89/89 de 25.3.1989). Área crítica de recuperação e reconversão urbanística da escarpa da Serra do Pilar (Dec. 10/89 de 25.3.1989). São incluídos no Inventário do Património Construído de Vila Nova de Gaia (23.7.1989) as seguintes estações e edifícios: — Mosteiro de Corpus Christi; — Edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; — Conjunto de edificações envolventes da Casa do Museu Teixeira Lopes; — Convento de Santo António de Vale da Piedade; — Fábrica das Devesas; — Escola do Tome e edifícios anexos; — Paço de Rei, incluído antiga estamparia e fonte; — Castro de Mafamude.
1990	A área do Castelo de Gaia é declarada Imóvel de Interesse Público (Dec. Lei 29/90 de 17.7.1990).
1993	Inauguração do Núcleo Museológico de Arqueologia no Solar Condes de Resende que mostra espólio de estações do Centro Histórico.

QUADRO III — **Estruturas e recursos arqueológicos existentes em Vila Nova de Gaia em 1994**

SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	
Serviços Municipais (S.A.C.) (com outras tarefas distribuídas)	1
Arqueólogos Municipais (com outras tarefas distribuídas)	2
Técnicos Auxiliares Municipais (com outras tarefas distribuídas)	1
ESTRUTURAS DE APOIO	
Núcleo Museológico de Arqueologia	1
Laboratório (Em Instalação)	1
OUTROS	
Institutos de Investigação Histórica e Arqueológica (G.H.A.V.N.G.)	1
Voluntários (Lic. e Est. Univ.)	Variável
VERBAS	
(Não há rubrica específica para a Arqueologia Urbana)	
COLABORAÇÃO ESPECIALIZADA	
Restauro de Cerâmica — Empresa privada	
Tratamento de numismas e medalhas — Casa Tait	
Outros Sectores da C.M.G. (Obras, Oficinas, etc.)	

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de — *Roman Portugal,* vol. II (inventário) Fasc. 1: 1. PORTO 2. BRAGANÇA 4. Aris & Philips LTD, Warminster, Inglaterra, 1985.

BARROS, João de — *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes;* Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, [ms. 1549].

BASTO, Artur de Magalhães — ver DIAS, *Memórias...*

CAMPO BELLO, Conde de — *A Casa de Campo Bello; Cernaches Senhores de Gaia-a-Grande,* in História de Gaia, Fascículos 13 a 17; C.M.G./ /G.H.A.V.N.G., Vila Nova de Gaia, 1986.

CENTENO, Rui — *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192,* Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 1987.

Congresso de Arqueologia Peninsular — Livro Guia (I), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1993.

Congresso Internacional Sobre o Rio Douro — Livro do Congresso (1.º), Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1986 *(C.R.D.).*

CORRÊA, A. A. Mendes — *Origens da Cidade do Porto,* Gaia, 1932.

CUNHA, D. Rodrigo — *Catálogo e História dos Bispos do Porto,* Tomo I, 1.ª edição 1628; 2.ª ed., Porto, 1742.

DIAS, Francisco — *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-rei no Porto;* Gabinete de História da Cidade do Porto, 1937 (com prefacção e notas finais de A. de Magalhães Basto); [séc. XVI].

DUARTE, Júlio — *Coimbrões Povoação de Remota Antiguidade* in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, n.º 22, Maio de 1987.

Gaya — Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia; vol. I, 1983; vol. II, 1984; vol. IV, 1986 e vol. V, 1987; *Gaya I... II... III... IV... V.*

GUIMARÃES, Gonçalves — *O Centro Histórico de Vila Nova de Gaia: Zona de Protecção do Património Construído, Histórico, Paisagístico, Arquitectónico,* in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, n.º 16, Maio de 1984 e n.º 17, Dezembro de 1984 (1984 *b*).

— A *«Exposição Agrícola — Industrial de Gaya», em 1894,* in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia; n.º 21, Outubro de 1986, n.º 22, Maio de 1987, n.º 23, Novembro de 1987, n.º 24, Junho de 1988 e n.º 25, Novembro de 1988 (1986 *a*).

— *Escavações Arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia,* in Boletim Cultural Amigos de Gaia, n.º 28, Dezembro, Vila Nova de Gaia, 1989 *c*).

— *O Megalitismo no Litoral do Entre-Douro-e-Vouga: Inventário de Monumentos e Tentame Interpretativo;* Mestrado em Arqueologia da F.L.U.P., Porto, 1990 *b* (dactilografado).

— *Vila Nova de Gaia nos Finais da Idade-Média* — Estudo de Arqueologia Medieval, Mestrado em Arqueologia da F.L.U.P., Porto, 1991 *a* (dactilografado).

— *Contributo para o Estudo da Cerâmica Esmaltada Peninsular da Baixa Idade-Média;* Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, 1992 *a.*

— *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia;* Casa Municipal de Cultura/ Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia, 1993 *d.*

— *Gaia e Vila Nova na Idade Média — Arqueologia de uma área Ribeirinha;* Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993 *f.*

— *Arqueologia e Arte melitenses de Vila Nova de Gaia;* in Infermo, Junho de 1994 *b.*

HIPÓLITO, Mário C. — *As Moedas Gregas da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia),* in Arqueologia, n.º 8, G.E.A.P., Porto, 1983.

MATTOS, Armando de — *Alvaro Anes de Cernache, na passagem do 550.º aniversário da Batalha de Aljubarrota,* V. N. de Gaia, 1935.

— *As Estradas Romanas no Concelho de Gaia,* in Brotéria, vol. XXIV, fasc. 6, Lisboa, 1937.

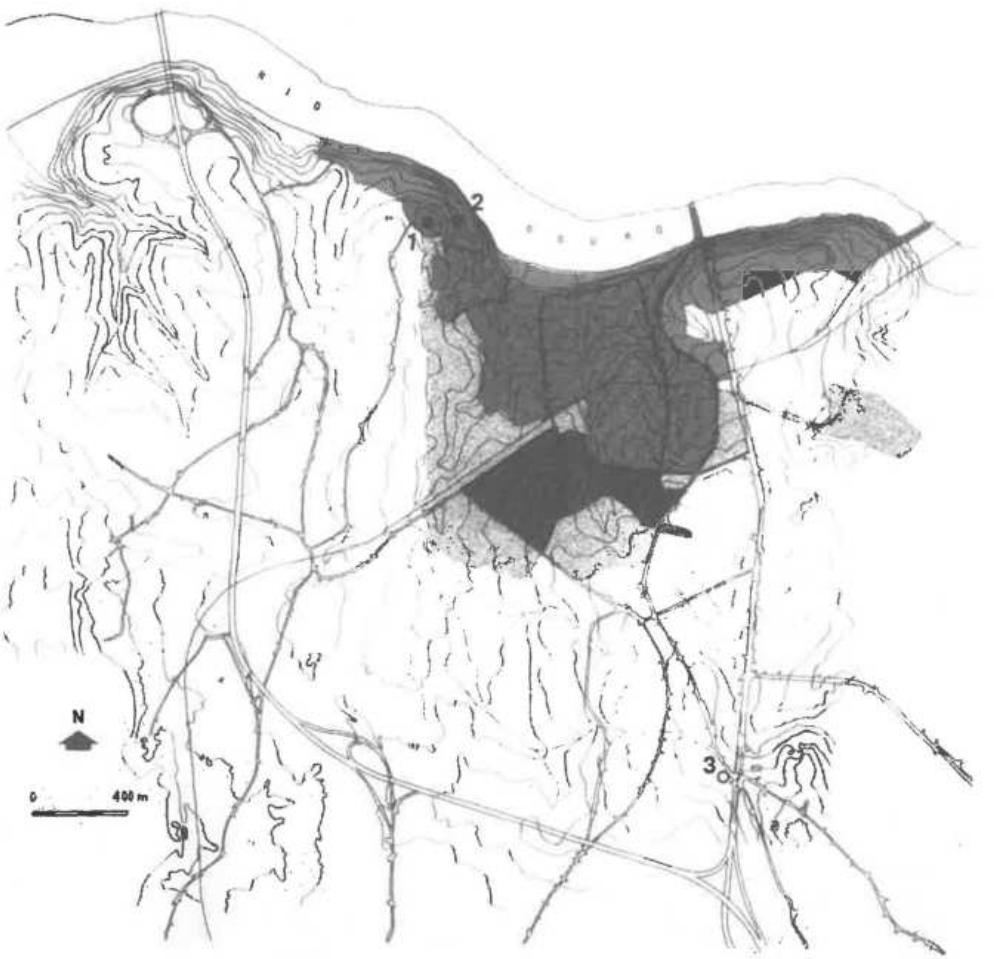
MATTOSO, José — *Le Monachisme Ibérique et Cluny — Les Monastères du Diocese de Porto de l'an mille à 1200;* Université de Louvain, 1968.

MONTEAGUDO, L. — *Die Biele auf der Iberischen Halbinsel;* München, 1977.

PERES, Damião — *Origens do Porto,* in História da Cidade do Porto, Portucalense editora, Porto, 1962.

Portugaliae Monumenta Histórica a Saeculo Octavo post Christum vsque adwindecimvm; Ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita; Diplomata et Chartae, Volumen I, Olisipone, Typis Academicis, MDCCCLXVII *(D.C.).*

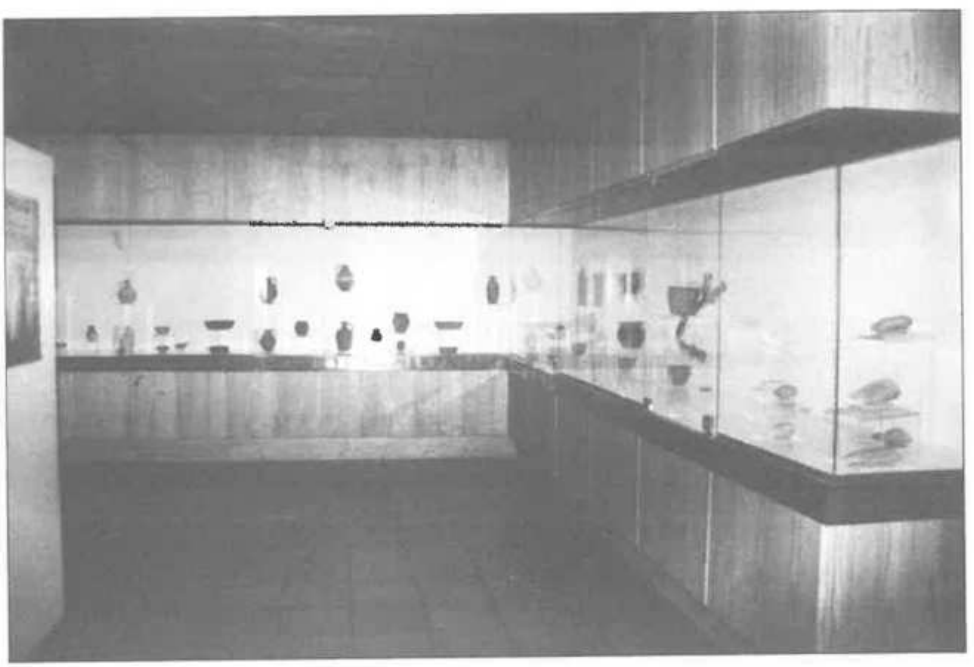
SILVA, Armando Coelho Ferreira da — *Aspectos da Proto-História e Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e Problemática do seu Povoamento,* in Gaya, vol. II, G.H.A.V.N.G., Vila Nova de Gaia, 1984.



O Centro Histórico de Vila Nova de Gaia e o Entreposto do Vinho do Porto
— localização das intervenções arqueológicas já efectuadas:
1 - *Castelo de Gaia;* 2 - *Igreja de Gaia;* 3 - *Forno de Santo Ovídio*



Gaia vista de Miragaia (foto do autor)



Núcleo Museológico de Arqueologia de Vila Nova de Gaia (foto da Drª Maria da Graça Peixoto)

Arqueologia Urbana em Santarém

* CATARINA VIEGAS

INTRODUÇÃO

A presente comunicação pretende dar a conhecer os trabalhos arqueológicos que se tem vindo a realizar no centro histórico de Santarém, dando especial ênfase à intervenção arqueológica em curso na igreja de Sta. Maria de Alcáçova, por ser aquela em que os resultados obtidos até agora ganham maior relevância.

A salvaguarda e a valorização do património histórico-cultural da cidade de Santarém tem vindo a ser objecto de crescente interesse e preocupação por parte da Câmara Municipal. Para além do reconhecimento prático da Arqueologia Urbana, este empenho tem sido expresso através de diversas acções:

- Realização do Plano Museológico de Santarém e inventariação e reorganização do espólio do Museu Arqueológico de S. João de Alporão;
- Projecto do Núcleo Museológico do Tempo (a instalar na Torre das Cabaças);
- Publicação dos trabalhos científicos sobre o património histórico-cultural do concelho;
- Abertura de monumentos ao público (ex: Igreja de Sta. Cruz da Ribeira, Convento de S. Francisco, Convento de Sta. Clara);
- Lançamento, em conjunto com o IPPAR, do Concurso de Ideias para a Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco[1];
- Preparação da candidatura do Centro Histórico de Santarém à classificação de Património Mundial, da UNESCO;

* Câmara Municipal de Santarém.

[1] O projecto vencedor implicará a realização de uma intervenção arqueológica, que tal como anteriormente deverá ser conduzida por uma equipa do Departamento de Arqueologia do IPPAR.

Desde Março de 1992 que existe a área de arqueologia, integrada na equipa pluridisciplinar do Gabinete Técnico Local (GTL). Na altura, esta equipa estava em funcionamento há cerca de um ano e encontrava-se a realizar a fase final do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Mouraria de Santarém. A equipa é constituída por dois arquitectos (um dos quais tem funções de coordenação), uma técnica de serviço social, um historiador e dois desenhadores. Recentemente a Câmara Municipal criou a Divisão dos Núcleos Históricos (DNH), na qual estão actualmente integrados os técnicos do GTL.

O objectivo fundamental da área de Arqueologia Urbana do GTL era o acompanhamento de obras que envolvessem a remoção de terras na área do centro histórico, efectuando-se intervenções quando necessário. Neste contexto, realizaram-se uma série de pequenas sondagens de reconhecimento, que visavam a aquisição de uma noção mais exacta do potencial estratigráfico, aproveitando a renovação de alguns edifícios.

Com o intuito de estabelecer a cartografia do subsolo da área do centro histórico, procederam-se a acções como a análise da proveniência do espólio depositado no Museu Arqueológico de S. João de Alporão[2]. Este é sobretudo constituído por elementos arquitectónicos provenientes de edifícios religiosos que foram demolidos, verificando-se uma grande diversidade, quer de locais de origem, quer de épocas de construção. Os resultados desta análise integraram um levantamento sistemático das informações existentes sobre o subsolo da área do centro histórico[3], no qual incluímos também o registo das caves e das valas para a instalação de infra-estruturas, tratando-se de locais onde os dados arqueológicos se encontram menos preservados ou inexistentes. Este levantamento permite algum grau de orientação e de planeamento na actuação, embora os elementos disponíveis sejam fragmentários, necessitando de confirmação constante no terreno.

Este tipo de trabalho permite já concluir pela necessidade de alargar a área de intervenção arqueológica para além dos limites do centro histórico. Incluindo zonas como a do actual liceu Sá da Bandeira (local do antigo convento de São Bento, fundado no Séc. XVI); a área da actual capela de Nª Sra. do Monte e sua Calçada (local da gafaria fundada no Séc. XIII); e a zona da cerca de S. Lázaro, igualmente com ocupação documentada a partir do Séc. XIV.

---

[2] As proveniências, apenas existentes para um reduzido número de peças, foram retiradas dos dois primeiros volumes do Catálogo do Museu Arqueológico de S. João de Alporão, datado de 1927. A reorganização do espólio do Museu está a cargo do Dr. Jorge Custódio.

[3] PARREIRA, 1989.

No que diz respeito às acções de arqueologia preventiva, procurou-se igualmente criar procedimentos administrativos que permitam a realização de intervenções arqueológicas prévias ao início de obras que envolvam a remoção de terras. Assim, condiciona-se o deferimento do projecto, no parecer fornecido pela D.N.H., à realização das referidas sondagens, procurando-se igualmente que seja o dono da obra a disponibilizar os trabalhadores necessários para auxiliar os referidos trabalhos.

As intervenções já realizadas[4] permitiram-nos verificar a descontinuidade da potencialidade estratigráfica, pois se na maioria dos locais estudados a rocha calcária que cobre o planalto não se encontra a mais de um metro de profundidade, nas zonas de encosta esta potência é maior devido à acumulação de terras/entulhamentos, certamente com o objectivo de ganhar espaço para a construção; por outro lado, mesmo no planalto, verificou-se que por vezes a rocha-base terá sido escavada no passado, (possivelmente para se obter pedra para construção), registando-se nestes locais uma potencialidade estratigráfica de três metros.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM CURSO NA IGREJA DE SANTA MARIA DE ALCÁÇOVA — NOTÍCIA PRELIMINAR

Antecedentes

Em Novembro de 1992 o então Gabinete Técnico Local, (hoje Divisão dos Núcleos Históricos), teve conhecimento de uma empreitada para colocação de um pavimento de tijoleira sobre betonilha e malha-sol, na Igreja de Sta. Maria de Alcáçova, a levar a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Estabelecido o contacto com os técnicos da DGEMN, foi demonstrada a necessidade de se proceder à realização de sondagens de emergência, com vista à salvaguarda de possíveis dados arqueológicos existentes no subsolo da igreja. Procurou-se simultaneamente estabelecer critérios a utilizar na recuperação: tipo materiais e técnicas de construção a utilizar, etc.

Com este objectivo, constituiu-se uma Comissão formada com uma perspectiva de interdisciplinariedade e procurando envolver as diferentes insti-

[4] Foram realizadas até ao momento um conjunto de 6 intervenções de reduzida dimensão, com carácter preventivo nos seguintes locais: Casa dos Mascarões na Tr. dos Surradores n.º 9; Tr. dos Pasteleiros n.º 19; R. Maestro Luís da Silveira n.º 12 (Judiaria); Igreja de S. Nicolau e Av. António dos Santos. Esta última teve uma importante vertente de sensibilização pois contou com a participação de jovens integrados num Programa do Instituto da Juventude. Recentemente realizou-se uma acção de salvamento na R. Capelo e Ivens, 52, que contou com a colaboração de jovens do Programa JVS do mesmo Instituto.

tuições ligadas a este processo, sendo constituída pelos seguintes elementos: Arqtº José Augusto Rodrigues (Chefe da Divisão dos Núcleos Históricos); pela signatária do presente trabalho; o historiador, Dr. Jorge Custódio; representante da Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém, Mário Cardoso; representante da Paróquia de Marvila, Padre Borges; representante de DGEMN, Arqtº João Seabra; elemento da antiga comissão de Arte Sacra da igreja de Sta. M. de Alcáçova, Dr. Bernardo Figueiredo; representante da Sta. Casa da Misericórdia de Santarém, José Braz.

Esta comissão encontra-se a proceder ao estudo dos vários aspectos da história da igreja, antes que se iniciem as obras. De salientar que a igreja possui anexos, um claustro, e outras dependências. Nestas últimas funciona actualmente um jardim de infância, que será em breve transferido, libertando-se assim um espaço considerável dentro do monumento, considerado já como Imóvel de Interesse Público.

Este facto deu alguma consistência ao projecto de transformar a igreja e as suas dependências num núcleo Museológico de Arte Sacra, no qual estariam expostas a vertente da arqueologia e da história do edifício, bem como o importante espólio de arte sacra que a igreja possui.

Os dados históricos

Desconhece-se a data exacta da fundação da igreja de Sta. Maria de Alcáçova. Tem-se discutido a autenticidade de uma inscrição que ainda hoje se encontra no topo da porta de entrada da igreja. Esta inscrição aponta para o ano de 1154, altura em que era mestre dos Templários, D. Hugo. A igreja ter-lhe-ia sido doada por D. Afonso Henriques, após a conquista definitiva aos muçulmanos, em 1147. Os primeiros reis tiveram o seu paço junto à igreja, tornando-a Capela Real, acrescentando-lhe privilégios.

A este propósito, afirma Cristina Penteado: "Vários são os autores do século XVII e XIX que presumem ter sido a Alcáçova Templo Romano, convertido em Mesquita pelos Mouros, reedificado e purificado pelos Templários. Nesta opinião corroboram o Padre Vasconcelos, o Cónego Villela da Silva e Frei Agostinho de Santa Maria"[5].

A igreja de Sta. Maria de Alcáçova situa-se no Largo da Alcáçova, freguesia de Marvila. O actual templo é de três naves, separadas de cada lado por seis colunas de ordem toscana, que suportam arcos de volta inteira. As paredes são revestidas de estuque com rectângulos, medalhões e palmas em relevo, correndo ao longo das paredes das naves laterais um silhar de azulejos

[5] PENTEADO, 1992.

(da época de D. Maria I), representando a iconografia da ladainha de Nossa Senhora.

A jurisdição da igreja pertenceu sempre à Sé de Lisboa, apesar dos inúmeros privilégios régios e eclesiásticos que lhe foram sendo atribuídos. Ainda em 1308, numa altura em que a freguesia de Santa Maria de Alcáçova já se encontrava em declínio em favor da de Marvila, D. Dinis concede à Colegiada o direito de padroado das igrejas de Sta. Iría e de Sta. Cruz. Ainda segundo esta autora: "D. Jorge privilegiou a Colegiada através de um Alvará datado de 1470. Nele o Arcebispo de Lisboa autorizou que as Dignidades e Cónegos de Santa Maria de Alcáçova usassem os trajos utilizados na Sé de Lisboa" [6]. Não só na indumentária se procurava equiparar Sta. Maria de Alcáçova à Sé de Lisboa, mas também na liturgia.

A igreja foi objecto de várias campanhas de obras, tendo sido reedificada no séc. XVI com o acrescento de elementos renascentistas. No princípio do séc. XVIII, por ameaçar ruína, foi sujeita a novas obras de restauro[7]. O terramoto de 1755 não terá provocado grandes estragos na igreja[8]. Não terá sido o terramoto que terá levado à remoção dos azulejos que revestiam as paredes da igreja e à colocação do estuque trabalhado e pintado que hoje vemos na igreja. Existem referências de 1758 nas quais a igreja é descrita como possuindo "parede com azulejo antigo e também todos os pés direitos"[9]. Esta remodelação deverá ter sucedido em finais do séc. XVIII, altura em que se revestem igualmente as naves laterais com um silhar de azulejos do tempo de D. Maria I. Segundo Maria Teresa Campos, "As decorações parietais, que Gustavo de Matos Sequeira considerava de um horrível mau gosto, pertencem a um tipo de elemento decorativo, hoje praticamente desaparecido da grande maioria das igrejas e também dos monumentos civis — o estuque"[10].

Refira-se que a igreja encontra-se na Alcáçova, documentada como sendo a área de povoamento mais antigo da cidade de Santarém. A sua ocupação conhecida, estudada mais recentemente pela Dra. Ana Margarida Arruda, inicia-se na Idade do Ferro (Séc. VIII a.C.), existindo igualmente testemunhos da época romana, muçulmana, etc.[11]

---

[6] PENTEADO, 1992.
[7] SERRÃO, 1959.
[8] SOUSA, 1919.
[9] Dicionário Geográfico, 1758.
[10] CAMPOS, 1979.
[11] ARRUDA, 1993.

Metodologia

A metodologia adoptada é semelhante à que temos utilizado para as restantes intervenções no centro histórico de Santarém.

Estabeleceu-se um sistema de eixos ortogonais tendo como base as paredes exteriores da igreja. Ao ponto gerador deste sistema de quadrícula atribuímos um valor X=70 e Y=35.

O ponto de referência para o levantamento altimétrico, situa-se numa das lages do pavimento da igreja, sob o Coro Alto, (ver Planta Geral), possui o valor absoluto de Z= 104,53 que se obteve a partir da cota da Rua que ladeia a Igreja, cujo valor é de 104,20.

A decapagem das terras fez-se por camadas artificiais e sempre que possível pelos estratos naturais de deposição. Os planos que assim se obtêm são desenhados à escala 1:20 (ou à escala 1:10 quando se tratam de enterramentos), apenas quando se entende necessário, sendo sempre cotados. Os cortes estratigráficos finais são igualmente desenhados à escala 1:20. Realizou-se o levantamento fotográfico da evolução dos trabalhos.

A cada unidade de desmontagem de terras e/ou recolha de materiais (contexto), atribui-se um número sequencial que consta da respectiva ficha de descrição. As unidades de desmontagem de terras recebem uma numeração inversa à sua deposição natural. Os materiais recebem o número da camada em que foram recolhidos, sendo separados segundo o seu tipo e acompanhados das respectivas etiquetas.

Esta metodologia permite, numa segunda fase, obter a estratigrafia real da ocupação no local, agrupando, quando necessário, os vários contextos que haviam sido atribuídos. Deste modo obtêm-se camadas arqueológicas que são as unidades estratigráficas identificadas o que permite uma leitura relacionada com os cortes desenhados.

A intervenção arqueológica

A intervenção arqueológica realizou-se com dois objectivos em mente: salvaguardar os dados arqueológicos que poderiam vir a ser destruídos pelas obras de recuperação da igreja, compreender melhor a história e a evolução arquitectónica deste edifício religioso.

Neste contexto, além da realização de sondagens arqueológicas, procedeu-se igualmente à remoção, em determinadas áreas, do estuque que reveste as paredes, por forma a esclarecer alguns aspectos da construção[12].

[12] Neste contexto removeu-se o estuque de algumas colunas, ao nível dos capiteis, tendo-se verificado que estes são todos de tipos diferentes, tendo sido certamente reaproveitados de outras construções e parcialmente destruídos para poderem ser posteriormente revestidos com estuque.

Foram realizadas seis sondagens. Os trabalhos correspondentes conheceram duas fases. Na primeira pretendeu-se conhecer o potencial estratigráfico existente na igreja e descobrir eventuais vestígios da igreja original, supostamente fundada em meados do séc. XII. Numa segunda fase, ainda a decorrer, as sondagens têm-se orientado para a compreensão da configuração, funcionalidade e cronologia de uma estrutura de grandes dimensões que foi posta a descoberto durante os trabalhos.

A estratigrafia geral que nos foi possível observar no interior da igreja, (descrita de cima para baixo), foi a seguinte:

Num primeiro conjunto de estratos obteve-se uma terra solta arenosa com entulhos recentes, em conjunto com fragmentos de ossos humanos. Corresponde não só às últimas obras realizadas, já no nosso século, para colocação do telhado e tecto de madeira em caixotões, mas também possivelmente às obras do séc. XVIII, pois encontram-se bastantes fragmentos dos azulejos do séc. XVII que anteriormente revestiam as paredes, e que foram substituídos por estuque pintado e trabalhado.

Sob as camadas de terra com entulhos foram detectados um conjunto de níveis de enterramentos e de ossários[13]. Em alguns enterramentos foram utilizadas sepulturas antropomórficas construídas com quatro esteios de calcário (apenas bojardado na face interior e no topo superior), ligadas por uma argamassa esbranquiçada que se desfaz facilmente, formando as paredes laterais. A cabeceira da sepultura é constituída por uma única peça de pedra com o local para colocar a cabeça talhado.

Os enterramentos raramente possuem material associado, não permitindo, pelo menos por agora, obter-se uma cronologia exacta. A datação que propomos baseia-se na data provável para a reconstrução da igreja (início do séc. XVII), para situar o seu começo, tendo os últimos enterramentos tido lugar, provavelmente, no ano de 1834, altura em que terá começado a ser utilizado o cemitério público no Alto dos Capuchos.

Quando às sepulturas antropomórficas, estas poderão ser situadas, de forma imprecisa, entre o séc. XII e o séc. XIV, com reaproveitamento posterior. Peças semelhantes estão depositados na reserva do Museu do Alporão, tendo

[13] Para verificar a metodologia que utilizámos, foi solicitado apoio científico à Dra. Eugénia Cunha do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Neste contexto estiveram em Santarém os Drs. Ana Maria Silva, Cláudia Umbelino e Rui Pedro Gama, que verificaram que o procedimento até então seguido era correcto. Foi-nos apresentado um novo sistema de desenho dos enterramentos em plástico, e fornecida a ficha antropológica normalmente utilizada por aquele Instituto. Contamos que o estudo do material osteológico seja igualmente realizado por esta equipa.

como proveniência diversos locais da cidade, com maior incidência para o local da antiga igreja do Salvador[14].

Refira-se que a sondagem 1, sob os níveis de enterramentos e de ossários, obteve-se um nível de terra mais compacta, com nódulos de argila. Sob esta camada foi detectado um nível de derrube constituído por pedras, fragmentos de tijoleira e *"tegulae"*.

Nas restantes sondagens situadas no corpo da igreja, interrompemos os trabalhos ao atingirmos este nível de terras mais compactas, anteriores à deposição dos enterramentos.

Já na sondagem 4 e 6, obtiveram-se, quase desde a superfície, pequenas faixas de terra compacta com materiais mais antigos possivelmente de época romana e anterior), que correspondem às terras pré-existentes, removidas para a colocação dos diversos enterramentos.

Quanto à sondagem 2, realizada no interior da capela-mor, ofereceu-nos uma estratigrafia totalmente diversa da que descrevemos para as sondagens anteriores. Aí foram identificados uma série de níveis arqueológicos, dos quais o corte Norte é um bom exemplo. Aqui, após a remoção de uma camada de terra castanha compacta, foi posto a descoberto um muro, do qual inicialmente apenas nos era dado a conhecer uma face, que formava um ângulo recto.

A continuação da escavação revelou um conjunto de estratos de terra bem diferenciados, associados a este muro, e que irão permitir a sua datação. Na base deste muro, construído com pedras de grandes dimensões ligadas por uma argamassa esbranquiçada, podem observar-se as terras de enchimento da vala de fundação, aberta para a sua construção. Nos níveis inferiores da vala de fundação, e feita uma análise sumária dos materiais, pensamos poder situá-la entre os Séc. I a.C. e o Séc. I d.C. Só após o estudo detalhado dos materiais será possível obter uma datação exacta.

O trabalho realizado até agora mostra que a estrutura em causa estende-se pelas sondagens 3, 4 e 6. Nestas, não foram ainda escavadas as camadas de terra compacta, associadas à fundação do muro. A continuação dos trabalhos prevê a escavação em profundidade na sondagem 4, por forma a comprovar a datação agora obtida.

---

[14] A cronologia que apontamos baseia-se na datação geral atribuída para o território Português por Mário Barroca para os sarcófagos monolíticos antropomórficos que diferem dos que obtivemos que são polilíticos, talhados em pedra volante. (BARROCA, 1987). Na reserva do Museu Arqueológico de S. João de Alporão existem 2 sepulturas completas (n.º de inventário 267, 268), e 5 cabeceiras (n.º inv. 202, 251, 252, 347, 438).

A estrutura que possui uma espessura de c. de 2,80 m e conserva uma altura de 1,50 m, parece desenvolver-se em direcção ao interior da capela-mor, estando o prolongamento dos trabalhos para essa área, sujeita à aprovação da comissão já referida.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J., "O domínio Romano em Portugal", Mem Martins, 1988.

ALARCÃO, J., "Identificação das cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus territórios", in *Les Villes de la Lusitanie Romain*, pp.21-34, Talence, 1988, (1990).

ARRUDA, A. M., "Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984", in *Clio*, n.º 1, Lisboa, 1983-84.

ARRUDA, A. M., Catarino, H., "Cerâmica da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém", in *Clio*, vol. 4, 1982.

Idem, "A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada Atlântica Peninsular", in *Estudos Orientais, IV, Os Fenícios no Território Português*, Instituto Oriental, Lisboa, 1993.

Idem, Santarém, "Alcáçova de Santarém", in *Informação Arqueológica* - 1986, vol. 8, Lisboa, 1987.

BARATA, José Henriques, "Santarém nas Memórias Paroquiais de 1758. Santa Maria de Alcáçova", in *Vida Ribatejana*, 1948.

BARROCA, Mário Jorge, *"Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs. V a XV)"*, Porto, 1989, dactilografado.

CAMPOSA, Maria Teresa, "A Igreja de Santa Maria de Alcáçova", in *Catálogo da exposição "A Alcáçova de Santarém, na arqueologia e na História"*, vol. II, Santarém, 1979.

CASTELO-BRANCO, Fernando, "Duas Nótulas sobre Sepulturas Antropomórficas", in *Etnos*, 5, 1966, Lisboa.

DIOGO, A. M. Dias, "O material romano da 1.ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém", in *Conímbriga*, 23, 1984.

Dicionário Geográfico das Cidades, Vilas e Paróquias de Portugal, 1758, ANTT, vol. 33, m.66.

FIGANIERE, Frederico Francisco de la, *"Notes taken during a trip to Santarém and Alcobaça"*, 1852, New York.

MACHADO, Fernando Falcão, "Nótula sobre duas cabeceiras tumulares de Santarém", in *O Escalabitano*, 21-11-1935.

MANTAS, Vasco Gil, "Arqueologia Urbana e Fotografia Aérea: Contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro", in *Trabalhos de Arqueologia*, 3, pp.13-26, Setúbal, 1986.

MATOSO, Luis Montez, *"Santarém Ilustrada - História cronológica, política e eclesiástica da Vila de Santarém"*, 1738.

PENTEADO, Cristina E. D. S., "A Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém: Música e Liturgia nos seus usos e costumes", Coimbra, 1992.

SARMENTO, Zeferino, "Moimentos", in *História e Monumentos de Santarém*, Câmara Municipal de Santarém, 1993.

SEQUEIRA, Gustavo Matos, "Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém", Academia Nacional de Belas Artes, vol. 3, Lisboa, 1949.

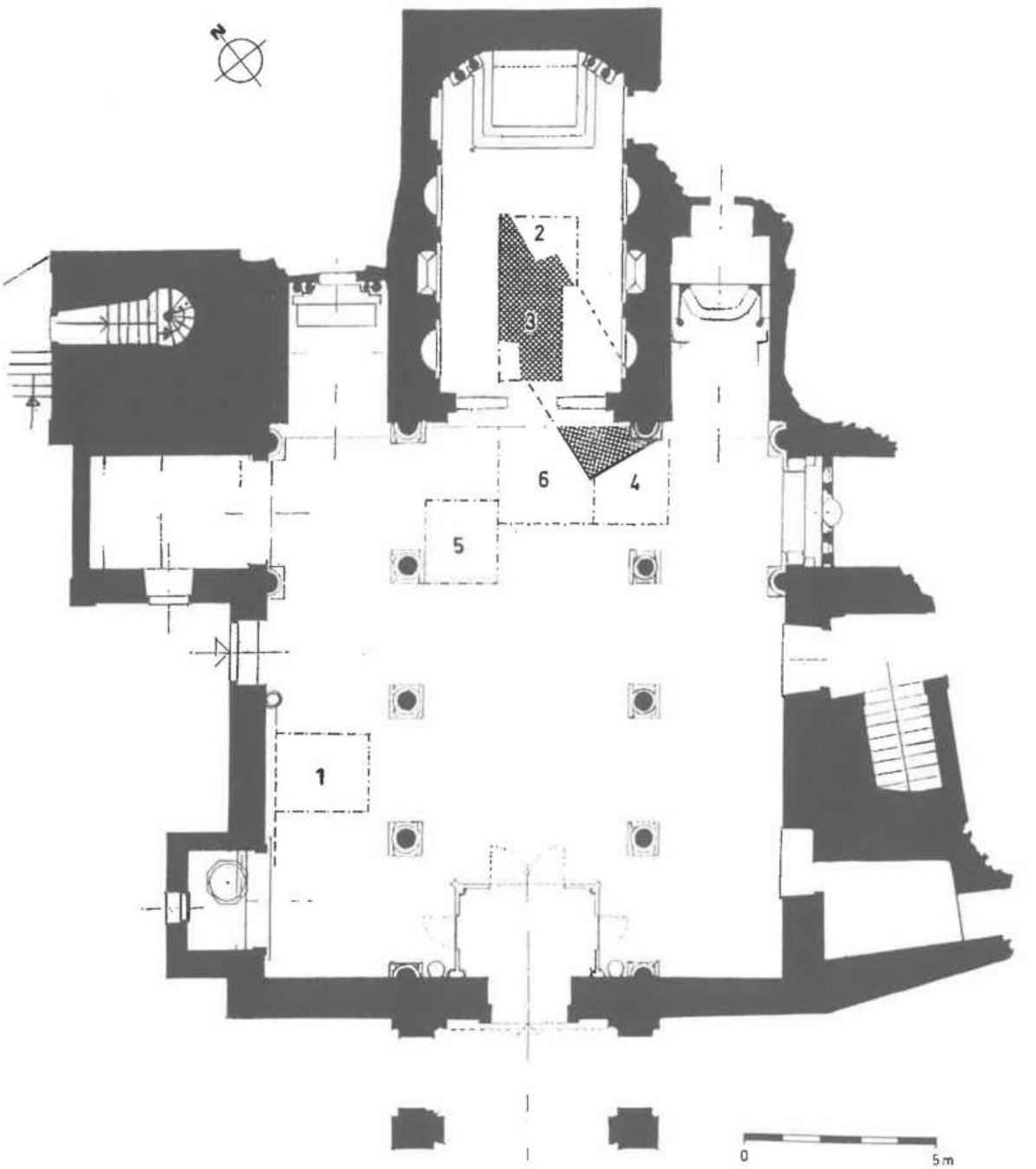
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *"Santarém, História e Arte"*, 2.ª ed., 1959, Santarém.

SILVA, Luiz Duarte Villela da, *"Memórias Históricas da Insigne e Real Collegiada de Santa Maria de Alcáçova da Villa de Santarém"*, Lisboa, 1817.

SOUSA, Francisco Luis Pereira de, "Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal", vol. 2, Distrito de Santarém e Portalegre, Lisboa, 1919.

TRANOY, Alain, "L'organization urbaine dans le Conventus Scallabitanus", in *Les Villes de la Lusitanie Romain*, pp.11-20, Talence, 1988, (1990)

VASCONCELOS, Pe. Inácio da Piedade, *"História de Santarém Edificada"*, 1740.



Planta da Igreja de Santa Maria de Alcáçova com a localização das sondagens

Arqueologia Urbana de Lisboa:

De uma prática de intervenção ao contributo para o PDM

* CLEMENTINO AMARO

INTRODUÇÃO

Em resultado das recentes intervenções arqueológicas no tecido histórico da cidade de Lisboa, começa-se a vislumbrar o importante povoado que se foi estruturando na vertente SW da colina do castelo até ao antigo esteiro, ainda em período pré-romano.

Esta sua importância urbanística já no período proto histórico deve-se a factores de ordem económica, estratégica e às excelentes condições naturais de que disfruta em resultado de ter tomado assento num território onde se entrecruzam calcários e margas do Cenomaniano (97 milhões de anos — início do Cretácico Superior), com magmas basálticas (75MA — final do Cretácico) depositados sobre formações geológicas mais antigas. Aos calcários, às argilas e areias do Miocénico (24MA), segue-se uma longa deposição de sedimentos de origem continental (de há 4MA à Actualidade), estabelecendo-se uma importante rede hidrográfica que tem como receptáculo privilegiado o estuário do Tejo (ALMEIDA, 1994).

Este cenário geológico faculta: um vasto conjunto de matérias primas — silex, madeiras, argilas, areias e outros materiais de construção; fauna e flora diversificadas; solos propícios à produção cerealífera e plantio de oliveira e videira; um estuário com excelentes condições naturais como porto de abrigo; existência de regolfo e sapais com condições ideais para a desova; acessível exploração do sal; costa rica em pescado. A conjugação destes diversificados factores, permitiu o estabelecimento de contactos regulares com o Mediterrâneo

* Arqueólogo do Departamento de Arqueologia do IPPAR.

Oriental, donde passam a vir comerciantes a partir, pelo menos, do século VII a.C., que gradualmente se estabeleceram junto a um castro indígena, a meia encosta entre o morro do Castelo e o rio e espraiando-se até à entrada do Esteiro da Baixa. A procura de estanho no NO peninsular e na costa Atlântica, a fácil navegabilidade do rio Tejo, rico em ouro nas suas areias, terão sido algumas das razões que levaram ao desenvolvimento do comércio fenício com os povoados da região do vale do Tejo (ARRUDA, 1993).

Estão, assim lançadas as raízes de um proto-urbanismo que, pelos dados disponíveis até ao momento, terá atingido já nos séculos V e IV a.C. um desenvolvimento significativo a atender no grande volume de espólio representativo do período Púnico e de vestígios de estruturas habitacionais ultimamente identificadas.

As ligações com o Mundo Tartéssico seriam ainda reforçadas pela existência de uma via terrestre que permitiria o acesso do vale do Tejo com a região de Huelva, como sugere a leitura da obra de Avieno.

O próprio topónimo pré-romano Olisipo com o seu sufixo IPO de origem não indo-europeia denuncia já a remota origem do povoado. Vasco Gil Mantas chama a atenção para que "se observarmos a sua posição estratégica como *caput viarium* sobretudo no que respeita às ligações com a capital provincial, quase podemos considerar Olisipo como a capital provincial da Lusitânia", (MANTAS, 1990).

A importância da cidade no contexto da Lusitânia está também confirmada pela categoria jurídico-administrativa que lhe é conferida — *Municipium Civium Romanorum* —, categoria tão prestigiada como a de Colónia, (ALARCÃO,1994).

A Felicitas Julia de ontem foi recebendo povos bárbaros, islâmicos e cristãos vindos do Norte. Assistíu às Descobertas e recebeu gente exótica, mercadores e aventureiros. Neste fluxo e refluxo de gentes, a cidade foi sedimentando "memórias" destes vários tempos e espaços, numa teia de acrescida complexidade na sequência dos terramotos que periodicamente a afectam. Lisboa chega assim aos anos oitenta, com fortes patologias decorrentes de factores naturais, estruturais e da incúria e incompreensão do Homem. Reabilitar os bairros históricos e vilas operárias e recuperar conjuntos e edifícios isolados nos núcleos históricos foi o imperativo lançado pela CML a partir de 1986. Algumas entidades públicas e privadas iniciam igualmente um processo de reconversão e reformulação integral do interior de edifícios em áreas classificadas o que implica um volume acrescido de pareceres ao nível arquitectónico e arqueológico.

Esta nova dinâmica de salvaguarda do património histórico da cidade, vai obrigar as entidades responsáveis pelo Património Edificado e pela Arqueologia a darem uma resposta inerente às suas competências e responsabilidades e na

medida das suas disponibilidades[1]. Assim, a partir de 1990, com a reestruturação do então IPPC é criada uma Divisão no quadro do Departamento de Arqueologia (D.A.) que, na prática, assume as funções de gestão e acompanhamento arqueológicos na região de Lisboa e Vale do Tejo[2]. Constitui-se, neste âmbito, uma equipa que inicia uma série de acções de salvamento, com maior incidência no Centro Histórico de Lisboa e nos núcleos históricos, bem como desenvolve acções programadas na área de Olisipo. Em 1991 esta equipa passa a colaborar com os gabinetes técnicos locais, com particular destaque com o da Mouraria (o primeiro gabinete a ser constituído) e ainda os do Bairro Alto, Alfama e Madragoa.

O Gabinete do Teatro Romano, constituído pela autarquia em 1987, reinicia os trabalhos arqueológicos naquele monumento em 1989, tendo realizado três campanhas. Esta equipa passa igualmente a dar apoio em algumas intervenções de salvamento, nomeadamente na área envolvente ao teatro romano, como nos prédios edificados sobre as termas dos Cássios e numa galeria de arte e em trabalhos de renovação das redes de esgotos, gás, telefone e electricidade nos largos de S. Domingos e do Caldas e da rua dos Correeiros.

Na sequência deste aprofundamento de contactos entre a Câmara Municipal e o IPPAR, através da sua Direcção Regional de Lisboa e do Departamento de Arqueologia e de uma cada vez maior consciência do valor inestimável do património arqueológico da cidade, surgiu a proposta para a participação de um técnico de arqueologia com a equipa que se encontrava a preparar a Carta Municipal do Património. Assim, no decurso da elaboração da referida Carta Municipal, uma das peças que integra o PDM de Lisboa, foi criado um conjunto de medidas cautelares e orientadoras no ambito do reconhecimento, salvaguarda e valorização do património arqueológico do município de Lisboa, nomeadamente com a proposta de criação de uma gradação de condicionantes[3], tendo como suporte o acumular de informações e registos efectuados a partir de meados do Séc. XVIII e resultado da pesquisa histórica e dos trabalhos arqueológicos realizados nas últimas décadas.

---

[1] É desejável que a curto prazo se constitua um gabinete municipal de Arqueologia que, conjuntamente e para além das equipas que actuam neste momento na cidade, venha a desempenhar um papel cada vez concertado com as diferentes Direcções Municipais, Departamentos e outras entidades públicas de quem dependam planificações e actuações que tenham directamente a ver com a gestão do subsolo urbano.

[2] A fim de ser formalizada uma prática iniciada em 1990 e dado ainda o facto da inexistência de arqueólogos e de outros técnicos de Arqueologia no quadro da D.R.Lx. do IPPAR, foi aprovado pela direcção do IPPAR, em Julho de 1994, um documento onde se instituem as bases para uma actuacção concertada entre o Departamento de Arqueologia e a Direcção Regional de Lisboa do IPPAR no âmbito da Arqueologia nesta região.

[3] No estudo e preparação final deste documento participaram junto da equipa da Carta Municipal do Património um técnico superior do Departamento de Arqueologia e um arquitecto da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR.

Do que atrás ficou dito e na descrição e caracterização sumárias dos trabalhos desenvolvidos nestes últimos anos nos dois pontos seguintes, se deduz que tem prevalecido uma dinâmica de "arqueologia de circunstância" em vez de uma "arqueologia de projecto" e que não tem sido fácil inverter esta situação que só agora começa a entrar numa fase de desenvolvimento de um projecto de investigação onde se definem as prioridades, objectivos e enquadramento dessa mesma investigação[4].

1. TRABALHOS DE SALVAMENTO E PREVENTIVOS

A intervenção arqueológica de salvamento no BCP é exemplificativa quanto à negociação das condições de trabalho e metodologia posta em prática. Esta primeira intervenção arqueológica de salvamento foi viabilizada após negociações com a administração do Banco Comercial Português. Tomou-se conhecimento do projecto de obras para implantação da agência central do banco através do acesso ao relatório geológico onde foi registado claramente o perfil dos tanques de salga, com a respectiva camada de espinhas no seu interior, para além dos aterros com inclusão de estruturas e espólio, imediatamente sob os pavimentos.

Os trabalhos arqueológicos tiveram a sua primeira fase em 1991/92 no espaço desafectado à altura e foram reiniciados em Outubro de 1993. A área intervencionada corresponde a seis prédios perfazendo uma frente de trabalho de 40 m x 23 m. Uma intervenção arqueológica com esta dimensão e características requer um conjunto de medidas cautelares que concorram para a segurança e estabilidade dos prédios Pombalinos em causa. A área escavada foi necessáriamente descontínua, tendo-se mantido os pilares e fundações que reforçam o travamento das paredes mestras. A empresa contratada para prestar apoio aos trabalhos arqueológicos proporcionou, a nível de engenharia, o acompanhamento regular das áreas escavadas procedendo, sempre que necessário, a entivações pontuais e ao reforço de pilares. O uso de moto-bomba foi circunscrito apenas ao interior de parte dos tanques para assim ser evitada a sucção de micro-sedimentos sob as fundações dos edíficios, já que nos encontramos perante um espaço de antiga praia fluvial e com a presença do nível freático. Dado o vastíssimo espólio exumado e o número de trabalhadores e técnicos envolvidos, foram criadas, ao nível do primeiro andar, áreas

[4] Manuela Martins na sua conferência realizada no Museu Nacional de Arqueologia, em 18 de Março de 1993, fez um importante balanço sobre os itinerários da investigação em Braga nos anos 80 e fez uma reflexão sobre "Pensar a investigação nos anos 90", onde chama a atenção para a clivagem entre uma arqueologia de investigação e uma arqueologia de gestão. Em "A Gazeta do MNA", nº1, Março de 1993 (publicação ainda não divulgada).

de vestiário refeitório, armazenamento, lavagem e inventariação do espólio atrás referido[5].

O financiamento dos trabalhos arqueológicos decorre integralmente pela entidade bancária e com uma pequena comparticipação do D.A. do IPPAR ao nível, nomeadamente, da coordenação técnica e de equipamentos. O orçamento proposto à entidade privada inclui verbas para contratação de técnicos de arqueologia, desenho e de restauro e ainda suporta despesas com material duradouro e de consumo corrente. A equipa é complementada com a contratação de um encarregado e trabalhadores não especializados e fornecimento de ferramentaria, através de uma empresa contratada para o efeito. Trabalhadores especializados como, carpinteiros, marteleiros e outros, integram a equipa sempre que necessário.

Decorre neste momento a fase de demolição do interior dos edifícios tendo-se previamente procedido à protecção das estruturas referentes à unidade fabril de conserva de peixe, aos banhos, que incluem o primeiro mosaico "in situ" da cidade e dos compartimentos do período Púnico. Todo este conjunto patrimonial irá ficar integrado no edificado de forma totalmente autónoma (em cave e ao nível do rés-do-chão), com um percurso de visita concebido em passadiço e valorizado por um núcleo interpretativo que procurará sugerir "uma ou várias leituras" possíveis ao visitante sobre esta zona da cidade com cerca de 2500 anos de história.

Esta primeira experiência com proprietários privados na Baixa Pombalina serviu de modelo e de exemplo para outras duas intervenções de salvamento levadas a cabo nas instalações do Banco Nacional de Comércio Imobiliário (BNC), na R. do Comércio (1992) e nas instalações da antiga casa Mandarim Chinês na R. Augusta (concluídas em 1993). A intervenção no primeiro edifício revelou estruturas pré-pombalinas e um volumoso aterro à base de cinzas e escórias que corresponde ao momento de ampliação da área a urbanizar no período de D. João II, com realce para a abertura da rua Nova dos Mercadores. No segundo local, a sucessão estratigráfica é semelhante à registada no BCP, identificando-se várias estruturas pré-pombalinas, como habitações, rede de esgotos, eixos viários, como a desaparecida rua das Esteiras, e ainda estruturas de uma ferraria de tipo "catalão". A sua origem deverá remontar ao século XVI. Dado o bom estado de conservação deste património industrial e o seu particular valor histórico, foi proposto pelo IPPAR a sua integração e valorização no futuro espaço comercial.

[5] A partir de 1991 tem-se procurado disponibilizar os materiais no decurso das intervenções, para que os diferentes investigadores dêem início ao seu estudo. Decorre neste momento o estudo do tesouro islâmico do claustro da Sé de Lisboa e as cerâmicas do período púnico, as ânforas romanas e o mosaico, todos do BCP.

Ainda seguindo os mesmos moldes, decorreu em 1993 uma escavação de salvamento na necrópole da desaparecida igreja de Santa Catarina, ao Bairro Alto, contando para além do apoio logístico e financeiro do proprietário da obra, a Associação Nacional de Farmácias, com a colaboração do respectivo gabinete técnico, entidade que solicitou o apoio do D.A. do IPPAR.

Outro conjunto significativo de intervenções arqueológicas preventivas e de salvamento resulta da colaboração estreita entre o Departamento de Arqueologia e os gabinetes técnicos, (AMARO, 1994). A primeira experiência de cooperação decorreu no Verão de 1991 com o Gabinete do Chiado, nas instalações dos antigos Armazéns do Chiado (extinto convento do Espírito Santo da Pedreira). O gabinete técnico da Mouraria tem como uma das suas preocupações, ao nível do Património, proceder de forma sistemática ao registo de vestígios arqueológicos e arquitectónicos que permitam conhecer o gradual desenvolvimento urbanístico deste típico bairro nos períodos Islâmico e Cristão. Deu-se assim início em 1992 a um conjunto de sondagens arqueológicas preventivas na Igreja de S. Lourenço, anexa ao Palácio Rosa. Os trabalhos de consolidação e de reabilitação geral do monumento implicaram um conjunto de trabalhos prévios como picagem de paredes e consequente remoção de painéis de azulejos e de pinturas, levantamento de pavimentos e sondagens arqueológicas preventivas em duas capelas laterais e nas áreas de colocação de microestacas junto ao interior da fachada.

Em resultado desta intervenção, ainda em fase de execução, verificou-se a existência da insuspeitada estrutura primitiva da igreja Medieval (inícios do século XIII), camuflada pelas obras sofridas nomeadamente na sequência dos terramotos de 1531 e de 1755.

O templo foi edificado num espaço já anteriormente urbanizado, com destaque para uma grande concentração de silos entulhados com cerâmica do período Islâmico.

Esta acção de reabilitação urbana reúne um conjunto de técnicos de diferentes áreas, num importante trabalho multidisciplinar que integra especialistas de história de arte, arquitectura Medieval, pintura, azulejaria, arqueologia e de consolidação de monumentos históricos.

Na sequência de uma obra de remodelação de um edifício e outra de construção de um armazém, ambas na Mouraria, estas revelaram a presença de vestígios arqueológicos dos períodos Medieval e pós-Medieval. No primeiro caso contou-se com a participação dos operários da obra, que ficou suspensa, após negociação entre o proprietário e o Gabinete da Mouraria, enquanto se realizavam os trabalhos arqueológicos de emergência. Foram escavados cinco silos neste edifício da rua das Farinhas, entulhados com espólio Medieval e pós-Medieval. O Gabinete da Mouraria procedeu ao levantamento de fornos de pão

que existiam nas antigas instalações. Na segunda obra foi referenciada, num pequeno pátio junto ao beco de S. Marçal, uma área de entulheira de uma olaria, datável do século XV. Encontramo-nos em pleno bairro das Olarias, de origem Medieval e edificado fora do recinto amuralhado da cidade.

Metropolitano de Lisboa

A empresa Metropolitano de Lisboa, EP encontra-se a desenvolver o Plano da Expansão da Rede para os anos de 1994/1999. Tendo o IPPAR acompanhado os projectos dos traçados para a expansão da rede, desde logo verificou que a concretização dos referidos trabalhos iriam afectar algumas zonas onde à partida se tem conhecimento da existência de vestígios arqueológicos.

Dos contactos imediatamente estabelecidos entre as duas entidades resultou a celebração de um protocolo assinado no passado mês de Abril de 1994, onde ficaram estabelecidas as formas de colaboração, competências e obrigações de cada uma das partes e o respectivo plano de trabalhos. Este tem a duração de um ano e teve o seu início na praça do Rossio, (onde já se realizou a primeira fase da escavação arqueológica), seguindo-se as frentes dos Restauradores e do Chiado. Na frente ribeirinha procedeu-se ao acompanhamento junto à estação do Cais do Sodré, seguindo-se o largo do Corpo Santo e o Arsenal.

Foi competência do IPPAR a constituição de uma equipa de campo, cabendo ao seu D.A. a respectiva coordenação técnico-científica. O ML assegura o apoio de mão-de-obra não especializada e os necessários equipamentos, bem como financiou os trabalhos de arqueologia.

Está igualmente prevista a divulgação dos dados arqueológicos recolhidos através de publicações e de exposições.

A realização dos trabalhos de arqueologia contam igualmente com a colaboração de técnicos do Museu da Cidade.

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS PROGRAMADOS

Num apontamento muito breve refira-se que a identificação dos monumentos romanos mais significativos de Olisipo aconteceu após o terramoto de 1755 e na sequência da reconstrução da cidade que se lhe seguiu. Foi o caso do Teatro Romano, das designadas Termas da rua da Prata e das termas dos Cássios, (Moita, 1985). Ao longo do século XIX e até aos anos sessenta deste século identificaram-se *"villae"*, necrópoles e outros vestígios dispersos, fruto exclusivo da realizaçao de obras públicas, como a abertura de novas artérias, construção da rede de Metropolitano e, a situação de excepção,

as obras levadas a cabo no castelo de S. Jorge, pelo Estado Novo, nos anos trinta[6].

A primeira escavação arqueológica sistemática ocorreu em 1966/67, no Teatro Romano, tendo os trabalhos sido reiniciados só em 1989.

A fim de se inverter esta tendência da realização quase exclusiva de trabalhos arqueológicos de emergência ou preventivos ao sabor dos interesses imobiliários, ou na sequência lógica da realização de obras públicas, reabilitação dos bairros históricos e de melhoria das infraestruturas da cidade, por falta, à partida, de um projecto de investigação e estudo sistemático da cidade Romana (e das várias cidades)[7], programaram-se duas intervenções arqueológicas tirando partido de circunstâncias favoráveis em dois locais da cidade onde se previa a existência de vestígios arqueológicos que contribuam para uma gradual "leitura" da malha urbana da cidade romana. São eles o claustro da Sé de Lisboa e o largo de Stº António da Sé.

Outras situações aguardam por momento oportuno para um melhor conhecimento de elementos fundamentais na estruturação da cidade e sua evolução urbana, como o traçado da muralha tardo-romana e a localização do forum. Neste sentido foram já propostas a realização de três sondagens junto à "Cerca Moura" e na área do Castelo, em articulação com a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, projecto este integrado numa proposta de programa de comemorações dos 850 anos da conquista da cidade de Lisboa a acontecer em 1997[8].

Claustro da Sé de Lisboa

Num primeiro momento tratou-se de uma pequena intervenção arqueológica de emergência (realizada pelo D.A. do IPPAR num monumento a si afecto), na sequência de ter surgido uma pequena área abatida no jardim do claustro em princípios de 1990, pondo em risco a segurança dos visitantes. Após se verificar tratar-se de um poço-cisterna construído num aterro com altura superior a nove metros e onde coexistiam, em elevada quantidade, materiais cerâmicos

---

[6] Carlos Fabião no seu recente artigo "Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana de Lisboa", desenvolve um interessante historial das pesquisas levadas a cabo na cidade a partir de meados do século XVIII, terminando com uma análise à sua situação desde os anos sessenta até à actualidade.

[7] No entanto o projecto da investigação "A Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo" aprovado pelo Conselho Consultivo do ex-IPPC em 1985, prevê no ponto 5 do seu programa de trabalho, a investigação no âmbito do "intercâmbio entre a *Outra Banda* e Olisipo", nomeadamente no que concerne ao estudo da tipologia e do fornecimento de vasilhame aos centros conserveiros de Olisipo pelas olarias da margem Sul, estudo este que está a ser desenvolvido.

[8] Esta proposta de programa, que prevê a realização de um colóquio e de exposições, é subscrita pelo DA do IPPAR, pelo Campo Arqueológico de Mértola e pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e contará com a colaboração de várias entidades.

desde a Idade do Ferro até ao século XIV, optou-se por proceder a sondagens junto ao tramo Norte do claustro. Aí se detectou a presença de uma via romana e dos compartimentos que a ladeiam, estrutura urbana esta que deve remontar à época de Augusto, momento em que foi construído o teatro localizado imediatamente a NE, sendo a referida via um dos acessos laterais do mesmo.

Após negociações desenvolvidas com o cabido da Sé programaram-se trabalhos arqueológicos sistemáticos a partir de 1992 para toda a área do jardim do claustro e simultaneamente foi elaborado um projecto de valorização em que no seu objectivo genérico se prevê o "desenvolvimento de um programa de conservação do claustro e integração, na área do jardim, das estruturas arqueológicas e do seu tratamento museográfico *in situ*. Construção de um núcleo museológico (museu de sítio), em cripta, na área do jardim, articulado com o percurso de exposição do claustro. Criação de infraestruturas de apoio ao visitante". O ano previsto para a conclusão deste programa é 1998, ano da realização da "Expo 98", acontecimento a que esta iniciativa poderá ficar intimamente associada.

Atendendo ao número crescente de visitantes e de grupos de estudantes ao local das escavações e de Lisboa ser no corrente ano a Capital Europeia da Cultura, procedeu-se à montagem de um passadiço envolvendo as estruturas arqueológicas e à realização de obras de beneficiação nos sanitários do claustro.

Largo de Santo António da Sé

A Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU) e o Gabinete de Alfama iniciaram em 1993 trabalhos de beneficiação da igreja de Santo António. Foi prevista igualmente a construção de uns sanitários públicos e a renovação da calçada, no largo fronteiro.

No seguimento do acordo estabelecido entre a DMRU e o Departamento de Arqueologia para se proceder ao acompanhamento dos trabalhos de desaterro para a construção dos sanitários, junto a um paredão de contensão de terras, foi aceite por aquela Direcção que se procedesse a sondagens arqueológicas no largo fronteiro à igreja de Stº António, uma das zonas apontadas para a eventual localização do forum da cidade, acção esta realizada antes da renovação da calçada em paralelepípedo. Esta acção proporcionou estabelecer-se um conjunto de princípios para colaboração conjunta entre o D.A. do IPPAR e o Museu da Cidade para a realização da mesma.

Encontra-se em fase de estudo as estruturas e o espólio exumado. Destaca-se, no entanto, o reconhecimento que a Porta de Ferro, uma das entradas da "Cerca Moura", foi construída aproveitando estruturas romanas pré-existentes.

A recuperação da memória desta porta bem como das estruturas romanas foi objecto de um estudo concretizado pela DMRU e que se vai traduzir na "marcação", na calçada do largo, com pedras de diferentes cores e texturas das estruturas arqueológicas que, entretanto, voltaram a ser cobertas.

3. CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO — PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Foi constituída uma equipa de trabalho no quadro da Direcção Municipal de Planeamento Estratégico para elaborar a Carta Municipal do Património. Do resultado desse longo e complexo trabalho, constituíram-se dois volumes dos respectivos estudos preliminares, um sobre os Núcleos Urbanos de Interesse Histórico e outro sobre o Património Arqueológico. A Carta do Património Arqueológico constitui um instrumento orientador de caráter geral que deverá ser substituído pela Carta Arqueológica do Município de Lisboa, após a sua conclusão[9].

Com a participação de técnicos do Departamento de Arqueologia e da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, junto da equipa constituída para o efeito, foi proposto um conjunto de normas regulamentadoras quanto à forma de intervenção no subsolo da cidade, bem como a criação de uma gradação de condicionantes de acordo com a evolução espacial desta a partir do núcleo consolidado antigo (colina do Castelo — bairros do Castelo, Sé, Mouraria e Alfama), vindo, gradualmente a integrar núcleos rurais, aldeias, zonas industriais, casais, quintas, núcleos ribeirinhos, num total de 65 núcleos históricos considerados e levantados no decurso da eleboração da Carta Municipal do Património.

A Carta de Condicionantes do Património arqueológico foi elaborada tendo por base a carta do património onde para além da delimitação dos núcleos históricos, estão cartografados os antigos percursos e os edifícios conventuais, (planta I).

Numa descrição sumária do capítulo que cria a gradação de condicionantes, esta apresenta três níveis de actuação. Assim, na área urbana interior à Muralha Fernandina subdividiu-se em dois sub-níveis: I.I e I.2. O primeiro coíncide com a proposta de delimitação da área de Olisipo e neste caso o licenciamento de obras deverá estar condicionado à actuação prévia de equipas de arqueologia. Na restante área urbana "na fase de apreciação do licenciamento da obra, estudo prévio ou pedido de viabilidade, deverão obrigatoriamente ser consultadas equipas de arqueologia para darem parecer quanto à melhor actuação a seguir...".

---

[9] João Muralha Cardoso iniciou a realização da Carta Arqueológica de Lisboa para o período da pré-História, trabalho este já publicado na Revista Municipal.

Na área urbana condicionada com o nível 2 estão incluídos os Núcleos Urbanos, as zonas Ribeirinhas, Áreas Críticas e GTL´s e Edifícios Singulares. "Atendendo ao inegável valor patrimonial e arqueológico que se encontra disperso por estas áreas históricas diversificadas, propõe-se que sempre que se proceda a obras que impliquem remeximento do subsolo, sejam consultadas equipas de arqueologia durante a fase de apreciação dos projectos para emissão de parecer técnico e eventual intervenção no terreno."

As áreas sujeitas à Lei Geral quanto à descoberta de vestígios arqueológicos, corresponde às restantes áreas da cidade — sem quaisquer condicionantes prévias — e regem-se pela lei 13/85, nomeadamente no seu art.º 39.

Existem, por fim, edifícios na cidade que são considerados como "Casos Especiais" e incluem-se no nível I-1 devido à sua excepcional importância na história da cidade e que pode encontrar-se, em parte, camuflado, adaptado ou parcialmente destruído.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge, 1994: "Lisboa romana e visigótica", catálogo *"Lisboa Subterrânea"*, MNA.

ALMEIDA, Isabel Moitinho de, 1994: "Lisboa antes do Homem", catálogo *"Lisboa Subterrânea"*, MNA.

AMARO, Clementino, 1987: "A Presença Romana na Margem Esquerda do Estuário do Rio Tejo", catálogo *"Arqueologia no Vale do Tejo"*, IPPC.

AMARO, Clementino, 1992: "Arqueologia Urbana de Lisboa - da sua evolução ao momento actual", revista *Almadan,* II Série, n.º 1.

AMARO, Clementino, 1994: "Arqueologia Urbana de Lisboa - Balanço e Reflexão", actas das *V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), AAP, Lisboa.

ARRUDA, Ana Margarida, 1993: "O Oriente no Ocidente", *História de Portugal, vol. II,* coord. por João Medina.

FABIÃO, Carlos, 1994: "Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana de Lisboa, revista *Penélope*, n.º 13.

MANTAS, Vasco Gil, 1990: *"As Cidades Marítimas da Lusitânia"*, Centre National de la Recherche Scientifique, Bordéus.

MOITA, Irisalva, LEITE, Cristina, 1986: "Recuperar Olisipo a Partir de Lisboa, Possibilidades e Limitações", actas do I *Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Setúbal), IPPC.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA DO PATRIMÓNIO

INVENTÁRIO DE NÚCLEOS URBANOS DE INTERESSE HISTÓRICO (planta síntese)

21003-0

Cascais: um projecto de investigação em Arqueologia Urbana

* JOÃO CABRAL
** GUILHERME CARDOSO
** JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

O PROJECTO

A Historiografia tradicionalmente aceite como fonte sobre a evolução da malha urbana cascalense apontou sempre o terramoto de 1755 como elemento destrutivo de todas as anteriores ocupações. Assim, o conhecimento e a imagem da vila resumiam-se quase ao século XIX, pois a reconstrução pós-terramoto teria sido de tal forma lenta que já só nesse século se teriam preenchido diversas lacunas.

Será graças à junção das fontes escritas e cartográficas locais, por vezes pouco consideradas ou mesmo desconhecidas, que se começa a obter uma correcta noção do ordenamento urbano da vila.

Quando das cheias de 1983, efectuaram-se trabalhos de reconstrução e de melhoramento das infraestruturas existentes, o que viria a proporcionar o contacto com materiais e estruturas até então pouco conhecidos.

Marca esse ano de 1983 o início de todo este projecto. Importa reconhecer a vivência da vila no decorrer dos séculos e tal só seria possível através de uma acção concertada ao nível da Arqueologia urbana.

Desde então e até ao momento, realizaram-se cerca de treze intervenções, por ocasião do licenciamento de obras em edifícios particulares ou mesmo em obras da responsabilidade da Câmara Municipal. Na maior parte dos casos, os trabalhos constaram de sondagens nos edifícios e acompanhamento das

* Gabinete de Arqueologia da C.M. de Cascais.
** Associação Cultural de Cascais.

picagens de rebocos, tarefa essencial para a localização de elementos arquitectónicos reutilizados na construção.

As sondagens arqueológicas — que mereceram sempre o acordo dos proprietários, regulado por protocolo escrito — decorreram geralmente em plena fase da obra, o que constituiu só por si um limite à acção do arqueólogo, quer em matéria de espaço, quer em matéria de segurança. A continuação das obras obrigou também a uma actividade constante de escavação, impondo-se o factor tempo como outra limitação deste tipo de intervenção em meio urbano. É que, infelizmente, ainda não foi conseguida uma concertação com os Serviços de Urbanismo e, amiúde, só se tem conhecimento das obras em locais arqueologicamente sensíveis quando elas já se encontram em execução.

A relação arqueólogo-proprietário-empreiteiro tem garantido alguns meios logísticos importantes, como a colaboração dos próprios operários da obra em tarefas mais árduas e, mesmo, o financiamento integral da própria intervenção arqueológica, como foi o caso de um edifício na Rua do Arco, no ano de 1993.

A equipa envolvida no projecto — para além dos arqueólogos enquadrados ao abrigo do protocolo entre o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais e a Associação Cultural de Cascais, uma vez que se trata de um projecto conjunto — conta com a colaboração dos técnicos do Gabinete, estudantes dos ensinos universitário e secundário, estudantes e assalariados que, desde há muito, têm colaborado em escavações arqueológicas.

Até agora, foi integralmente cumprido o objectivo do projecto, que consta da identificação dos principais núcleos de povoamento e sua expansão desde os primórdios até aos nossos dias, graças à importante correlação entre a Arqueologia, as fontes históricas e a observação das estruturas arquitectónicas dos séculos XVIII e XIX.

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO A PRETO E BRANCO

A pesquisa no Arquivo Histórico Municipal centrou-se nas posturas municipais seiscentistas, sucedâneas de outras anteriores; nas relações dos confessados, informação importante acerca da malha urbana por via da indicação das ruas e dos agregados familiares; nos censos, pela indicação da actividade profissional dos recenseados e seu lugar de habitação; e nos requerimentos para licença de obra, a partir de meados do século XIX, que permitem obter uma imagem bastante completa das zonas que sofreram intervenções e quando.

A juntar a esta documentação, procedeu-se a uma inventariação fotográfica dos imóveis por rua, registando-se inclusive pormenores significativos do seu interior. Também têm sido possíveis trabalhos de levantamento fotográfico

antes e no decurso de obras, o que permite observar diversos registos da construção e suas remodelações ao longo dos tempos. A título de exemplo, citamos o caso das reconstruções pós-terramoto.

Deu-se, em 1989, um importante passo neste projecto: a realização de uma mesa-redonda sobre cerâmica medieval e moderna, aberta essencialmente a quem estivesse a trabalhar na região de Lisboa e arredores (Torres Vedras, Alenquer, Palmela, etc.), com vista à troca de experiências, para divulgação das pesquisas em curso e numa primeira tentativa de abordagem de tipologias.

Ainda nesse ano, a organização da exposição "Um Olhar sobre Cascais através do Seu Património" veio permitir ao público em geral e especialmente às escolas o contacto com a urbe quinhentista e seiscentista da época dos Descobrimentos.

Além desta acção, desenvolveram-se numerosas visitas de escolas e criaram-se itinerários para exploração da vila na área do património histórico-cultural. Para dinamização das escolas primárias, regista-se ainda, em 1990, a criação, por um actor do Teatro Experimental de Cascais, da figura histórica de D. António de Castro, importante fidalgo dos finais do século XVI, fundador do Convento de Nossa Senhora da Piedade.

Anos após o início do projecto, já nos é permitido concluir que — para além de alterações do aspecto geográfico da vila, reorganização do leito da Ribeira das Vinhas (que a atravessa) e ocupação das zonas baixas (inundáveis pelas suas águas) — houve significativas alterações da estrutura viária em função das ligações de Cascais a Sintra e a Lisboa, interferindo com a organização do centro administrativo, bem como alterações funcionais e estruturais nos edifícios.

OS RESULTADOS

Dando cumprimento ao nosso objectivo primordial, poderemos apresentar já os seguintes resultados:

- Identificação da presença romana, por via da existência de uma fábrica de salga de peixe (foto 1);
- Observação de restos cerâmicos da Alta Idade Média, especialmente do tempo da ocupação árabe;
- Identificação da estrutura medieval do castelo, datável já da Baixa Idade Média (foto 2);
- Identificação da estrutura da malha urbana medieval/renascentista;
- Levantamento de vestígios arquitectónicos quinhentistas, mormente de cantarias que observam um modelo idêntico;

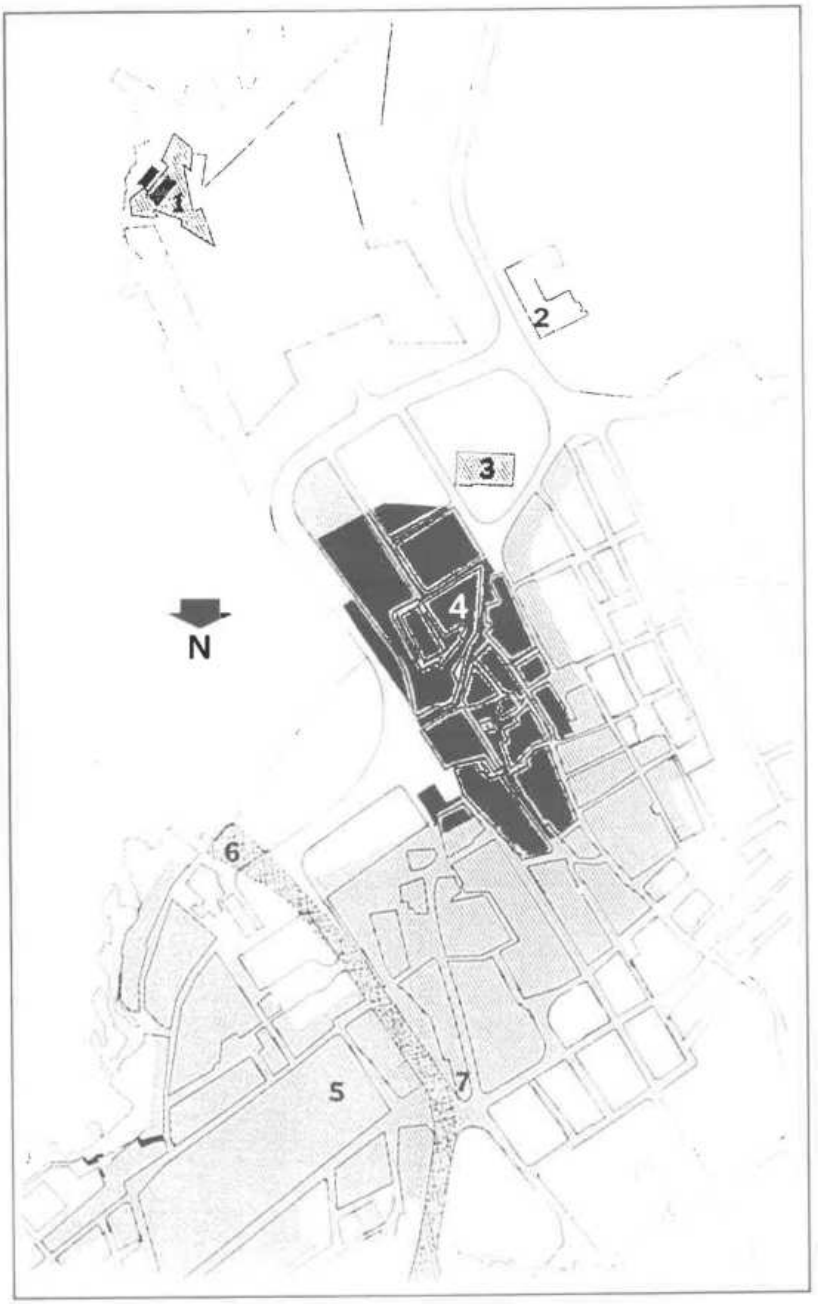
— Identificação de um lagar de vinho do século XVIII, na margem direita da ribeira, em local hoje totalmente integrado no núcleo central da povoação;
— Localização de um dos antigos diques de protecção da ribeira;
— Identificação dos vestígios do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade, fundado no século XVI, dado como destruído no terramoto de 1755 e "desaparecido" no século XIX por ocasião das obras de remodelação do edifício empreendidas pelo Visconde da Gandarinha (fotos 3 a 5);
— Identificação de lixeiras (ou montureiras) na vila (a cuja existência já as posturas quinhentistas faziam referência), donde se exumaram materiais datáveis desde a Baixa Idade Média até ao século XVIII;
— Recolha de um elemento da guarda da boca do poço vulgarmente referenciado como Poço Novo, que abasteceu a população até ao século XVIII;
— Identificação, na antiga praia, de buracos de poste, juntamente a vestígios de fogueiras, que corresponderão a habitações de carácter temporário existentes num local hoje por completo urbanizado (foto 6);
— Definição das ocupações ocorridas ao longo do tempo e das alterações morfológicas por elas provocadas:

  — Ocupação pré-histórica — um núcleo paleolítico sobranceiro à necrópole neolítico-calcolítica (grutas do Poço Velho) — junto da ribeira, próximo da enseada;
  — Ocupação romana na zona escarpada junto à praia que serve de porto (foto7);
  — Ocupação medieval, sobreposta à romana, com a construção do castelo;
  — Definição da vila extra-muros, na sequência do afloramento rochoso (calcário de Cretácico);
  — Expansão, no século XVI, para a zona da chamada Aldeia Nova;
  — Expansão, nos finais do século XIX, para zona rural circundante e no sentido de Lisboa.

O projecto de estudo da vila de Cascais, enquanto malha urbana numa perspectiva evolutiva, carece, pois, do alargamento da equipa num sentido

pluridisciplinar. Para além do arqueólogo, há a considerar o antropólogo, o historiador de arte, o geólogo, o arquitecto, o sociólogo e o etnólogo.

Felizmente, estamos a dar já os primeiros passos no sentido de uma actuação concertada — porque a fábrica, uma actividade comercial em extinção, um uso ou tradição popular, enquanto condicionantes e utilizadores do espaço urbano, são também objecto de estudo e merecem igualmente a nossa atenção de arqueólogos.



VILA DE CASCAIS:

A) *Mancha negra — Baixa Idade Média*
B) *Mancha cinzenta — Período Renascentista*
C) *Em aberto — Planta Actual*

1 - Torre de Cascais e fortaleza de N.ª S.ª da Luz
2 - Convento da Piedade
3 - Igreja Matriz (N.ª S.ª da Assunção)
4 - Castelo e vila medieval extra-muros
5 - Malha urbana do séc. XVI
6 - Ribeira das Vinhas



Cetária romana



Torneira e resto da antiga calçada de acesso ao castelo

Uma das capelas do Convento de Nossa Senhora da Piedade, onde se identificaram três sepulturas



Sepultura com esqueleto de mulher, no Convento de Nossa Senhora da Piedade





Panorâmica duma fase de escavação
na ala norte do claustro
do Convento de Nossa Senhora da Piedade



Identificação dum buraco de poste
no solo arenoso (escavação nos actuais paços
do concelho - antigo Palácio
dos Condes da Guarda)



Capitel romano achado no interior duma cetária, cujo fundo se encontrava coberto de areia

Arqueologia Urbana na Amadora

* JORGE AUGUSTO MIRANDA

A presente comunicação ensaia uma reflexão sobre a actividade arqueológica desenvolvida no município, dando conta das soluções encontradas localmente para a gestão de um equilíbrio, que se reconhece difícil, entre a necessidade de preservar o Património Arqueológico e o ritmo de crescimento da cidade. Mais do que expôr os resultados das campanhas efectuadas, optou-se por explanar a experiência local neste domínio.

Na Amadora, cidade nova construída de há cem anos para cá, mesmo não havendo outras cidades no subsolo, são conhecidas ocupações humanas de diferentes épocas cujos vestígios materiais importa identificar, estudar e preservar. Aqui, está-se em presença de um universo de estudo marcadamente rural cuja metodologia de abordagem se desenvolve, também, através da intervenção arqueológica em meio urbano, com todas as dificuldades e limitações impostas por uma intensa pressão urbanística. A estratégia de actuação da Câmara Municipal neste domínio tem vindo a assentar em três aspectos essenciais: a gestão e intervenção rápida no terreno; a investigação e a difusão.

Tendo-se verificado que o aparecimento sistemático de acções de emergência e a necessidade de preservação e/ou musealização de arqueosítios desiquilibram a afectação dos recursos disponíveis em prejuízo dos projectos de investigação, procurou-se uma solução que permitisse alguma prevenção e minorasse os seus efeitos através da detecção, desde cedo, das áreas sujeitas a pedidos de construção e dos prazos previstos para a sua concretização.

---

* Câmara Municipal da Amadora

A eclosão de fenómenos de urbanização do Município da Amadora é bastante recente, remontando ao final do séc. XIX com a implantação do Caminho de Ferro na região. Assim, se numa primeira abordagem a cidade se apresenta como um espaço construído praticamente contínuo e com uma estrutura definida, a lógica urbana de hoje não tem qualquer relação com as anteriores estratégias de ocupação do território.

Antes do Caminho de Ferro, a paisagem era dominada por extensas culturas cerealíferas, entrecortadas por uns quantos casais dispersos (com hortas, pomares, escassas vinhas e instalações pecuárias) e por quatro núcleos residenciais, fracamente estruturados entre si e praticamente sem relação com o Casal da Amadora, não excedendo em média as quarenta famílias. A norte A-da-Beja e Carenque na antiga freguesia de Belas e a sul a Falagueira e a Porcalhota que pertenciam a Benfica e constituíam ponto de paragem da Estrada Real de Queluz. A isto juntava-se um grande conjunto de moinhos de vento que representava uma das zonas de maior densidade de um grande complexo moageiro que se constituiu em torno de Lisboa ao longo do séc. XVIII e entrou em declínio na segunda metade do séc. XIX.

Em linhas gerais: é este o ponto de partida da maioria dos projectos de investigação e das acções de salvamento em curso no Município. Mas este universo de estudo, marcadamente rural, reclama metodologias de abordagem e objectivos de salvaguarda difíceis de compatibilizar com a cidade de hoje, que impõe as suas próprias regras e o seu próprio ritmo. Em função disto, somos muitas vezes confrontados com situações de emergência que obrigam a atrasar, ou mesmo a parar, os projectos de investigação em curso.

No entanto, na Amadora, a formação do espaço urbano deixou os núcleos antigos relativamente intactos, incidindo essencialmente sobre as áreas até então cultivadas. Isto deve-se sobretudo ao facto de o traçado do Caminho de Ferro não ter passado pela Porcalhota, desviando a pressão urbanística gerada para uma área praticamente deserta — a estação da Amadora que coincide hoje com o centro da cidade. Com o desenvolvimento da rede viária regional e dos transportes rodoviários nos anos trinta e com a fixação de indústrias a partir da década seguinte, foram surgindo novos focos de urbanização.

Este desfasamento entre os centros a partir dos quais se desenvolveu a cidade e os núcleos construídos antigos veio atenuar sensivelmente os seus efeitos destrutivos. Mas apesar disto, dos cerca de 60 sítios arqueológicos inventariados desde 1973, cerca de 17% foram destruídos ou encontram-se seriamente amputados pela abertura da rede viária e infraestruturas, por novas construções, por vandalismo e pela acção, sempre difícil de controlar, das construções degradadas e clandestinas. Situação que a Câmara da Amadora herdou quando foi constituída em 1979.

Hoje, com a saturação do centro e o alargamento da rede viária interna, a pressão urbanística começa a fazer-se sentir também nas áreas periféricas, colocando em risco os núcleos antigos referidos e levando a Câmara a procurar soluções globais para a sua preservação. Soluções essas que, concluído o inventário, passam agora por metodologias específicas de protecção e por programas de investigação que as fundamentem.

Este panorama é agravado por um ritmo de urbanização bastante acelerado que gera frequentes situações de emergência e reclama respostas eficazes e em tempo útil. Hoje, detectar e intervir rapidamente, por forma a que a salvaguarda do Património Arqueológico não constitua um entrave ao desenvolvimento local, torna-se não só importante como indispensável para encontrar equilíbrios e evitar tensões desnecessárias entre a autarquia e os agentes privados. No entanto, exceptuando aqueles quatro núcleos antigos, só raramente se tem verificado a existência de condicionantes arqueológicas à implantação de novas construções. Por isso, no que respeita à grande maioria do território da Amadora, não há qualquer razão de fundo para que os interesses patrimoniais da autarquia e dos agentes privados não encontrem plataformas de entendimento.

Em face desta especificidade local, a intervenção no Património Arqueológico tem sido norteada por uma estratégia de conciliação das exigências da investigação com as contingências da gestão de uma arqueologia de salvamento. Por um lado, procura-se garantir a continuidade dos projectos de investigação que incidem sobre os núcleos construídos antigos, por outro pretende-se garantir o reconhecimento e intervenção na malha urbana actual, cujo subsolo é praticamente desconhecido sob o ponto de vista arqueológico, mas onde têm vindo a ser detectados com alguma frequência vestígios Pré e Proto-Históricos.

No que respeita à investigação, estão em curso três projectos que incidem sobre as aldeias da Falagueira e A-da-Beja, bem como sobre um conjunto monumental de grande significado para a compreensão da vida económica regional dos últimos séculos, que é composto por várias dezenas de moinhos de vento, dispersos pelo Município, que encontram razão de ser no universo mais vasto da envolvente norte de Lisboa. Relativamente a estes projectos, para além dos seus objectivos científicos, considera-se ainda essencial a delimitação de áreas e metodologias de protecção a implementar. Neste caso, os trabalhos arqueológicos efectuados obedecem a uma programação própria e aos objectivos específicos de cada projecto, embora por vezes (sobretudo no caso dos moinhos) ocorram intervenções de emergência que perturbam a sua programação normal e interrompem por vezes a sua execução.

Relativamente à malha urbana actual, ou melhor ao reconhecimento e gestão do seu subsolo, está em funcionamento um sistema que, não tendo sido criado no papel de uma só vez, se foi construindo com o tempo e carece ainda de aperfeiçoamento. Este sistema procura integrar num diálogo permanente o Departamento de Educação e Cultura de que depende a intervenção arqueológica, o Departamento de Administração Urbanística e o Gabinete do Plano Director Municipal. Assenta, basicamente em três princípios:

— A área de arqueologia deve comunicar ao Departamento de Administração Urbanística e ao Gabinete do Plano Director Municipal, de uma forma sistemática e exaustiva a localização dos sítios arqueológicos e as limitações impostas pelos mesmos à ocupação do solo. Isto é, feito através de uma Carta Arqueológica em actualização permanente, com informações detalhadas sobre cada sítio onde estão indicadas as áreas em que há risco de destruição.
— O Gabinete do Plano Director Municipal considera as condicionantes arqueológicas na gestão urbanística do território, com destaque para a elaboração de planos de pormenor e estudos de viabilidade.
— O Departamento de Administração Urbanística (DAU) dá conhecimento automático de cada pedido de licença de construção ou demolição entrado na sua secretaria e, sempre que necessário, comunica a existência de condicionantes arqueológicas ao requerente.

Relativamente a este último caso, que gera um maior volume de trabalho no terreno, valerá talvez a pena detalhar um pouco o procedimento seguido:

Quando um pedido de licença dá entrada no DAU, é imediatamente enviada uma cópia para análise do seu impacto arqueológico, que decorre em simultâneo com a apreciação técnica do projecto respectivo com vista à concessão da licença. Verifica-se se a zona a construir incide sobre algum dos sítios inventariados e prospecta-se o local emitindo um relatório em que se conclui pela inexistência de vestígios arqueológicos ou, na sua presença, se propõe a realização dos trabalhos arqueológicos considerados necessários. Nos casos em que a simples prospecção não é concludente, realizam-se sondagens ou recomenda-se o acompanhamento da abertura de fundações. O tempo médio entre a recepção de um pedido de licença e a emissão do respectivo relatório é actualmente muito curto. Por isso, quando é solicitada autorização ao proprietário do terreno para a realização de trabalhos no local, não só não está implícito nenhum atraso processual como é do seu interesse que se esclareça rapidamente a situação pois a presença de vestígios arqueológicos no local é encarada como uma das condicionantes a avaliar pela Câmara.

Em consequência disto, em 1993 realizou-se um número elevado de prospecções em locais sujeitos a pedidos de licenças de construção, tendo daí resultado a realização de intervenções de emergência que conduziram a resultados diversos, desde a disponibilização do terreno até à preservação de jazidas. Destes podem destacar-se dois exemplos:

Sítio calcolítico dos Moinhos de Alfragide

Em Janeiro de 1993 procedeu-se à prospecção extensiva da sua envolvente e a uma sondagem num corte aberto por um arruamento em que se detectaram zonas localizadas de concentração de materiais. Daí resultou claro que se tratava de pequenas bolsas de materiais acumulados em depressões do terreno e periféricas relativamente a um habitat próximo destruído à época da urbanização de Alfragide.

Neste caso concluiu-se não ser justificada a preservação do lugar ou o alargamento dos trabalhos arqueológicos efectuados, pelo que o terreno foi disponibilizado sob recomendação e os serviços acompanharem a abertura das fundações previstas no projecto.

Casal Quinhentista da Falagueira de Cima

Entre Março e Setembro, decorreu uma campanha intensiva de escavações no casal da Falagueira de Cima. Este processo inicia-se após a demolição, sem licença, de parte da sua estrutura para servir de estaleiro e facilitar o acesso a uma obra vizinha. Detectada a situação a Câmara foi rapidamente confrontada com a necessidade de intervir no local. Desde logo devido à importância do Casal no cômputo do Património Imóvel do município, mas também devido ao facto de se encontrar inserido no núcleo antigo da Falagueira. Trata-se de uma construção em alvenaria de pedra calcária, com dois pisos e características arquitectónicas que nada têm a ver com o universo das construções populares da região. A inclusão de um marco em pedra exibindo a Cruz de Malta no extremo superior, reforçava a ideia de que estavamos perante uma construção de importância invulgar à escala local.

Da realização dos trabalhos arqueológicos e de um estudo documental complementar, resultou um relatório com base no qual os serviços fundamentaram perante a Câmara a necessidade de perservar o local.

A autarquia adquiriu, por permuta, aquele lote de terreno e condicionou os acessos ao prédio entretanto construído no lote contíguo ao traçado que melhor se adequava à preservação do casal. Foi efectuado um projecto de cobertura provisória que aguarda execução e que permitirá terminar os trabalhos arqueológicos necessários à sua futura reconstrução.

Este caso concreto leva contudo a reflectir sobre dois aspectos importantes que resultam deste tipo de intervenções e que já foram falados mais do que uma vez neste encontro.

Em primeiro lugar, nos custos que são muito elevados e que a prazo poderão pôr em causa a sua concretização devido ao esforço financeiro que exigem. Isto é: de cada vez que uma Câmara assume este tipo de encargos, diminui a sua capacidade de intervenção futura em casos semelhantes.

Em segundo lugar a Autarquia passa a ser proprietária de mais um imóvel, devendo por isso dar-lhe uma função. E aqui coloca-se a necessidade de definir programas de utilização destes espaços que nem sempre são fáceis de compatibilizar com as condicionantes impostas pela sua preservação ou pela necessidade de preservar a tanto quanto possível as suas envolventes. A Musealização é obviamente uma das soluções, mas neste caso concreto, a possibilidade de inclusão do Casal da Falagueira num parque urbano permite também equacionar outro tipo de usos.

Na prática este sistema tem funcionado regularmente devido, por um lado à pequenez do Município (apenas 24 Km^2) que, apesar do ritmo de construção vai tornando possível este trabalho exaustivo, e por outro à cooperação com os agentes privados. Reconhece-se que esta última condição, dependente do diálogo entre a Câmara e os construtores, só tem sido possível porque em muitos casos os resultados dos trabalhos arqueológicos não colocam necessidades de preservação dos sítios, ou porque, quando tal acontece, a Câmara tem negociado permutas de lotes por forma a conciliar os dois interesses.

Este procedimento apresenta no entanto alguns problemas. Desde logo porque os seus custos incidem sobre os recursos financeiros disponíveis para a globalidade da intervenção arqueológica, mas também porque gera grandes necessidades pontuais de mão-de-obra qualificada assim como volumes de trabalhos técnicos e cargas administrativas consideráveis.

Uma das suas consequências imediatas é a dificuldade em responder com a mesma eficácia aos trabalhos a jusante da escavação, produzindo mesmo atrasos nos respectivos estudos, nas épocas em que as intervenções de emergência se encadeiam quase ininterruptamente. Isto leva a atrasar projectos de investigação que, muitas vezes, por razões de consistência científica que têm que ver com a inserção do território do Município na esfera de influência de Lisboa, ultrapassam um âmbito estritamente local, como acontece com os moinhos de vento.

Como resultado desta experiência impõe-se algumas reflexões em torno do seu desenvolvimento futuro, tendo como objectivos principais, consolidar esta metodologia de gestão/intervenção no Património Arqueológico, aprofundar e melhorar a qualidade do trabalho que tem vindo a ser desen-

volvido, mas também alargar o seu espectro de acção a novos projectos de investigação.

Assim, no que respeita à investigação, tendo em vista a necessidade do alargamento das suas actividades a outros projectos, a estratégia a desenvolver num futuro próximo passa pelo envolvimento da sociedade civil, quer através da celebração de protocolos com universidades, que está em curso, quer pela criação de condições para os que os investigadores que o pretendam possam ter acesso às colecções em reserva, quer ainda pelo apoio a projectos de investigação exteriores ao Município mas com claras potencialidades de aproveitamento local.

Relativamente à intervenção arqueológica, até agora a Câmara Municipal tem reforçado os recursos humanos afectos a esta actividade através de uma colaboração estreita com a Associação de Arqueologia da Amadora (ARQA) que actua no terreno de forma subsidiária, dando resposta às suas necessidades pontuais através de um pequeno núcleo de pessoal regular e de uma massa de colaboradores voluntários que se tem revelado suficiente para atender às necessidades pontuais.

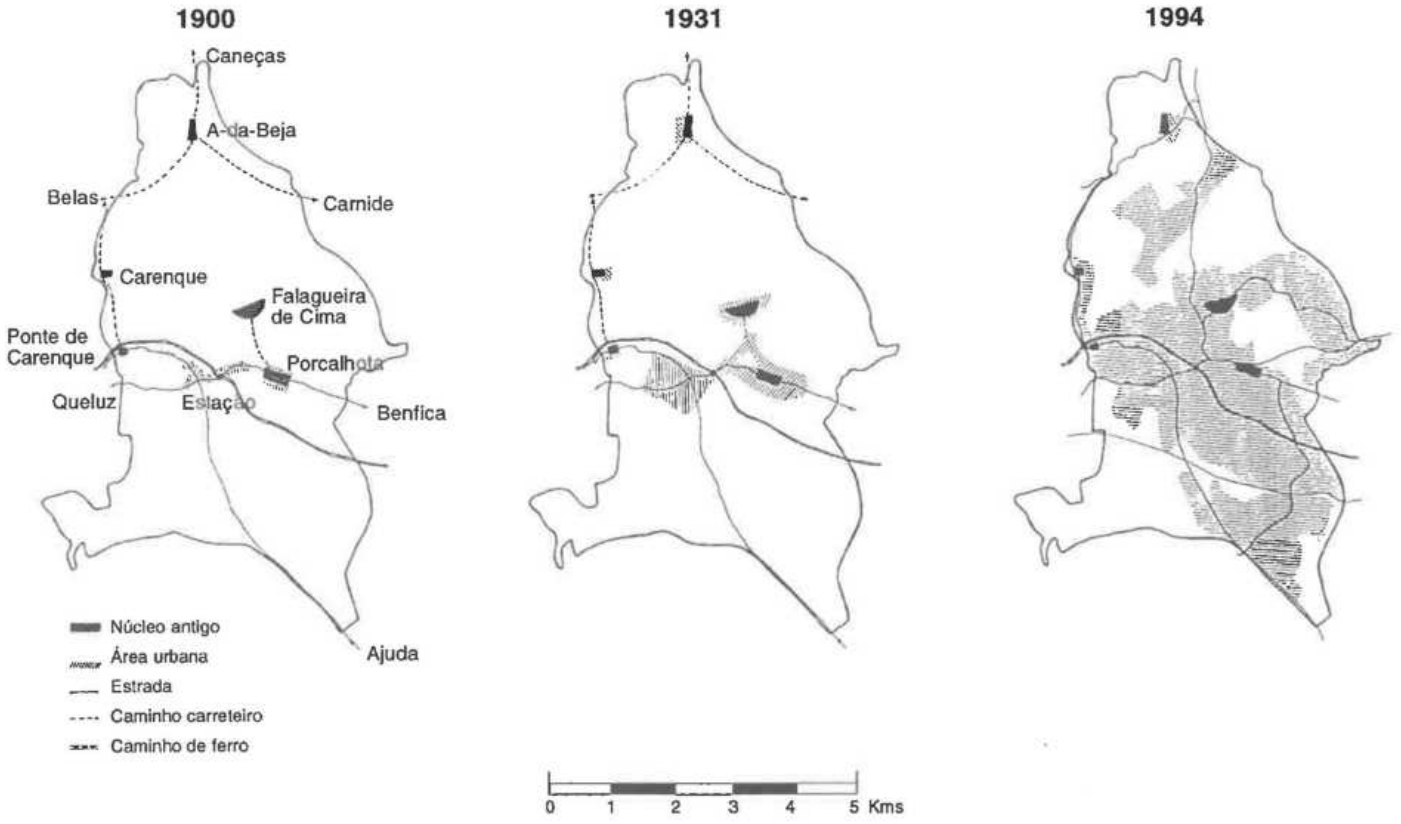
Aquela associação, que é apoiada em instalações, equipamentos e meios financeiros pela Câmara, possui ainda um centro de formação em informática que gera receitas para financiar parte das suas actividades. Deste modo, tem sido possível tornear a escassez de recursos disponíveis, garantindo-se a formação anual de contingentes de jovens para trabalhos auxiliares no terreno e no depósito de materiais arqueológicos que se encontra hoje totalmente informatizado.

Esta experiência, que ao longo dos últimos anos motivou um volume de trabalho sempre crescente e que se acentuou em 1993, leva hoje a equacionar a necessidade de aprofundar este modelo que tem dado boa conta de si e parece o mais adequado localmente. Torna-se pois necessário encarar a criação de uma estrutura mais eficaz, dotada de instalações adequadas aos novos objectivos, mas que mantenha a mesma flexibilidade, sobretudo no que respeita ao número de colaboradores que compõe as equipas de trabalho por forma a garantir algum equilíbrio entre as necessidades de meios técnicos e humanos e as possibilidades reais da Autarquia em termos de afectação de recursos à actividade arqueológica.

Braga, 13 de Fevereiro de 1993

MUNICÍPIO DA AMADORA

Evolução da área urbana



Fontes: Carta dos Arredores de Lisboa, corpo do Estado Maior, Esc. 1:20 000, Folhas 7 e 12 (1898/1900); Folhas 7 e 12 (1931).
Carta Militar de Portugal, Serv. Cartog. Exército, Esc. 1:25 000, Folhas 416, 417, 430 e 431 (1992/1994)

A Arqueologia Industrial

Uma vertente fundamental da arqueologia urbana*

** JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO

1. ARQUEOLOGIA URBANA E ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

Entre o conjunto de transformações que a industrialização provocou no mundo ocidental desde os finais do séc. XVIII o desenvolvimento das cidades foi, sem dúvida, um dos mais relevantes. Uma vez resolvido o condicionamento energético que as obrigava a situarem-se junto dos cursos de água para utilizarem a sua força motriz, as fábricas vão concentrar-se nos centros urbanos, aproveitando a disponibilidade de uma mão-de-obra mais abundante, e uma melhor localização do ponto de vista da circulação e dos transportes. Este fenómeno e, como é conhecido, o aumento populacional a ele associado, alteraram completamente o panorama urbano então existente. Essa alteração, por seu turno, trouxe profundas consequências no funcionamento dos centros urbanos, e às funções que agora eles tinham por obrigação executar. A partir de então era necessário responder com eficácia a todo um conjunto de necessidades que se colocavam aos responsáveis pela administração dos centros urbanos com uma dimensão até então desconhecida: abastecimento domiciliário de água, saneamento e limpeza, mercados e fornecimento de géneros alimentícios, iluminação, habitações económicas para o operariado, transportes urbanos, matadouros, serviços de gás e electricidade, entre outros serviços de utilidade pública. A satisfação destas necessidades, que ao fim e ao cabo vieram configurar não só a cidade moderna que hoje em dia conhecemos, como a própria civilização que a integra — a civilização industrial — foi efectuada de

---

* O texto que aqui se publica corresponde a uma versão desenvolvida da comunicação apresentada ao Encontro.

** Universidade do Minho.

diferentes modos ao longo dos dois últimos séculos, em função das necessidades que se foram colocando e das respostas que ela própria encontrou para as resolver. Uma componente importante destas últimas baseava-se no nível de desenvolvimento tecnológico que a sociedade dispunha em determinado momento, o que teve por consequência o sucessivo abandono das soluções que se iam tornando obsoletas, quer porque as exigências a satisfazer tinham aumentado, quer porque o desenvolvimento tecnológico oferecia uma outra resposta, mais satisfatória. Todo este processo apresenta ainda uma outra particularidade que até então as sociedades passadas nunca tinham experimentado: a extraordinária rapidez do seu desenvolvimento. No entanto, em muitas cidades, mesmo nas regiões e países que registaram um fraco desenvolvimento industrial, encontram-se ainda vestígios de muitos destes serviços de utilidade pública, na maioria dos casos desactivados[1], uns melhor conservados do que outros, mas todos eles constituindo testemunhos importantes dum passado ainda recente mas já tão distante no tipo de serviço que desempenhavam. Para muitos destes vestígios — como acontece com aqueles que ainda se podem encontrar nalgumas das cidades portuguesas — não existe documentação escrita ou, quando muito, existe uma documentação parcelar (por exemplo, o projecto inicial), tanto mais que uma vez encerrada a sua função, na maioria dos casos as entidades de que dependiam não se interessaram por conservar a documentação a eles associada. A sua própria conservação física está, inclusivamente ameaçada, dependendo muitas vezes apenas de problemas jurídicos, ou da existência de projectos imobiliários para o local, situação que mais tarde ou mais cedo acabará por se verificar.

Para além destes aspectos relacionados com o nascimento e desenvolvimento das cidades modernas há a registar um outro elemento que contribuiu também para a alteração da paisagem urbana verificada a partir de então: o surgimento da fábrica moderna. As diferentes fases por que passou o processo de industrialização ao longo dos séculos XIX e XX, proporcionou-nos um importante legado patrimonial, que se materializa numa enorme diversidade de vestígios materiais. A situação em que se encontra este património fabril é muito diferente. Em alguns casos, poucos, a empresa detentora ainda se encontra em actividade, pelo que o problema da sua salvaguarda não se coloca de imediato; noutros, a empresa cessou a actividade, e as suas instalações, independentemente do maior ou menor grau de conservação em que se encontrem, estão ameaçadas de demolição a prazo; noutros casos ainda, as empresas já

[1] Ver, a propósito, José M. Lopes Cordeiro (1993), "Um serviço centenário: o abastecimento domiciliário de água à cidade do Porto (1887-1987)", *Arqueologia Industrial*, Braga, 2.ª Série, I (1-2), pp. 11-34.

cessaram a actividade há muito tempo e as suas instalações encontram-se totalmente abandonadas e em ruínas (por vezes com consideráveis níveis de sedimentação), ou estão, total ou parcialmente enterradas no subsolo.

Antes de abordar concretamente a relação entre arqueologia urbana e arqueologia industrial é necessário responder a uma primeira questão que, pelo que nos tem sido dado constatar, ainda levanta algumas dúvidas entre nós: constitui a arqueologia uma estratégia válida para a investigação do passado recente? Não serão suficientes as fontes documentais para garantir o seu estudo e obter um conhecimento suficiente? Não parece que seja difícil responder a estas questões, tanto mais que ainda antes da (débil) polémica se instalar entre nós, elas já foram há muito esclarecidas. De facto, numa obra publicada pela primeira vez em 1939, Grahame Clark assegura que "os métodos arqueológicos podem ser eficazmente aplicados a qualquer fase ou aspecto da história que se apresente insuficientemente documentado por testemunhos escritos, mesmo que se situe num passado muito recente"[2]. Mais recentemente, um outro autor, também ele trabalhando na área da arqueologia pré-histórica, justifica com maior clareza uma resposta afirmativa à questão colocada. Pelo seu interesse, justifica-se esta longa citação: "A arqueologia permitirá obter informações sobre épocas 'históricas', informações que não seriam acessíveis ou simplesmente pouco acessíveis apenas através das fontes escritas? Será razoável aplicarem-se técnicas de investigação arqueológica até à época moderna inclusive? Estamos convencidos que se deve responder positivamente a estas questões. Independentemente da eventual abundância de fontes escritas mais ou menos numerosas, deveria, para cada época e em cada região, sondar-se as possibilidades de se utilizarem também as fontes não escritas com os métodos da arqueologia, da antropologia e da etnologia, com o objectivo de estabelecer perspectivas mais coerentes e mais amplas sobre a história. Consideram-se hoje muitas vezes incompatíveis duas visões do passado: a dos arqueólogos e a dos historiadores, ambas diferentes quer pelos seus problemas quer pelas informações que fornecem. Será preciso integrá-las melhor; daí resultaria uma história mais coerente, com perspectivas mais amplas"[3].

A utilização de fontes escritas em arqueologia não é, contudo, um "problema" da arqueologia industrial e não deve ser encarado de uma forma antitética, e muito menos para recusar a aplicabilidade da arqueologia para

---

[2] Grahame Clark (1957), *Archaeology and Society*. Londres: Methuen. Citação extraída da tradução portuguesa da 3.ª edição, publicada em 1966 pela Livraria Almedina, p. 14.

[3] Carl-Axel Moberg (1981), *Introdução à Arqueologia*. Lisboa: Edições 70, p. 200. Tradução portuguesa da edição francesa, publicada em 1976, revista e aumentada.

conhecer o passado recente. Com excepção da arqueologia pré-histórica, ou seja, da arqueologia da fase pré-literária da humanidade, a arqueologia de todos os outros períodos históricos utiliza, com grande proveito, em maior ou menor grau, um conjunto diversificado de fontes onde cabem plenamente as fontes escritas com as quais os dados arqueológicos têm obrigatóriamente de se articular. Será que muitas das obras da literatura grega ou romana como, por exemplo, os dez livros da *De Architectura* de Vitrúvio, arquitecto da época de Augusto, não constituirão fontes escritas de capital importância para a arqueologia? E o mesmo se aplica para o período medieval, por exemplo, compulsando toda a literatura cristã antiga, ou pós-medieval, para o qual encontramos, citando o caso de Braga, alguns exemplos dos mais conhecidos, a importância da planta de Georg Braunio ou das obras do arcebispo D. Rodrigo da Cunha e de Jerónimo Contador de Argote, como fontes para o cumprimento do objectivo que se pretende verdadeiramente alcançar: um maior e melhor conhecimento da evolução urbana de uma cidade. É evidente que "o valor do testemunho arqueológico como meio de informação sobre a história humana varia numa proporção inversa à da quantidade e natureza das fontes documentais tomadas no sentido lato"[4] e é por esse motivo que sustentamos que, em arqueologia industrial, nem sempre a escavação é a estratégia mais adequada a desenvolver pois podemos, como maior ou menor facilidade, obter uma boa parte da informação de que necessitamos através do recurso a outro tipo de fontes. Contudo, o problema não reside apenas em saber se a escavação poderá constituír uma estratégia de investigação válida para conhecer o passado recente. Encarado numa perspectiva mais ampla, constitui uma outra forma de entender a investigação histórica, e é "porque a arqueologia oferece um grande potencial explicativo a partir do momento em que pode servir, com uma sólida orientação teórica, para criar novos dados a partir da colocação de novos problemas; por outro lado pode oferecer uma explicação adequada de como se organiza um espaço produtivo e social mediante o estudo intensivo e extensivo da zona em questão"[5]. A arqueologia industrial será, portanto, uma maneira diferente de fazer História que, como salientou Angus Buchanan, concilia a vertente arqueológica da pesquisa, estudo, registo e, eventualmente, escavação dos sítios industriais, com a vertente histórica da interpretação de todo o tipo de fontes que se encontrem disponíveis (materiais, documentais, orais) de forma a reconstituír uma mais completa panorâmica do passado. Seguindo de perto uma interpretação apresentada por Vítor Oliveira Jorge diríamos que a arqueologia

---

[4] Grahame Clark (1957), *Op. cit.*, p. 15.

[5] Miquel Barceló (Coord.) (1988), *Arqueología Medieval. En las afueras del "medievalismo"*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 59.

industrial, ou a Arqueologia de uma maneira geral, "não é, ou não deve ser, um domínio secundário ou marginal, mas uma forma própria de fazer história e de perspectivar a realidade humana"[6]. Os objectos de estudo da Arqueologia e da História, em termos globais, são frequentemente comuns, e numa época em que a interdisciplianriedade constitui um marco de referência teórico das ciências humanas não faz sentido tentar introduzir clivagens entre dois domínios tão próximos, se não coincidentes. É necessário compreender a evolução da História e da Arqueologia, no quadro da própria evolução das ciências humanas, e pôr de parte antigas considerações, hoje em dia inadmissíveis tais como, por exemplo, encarar a Arqueologia como uma "disciplina auxiliar da História". Já há muitas décadas que se considera "a escavação como um dos aspectos do estudo de um problema histórico" e que o que a arqueologia moderna procura hoje em dia — "e continuará a procurar no futuro — é a perfeita *fusão das investigações arqueológica e histórica* em todos os seus aspectos, eliminando as fronteiras que ainda separam ambas as ciências"[7].

Podemos analisar todos os vestígios materiais do passado, ainda que de um passado recente, através de uma perspectiva arqueológica. Todo o passado tem uma leitura arqueológica e esta pode desempenhar um papel determinante para a compreensão de aspectos menos esclarecidos, para colocar novas questões e lançar pistas para novas investigações, para sugerir novas interpretações, ou simplesmente para confirmar aquilo que nos dizem as fontes escritas. No caso em análise, como já foi por diversas vezes salientado, "a arqueologia industrial pode libertar a história das fontes escritas" (...) não sendo menos útil quando estas abundam, pois "quanto mais informação literária exista mais completa será a investigação arqueológica. A diferença entre fontes escritas e vestígios físicos radicaria em que estes são fontes 'não intencionais' contrariamente à 'inevitável intenção' subjacente na documentação escrita"[8]. Deve-se, no entanto, estar consciente dos riscos a evitar, dado que "uma arqueologia demasiado dependente das fontes escritas se torna *ilustrativa* em vez de ser explorativa e explicativa"[9].

Um último aspecto que importa analisar quando abordamos as várias questões levantadas pela arqueologia urbana prende-se, quanto a nós, com a

---

[6] Vítor Oliveira Jorge (1990), "Arqueologia e História: algumas reflexões prévias", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II Série, VII, p. 368.

[7] F. Perinetti (1975), *Introducción a la Arqueologia*. Barcelona: Editorial Labor, p. 121. Tradução do italiano. Itálico da responsabilidade do autor.

[8] Rafael Aracil (1982), "La investigación en arqueologia industrial", *I Jornadas sobre la Protección y Revalorización del Patrimonio Industrial*. Bilbao: Gobierno Vasco, p. 21.

[9] Carl-Axel Moberg (1981), *Op. cit.*, p. 156.

própria expressão, e o que se pretende com ela significar. Existe um certo consenso em aplicar a expressão ao estudo arqueológico das cidades actuais, com vista a conhecer a sua evolução histórica. Exceptuando a conhecida complexidade estratigráfica dos subsolos urbanos, cremos que não existe mais nenhum outro elemento distintivo que justifique a aplicação do adjectivo "urbana", a não ser o próprio facto de a investigação arqueológica se realizar num contexto urbano. Quase meio século após o seu surgimento e desenvolvimento científico a expressão "arqueologia urbana" está consagrada nos meios académicos e na opinião pública e é impossível, e um tanto ou quanto quixotesco, pretender alterá-la ou substituí-la. No entanto, embora continuando a utilizá-la, deveremos ter presente que se trata, acima de tudo, de "arqueologia num contexto urbano", e isto porque consideramos prejudicial para a credibilidade da disciplina a recente proliferação de "arqueologias" a propósito de tudo, esvasiando o conceito do rigor que obrigatóriamente tem de apresentar. Nessa perspectiva, deve-se defender uma visão unitária da arqueologia como disciplina científica e, na sua estruturação interna, consideramos o critério da divisão sincrónica como o único critério aceitável, da pré-história à época contemporânea. A própria arqueologia industrial prestou um significativo contributo para o esclarecimento desta questão, estando hoje inteiramente aceite qual o seu campo de actuação: "o estudo dos testemunhos físicos do desenvolvimento social, económico e tecnológico do período que se iniciou com a industrialização"[10], o qual representou uma ruptura no desenvolvimento da humanidade, frequentemente comparada àquela desencadeada pela revolução neolítica. A polémica acerca do estatuto científico da arqueologia industrial é hoje em dia uma questão encerrada[11] e o nosso país constitui provavelmente um dos poucos em que ela é ainda alimentada[12]. É evidente que qualquer um é livre de exprimir a sua opinião sobre a arqueologia industrial, mas as primeiras questões que mereceriam ser verdadeiramente discutidas são as de saber se entre nós se pratica boa ou má arqueologia industrial, ou quais são os requisitos necessários que têm de ser obrigatóriamente preenchidos (formação, meios materiais, enquadramento institucional, por exemplo) para que a mesma possa afirmar-se e desenvolver-se.

A complexidade estratigráfica dos subsolos urbanos encontra o seu equivalente à superfície, por exemplo nos sítios e edifícios industriais que sofreram uma utilização contínua, quer tenham sido ocupados por uma mesma indústria que se foi desenvolvendo ao longo do tempo, alterando as suas

[10] Marilyn Palmer (1990), "Industrial archaeology: a thematic or a period discipline?", *Antiquity*, Cambridge, 64 (243), p. 281. Ver, também da mesma autora, "Industrial archaeology: working for the future", *Industrial Archaeology Review*, Leicester, XIV, 1 (1991), pp. 17-32.

instalações e espaço de laboração, quer por indústrias diversas (o que é frequente, em virtude das frequentes falências) que utilizaram as instalações de um outro modo, procederam a alterações, ampliações, edificação de novos edifícios, instalação de novos equipamentos, etc. E, como se pode facilmente comprovar através da consulta de um qualquer arquivo do Serviço de Obras de uma Câmara Municipal (quando este existe, e está disponível ao investigador) muitas dessas alterações foram feitas sem a apresentação dos respectivos pedidos de licença existindo, quando muito, um pedido genérico para a realização de obras, que pouco nos transmite sobre o que na realidade foi realizado e quais as razões subjacentes.

2. TAREFAS DA ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL EM CONTEXTO URBANO

Uma particularidade das alterações produzidas pelo surgimento e desenvolvimento da industrialização nas cidades diz respeito à velocidade dessas transformações e à intensidade com que as mesmas se desencadearam. De facto, se é verdade que as transformações urbanas constituem uma constante histórica e em todas as épocas se realizaram destruições actualmente, e no que respeita em particular ao património industrial, esse fenómeno assume proporções nunca anteriormente alcançadas. Alguns autores, como Salvador Forner, caracterizaram adequadamente essa situação: i) em primeiro lugar porque a demolição apresenta nesta época de profunda reconversão económica "um carácter de arrasamento, em contraste com a destruição evolutiva e com o aproveitamento parcial que dos restos materiais de outras épocas se tem vindo a realizar até ao período contemporâneo"[13]; ii) um segundo aspecto prende-se com o facto do património recente (e, por maioria de razão, o património industrial) se encontrar "estreitamente associado ao processo de urbanização que experimentaram as sociedades contemporâneas dos séculos XIX e XX, o que supõe uma concentração deste último naquelas zonas que evidenciam um

[11] Na Grã-Bretanha, país onde surgiu e onde foram realizados alguns dos mais importantes trabalhos no seu âmbito, a polémica encerrou-se nos anos '70, nomeadamente após a publicação de um conjunto de artigos suscitados pela crítica de Philip Riden, "Post-post-medieval archaeology", *Antiquity*, Cambridge, XLVII, 1973, pp. 210-216 e, nos Estados Unidos, no final dos anos '60, com o artigo de Robert M. Vogel, "On the *real* meaning of industrial archaeology", *Historical Archaeology*, Bethlehem, III, 1969, pp. 87-93.

[12] Cf. Luis Raposo (1993), "Uma questão de bom senso", *Diário de Notícias - Cultura*, Lisboa, 25 de Novembro, p. 15. O autor limita-se, no entanto, a apresentar dúvidas sobre "a inclusão daquilo que se tem reclamado ser 'arqueologia industrial' no conceito de arqueologia", sem identificar concretamente a que se refere.

[13] Salvador Forner Muñoz (1989), "Arqueología y patrimonio industrial", *Canelobre*, Alacant, 16, p. 19.

maior dinamismo evolutivo e, consequentemente, uma mais acelerada e intensa substituição de estruturas"[14]; a manter-se este ritmo de destruição, num futuro próximo não restará sequer um edifício industrial do séc. XIX, que possa constituír um testemunho de uma das maiores tranformações experimentadas pela humanidade, como foi a revolução industrial; iii) por fim, porque esta conexão submete todo o património que se encontra nessas zonas a uma forte pressão urbanística que em boa parte deriva de interesses especulativos e imobiliários. Na maioria das principais cidades portuguesas, precisamente onde o processo de industrialização se fez sentir com alguma intensidade, é já bem patente esta situação. O lento desenvolvimento industrial que Portugal conheceu ao longo do século XIX e a primeira metade do actual contribuiu para que uma grande parte dos edifícios e dos equipamentos industriais de inúmeras fábricas portuguesas que desempenharam um papel significativo naquele processo tivessem sobrevivido praticamente até aos nossos dias. A recente crise da década de '70 colocou a grande maioria destas empresas numa situação económica difícil, ameaçando falência, a qual poderiam evitar através de uma alteração de ramo, encerrando a actividade produtiva (ou transferindo-a para outro local), sendo as suas instalações primitivas demolidas e os terrenos onde estavam localizadas — que o crescimento urbano retirou da periferia, onde se localizavam no século XIX, para zonas centrais das cidades[15] —, enormemente valorizados, submetidos a processos intensivos de urbanização. Esta realidade está já em curso nas principais cidades portuguesas, o que coloca sérios problemas na capacidade de resposta de todos aqueles que querem salvaguardar os elementos mais representativos desse património e pretendem, através do seu estudo, ampliar o conhecimento do passado recente das cidades.

Perante este panorama é fácil constatar as dificuldades com que se debaterá em qualquer cidade portuguesa o desenvolvimento de um projecto de arqueologia industrial. Em primeiro lugar, é necessário dizê-lo, a arqueologia industrial está ainda a dar os primeiros passos entre nós. Com base na experiência da última década e meia, cremos que o desenvolvimento da disciplina apenas poderá prosseguir se for criado um outro quadro financeiro e institucional, diferente do que existe actualmente. A arqueologia industrial não

[14] *Idem.* Um claro exemplo dessa acelerada e intensa substituição é-nos dada pela cidade do Porto na qual, no espaço de tempo inferior a uma década, se assistiu à demolição (arrasamento) de quase todas as fábricas históricas da cidade e, nalguns casos, transformando por completo a fisionomia urbana que até então existia (por exemplo, a rua da Piedade, com a demolição completa das instalações da C.U.F.P. e da Fábrica do Jacinto, e a construção no mesmo local de uma urbanização de luxo).

[15] Nalgumas cidades de pequena dimensão é ainda possível encontrar fábricas históricas (muitas delas abandonadas ou em ruínas) em pleno centro urbano, como é o caso de Guimarães, Covilhã ou Marinha Grande.

se desenvolve enquanto não houver maior formação (é necessário ampliar a actualmente existente, limitada neste momento à Universidade de Coimbra), condições financeiras que possibilitem a execução de projectos, que implicam o funcionamento regular de uma equipa, com tudo o que isso significa ao nível de investimento em instalações, pessoal, equipamentos, encargos com a realização de trabalho de campo, etc, aspecto que, no actual panorama nacional, apenas o interesse de alguns municípios para com o património industrial existente na sua área poderá eventualmente satisfazer. Nesta perspectiva, o surgimento de um projecto de arqueologia industrial num contexto urbano poderá encontrar boas possibilidades de desenvolvimento, tanto mais que oferece a possibilidade de integração de várias componentes fundamentais: *i)* a aplicação da noção de antecipação, ao permitir uma intervenção arqueológica antes da demolição das estruturas existentes no terreno, assim como do revolvimento do seu próprio subsolo; *ii)* o desenvolvimento de uma arqueologia de projecto, tal como Vítor Oliveira Jorge a definiu: "um projecto de natureza arqueológica consiste na realização de um trabalho plurianual, devidamente faseado, que tanto pode dirigir-se a uma só estação (de interesse particular) como a uma região inteira. Pode ter uma finalidade exclusiva de investigação, ou ser motivado por necessidades de outra natureza, como sejam a inventariação e cartografia de estações degradadas ou ameaçadas"[16]; *iii)* e, por último, a possibilidade de se pôr em prática uma outra componente fundamental, a maior parte das vezes ignorada nos trabalhos de arqueologia: a existência de um discurso claro para a população sobre o que está a ser efectuado, quais os objectivos que se pretendem alcançar, e qual o interesse que os resultados obtidos podem vir a apresentar. Como salientou Carl-Axel Moberg, "a finalidade do trabalho dos arqueólogos não é a felicitação mútua pelas descobertas realizadas, mas a sua divulgação útil ao público, à sociedade"[17]. Este tipo de actuação constitui, aliás, a melhor forma de valorizar o património que foi objecto de estudo, contribuír para a sensibilização da opinião pública e das várias entidades, locais ou nacionais, e poder vir a obter mais tarde as contrapartidas daí resultantes, nomeadamente através de apoio financeiro a projectos de investigação. A preocupação com a divulgação dos conhecimentos proporcionados pela investigação, não apenas no seio da comunidade científica, mas também junto do grande público tem constituído, na nossa opinião, uma das debilidades dos trabalhos arqueológicos em contexto urbano. A razão funda-

[16] Vítor Oliveira Jorge (1990), "Sobre a importância de se organizar a arqueologia portuguesa por meio de projectos", *Arqueologia em Construção. Ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, p. 29. Publicado inicialmente na revista *Arqueologia*, nº 13, Junho de 1986.

[17] Carl-Axel Moberg (1981), *Op. cit.*, p. 45.

mental prende-se com o facto das intervenções em arqueologia urbana não estarem estruturadas, em grande parte dos casos, como projectos integrados, onde esteja contemplada a componente de divulgação, através da realização de exposições temporárias ou, mesmo, da criação de um projecto museológico. Felizmente há indícios, e mesmo alguns bons exemplos, que esta situação se encontra em mudança embora, no caso da arqueologia industrial, não seja ainda possível encontrar algo de equivalente. Neste último caso, a situação é agravada pelo facto de não dispormos de nenhum museu industrial[18], particularidade que nos distingue no contexto europeu, e cuja remoção por certo contribuiria para uma maior integração do país na Comunidade Europeia. Perante esta carência, um projecto de arqueologia industrial num contexto urbano encontrará uma excelente resolução se for definido como um projecto integrado que, para além da investigação, vise também a criação de um museu industrial. Nesse sentido, não podemos deixar de estar plenamente de acordo com a feliz definição de Luís Raposo, acerca das competências que hoje em dia um museu deve possuír, quando afirma que "aquilo por que nos batemos é por museus que investiguem, conservem e exponham. E o façam exactamente pela ordem indicada - única que lhes pode garantir espaço de afirmação específica. Museus, que estejam antes de mais alicerçados em actividades de pesquisa próprias (...); museus, enfim, que tenham a coragem de apresentar, em permanência, um núcleo expositivo central: a síntese do saber de cada época, na sua respectiva área de especialidade. Depois disto, uma vez garantida a actividade vegetativa básica que há-de constituir a sua principal razão de ser, podem os museus passar ao terreno próprio das iniciativas mediáticas destinadas a envelhecer rapidamente"[19].

Uma tarefa fundamental que é imprescindível realizar em Portugal com carácter de urgência, no que respeita à prática da arqueologia industrial num contexto urbano, é a do inventário sistemático do património industrial existente nas nossas cidades, o qual tem vindo a desaparecer num ritmo cada vez mais acelerado. A realização do trabalho de inventário, para além de possibilitar a aplicação da noção de antecipação a que já aludimos, constitui uma medida indispensável para a gestão do património, na qual deviam estar empenhadas todas as entidades que têm responsabilidades a esse nível. No nosso país, apenas se realizou e está concluído o inventário do património industrial da

---

[18] Em contrapartida têm sido anunciados muitos projectos, nomeadamente por autarquias, embora apenas um número reduzido esteja verdadeiramente em execução.

[19] Luís Raposo (1994), "Um ponto de vista conservador", *Diário de Notícias - Cultura*, Lisboa, 3 de Fevereiro, p. 15. Nós próprios, aquando da apresentação das linhas gerais do programa do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, tivemos oportunidade de definir uma orientação idêntica. Ver, José M. Lopes Cordeiro (1987), "Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave", *Arqueologia Industrial*, Braga, 1.ª Série, I (2), pp. 21-24.

cidade do Porto, estando neste momento a decorrer os da Amadora e de Vila Franca de Xira, embora nestes casos englobem também o património que se situa fora dos centros urbanos. O trabalho de inventário tem constituído uma componente fundamental de projectos de arqueologia urbana, quer em países de industrialização pouco intensa como a vizinha Espanha[20], quer nos bastante industrializados como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, cuja experiência merece uma abordagem, ainda que muito sucinta.

A Grã-Bretanha foi o primeiro país a encarar a necessidade de se proceder ao inventário do património industrial, numa Conferência realizada pelo Council for British Archaeology em 1959. Quatro anos mais tarde, o C.B.A. deu início a um programa de inventário sistemático do património industrial, através da criação do "Industrial Monuments Survey", e apresentou a primeira versão da sua ficha de registo. O enorme volume de informação resultante deste trabalho (cerca de 30.000 fichas num período de dois anos) levou à constituição, em 1965, do "National Record of Industrial Monuments" o qual, a partir de 1979, passou para a responsabilidade da Royal Commission on Historical Monuments of England, tendo o inventário do património industrial sido integrado na actividade regular desta instituição[21]. Uma das componentes da actividade da R.C.H.M.E. constitui, precisamente, a "Survey of London", um programa de arqueologia urbana, cuja experiência esteve na base da definição, em meados da década de 1980, de um novo conceito e de uma nova prática com vista à resolução dos problemas levantados pela arqueologia industrial num contexto urbano. Em várias cidades inglesas, como Leeds, Sheffield ou Bristol, que estavam a experimentar uma acelerada reconversão económica e, consequentemente, urbanística, a qual passava pela demolição dos edifícios devolutos de antigas fábricas situadas em zonas cuja anterior "aptidão" industrial tinha sido abandonada, aplicou-se o conceito de "Urban Development Corporation Area" e procedeu-se a um rápido inventário dos sítios e edifícios industriais anteriores a 1945, nelas existentes[22]. Foram definidas oito U.D.C.A.'s, das quais já foram publicados os resultados dos trabalhos efectuados em seis. Destes trabalhos,

---

[20] Cf. Maria Francisca Represa (1991), "Arqueologia industrial", *in* Germán Delibes de Castro, *et al.* (Coord.), *Arqueología Urbana en Valladolid.* Valladolid: Junta de Castilla y Léon, pp. 375-421.

[21] Keith Falconer (1987), "Inventories of the industrial heritage: an English perspective", *Les Inventaires du Patrimoine Industriel, Objectifs et Méthodes. Industrial Heritage Inventories, Aims and Methods.* Paris: Editions Picard, pp. 27-33. Ver, também do mesmo autor, "Industrial recording by the English Royal Commission", *AIA Bulletin*, 17 (4), 1990, pp. 3-4 e *World Industrial History*, Setembro 1990.

[22] Keith A. Falconer (1992), "Changing industrial landscapes: the experience of the RCHME's Urban Development Corporation Area surveys", *in* G. Vanderhulst (Ed.) *Industry, Man and Landscape.* Bruxelas: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage Belgium, pp. 102-105.

resultou não só a compreensão da evolução histórica dos vários sítios industriais, revelando por vezes a existência de uma intensa ocupação do solo num espaço de tempo muito curto de cerca de 150 anos (em Bristol, detectou-se frequentemente uma utilização consecutiva do mesmo sítio industrial durante esse período), como a possibilidade de se proceder à classificação de alguns dos edifícios mais significativos, que mais tarde irão ser objecto de um estudo pormenorizado por parte da R.C.H.M.E. Uma actividade semelhante tem vindo a ser desenvolvida noutras regiões da Grã-Bretanha, em cidades ou em zonas rurais, entre as quais merece ser salientada a do West Yorkshire Archaeology Service[23] e, em particular, a da Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland[24]. Uma amostragem do sofisticado nível técnico que esta última imprimiu ao seu trabalho de campo pode ser observada na obra *Monuments of Industry*, publicada em 1986, a qual constitui uma referência obrigatória no domínio da investigação em arqueologia industrial[25].

É necessário referir que o nível de desenvolvimento que a arqueologia industrial tem conhecido na Grã-Bretanha se deve, em grande parte, à conjugação de dois factores: por um lado, o dinamismo daquilo a que verdadeiramente podemos chamar "sociedade civil", através de um variado conjunto de organizações (associações de voluntários, "trusts", associações locais de arqueologia industrial, museus locais e regionais, entre outros); por outro, existiu uma conjugação e uma resposta atempada, no sentido de dar resposta institucional na resolução dos problemas que a salvaguarda do património industrial enfrentava, e aqui desempenharam um papel importante os municípios e, com grande relevo, os serviços oficiais que tinham por missão a conservação do património histórico. Entre as associações de arqueologia industrial, a Association for Industrial Archaeology desempenhou um papel fundamental, não só a nível da orientação do trabalho de campo, como na definição e estruturação teórica das necessidades que a disciplina foi encontrando ao longo do tempo[26].

---

[23] West Yorkshire Archaeology Service (1992), "Industrial archaeology", *Review 1991-1992*. Wakefield: W.Y.A.S., pp. 37-41.

[24] Geoffrey D. Hay (1975), "Recording industrial monuments in Scotland", *Transactions of the First International Congress on the Conservation of Industrial Monuments, Ironbridge, 29 May-5 June 1973*. Ironbridge: Ironbridge Gorge Museum Trust, pp. 187-195, Geoffrey D. Hay (1977), "Work of the Royal Commission and the National Monuments Record in the field of industrial archaeology", *Scottish Archaeological Forum*, Edimburgh, 8, pp. 1-15, e C. Stephen Briggs (1992), "The growth of industrial archaeology in Wales", *in* C. Stephen Briggs (Ed.), *Welsh Industrial Heritage: a Review*. London: Council for British Archaeology, pp. 1-6.

[25] Geoffrey D. Hay e Geoffrey P. Stell (1986), *Monuments of Industry. An illustrated historical record*. Glasgow: Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland.

[26] No que respeita ao trabalho de inventário ver Michael Trueman e Julie Williams (1993), *Index Record for Industrial Sites. Recording the Industrial Heritage. A Handbook*. Leicester: Association for Industrial Archaeology.

Nos Estados Unidos, o trabalho de inventário do património industrial tem vindo a ser desenvolvido fundamentalmente por duas entidades estatais, ambas dependentes do National Park Service. O Historic American Engineering Record (H.A.E.R.), criado em 1969, desenvolve uma actividade de inventariação sistemática do património industrial, incluindo edifícios e maquinaria, da qual já resultou a classificação de cerca de 150 sítios de interesse arqueológico industrial e um impressionante volume de documentação (em 1992, englobava 2.084 desenhos, 35.471 fotografias de grande formato e 28.027 páginas de dados históricos sobre os 3.600 sítios e estruturas que até então foram objecto de registo), elaborado com um extraordinário rigor científico e técnico[27], a qual é depositada na Biblioteca do Congresso à medida que é elaborada. Merece um especial destaque a preocupação manifestada recentemente pelo H.A.E.R. em introduzir novas técnicas e tecnologias no seu trabalho de inventário, como a "computer-aided-drafting" (C.A.D.), e em incluir novos objectos de estudo, como o registo das paisagens industriais. A outra entidade, constitui um departamento do National Park Service genéricamente designado por "Cultural Resources" e tem por objectivo proporcionar um apoio técnico de qualidade a todos os serviços que o N.P.S. tem a seu cargo (e também ao sector privado), em áreas muito diversas, entre as quais a arqueologia e, no caso que agora importa, a arqueologia industrial num contexto urbano[28].

A prática da arqueologia industrial num contexto urbano tem de estar integrada, como é obvio, numa política definida de uma forma global e coerente para com todo o património histórico existente na cidade. Há, no entanto, problemas específicos que se colocam no decurso dos trabalhos, os quais importa equacionar e apontar eventuais estratégias para a sua resolução, na definição das quais é necessário tomar em consideração as experiências realizadas noutros países, como as atrás descritas. No nosso país onde, a actual situação de demolição em larga escala dos edifícios de antigas fábricas existentes nas prinicipais cidades aconselha à definição, como prioridade, de uma política de acompanhamento de todas as situações daquele tipo. A nossa pouca experiência diz-nos das vantagens do acompanhamento das demolições de edifícios industriais, no que respeita à obtenção de informações que se podem recolher através de uma leitura arqueológica daquele processo. Por exemplo, há determinados aspectos da estrutura arquitectónica primitiva, muitas vezes

---

[27] Entre a vasta bibliografia relativa ao HAER, salientamos Eric DeLony (1986), "HAER", *CRM Bulletin*, Washington, IX, 3, pp. 1 e 4-5, e Robert J. Kapsch (1990), "HABS/HAER: a user's guide", *APT Bulletin*, XXII, 1-2, pp. 22-34.

[28] Ver, por exemplo, Paul A. Shackel (1994), "Archaeology of an industrial town", *CRM Bulletin*, Washington, XVII, 1, pp. 16-19.

escondidos por ampliações sucessivas, que são revelados no momento da demolição do edifício. É possível também recuperar informação sobre os espaços de laboração, qual a tecnologia utilizada e, aspecto muito importante, sobre os materiais utilizados na construção dos edifícios fabris, sobre os quais sabemos muito pouco. A metalurgia do ferro, que se desenvolveu extraordinàriamente ao longo do séc. XIX, possibilitou a utilização deste material para resolver determinados problemas técnicos que, nos edifícios industriais, a exigência de salões espaçosos para a instalação das novas máquinas (inicialmente de grandes dimensões) então colocava. A grande maleabilidade de formas que o ferro fundido podia assumir esteve na base da utilização de colunas metálicas, aplicada a partir da última década do século XVIII, na construção de edifícios fabris[29]. Relativamente ao nosso processo de industrialização, são muito mal conhecidas as primeiras utilizações de colunas metálicas na construção de edifícios fabris, não se identificaram ainda os principais centros de fabrico nacional, a sua cronologia não está estabelecida. Com o ritmo de destruição em larga escala de que actualmente está a ser vítima o património industrial, pode perder-se uma oportunidade única de recuperar essa informação. Um outro exemplo que merece ser analisado diz respeito a um sector particular, utilizado abundantemente na construção civil, o sector da cerâmica. Por exemplo, conhece-se muito pouco sobre a origem e divulgação entre nós do fabrico da telha marselha, para além de um primeiro contributo da autoria de José M. Amado Mendes que, ao recuperar antigos dados, nos revela dever-se a José Joaquim Teixeira Lopes — um dos sócios da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas (de Vila Nova de Gaia mas com uma sucursal na Pampilhosa desde 1886) —, "a transferência (de França) e a divulgação, em Portugal, da técnica do fabrico da telha marselha, que tanto êxito viria a alcançar entre nós"[30]. No domínio da cerâmica é indispensável ampliar e sistematizar os conhecimentos existentes sobre cerâmicas pós-medievais e industriais[31]. Só o desenvolvimento da prática da arqueologia industrial, num contexto urbano ou fora dele, nos permitirá acumular os conhecimentos necessários para, numa fase posterior, poder avançar-se na sistematização de toda essa informação e, acima de tudo, preencher as inúmeras lacunas que hoje em dia se colocam a uma profunda compreensão do processo de industrialização. Foi esse o processo

[29] Ver, sobre este assunto, José M. Lopes Cordeiro (1992), "Indústria e paisagem na Bacia do Ave", *Santo Tirso Arqueológico*, Santo Tirso, II, pp. 49-63.

[30] Cf. José M. Amado Mendes (1991), "Cerâmica e património industrial. O caso da Pampilhosa", *Pampilhosa. Uma Terra e um Povo*, Pampilhosa, 10, p. 65.

[31] Ver, a este propósito, G. Miller (1980), "Classification and economic scaling of 19th-century ceramics", *Historical Archaeology*, Pleasant Hill, 14, pp. 1-41, assim como o seu mais recente trabalho, publicado em 1991, "A revised set of CC index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880", *Historical Archaeology*, Pleasant Hill, 25 (1), pp. 1-25.

seguido noutros países[32] e parece-nos ser o único caminho que necessitamos de percorrer.

Embora as perspectivas de desenvolvimento da arqueologia industrial num contexto urbano encontrem muitos obstáculos e dificuldades é possível, quando se reunirem as condições para tal, tomar algumas medidas importantes que contribuam para a resolução de algumas necessidades imediatas. Ao Estado compete, em primeiro lugar, regulamentar a Lei do Património (ou, proceder à sua reformulação) de modo a que, quase uma década após a sua aprovação, "a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas" (Lei 13/85, n.º 2 do art.º 40) esteja efectivamente salvaguardada. No processo de regulamentação desta Lei (ou da sua eventual substituta) deveria ser melhor definido o conceito de arqueologia urbana[33], e de património arqueológico, não restringindo este último ao "subsolo", a fim de contemplar a especificidade do património industrial como, aliás, está estipulado no Decreto-Lei 26-A/92. As autarquias podem desempenhar um papel importante, ao assumirem a prioridade no lançamento do trabalho de inventário sistemático do património industrial existente nos seus concelhos, através da criação de gabinetes de arqueologia, apetrechados com os meios técnicos e humanos que lhe permita ter capacidade de resposta às situações tão diversificadas que o estudo e a salvaguarda do património arqueológico coloca. No caso da arqueologia industrial num contexto urbano é prioritário acompanhar as alterações por que estão a passar antigas zonas industriais, registando os elementos arquitectónicos proporcionados pelas demolições, recolhendo os materiais com interesse histórico, assim como alguns equipamentos e maquinaria que é frequente restarem no local, enquanto os projectos de criação de Museus Industriais que actualmente estão a ser desenvolvidos entre nós não têm eles próprios capacidade para o fazer. O poder local está numa situação ideal para, no seu próprio interesse que não pode ser outro que o das populações que representa, assumir definitivamente as suas responsabilidades a este respeito. De outro modo teremos de concordar que, na prática, a sua atitude para com o património não passa "de uma geografia de crimes, de mau gosto presumido de progresso, de corrupção e interesses cruzados entre as Câmaras, os empreiteiros, o futebol e as

---

[32] Constatação que facilmente se retira quando analisamos obras como, por exemplo, as de Robert B. Gordon e Patrick M. Malone (1994), *The Texture of Industry. An Archaeological View of the Industrialization of North America*. New York: Oxford University Press, de Linda Clarke (1991), *Building Capitalism, Historical Change and the Labour Process in the Production of the Built Environment*. London: Routledge, ou de Michael Aston e James Bond (1987), *The Landscape of Towns*. Gloucester: Alan Sutton.

[33] Como, por exemplo, foi efectuado para o caso do "património cultural arqueológico subaquático", através do Decreto-Lei nº 289/93, de 21 de Agosto.

concelhias dos partidos"[34], e concluír, como salientou Vitorino Magalhães Godinho, que "o português gosta da história como forma de discurso, mas, no fundo, não é sensível aos testemunhos do passado. É dos povos que menos apreço revelam pelo espólio cultural da sua terra"[35].

3. ALGUNS EXEMPLOS

A identificação de antigos sítios industriais, ou dos seus vestígios, numa cidade, proporciona inúmeros elementos para uma maior compreensão do seu processo de industrialização, das transformações por ele provocadas, ao nível do seu urbanismo, da sua própria fisionomia, enquanto aglomerado populacional. A integração da informação arqueológica com a que obtemos através de outras fontes permite-nos uma maior aproximação ao objectivo de fundo, que é o de conhecer a história e evolução da cidade. Nesse sentido, citaremos dois exemplos.

3. 1. Fábrica de Tecidos do Jacinto

O fundador desta fábrica — Jacinto da Silva Pereira — foi um personagem histórico da industrialização portuense. Natural de São Vicente de Pereira (perto de Ovar) veio para o Porto no final do séc. XVIII, onde trabalhou como aprendiz na fábrica de fiação de algodão de Bernardo de Clamouse Browne, provavelmente a primeira unidade industrial moderna fundada nesta cidade que, de acordo com T. Lecussan Verdier, em 1799, fiava com *jennies*. No Mapa Estatístico de 1812, Jacinto da Silva Pereira surge-nos já à frente da sua fábrica manual de tecelagem, fundada cinco anos antes, e que se encontrava instalada na então rua da Paz. No Inquérito de 1845, a fábrica encontrava-se num estado "progressivo", sendo de salientar que constituía então uma importante manufactura, agrupando cento e vinte operários. Em 1850 Jacinto da Silva Pereira funda uma nova fiação, na rua da Torrinha (nº 278) - inicialmente conhecida como a Fábrica de Asneiros - onde então trabalhavam cinquenta e quatro operários, utilizando agora a energia a vapor, e que segundo Sousa Reis "foi a primeira que aqui se fundou assim". A primitiva fábrica permaneceu, contudo, em laboração, passando as suas oficinas de tecelagem manual a constituír um anexo da nova unidade. Recentemente, Madalena Allegro Magalhães identificou as primitivas instalações da "Fábrica do Jacinto", fundada em 1807, e situada nas traseiras

[34] Miguel Sousa Tavares (1994), "O crime colectivo", *Público*, Lisboa, 22 de Abril.

[35] Entrevista a Manuela de Azevedo (*Diário de Notícias*, 19 de Outubro de 1974), republicada em Vitorino Magalhães Godinho (1975), *A Educação num Portugal em Mudança*. Lisboa: Edições Cosmos, p. 88.

das casas cuja frontaria dá para o Largo Alexandre Sá Pinto. No trabalho de campo por nós desenvolvido, e através da consulta da cartografia disponível[36], facilmente constatamos que o desenvolvimento urbanístico do local — nomeadamente com a construção das casas à face da ruas da Torrinha, do Padre Cruz e do largo de Alexandre Sá Pinto — contribuíu para a ocultação do edifício da fábrica, o qual acabou por ficar inserido num logradouro, nas traseiras dos edifícios entretanto construídos. O edifício desta fábrica apresenta um duplo interesse. Por um lado, em virtude de se tratar de uma instalação que data do início do processo de industrialização da cidade, assume um particular significado do ponto de vista histórico e patrimonial, podendo ser considerado como uma autêntica relíquia de arqueologia industrial, cuja salvaguarda é imprescindível assegurar. Por outro, essa sua particularidade proporciona-nos um conjunto de preciosas informações sobre as condições concretas que rodearam a primeira fase desse mesmo processo de industrialização, e que de mais nenhuma outra forma poderíamos obter. Por aqui se vê, uma vez mais, como, com base numa leitura arqueológica do local, obtemos uma nítida ampliação do conhecimento da actividade humana, e a plena validade da disciplina como estratégia de investigação dos aspectos materiais da sociedade contemporânea, neste caso, da industrialização.

Através de uma análise do sítio podemos compreender aspectos tão diversos como a arquitectura do edifício, os materiais de construção (a natural preferência pelo granito, aquelas que serão possivelmente das primeiras componentes metálicas utilizadas na construção civil), a estrutura de suporte do telhado e a forma que na altura foi encontrada para proporcionar um amplo espaço de laboração, o tipo de colunas, o próprio espaço de laboração, a solução escolhida para resolver o problema da iluminação, da ventilação, etc). Para além destes "vestígios de superfície" uma escavação poder-nos-á eventualmente proporcionar outros elementos com interesse, tais como os relacionados com o quotidiano dos operários e dos habitantes do local, ou sobre a evolução da sua ocupação. Um futuro estudo da primitiva Fábrica do Jacinto, do seu local de

[36] Importa referir que o edifício do Largo Alexandre Sá Pinto que situado mesmo em frente do edifício da fábrica já surge assinalado na planta da cidade do Porto de George Black, de 1813 (na então rua do Priorado), embora aquela zona da cidade, então periférica, estivesse quase toda deserta de casas, encontrando-se apenas traçadas as ruas que, ao longo do século XIX, sofrem contínuas alterações toponímicas. Quase todas as plantas conhecidas da cidade do Porto, elaboradas ao longo do século XIX - planta de José Francisco de Paiva (anterior a 1824), planta de Joaquim da Costa Lima (1839), e planta de Frederico Perry Vidal (1865) - assinalam o edifício atrás referido, embora apenas a Carta Topográfica traçada entre 1877 e 1892 por A. G. Teles Ferreira indique com rigor as estruturas existentes no terreno em virtude de, como é conhecido, ter introduzido pela primeira vez as curvas de nível e a representação cadastral. Neste notável documento surge-nos devidamente assinalado, e desenhado com a maior precisão, o edifício da primitiva Fábrica do Jacinto, praticamente como ainda hoje em dia se encontra.



Fig. 1 — *Primeiras instalações da Fábrica de Tecelagem do Jacinto, datando do início do séc. XIX.*

laboração e do logradouro adjacente, permitir-nos-á desenvolver estratégias de investigação a fim de tentar ampliar o nosso conhecimento sobre o surgimento e a implantação das primeiras comunidades industriais da cidade, no início do século XIX. A este respeito, não podemos deixar de referir um trabalho desenvolvido nesta perspectiva, por uma equipa do Lowell National Historical Park Archeological Survey Project, um projecto interdisciplinar de longa duração, com o objectivo de estudar os efeitos da industrialização na paisagem urbana e na vida quotidiana do operariado de Lowell, Massachusetts, entre 1830 e 1950. Através de uma sondagem arqueológica efectuada no espaço de laboração de uma fábrica têxtil algodoeira desactivada (a Boott Cotton Mills, em Lowell) obtiveram-se elementos sobre a vivência quotidiana dos operários da fábrica, mostrando como o estudo arqueológico de um sítio industrial pode revelar informações que vão muito mais além daquelas que, por si só, os documentos nos proporcionam[37]. O estudo do espaço de laboração, e da sua

[37] Cf. Mary C. Beaudry e Stephen A. Mrozowski (1988), "The archeology of work and home life in Lowell, Massachusetts: an interdisciplinary study of the Boott Cotton Mills Corporation", *Industrial Archeology*, Washington, 14 (2), pp. 1-22 e, também, Mary C. Beaudry (1989), "The Lowell Boott Mills complex and its housing: material expressions of corporate ideology", *Historical Archaeology*, Pleasant Hill, XXIII (1), pp. 19-32.

utilização, é uma componente da investigação mais vasta sobre a evolução da paisagem urbana, e tem vindo a merecer cada vez mais atenção por parte dos historiadores urbanos e industriais, assim como dos arqueólogos. A experiência americana mostra-nos a importância da arqueologia para um maior conhecimento desta relação entre o trabalho nas fábricas e a vida quotidiana dos operários, assim como da "natureza do ambiente de trabalho (temperatura, humidade, barulho, toxidade e, de um modo mais geral, condições sanitárias) na sua globalidade, as quais têm sido designadas por *ecologia industrial*"[38]. São conhecidas as más condições de trabalho existentes nas fábricas, quando ainda não havia regulamentação adequada, nomeadamente nas fábricas têxteis algodoeiras, nas quais o ar tinha de ser mantido quente e húmido a fim de que o fio não quebrasse nas máquinas o que, juntamente a poeira do algodão e a má ventilação das oficinas, provocava doenças nos operários, por exemplo, doenças pulmonares. Citando o autor daquele conceito, "mudanças produzidas no ambiente físico da produção" devem ser cuidadosamente observadas a fim de poderem proporcionar "uma imagem compreensiva das rotinas vividas quotidianamente pelos operários"[39]. Este tipo de estudos detalhados fornece-nos elementos para a compreensão, não só de um caso particular, como das próprias características culturais, sociais e económicas de um processo mais vasto, como foi o processo de industrialização.

3. 2. Fábrica de Cerâmica de Justino d'Assis Vieira

Conhece-se muito pouco sobre a industrialização de Vila Nova de Gaia e, em particular, do sector da cerâmica. Nunca foi elaborada uma monografia de conjunto que, de uma forma rigorosa, completa e fundamentada nos ilucidasse sobre esse processo, a sua evolução desde pelo menos meados do século XVIII, as suas características fundamentais quanto à produção, às técnicas empregues, ou sobre o tipo de instalações utilizadas. Existem alguns trabalhos parcelares e também monografias, alguns com bastante interesse, mas tem-se consciência que em relação a um certo número de fábricas quase nada se conhece (é o caso das fábricas do Capitão, da Madalena, de J. M. R. D. Ascensão, entre outras) e, nalguns casos, já será muito difícil vir a conhecer, em virtude das suas instalações terem sido demolidas há muito tempo, por cessação de actividade ou engolidas pelo desenvolvimento urbanístico, e também pelo facto de praticamente não se conhecerem fontes escritas sobre as mesmas. Por outro lado, o desaparecimento (ou a não identificação) de documentação a elas

[38] Mary C. Beaudry e Stephen A. Mrozowski (1988), *Op. cit.*, p. 6.

[39] Cf. T. E. Leary (1979), "Industrial archeology and industrial ecology", *Radical History Review*, New York, 21, p. 178.

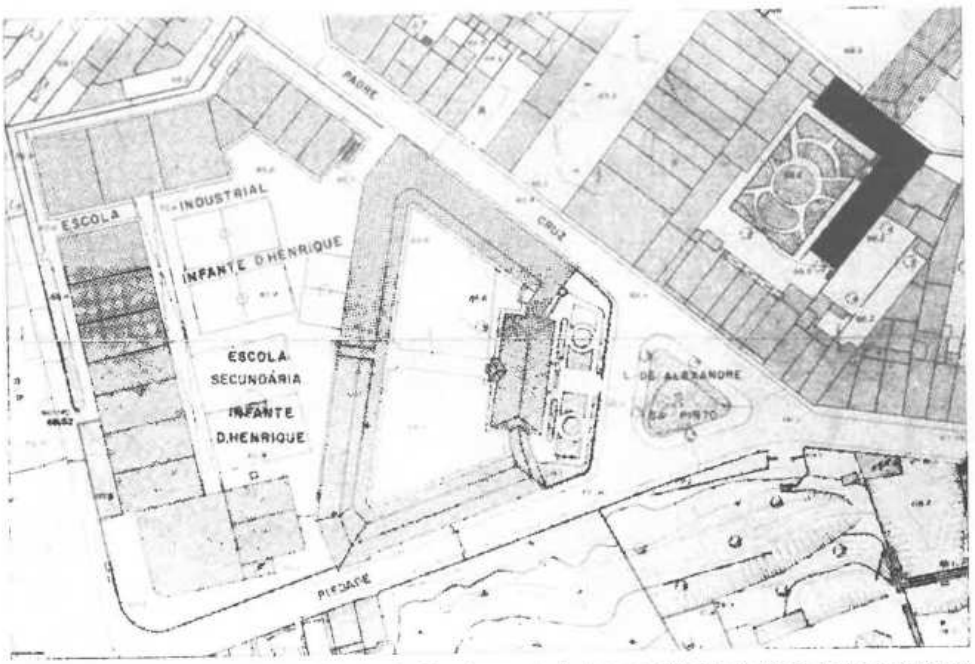


Fig. 2 — *Localização da primitiva Fábrica de Tecelagem do Jacinto no extracto da Carta do Levantamento Aerofogramétrico do Porto, esc. 1:1.000, folhas n.º 122-3 e n.º 122-5, Cobertura Fotográfica, Setembro de 1979, Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico/Câmara Municipal do Porto.*

relativa, a fraqueza das nossas estatíticas industriais para o século XIX, e esse facto de nunca ter sido elaborado um trabalho monográfico sistemático sobre a industrialização do sector da cerâmica em Vila Nova de Gaia, traduziu-se por uma certa imprecisão e confusão no que diz respeito à história de várias fábricas, com a agravante de algumas delas terem sucedido a outras que vieram a laborar nos mesmos locais e, noutros casos, em virtude de fábricas diferentes serem conhecidas pela mesma designação (como, por exemplo, as fábricas do Cavaco, do Padrão, ou de Santo Ovídio).

Um claro exemplo de como "a arqueologia existe, não apenas para preencher lacunas nos documentos, mas também para verificar a sua autenticidade e para os confirmar"[40] é-nos dado pelo exemplo da Fábrica de Cerâmica de Justino d'Assis Vieira, também conhecida por Fábrica do Senhor do Padrão ou Fábrica de Santo Ovídio, em Vila Nova de Gaia. A documentação de arquivo sobre esta fábrica, até agora conhecida, era nula. Uma das raras referências que sobre ela encontravamos vem descrita na obra de Charles Lepierre que,

[40] Grahame Clark (1957), *Op. cit.*, p. 14.

identificando-a como Fábrica de Santo Ovídio, nos informava do seguinte: "De Justino de Assis Vieira. Foi destruida por um incêndio em Janeiro d'este anno [1898]. Fabricava louça de uso domestico e faiança ordinaria. Está sendo reconstruida e ampliada pelo mesmo proprietário"[41]. Quanto aos produtos nela fabricados também pouco se conhece. No Catálogo da Exposição que acompanhou o I Seminário Internacional de Cerâmica, realizado em 1990, é descrita uma jarra tubular cuja produção é atribuída à Fábrica do Senhor do Padrão[42], uma das desigações por que é conhecida. Um dado importante relativo a esta fábrica, diz respeito ao ano de 1907, altura em que cessou a sua actividade em virtude de um outro incêndio, estando a laborar nessa época sob a razão social de Vieira e Montes[43], tendo cessado definitivamente a actividade a partir de então. Perante a quase total ignorância que se tem em relação a esta fábrica, a arqueologia proporcionou um contributo fundamental para o seu maior conhecimento. A documentação arqueológica evidenciada por Gonçalves Guimarães quando em 1988 teve oportunidade de proceder a uma escavação no local, no seguimento da sua descoberta fortuita, resultante de um "desaterro para a construção de um prédio de habitação"[44], revelou a existência da câmara de cozedura do forno da fábrica, assim como vários dos seus materiais de construção, que foram recolhidos. Além disso, veio confirmar outros aspectos importantes, como a sua exacta localização, o nível tecnológico, ou as dimensões do empreendimento. Recentemente, no estudo que estamos a realizar sobre a industrialização do concelho de Vila Nova de Gaia, tivemos oportunidade de encontrar a primitiva planta da fábrica, datando de 1893, quando foi solicitada a concessão do respectivo alvará para início de actividade, a qual apresentamos aqui pela primeira vez. Verifica-se, assim, a complementaridade entre a documentação de natureza estritamente histórica e a documentação arqueológica ambas obtidas, como é obvio, por processos distintos, em momentos diferentes e de uma forma independente uma da outra.

---

[41] Charles Lepierre (1899), *Estudo Chimico e Technologico sobre a Cerâmica Portugueza Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 112.

[42] Cf. Teresa Lapa (Coord.) (1990), *História da Cerâmica em Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, p. 45. Esta autora, apoiando-se num conhecido trabalho sobre a cerâmica portuguesa [Pedro Vitorino (1930), *Cerâmica Portuguesa*. V. N. Gaia: Ed. Apolino, p. 61] considera a existência de duas fábricas diferentes, correspondendo às denominações "Santo Ovídio" e "Senhor do Padrão". Provavelmente o erro radica em Pedro Vitorino, em virtude da fonte em que se baseia para essa distinção não merecer muita confiança.

[43] Pedro Vitorino (1930), *Cerâmica Portuguesa*. V. N. Gaia: Ed. Apolino, p. 61. Como referi na nota anterior, creio que este autor confunde o nome do proprietário denominando-o, incorrectamente, Justino Narciso Vieira, e "criando", assim, duas fábricas diferentes.

[44] Gonçalves Guimarães (1993), *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. de Gaia: Câmara Municipal, p. 48.

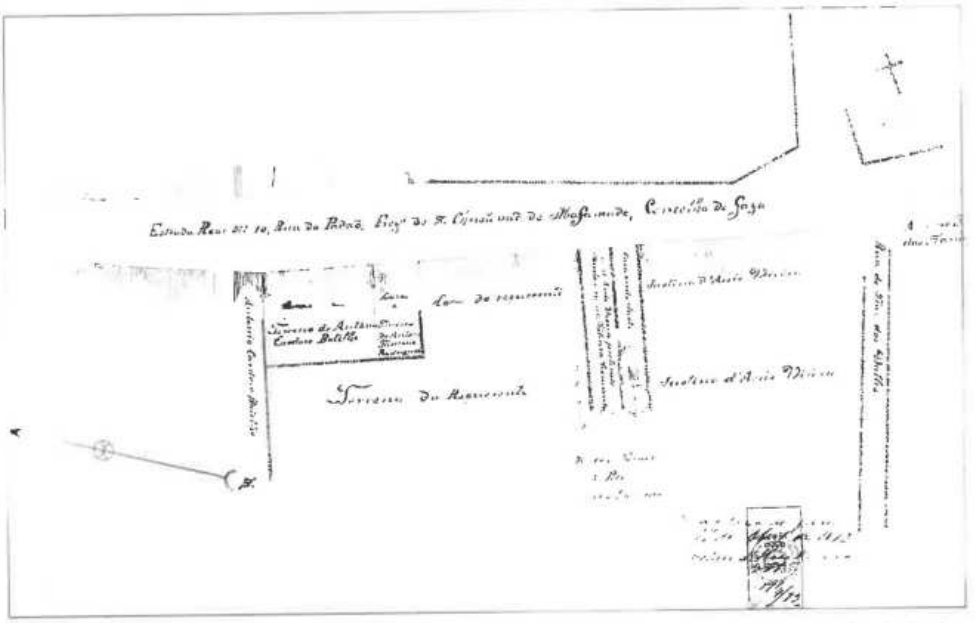


Fig. 3 — *Localização e planta da Fábrica de Cerâmica de Justino d'Assis Vieira, conhecida por Fábrica do Senhor do Padrão ou de Santo Ovídio, tal como é apresentada na planta topográfica que acompanha o pedido de concessão de alvará, de 17 de Abril de 1893. A. G. C. P., Mç. 1448, n.º 2349.*

4. CONCLUSÃO

Esta comunicação pretendeu apenas apresentar o problema e suscitar a discussão com vista a que se encontrem vias para o desenvolvimento da arqueologia industrial num contexto urbano; tanto quanto temos conhecimento nunca estes problemas foram equacionados entre nós, pelo que a realização deste Encontro constitui um forum apropriado para os apresentar. Só por estultícia se pode pretender que arqueologia industrial e arqueologia urbana não se relacionam profundamente entre si. Se, até agora, não se realizaram mais trabalhos de arqueologia industrial nas cidades portuguesas, incluindo escavações, foi porque não se criaram condições para garantir a prática de uma actividade que tem de se realizar com seriedade e rigor, e não porque não existam grandes potencialidades para a realizar. A arqueologia industrial está numa posição privilegiada para utilizar fontes e estratégias de investigação variadas[45], assim como para estabelecer relações interdisciplinares, no sentido de concretizar o objectivo que todos procuramos alcançar: um maior e mais profundo conhecimento do passado.

[45] Ver, a propósito, Barbara J. Little (1994), "People with history: an update on historical archaeology in the United States", *Journal of Archaeological Method and Theory*, New York, I (1), p. 14.

Breve nota acerca do criptopórtico de Olisipo e da possível localização do «forum corporativo»

* José CARDIM RIBEIRO

DESCOBERTA E PRIMEIRA HIPÓTESE INTERPRETATIVA

Durante a segunda metade do séc. XVIII foi descoberta, na zona baixa de Lisboa, parte de um grandioso conjunto de galerias abobadadas subterrâneas, inequivocamente atribuível à época romana (fig.1). No seu interior e para além das águas freáticas que hoje o inundam — decerto em consequência da relativa proximidade do rio Tejo —, brota, de forma aliás natural e directamente a partir do solo de uma das galerias, ténue nascente de água doce. Um curto troço que então se escavou sobre as abóbadas revelou a existência de arruinadas paredes e de alguns tanques, pertencentes a um segundo nível da mesma construção. Perto, surgiu uma epígrafe (base de estátua) consagrada a *Aesculapius* por dois *augustales* [*C.I.L.* II 175 = *I.L.E.R.* 186] (fig. 2). Mais não foi necessário para que todo o edifício passasse desde logo a ser designado como termas, prevalecendo tal classificação, de forma quase generalizada, até à actualidade [*v.g.*, Hübner (1871, p.8); Borges de Figueiredo (1889); Leite de Vasconcellos (1913, p.263; 1938, pp.269-271;1959, p.65); Correia (1928, pp.248 e 279); Vieira da Silva (1944, pp.71-73 e 217-219; 1960); Moita (1977); Alarcão (1983, p.70); Centeno (1983, p.175)].

OUTRAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Porém, desde inícios dos anos 70 alguns investigadores procuram equacionar o problema em função da (re)análise arquitectónica dos vestígios e respectiva planta, levantando-se as seguintes hipóteses: tratar-se-ía *(A)* de um

* Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia - Sintra

horreum [Almeida (1973; retomada por Mendes de Almeida, 1985, p.5; e Alves, 1994, p.128)]; *(B)* de uma cisterna ou *castellum* [Maciel, 1991] ; ou *(C)* de um criptopórtico [*v.g.*, Maia (1973, p.7); Encarnação (1973); Mantas (1976, p.163)].

Aceitou-se então esta última possibilidade como mais provável. Todavia, permaneciam por solucionar duas questões fundamentais: *(a)* qual a planta total deste nível do edifício — o criptopórtico —, já que, manifestamente, apenas tinha sido explorada uma parcela do conjunto, ignorando-se por completo as suas restantes configuração e extensão, ocultas e inacessíveis sob os modernos prédios circundantes; *(b)* qual o tipo e função da(s) estrutura(s) suportada(s) pelo criptopórtico [Encarnação (1973, p.4) interrogara-se já: "Quem sabe se não teria sido aí edificado o *forum* de Olisipo?"].

O CRIPTOPÓRTICO: SUA POSSÍVEL RECONSTITUIÇÃO

Em 1983, examinando com detalhe o levantamento topográfico existente, verificámos que um dos espaços abobadados, mais largo que todos os demais e assumindo uma singular articulação no âmbito do conjunto, provavelmente poderia indicar o eixo de simetria da planta. Com base nesta hipótese e procedendo experimentalmente, obtivémos uma regular planta de criptopórtico em U, aliás de dimensões gerais muito aproximadas às do criptopórtico de *Aeminium* (fig. 3). Observámos, depois, que a referida estrutura em U se orientava de forma quase ortogonal com os (poucos) testemunhos urbanísticos conhecidos da Lisboa romana; e que um suposto eixo viário, o qual contornaria a *urbs* junto à margem do Tejo — e onde há poucos anos se descobriu, a não mais de 300 m, um miliário de Probo [*HEp.* 2, 811] —, se dirigia perpendicular e tangencialmente ao criptopórtico (fig. 4). Suposémos, assim, que o conjunto arquitectónico em análise suportasse de facto o topo ocidental de uma praça, ou *forum,* que então acreditámos de cariz cívico e contemporâneo de Tibério, atendendo à provável cronologia da consagração a *Aesculapius*. Dimensionámos-lhe teoricamente o comprimento em função do dobro da largura — como acontece, *v.g.*, no *forum* dito "flaviano" de *Conimbriga* (no entanto Vitrúvio, V 1.2, recomenda uma proporção de 3/2, fórmula a que *v.g.* se aproxima, embora sem rigor, o *forum* republicano de Ampúrias) [Cardim Ribeiro (1983, p.9 e figs. 3-5; 1982-83, p.434 e fig.99); Alarcão/Étienne (1977, pp.87-111 e ests. III,V, XII); Sanmartí-Grego (1987)].

Quer aceitem ou recusem, de forma total ou parcial, esta proposta interpretativa quanto à sua específica função, todos os autores que ultimamente se têm referido às estruturas em análise são unânimes em considerá-las, sob o ponto de vista arquitectónico, como um criptopórtico (excepção: Alves, 1994);

não arriscam porém, de um modo geral, opiniões concretas relativas às edificações que se lhe sobreporiam [*v.g.*, Moita (1985, p.288); Moita/Leite (1986, pp.59-60); *Rot.Arq.Port.* 1(1986, p.9); Leite (1987, p.85); Alarcão (1988, pp.124--126; 1994, pp.58 e 60); Mantas (1990, p.163; 1994, pp.72 e 75, nn.27 e 36); Hauschild (1990, p. 348); Fabião (1992, p.232)].

UM *FORUM* CORPORATIVO?

Entretanto, repensámos e tentámos aperfeiçoar a nossa hipótese, coadunando-a melhor com a realidade histórico-arqueológica de *Olisipo* e confrontando-a com alguns paralelos que consideramos pertinentes ou, ao menos, sugestivos. Façamos, pois, o ponto da situação [cujo resumo, aliás, publicámos recentemente noutro local (Cardim Ribeiro, 1993); verificámos que esta nossa posição se encontra já reflectida em certos autores, *v.g.*, Amaro (1993, p.187; 1994, p.77) e, sobretudo, Fabião (1994, p.69)]:

(a) As construções designadas por "Termas dos Augustais", em Lisboa, mais não serão do que um criptopórtico; *(b)* a respectiva planta completa apresentar-se-ía em U, com aproximadamente 47 m de largura máxima; *(c)* esta estrutura abobadada suportaria uma praça de proporções e dimensões compatíveis (2/1 ou 3/2); *(d)* essa praça, atendendo à sua localização em plena zona portuária olisiponense — na área de confluência entre o Tejo e o alagadiço vale do "Esteiro da Baixa", e gradualmente rodeada por vários estabelecimentos de salga de peixe —, desempenharia funções sócio-económicas de algum modo equiparáveis às do chamado "*forum* dos mercadores" de *Ostia*, ou — evocando um paralelo mais próximo — do *forum* corporativo de *Hispalis* (cujo funcionamento remontará talvez aos primórdios do Império, apesar do seu apogeu se verificar apenas durante o séc. II d. C.)[1] [cfr. Vieira da Silva (1939, pp.17-33) e Brazão Farinha (1989, pp.11-12); Amaro (1994); Meiggs (1960, *passim*); Campos/González (1987, pp.150-158) e Campos (1993, p.202)]; *(e)* as suas eventuais funções religiosas incluiriam o culto de *Aesculapius* e, talvez também,

[1] *A Lex Iulia de collegiis*, que regulamenta o direito associativo, terá sido promulgada muito provavelmente ainda por César, entre 49 e 45 a.C., generalizando-se às províncias hispânicas com Augusto. As corporações desenvolveram-se, pois, desde logo (cfr., *v.g.*, *C.I.L.* II 5929, de cronologia augustana), embora o seu auge tenha ocorrido apenas - segundo parece transparecer da maioria das fontes epigráficas disponíveis — no séc. II d.C. [cfr. Santero Santurino, 1978, pp. 31-34 e 134-144]. Torna-se assim legítimo supor que as cidades portuárias mais cedo e intensamente romanizadas, onde havia já uma forte tradição comercial, tenham sido das primeiras a possuir corporações e espaços próprios destinados às suas actividades; quer *Hispalis*, quer *Olisipo*, encontram-se afinal nessas condições.

o culto imperial, um e outro intimamente ligados às águas purificadoras e salutíferas [cfr. Cardim Ribeiro (1982-83, pp.188-210)]; *(f)* assim se explicaria a presença da referida base de estátua (a qual, recorde-se, implicaria a própria estátua) consagrada por *augustales* — e por eles expressamente ofertada ao Município[2]; bem como a existência de tanques, que poderiam rodear um templo implantado entre os braços do criptopórtico (algo de similar ocorre com o templo de *Ebora* e, até certo ponto, com o de *Emerita*) [cfr. Hauschild (1992, p.114 e fig. 3); Álvarez Martínez (1976, p. 49, fig. 2 e lam. XXI b; 1991, p. 90 e lam. 10)]; *(g)* elementos arquitectónicos indicam que as estruturas em causa remontam a Augusto, cronologia compatível com *C.I.L.* II 175, comummente atribuída ao imperialato de Tibério, e com a fundação augustana de outros espaços públicos olisiponenses, *v.g.*, o teatro (Hauschild, 1990).

Torna-se pois admissível concluir que as construções analisadas suportariam, provavelmente, o *forum* corporativo de *Olisipo*[3]. Espaço simultaneamente destinado a funções sócio-económicas e religiosas, seria sobretudo

---

[2] Ficha da base de estátua consagrada a *Aesculapius* (fig. 2)

— texto:

SACRVM
AESCVLAP͡IO
M · AFRANIVS · EVPORIO
ET
L · FABIVS · DAP͡HNVS
AVG
MVNICIPIO · D D

— desenvolvimento:
SACRVM / AESCVLAP͡IO / M(arcus) AFRANIVS · EVPORIO / ET / L(ucius) · FABIVS DAP͡HNVS / AVG(ustales) / MVNICIPIO D(ono) D(ederunt) //

— tradução:
"Consagrado a Esculápio. Marco Afrânio Eupório e Lúcio Fábio Dafno, augustais, deram (este monumento) ao Município".

— principais dimensões: alt. 74 cm; larg. 72 cm; espess. 54 cm; letrasmaiores alt. 9 cm; letras menores alt. 4,5 cm.

— datação provável: Imperialato de Tibério.

— principal bibliografia: (relativa à epígrafe) *C.I.L.* II 175; *I.L.E.R.* 186; Vieira da Silva, 1944, n.º 103; Lambrino, 1951, n.º 1; Mantas, 1976, n.º 3; *Lisb. Subt.*, p.218 n.º 239; (relativa a *M.Afranius Euporio* e a *L. Fabius Daphnus*) Étienne, 1974, p.252; Mangas, 1971, p. 314; Serrano, 1988, p. 184; Francisco Martín, 1989, p. 226.

[3] Quando uma cidade evolui regularmente, sem interrupções, desde a Romanidade à Idade Média, costuma manter-se, ao longo dos séculos, a funcionalidade-base de algumas das suas principais áreas (por exemplo, áreas de função religiosa, administrativa, comercial...). Encontrando-se *Olisipo*/Lisboa nessas condições, torna-se sugestivo constatar que a rua medieval de "S. Gião" (S. Julião), localizada imediatamente a oeste do criptopórtico, também se denominava então "Rua *dos Mercadores*" (cfr., *v.g.*, Vieira da Silva, 1987, I, p.220).

partilhado por essa numerosa população de escravos e libertos (tantas vezes portadora de antropónimos grecizantes) que, habitualmente, assegurava a vitalidade quotidiana dos principais portos do Império[4].

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO (J.), 1983, *Portugal Romano*, 3.ª ed., Lisboa.

ALARCÃO (J.), 1988, *Roman Portugal*, II.2, Warminster/Wiltshire.

ALARCÃO (J.), 1994, "Lisboa Romana e Visigótica", *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 58-63.

ALARCÃO (J.), ÉTIENNE (R.), 1977, *L'Architecture* (*Fouilles de Conimbriga*, I), Paris.

ALMEIDA (F.), 1973, "As chamadas Termas Romanas da Rua da Prata", *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, V.1, Lisboa, pp. 79-80.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ (J.M.), 1976, "El templo de Diana", *Augusta Emerita*, Actas del Bimilenario de Merida, Madrid, pp. 43-53 e lams. XVII-XXII.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ (J.M.), 1992, "El templo de Diana", *Templos Romanos de Hispania* (*Cuadernos de Arquitectura Romana*, 1), Murcia, pp. 83-93.

ALVES (F.), 1994, "Lisboa submersa", *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 126-132.

AMARO (C.), 1993, "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa", *Estudos Orientais*, IV, Lisboa, pp. 183-192.

[4] O presente artigo constitui uma 2.ª versão - mais completa e fundamentada (e, por isso, preferível) —, do texto "Criptopórtico" com que colaborámos no *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, pp. 321-324. Recorde-se, no entanto, que nunca conseguiremos ultrapassar o campo das simples hipóteses senão através da realização de trabalhos arqueológicos nas estruturas em causa. Entretanto e de molde a conhecermos melhor a realidade histórica e urbanística de *Olisipo*, bom seria que os resultados das múltiplas escavações empreendidas em Lisboa, ao longo dos últimos anos e por várias equipas, fossem brevemente publicados — de forma exaustiva —, quer a nível dos vestígios arquitectónicos postos a descoberto, quer ainda do abundante e diversificado espólio exumado (Casa dos Bicos, Teatro, Termas dos Cássios, Claustro da Sé, Cetárias da Baixa... sem falar já da antiga campanha levada a cabo na necrópole da Praça da Figueira e cujo relatório continua inexplicavelmente arquivado). Porque, enfim, escavar não basta...

AMARO (C.), 1994, "A indústria conserveira na Lisboa romana", *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 76-79.

BORGES DE FIGUEIREDO (A. C.), 1889, "As thermas romanas da Rua Bella-da--Rainha (vulgo Rua da Prata) em Lisboa", *Revista Archeologica*, III, Lisboa, pp. 23-35 e ests. III-IV.

BRAZÃO FARINHA (J. S.), 1989, *O Metropolitano e a Baixa de Lisboa. Condições Geotécnicas e Históricas* (*Os Cadernos do Metropolitano*, 1), Lisboa [estudo igualmente publicado in *História*, ano XII, nº 131, Agosto de 1990, pp. 4-31].

CAMPOS (J.), GONZÁLEZ (J.), 1987, "Los foros de Hispalis Colonia Romula", *Archivo Español de Arqueologia*, LX (nºs 155-156), Madrid, pp. 123-158.

CAMPOS (J.), 1993, "La estructura urbana de la *Colonia Iulia Romula Hispalis* en epoca imperial", *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 4, Cordoba, pp. 181-219.

CARDIM RIBEIRO (J.), 1982-83, "Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L.Iulius Maelo Caudicus*", *Sintria*, I-II(1), pp. 151-476.

CARDIM RIBEIRO (J.), 1983, *Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense*. Sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3.ª série, nº 89, 1º tomo, Lisboa.

CARDIM RIBEIRO (J.), 1993, "O criptopórtico de *Olisipo* e a possível localização do *forum* augustano", *La Ciudad en el Mundo Romano* (XIV Congreso Internacional de Arqueologia Clásica), Pre-Actas, vol. 2, Tarragona, p. 83.

CENTENO (R.), 1983, "A Dominação Romana", *História de Portugal*, I, Publ. Alfa, Lisboa, pp. 149-211.

CORREIA (Verg.), 1928, "O Domínio Romano", *História de Portugal*, I, Barcelos, pp. 215-290.

ENCARNAÇÃO (J.), 1973, "Criptopórtico romano no subsolo de Lisboa", *Jornal da Costa do Sol*, nº 489, Cascais, 1 de Setembro, pp. 4 e 6.

ÉTIENNE (R.), 1974, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, 2ª ed., Paris.

FABIÃO, (C.), 1992, "A romanização do actual território português", *História de Portugal*, s./l., Círculo de Leitores, pp. 203-283.

FABIÃO, (C.), 1994, "O monumento romano da Rua da Prata", *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 67-69.

FRANCISCO MARTÍN (J.), 1989, *Conquista y Romanizacion de Lusitania*, Salamanca.

HAUSCHILD (Th.), 1990, "Das Römische Theater von Lissabon", *Madrider Mitteilungen*, 31, Mainz, pp. 348-392.

HAUSCHILD (Th.), 1992, "El templo romano de Évora", *Templos Romanos de Hispania* (*Cuadernos de Arquitectura Romana*, 1), Murcia, pp. 107-117.

HISPANIA EPIGRAPHICA, vol. 2, Univ. Complutense, Madrid, 1990 (= *HEp.*2).

HÜBNER (E.), 1869, *Inscriptiones Hispaniae Latinae* (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, II), Berlin (=*C.I.L.* II).

HÜBNER (E.), 1871, *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa.

LAMBRINO (Scarl.), 1951, "Inscriptions latines du Musée Dr. Leite de Vasconcelos", *O Arqueólogo Português*, 2ª série, vol.1, pp. 37-61.

LEITE (A. C.), 1987, "Lisboa Romana", *Arqueologia no Vale do Tejo*, I.P.P.C.,Lisboa, pp. 82-86.

LEITE DE VASCONCELLOS (J.),1913, *Religiões da Lusitania*, III, Lisboa.

LEITE DE VASCONCELLOS (J.),1938, *Opúsculos*, V, Lisboa.

LEITE DE VASCONCELLOS (J.),1959, *Páginas Olisiponenses*, Lisboa.

LISBOA SUBTERRÂNEA, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1994 (=*Lisb. Subt.*).

MACIEL (J.), 1991,"Arquitectura romana em Lisboa no subsolo da Rua da Prata", original a ser publicado na *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, VII, Lisboa.

[MAIA (Man.)], 1973, "Actividades da APOM", *APOM. Informações - Boletim*, nº 3, Maio/Junho, Lisboa, pp. 4-8.

MANGAS (J.), 1971, *Esclavos y Libertos en la España Romana*, Salamanca.

MANTAS (V. G.), 1976, "Notas acerca de três inscrições de Olisipo", *Conimbriga*, Coimbra, 15, pp. 151-169.

MANTAS (V. G.), 1990, "As cidades marítimas da Lusitânia", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, C.N.R.S., Paris, pp. 149-205.

MANTAS (V. G.), 1994, "Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana", *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 70-75.

MEIGGS (R.), 1960, *Roman Ostia*, Oxford.

MENDES DE ALMEIDA (J.), 1985, "*Olisipo* na voz dos autores antigos", *Lisboa. Revista Municipal*, ano 46, 2ª série, nº 11, Lisboa, pp. 3-12.

[MOITA (Iris.)], 1977, *As Termas Romanas da Rua da Prata*, Lisboa.

MOITA (Iris.), 1985, "Problemas da Lisboa Romana. A Recuperação do Teatro de Olisipo", *Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas*, Madrid, pp. 285-302.

MOITA (Iris.), LEITE (A. C.), 1986, "Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e limitações",*I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, I.P.P.C., Lisboa, pp.55-67.

ROTEIROS DE ARQUEOLOGIA PORTUGUESA, 1 (*Lisboa e Arredores*), I.P.P.C., Lisboa, 1986 (= *Rot. Arq. Port.*).

SANMARTÍ-GREGO (E.), 1987, "El foro romano de Ampurias", *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid, pp. 55-60.

SANTERO SANTURINO (J. M.), 1978, *Asociaciones Populares en Hispania Romana*, Sevilla.

SERRANO (J. M.), 1988, *Status y Promoción Social de los Libertos en Hispania Romana*, Sevilla.

VIEIRA DA SILVA (A.), 1939, *A Cêrca Moura de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa.

VIEIRA DA SILVA (A.), 1944, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa.

VIEIRA DA SILVA (A.), 1960, "As termas romanas da Rua da Prata", *Dispersos*, II, Lisboa, pp. 307-316 e 393-401.

VIEIRA DA SILVA (A.), 1987, *As Muralhas Romanas de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa.

VITRUVIUS, ed. 1960, *The Ten Books on Architecture*, tradução de M. H. MORGAN, ilustrações de H. L. WARREN, Dover Publ., New York.

VIVES (J.), 1971/72, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= *I.L.E.R.*), Barcelona.

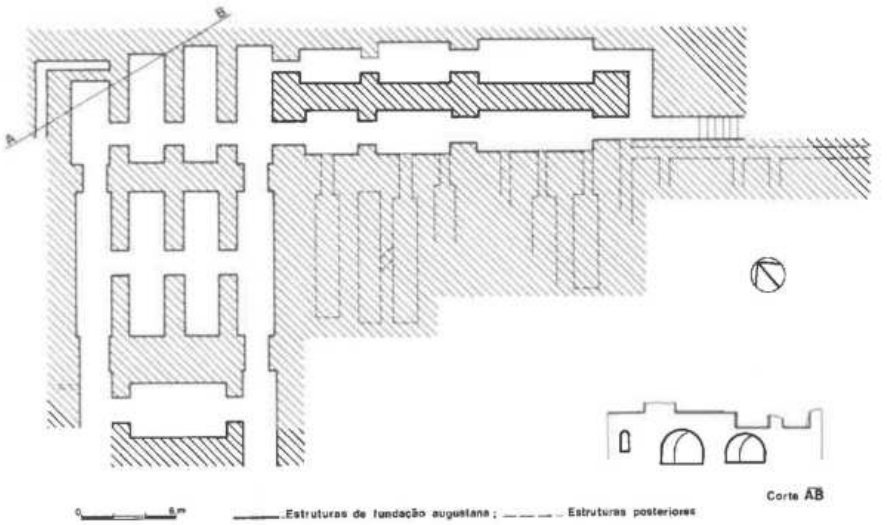


Fig. 1 — *Estruturas romanas descobertas sob a Rua da Prata, em Lisboa*



Fig. 2 — *Base de estátua consagrada a* Aesculapius
(C.I.L. II 175 = I.L.E.R. 186)

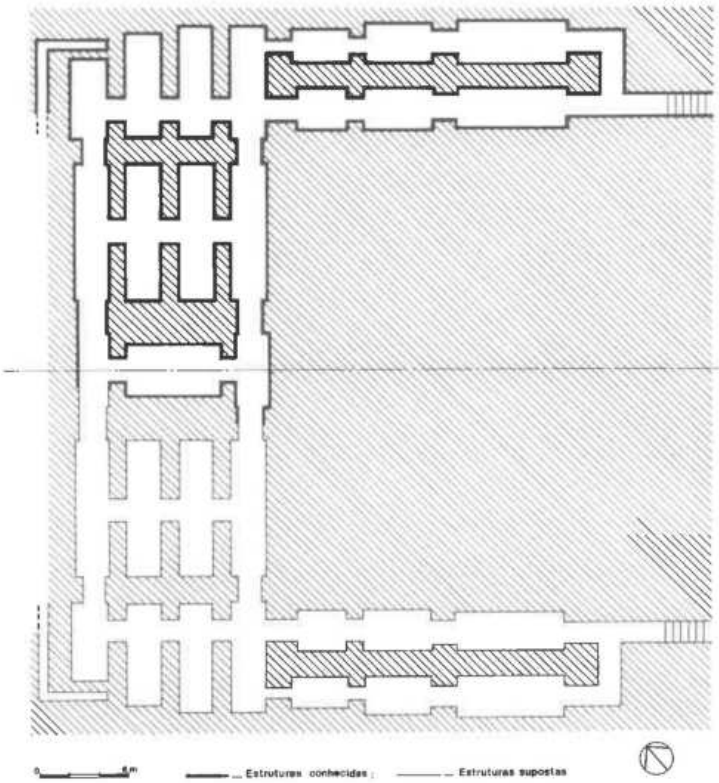


Fig. 3
Criptopórtico olisiponense (reconstituição teórica)

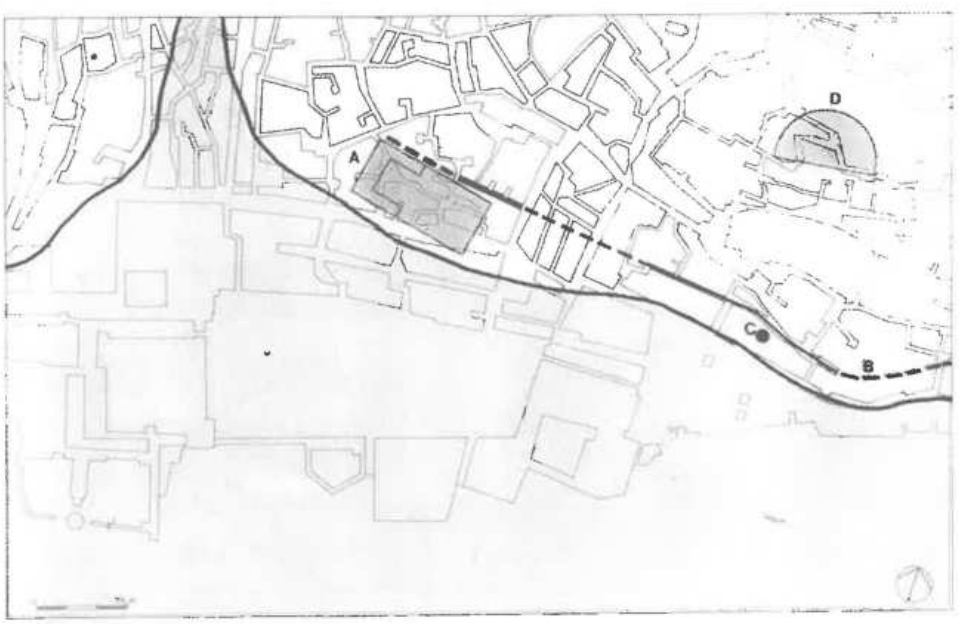


Fig. 4 — *Possível "forum corporativo" de Olisipo (A); suposta via romana (B); miliário de Probo (C);* theatrum *(D) - [a reconstituição da área de confluência entre o "Esteiro da Baixa" e o Tejo, bem como o registo das estruturas romanas, assentam sobre uma planta esquemática da cidade pré-pombalina].*

Rua da Judiaria (Almada)

Notícia preliminar

* LUÍS DE BARROS
* PAULO ESPÍRITO SANTO
* LUÍS PEQUITO ANTUNES

INTRODUÇÃO

Almada, situada no alto da arriba miocénica e ladeada pelo Tejo foi desde sempre um local atractivo para os diversos povos que ao longo de milénios percorreram e habitaram o território hoje português. Se exceptuarmos o período Paleolítico cuja representação não é abundante na área urbana de Almada, todos os períodos subsequentes estão presentes através dos mais diferentes vestígios. Infelizmente, e tal como aconteceu em outras cidades a rápida transformação das áreas rurais em urbanas destruiu gravemente outros pontos de fixação humana bem como as suas relações, para além de que alargaram enormemente o conceito de área urbana a grande parte do Concelho. Hoje vemo-nos constrangidos a intervir quase sempre de emergência em situação de desigualdade perante a lei que protege mais a propriedade privada que o património arqueológico que é público e com a habitual falta de meios para acorrer à simultâniedade de destruições. A célebre Lei Prometida da classificação preventiva nunca mais voltou a ser falada e certamente jamais voltará a sê-lo porque isso implicaria que o Estado, o maior destruidor do património arqueológico, se veria privado de construir os milhares de quilómetros de auto-estradas, pontes e outras grandes obras públicas que lhe permitem nesta Europa Comunitária defender a nossa identidade cultural. Neste contexto é da maior e fundamental importância o papel das autarquias locais, muito mais

* Técnico do Museu Municipal de Almada. Núcleo de Arqueologia e História.

próximas do chamado «País Real» e, de um modo geral, mais sensibilizadas para a defesa desse património ou pelo menos mais receptivas aos discursos dos arqueológos.

Desde que foi criado em 1984, o Museu Municipal de Almada, agora Divisão de Museus, tem tentado acompanhar as obras que se realizam no Concelho, quer elas sejam de iniciativa pública ou privada, daí resultando a descoberta, escavação e salvaguarda de inúmeros sítios de interesse arqueológico. De uma forma breve referiremos apenas aqueles que se inserem no âmbito das intervenções em área urbana:

Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas — Descoberta em 1980 durante obras de saneamento básico, a fábrica romana de Cacilhas foi a primeira estrutura a ser identificada, de um mais amplo conjunto do estuário do Tejo. Escavada em parte em diversas campanhas, monumento em vias de classificação, encontra-se neste momento tapada, por opção da autarquia, esperando-se que se dê seguimento aos diversos projectos para o local que prevêm o seu tratamento museográfico e enquadramento urbanístico.

Quinta do Marcelo — Durante a realização de obras para a construção da Escola Secundária Anselmo de Andrade foi localizado e escavado um acampamento do Bronze Final. Durante a escavação identificaram-se apenas estruras de uma fogueira e de um quebra-vento e recolheram-se taças carenadas com ornatos brunidos, fragmentos diversos de vasilhas de armazenagem, uma fíbula de dupla mola, duas pequenas facas de ferro, etc., conjunto de materiais datados pelo rádio carbono à volta do séc. X B.C. Após a realização dos trabalhos o local foi, em parte, destruído pela construção.

Quinta do Almaraz — Identificada em 1986, a estação arqueológica da Quinta do Almaraz foi alvo de uma prospecção sistemática em 1987 e de sondagens em 1988. Desde logo se verificou ser um importante povoado proto-histórico, ocupando um vasto esporão defendido a Sul por uma muralha pétrea e a Norte pela arriba sobranceira ao Tejo e com acesso fácil ao Rio pelo lado de Cacilhas; tinha as condições ideais para a localização de um povoado com necessidades de defesa por um lado, e necessidade de abertura ao rio e ao comércio, por outro. Estranho é que após o séc. II a.C. o local nunca mais tivesse sido habitado em permanência até ao século XX, chegando à actualidade apenas pontuado de algumas hortas. Os proprietários do imóvel, que desde a primeira hora acompanharam os trabalhos arqueológicos, decidiram submeter à apreciação do município uma proposta de loteamento, a qual, até ao momento tem seguido um percurso exemplar, em que têm participado os proprietários, os projectistas, o P.D.M., a Divisão de Museus, o IPPAR e os responsáveis

científicos da estação. A arqueologia é aqui um parceiro sempre com direito a veto, por norma inscrita no P.D.M., e dela dependem e não de quaisquer outros interesses especulativos, as decisões de autorizar ou não o loteamento.

S. Paulo — Gruta artificial descoberta em 1988 aquando das obras de alteração do Adro da Igreja de S. Paulo, foi escavada de emergência tendo sido alvo de uma comunicação ao 1.º Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Sagres 1991 (no prelo). Tendo sido aberta no calcário do Miocénico no Neolítico Final, foi utilizada como necrópole até aos inícios da Idade do Bronze por cerca de 180 indivíduos cujos restos osteológicos e respectivas oferendas se encontram em fase de estudo. Foi também o mesmo espaço utilizado como acampamento durante a 1.ª Idade do Ferro (Séc. VIII/VII), havendo ainda raros vestígios romanos, tendo voltado a ser necrópole a partir do séc. XVI. Após a realização dos trabalhos arqueológicos o local foi novamente coberto, voltando a funcionar como parque infantil.

Rua Henriques Nogueira — Intervenção efectuada numa casa do município devido a obras de remodelação ao abrigo do RECRIA. Com três inquilinos no piso térreo, o espaço interior estava muito compartimentado, o que dificultou a intervenção e a leitura das estruturas. Basicamente, pode dizer-se que o espaço foi utilizado como habitação após o séc. XVI sendo, muito provavelmente, uma área industrial até essa data. Até à ocupação de séc. XVI todos os materiais foram recolhidos até ao nível da rocha de base, enquanto que os materiais de época anterior se encontravam sempre em estruturas escavadas na rocha: tanques, silos ou simples cavidades. Os materiais mais antigos foram recolhidos no silo da sala 9 e datam de inícios do séc. XIII. Após a escavação decorreram as obras de recuperação do imóvel que destruiram, em parte, as estruturas identificadas.

Largo 1.º de Maio — Na sequência de obras de saneamento básico foi identificado um silo, escavado nas margas do miocénico, junto à Igreja de S. Tiago. Apesar de parcialmente destruído forneceu ainda algum espólio datável dos séc. XII/XIV. As obras que já tinham sido responsáveis pelo corte do silo, fizeram com que este seja hoje atravessado por manilhas de esgoto.

Rua da Cerca/Serpa Pinto — Motivada por obras de saneamento básico a intervenção limitou-se a uma área de cerca de 10^{m2}. Tratavam-se, em resumo, de duas lixeiras, uma contendo materiais datáveis de finais do séc. XVI e outra de meados do séc. XIV. Da lixeira mais recente provêm um conjunto de materiais importados que lhe conferem algum exotismo: referimo-nos nomeadamente à presença de porcelanas chinesas em número razoável, faianças de fabrico italiano e holandês, uma turquesa em bruto, uma conta de colar em topázio e

uma cabeça de crocodilo em marfim, parte de uma colher (trabalho afro-português do Benim). A lixeira mais antiga (séc. XIV) continha, para além das cerâmicas comuns e de numismas (dinheiros de D. Dinis e D. Afonso IV e uma moeda estrangeira ainda não identificada), faianças de reflexos metálicos com decoração a azul provenientes dos atelieres de Paterna e Manises. Tratando-se de uma lixeira, após a escavação, o local foi tapado prevendo-se que quando se realizarem os arranjos dos espaços exteriores e se avançar para outra fase de recuperação de Almada Velha se escave a parte da lixeira ainda existente.

Travessa da Judiaria — Motivada por obras de conservação de Almada Velha levadas a cabo pelo Gabinete dos Núcleos Históricos da Câmara Municipal de Almada realizou-se uma pequena sondagem (4^{m2}) num quintal da Travessa da Judiaria. Dos resultados obtidos salienta-se a identificação de uma estratigrafia complexa com camadas que vão do séc. XIII a XX. Os elementos recolhidos são suficientes para nos permitir equacionar uma escavação no local, em moldes diferentes e, sobretudo, em área.

RUA DA JUDIARIA

Localização — A Rua da Judiaria situa-se na encosta virada a *Noroeste* próximo do máximo do talvegue constituído pela Rua Capitão Leitão (antiga Rua Direita) e no cruzamento da antiga Carreira da Fonte. O espaço fruto de intervenção tinha sido licenciado pela autarquia para a construção de um imóvel e correspondia a parte de um quintal cuja entrada se fazia pela Rua Henriques Nogueira. O acompanhamento da obra e sondagem prévia revelaram inicialmente dois silos; uma segunda sondagem em canto oposto do quintal outros dois, número que hoje ascende a vinte. Este quintal situa-se numa zona que poderíamos identificar em termos Medievais com os arrabaldes da vila.

A Escavação: Métodos, técnicas e dificuldades — Pela primeira vez na zona urbana de Almada a intervenção incidia sobre uma área ampla (cerca de 170^{m2}), de quintal, portanto sem construções e onde seria possível não perder a leitura das estruturas. Inicialmente, e dado desconhecermos a potência estratigráfica e interesse do local, optamos pela abertura de uma sondagem com 5^{m2} no canto Sudeste da zona a construir após o que, e dado os resultados obtidos se efectuou nova sondagem, agora a Sudoeste. A escavação foi efectuada por camadas naturais dado ser possível e relativamente fácil a sua distinção. Com a verificação de idênticas estruturas (Silos) nas duas sondagens, para além de um importante conjunto de materiais da época Medieval e Moderna, considerou-se estarem reunidas as informações suficientes para

inviabilizar a construção no local. Uma conjugação de factores onde avultam o empenho do proprietário e do Sr. Presidente do Município, para além da animação junto das escolas do Concelho e a divulgação na Comunicação Social em geral concorreram, juntamente com o inegável interesse científico do local, para que fosse possível salvaguardar o local e imediatamente iniciar os estudos tendentes à criação de um Museu de Sítio. Esta acção, que passou obviamente pela permuta de terrenos e outras facilidades ao proprietário, custaram já ao Município cerca de 25 mil contos. A continuação dos trabalhos passou pela divisão da restante área em sondagens (já tinham sido escavadas a 1 e 2, criando-se mais 6) que foram sendo escavadas até à rocha de base altura em que a designação foi abandonada para se passar a escavar estruturas, quase todas silos (20). Apesar dos silos terem sido escavados em camadas naturais verificou-se que apesar das diferenças de constituição e côr das diferentes camadas estas continham na generalidade fragmentos cerâmicos pertencentes às mesmas vasilhas. Assim, e tal como foi constatado noutros casos (Santiago Macias, 1992: 28) parece que o preenchimento dos silos e, logo, a alteração da sua função é executada de uma só vez ou pelo menos num curto espaço de tempo. A maior dificuldade que se nos levanta à interpretação da evolução do espaço é o facto de algumas paredes terem sido talhadas na rocha, tal como os silos, encontrando-se no geral à mesma cota, ainda que os silos possuam enchimentos de diversas épocas (dos séc. XII a XV.). Nalguns casos os silos foram cortados, noutros são atravessados por paredes, e em apenas dois casos se encontravam fechados e completamente vazios. Assim, se no caso dos silos entulhados não é difícil saber quando deixaram a sua função primeira, muito dificilmente saberemos quando foram abertos.

Estruturas, identificação e articulação — Tal como anteriormente referimos as estruturas identificadas resumem-se básicamente a dois tipos: estruturas de habitação (paredes com soleiras de portas e canalização) e silos.

As primeiras estruturas de habitação parecem datar do séc. XV, altura em que todos os silos já se encontravam entulhados, data que corresponde à última camada que contacta já com a rocha de base e se situa ao nível do arranque das paredes. A grande maioria destas paredes encontra-se apenas ao nível dos alicerces ou pouco mais acima, excepção feita a uma parede de orientação Este/ /Oeste que ainda actualmente se encontrava em uso. Contrariamente ao que seria normal, as paredes não tinham os alicerces escavados na rocha mas, pelo contrário, o alicerce e parte da parede eram talhados na rocha de base. Nas restantes partes as paredes foram construídas com blocos quase sempre irregulares de calcário conquífero, quem sabe, arrancados à camada de cálcário do próprio local. Nas soleiras das portas foi utilizado um calcário de melhor qualidade, tipo lioz.

A canalização foi construída utilizando telhas de meia cana, fortemente argamassadas entre si, introduzidas num canal aberto na rocha de base e que depois foi coberto com lajes de calcário aparelhado. Pelos poucos materiais recolhidos até agora dentro desta estrutura, dá ideia que a mesma já não estaria em uso em inícios do séc. XV.

Dos vinte silos até agora identificados apenas foram escavados treze e estes têm formas, capacidades e graus de conservação diferenciados. De um modo geral a forma dos silos é tendencialmente piriforme, contudo existem alguns quase elípticos. Quanto aos fundos existem silos de fundo cónico e de fundo plano (destes alguns têm uma meia cana escavada entre a parede e o fundo). Suspeitamos apenas que tanto a forma como os fundos se encontram directamente ligados ao conteúdo. Como também atrás fizemos referência, da cronologia dos silos apenas podemos ter certezas quanto ao abandono e supor que a grande maioria deverá datar de época anterior ao primeiro enchimento de um silo (finais do séc. XII) excepto no caso dos silos completos e selados, mas que não possuíam qualquer espólio.

Até agora torna-se difícil estabelecer qualquer relação entre as estruturas de habitação e os silos, excepto no caso dos silos selados, um dos quais se encontra no exterior do perímetro de habitação e outro no seu exterior, ambos ao nível do pavimento: esta parece ser uma associação provável. Entre a canalização e as estruturas de habitual a relação é possível apesar da aparente diferença cronológica entre uma coisa e outra. De um modo geral, pode perceber-se uma ou várias relações entre os restantes silos; contudo, há que meditar sobre a enorme capacidade de armazenagem potêncial (cada silo poderá conter cerca de *2.000 kg.* o que equivalerá a dizer que era possível armazenar cerca de *40.000 kg.* de produtos, o que nos parece demasiado) que, tendo em conta a época a que se reporta, permitiria alimentar durante alguns meses uma vila pequena como era Almada.

O Espólio — É ainda difícil falar do espólio recolhido já que a escavação ainda não terminou e, por outro lado a quantidade (algumas dezenas de milhar de fragmentos) dificulta nesta fase a sua completa visualização.

Deixando de lado o individualismo dos silos, a área escavada divide-se em duas realidades distintas: a Este e a Oeste da parede (ver planta). Até ao nível em que esta parede estava destruída verifica-se uma uniformidade de espólio e, logo, de uso e época; correspondia ao uso como quintal, datável de meados do séc. XVIII até à actualidade. Do espólio recolhido salientam-se dois instrumentos de medida, um metro articulado em latão e uma bitóla em osso para além de centenas de fragmentos de cerâmicas comuns e faianças.

No lado Oeste da parede, e logo abaixo deste nível, surgem uma sequência de camadas datáveis de meados do séc. XVIII até finais do séc. XVI,

constituídas sobretudo por lixos domésticos e entulhos, que nalguns pontos atingem a rocha de base. Destas camadas salientam-se sobretudo as porcelanas chinesas da dinastia Ming que para além das centenas de fragmentos recolhidos (dos quais 10 com marca) permite recuperar algumas peças quase completas. Maior percentagem têm as faianças, na grande maioria de produção nacional e mais ainda a cerâmica comum de onde se salientam as peças de cerâmica moldada tipo Estremoz e de embrexados tipo Nisa. Do restante espólio não cerâmico convém referir o aparecimento de alguns vidros e de um selo de chumbo onde se pode ler BRVGES. Recolheram-se ainda numa fina camada que não existia em toda a área escavada algumas cerâmicas e outros materiais datáveis do séc. XV.

No lado Este da parede, e logo abaixo da primeira camada já descrita, surgia uma camada datável de meados do séc. XVI a finais de XV e que continha grande quantidade de faiança esmaltada a branco, de reflexos dourados e polícromas de fabrico Valenciano, Holandês e Italiano. Juntamente com este material recolheram-se igualmente diversas formas de cerâmica comum.

A camada que antecede a rocha é datável na generalidade da área em apreço de meados do séc. XV e forneceu sobretudo cerâmicas comuns, algumas delas vidradas, e raras faianças de reflexos dourados. Dos objectos metálicos recolhidos salientam-se as moedas, sobretudo de Afonso V, as facas de ferro e cabo de osso, e uma medalha de bronze e dedicada a Cristo-Rei.

Como já referimos os silos constituem unidades próprias, entulhados em épocas diferenciadas e cujo tratamento está longe de terminar. Cientes da importância do seu estudo decidimos estudar um deles: o silo 17.

O Silo 17 — O silo 17 encontra-se implantado do lado Oeste da parede, interceptado em parte por uma parede perpendicular à primeira e cortado em cerca de $^1/_7$ da sua provável altura total, que seria, tal como se verifica nos silos completos, cerca de 2 metros. De forma quase esférica, tem 1,60$^{m.}$ de diâmetro máximo e cerca de 1,50$^{m.}$ de altura. Durante a escavação reconheceram-se 5 camadas, as quais se descrevem de cima para baixo: C1 — camada proveniente do exterior do silo, pouco espessa e quase sem espólio; C2 — constituída essencialmente por cascas de bivalves, ossos e espinhas com alguma terra orgânica cinzento escura, cerâmica de construção, sobretudo telhas e cerâmica doméstica; C3 — terra castanha escura com vestígios de fogueiras, algumas cascas de bivalves, cerâmica de construção e doméstica; C4 — terra castanha clara com grande quantidade de cascas de bivalves, ossos e espinhas, para além de cerâmica de construção e doméstica; C5 — camada de terra amarelada, quase sem espólio e resultante da desagregação das paredes do silo. Apesar desta verificação, e tal como foi afirmado mais acima, todas as camadas correspondem a um mesmo momento de despejo, tal como se verificou no puzzle das cerâmicas, que referiremos mais adiante.

Um componente importante do enchimento do silo correspondia aos restos faunísticos, cuja composição e percentagens é possível verificar nos gráficos anexos. As quantidades de restos de fauna malacológica, mais de 40 kg. de cascas, é de longe a maior concentração destes restos recolhidos em qualquer dos restantes silos; destes é de salientar a enorme quantidade de mexilhão face à quase sempre maioritária presença da ostra e berbigão nos outros silos. A fauna ictiológica está presente através de restos de peixes do género *sparus* (Pargo, dourada, etc.), raia, peixes miúdos do tipo carapau ou sardinha e ainda escamas de corvina. Foram igualmente recolhidas algumas placas de choco e pinças de caranguejo. A fauna mamalógica está representada por restos de boi, cabra/ovelha e coelho. Recolheram-se igualmente alguns ossos de aves, provavelmente galinha. Devemos contudo chamar a atenção que esta análise faunística não é exaustiva e carece de ser melhorada dado que não foi possível identificar alguns espécimes nem qualificá-los. Por outro lado, da análise gráfica da distribuição das faunas há que ter em conta que os pesos dos restos não representam de forma alguma o real peso de miolo ou carne e menos ainda o valor protéico de cada um; uma coisa é certa, o peso da recolecção na dieta alimentar das populações ribeirinhas continuava a ser importante no final da Idade Média.

Vamos agora entrar no estudo do espólio cerâmico, que decidimos dividir em cinco tipos abaixo descriminados:

Espólio cerâmico:
1 — Cerâmica de construção;
2 — Cerâmica de transporte e armazenagem;
3 — Cerâmica de fogo;
4 — Cerâmica de mesa;
5 — Outros objectos cerâmico.

A *cerâmica de construção* não era abundante e era sobretudo constituída por fragmentos de telhas de meia cana e muito raros fragmentos de tijoleiras. As pastas das telhas são muito variadas, de côres que vão do creme amarelado ao côr de tijolo. As espessuras variam entre os 10 e os 16$^{m/m}$. As larguras são em média no lado mais estreito 105 $^{m/m}$ e no lado mais largo 180$^{m/m}$. Dado o estado de fragmentação não foi possível achar o comprimento.

No grupo das *cerâmicas de transporte e armazenagem* contabilizamos cinco peças recolhidas no silo: 1 Talha e 4 Bilhas.

MAH 874 — fragmentos de bordo de talha decorada com dois cordões plásticos paralelos com digitações e uma linha ondulada entre duas paralelas abertas por incisão; bordo indiferenciado e vertido composto por 4 fragmentos (1 da C.2/3 e 3 da limpeza). Diâm. boca 160$^{m/m}$. Pasta avermelhada; superfícies

laranja avermelhadas com engobe no exterior e alisamento no interior. Alguns elementos não plásticos (enp) < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 862 — bilha de bordo indiferenciado com duas asas de fita com depressão central que arrancam do colo para o bojo que é de forma ovóide e fundo plano; a peça está montada com 53 fragmentos sendo 1 da C.2, 13 da C.3, 4 da C.2/3, 6 da C.4 e 29 provenientes da limpeza. O diâmetro da boca é de 118 m/m, o do fundo 145 m/m e a altura total de 375 m/m. Pasta laranja; superfície externa com engobe cinzento (muito erodito), e superfície interna de cinzenta a castanha do bordo para o fundo. Abundantes enp < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 873 — bordo, colo e arranque do bojo de bilha com asas de fita que arrancam do colo para o bojo; lábio plano em bordo esvertido com 6 caneluras paralelas no colo. Fragmento montado com 25 fragmentos sendo 19 da C.2 e 6 da C.3. Diâmetro da boca 123 m/m e altura conservada 135 m/m. Pasta alaranjada; superfícies côr de tijolo; raros enp < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 870 — fundo de bilha, plano. Montado com 15 fragmentos sendo 14 da C.2 e 1 da C.4. Diâmetro do fundo 155 m/m e altura conservada 170 m/m. Pasta cinzenta e superfícies acinzentadas; enp pouco abundantes < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 872 — fundo de bilha, plano. Montado com 20 fragmentos sendo 1 da C.2, 8 da C.3, 4 da C.2/3, 1 da C.5 e 5 da limpeza. Diametro do fundo 140 m/m e altura conservada 195 m/m. Pasta castanha; superfície externa castanho-avermelhada e superfície interna negra por acção do fogo post-uso; escassos enp < 1 m/m de areias graníficas.

No grupo das *cerâmicas de fogo* integram-se as 4 panelas e as 3 caçarolas aqui tratadas.

MAH 875 — parte de panela de lábio, bordo com pequena moldura, de forma esférica e fundo plano; possui apenas uma das duas asas que é de secção ovóide; estrias paralelas no bojo; Montado com 21 fragmentos sendo 18 da C.3 e 3 da limpeza. Diâmetro da boca 160 m/m, diâmetro do fundo 140 m/m e altura 174 m/m. Pasta laranja-acastanhada; superfície externa acastanhada com grandes superfícies queimadas e superfície interna alaranjada com concreções calcárias abundantes; escassos enp < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 876 — panela de forma esférica, de lábio biselado, de colo direito com caneluras estreitas e uma larga, abrindo para o bojo, com duas asas pequenas de secção elíptica e fundo côncavo. Montada com 30 fragmentos sendo 3 da C.2/3, 1 da C. 3, 10 da C.4, 2 da C.5 e 14 da limpeza. A boca de forma elíptica tem 165 m/m de diametro no eixo maior e 145 m/m no menor e 150 m/m de altura. Pasta laranja-acastanhada; superfície externa muito queimada e interna laranja-acastanhada com vestígios de fogo no fundo; escassos enp < 1 m/m de areias graníficas.

MAH 878 — panela de forma tronco-cónica de bordo indiferenciado, lábio plano, fundo concavo e asa de secção elíptica. Montada com 12 fragmentos sendo 8 da C.2, 1 da C.3 e 3 da limpeza. Diâmetro da boca 119$^{m/m}$. Pasta de cinzenta a laranja-acastanhada; superfícies negras; enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 883 — panela de forma bicónica, colo direito, bordo diferenciado com estrias no bojo e uma das asas de secção elíptica e fundo plano. Montada com 35 fragmentos sendo 29 da C.2, 2 da C.2/3 e 3 da limpeza. Pasta acastanhada; superfície externa castanha com vestígios de fogo e interna acastanhada; escassos enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 885 — caçarola com pega cilíndrica e argola para pendurar na extremidade; paredes direitas de bordo indiferenciado com pequena moldura abaixo do lábio; fundo plano. Montado com 40 fragmentos sendo 27 da C.2, 9 da C.3, 1 da C.4 e 3 da limpeza. Diâmetro da boca 276$^{m/m}$. Pasta acinzentada; superfície externa cinzenta e interna vermelha-arroxeada, escassos enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 881 — caçarola de paredes divergentes, bordo diferenciado, com pequena barbela e vertido, fundo côncavo. Montada com 23 fragmentos sendo 3 da C.2, 8 da C.3, 7 da C.4 e 5 da limpeza. Diâmetro da boca 245$^{m/m}$, altura 52$^{m/m}$. Pasta avermelhada; superfície externa e interna de vermelho a cinzento; escassos enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 879 — caçarola de paredes divergentes, bordo diferenciado, com pequena barbela e vertido, fundo côncavo. Montada com 12 fragmentos sendo 5 da C.2 e 7 da limpeza. Diâmetro da boca 245$^{m/m}$ e altura 55$^{m/m}$. Pasta vermelha; superfícies vermelhas; enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 863 — testo de bordo espessado externamente e barbela interior, botão central bicónico, fundo em bolacha. Montado com 10 fragmentos sendo 1 da C.2, 1 da C.2/3, 3 da C.4 e 2 da C.5. Diâmetro total 194$^{m/m}$, diâmetro do fundo 64$^{m/m}$. Pasta castanha-avermelhada; superfícies castanho-avermelhadas; enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 866 — testo de bordo espessado externamente e barbela interior, botão central troncocónico, fundo em bolacha. Montada com 3 fragmentos sendo 2 da C.2 e 1 da limpeza. Diâmetro total 180$^{m/m}$, diâmetro do fundo 65$^{m/m}$. Pasta acinzentada; superfície externa negra e interna arroxeada, enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 868 — fundo de testo com botão central cilindróide e fundo em bolacha. Montado com 3 fragmentos da C.3. Diâmetro do fundo 63$^{m/m}$. Pasta cinzenta; superfície externa do laranja ao cinzento e interna castanho-acinzentada (erodida); abundantes enp < 1$^{m/m}$ de areias graníficas.

MAH 869 — bordo de testo espessado externamente e barbela interior. Montado com 3 fragmentos sendo 2 da C.3 e 1 da C.4. Pasta castanho-avermelhada; superfície externa laranja e interna laranja-acinzentada, enp < 1 m/m.

Do grupo das *cerâmicas de mesa* faz parte apenas uma jarrinha.

MAH 884 — jarrinha de bojo bicónico e colo direito de bordo indiferenciado, asa de secção elíptica, fundo em bolacha. Pasta e superfícies castanhas; abundantes enp < 1 m/m de areias graníticas.

Dentro do grupo dos outros objectos cerâmicos colocamos um grupo de objectos que possuindo uma identificação formal deverão encerrar uma grande diversidade funcional, falamos das malhas ou marcas de jogo. Estes objectos cuja vulgaridade diminui ao longo do tempo sendo praticamente inexistentes a partir do séc. XV, atingem números consideráveis, como no caso em apreço onde foram contabilizadas 130, de diferentes tamanhos e tratamentos não podem estar unicamente ligadas a funções de lazer. O início do fabrico destas peças consiste na alicatagem de uma placa cerâmica obtida numa telha, tijoleira ou fragmento de vasilha podendo ficar assim mesmo, com arestas vivas e forma tendencialmente circular. Deste conjunto, cerca de 60% foram posteriormente polidas nas zonas de fractura e algumas mesmo na superfície. Assim, podemos dividir estas peças em peças com arestas polidas e peças com arestas não polidas; das primeiras recolheram-se 76 e das segundas 54. As não polidas foram todas produzidas a partir de restos de telhas enquanto que as polidas 61 foram-no a partir de telhas, 2 a partir de tijoleira e 13 a partir de vasilhas. Os diâmetros são também variáveis e enquanto que as peças de telha variam entre os 24 e os 82 m/m, as de vasilhas variam entre os 22 e os 40 m/m. Por último referir que das peças de telha uma apresenta um furo, outra dois e outra uma cruz esgrafitada.

Espólio metálico — O espólio metálico não é abundante, sendo de registar o aparecimento de pregos em ferro, dois pequenos anzóis no mesmo metal e 8 moedas de bolhão. Não estando completamente tratado este material só se encontram identificadas 6 das 8 moedas que são dinheiros (4 são meios dinheiros) de D. Sancho II (1223/1248).

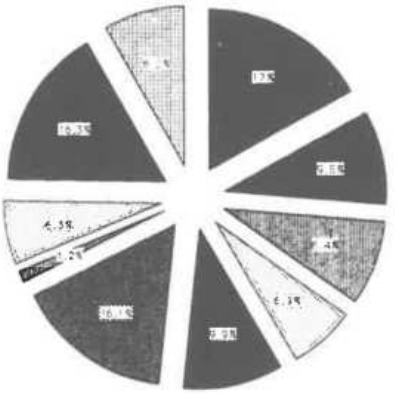
Em resumo pode dizer-se que o espólio recolhido no silo 17 é bastante homogéneo e representativo das primeiras produções cerâmicas da reconquista sendo curioso o facto de nenhuma das peças apresentar qualquer traço de pintura, o que é vulgar em Almada em conjuntos desta época (caso por exemplo do silo da Rua Henriques Nogueira), e, portanto supormos que nesta fase existiriam lado a lado oleiros portadores de uma tradição muçulmana (que continuavam a usar padrões decorativos anteriores) e oleiros «novos» de tradição cristã.

CONCLUSÕES

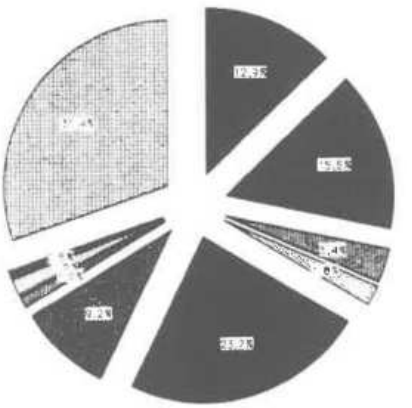
A intervenção sistemática em área urbana tem levado a um melhor conhecimento da cidade e do crescimento da sua malha urbana, contrariando opiniões e ideias que há muito se formulavam. Por outro lado, tem-se constatado que Almada, longe de ser a «Outra Banda» tinha vida própria que radicava no comércio, artesanato e agricultura e não apenas nos bons ares que a nobreza procurava aquando das pestes de Lisboa. Essa vida cosmopolita reflete-se no aparecimento em todos os locais de época Medieval/Moderna de objectos fruto de comércio continental ou de além-mar, sobretudo através das cerâmicas e também de alguns materiais exóticos. Estes são, no fundo, os aspectos mais facilmente detectáveis e datáveis contudo são as cerâmicas e objectos do quotidiano que nos permitem conhecer as realidades locais e aqui tudo, ou quase, está por fazer e o estudo do silo 17 é um pequeno contributo, o estudo de todo o espólio proveniente da Rua da Judiaria será já importante tendo em conta o seu volume e a precisão cronológica que é possível atribuir.

Os estudos até agora efectuados nos diferentes documentos permitem-nos construir hipóteses com cada vez maior rigor acerca da Almada Medieval/Moderna ainda que saibamos estar longe de responder a todas as questões que se nos levantam, sobretudo as que se prendem com a Almada muçulmana, cuja existência e riqueza é por demais conhecida mas cuja presença no registo arqueológico é quase inexistente.

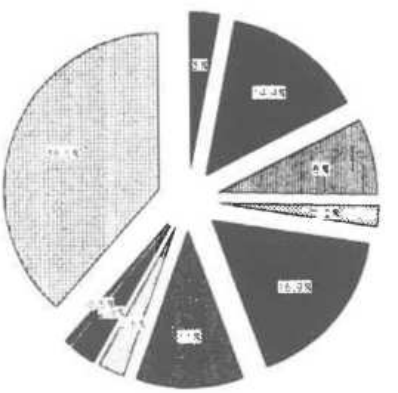
A escavação da Rua da Judiaria foi levada a cabo pelos técnicos do Museu Municipal de Almada, Luís de Barros, Paulo Espírito Santo, Fernando Henriques e João Valente, com a colaboração de Maria Ana Judas e Rosário Fernandes (FLL). No laboratório e pontualmente no campo estiveram os técnicos do Museu, Fernanda Barros, José Cavaco e Maria da Conceição Adão.



RUA DA JUDIARIA
Fauna Mamalógica

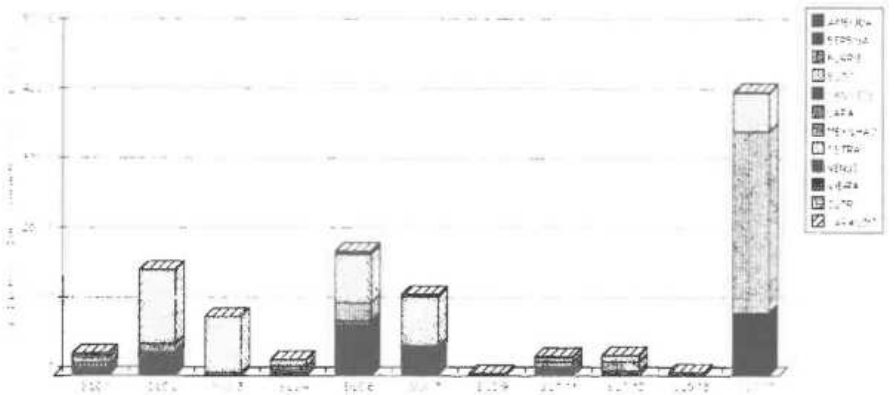


RUA DA JUDIARIA
Peixes e Crustáceos

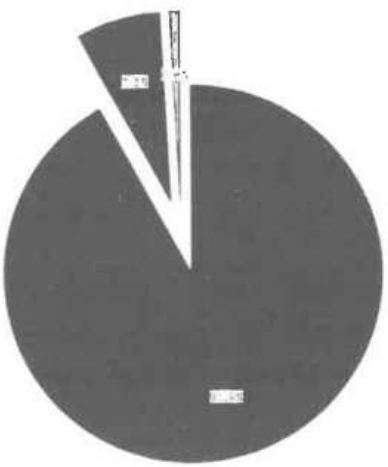


RUA DA JUDIARIA
Fauna Malacológica

RUA DA JUDIARIA
Fauna Malacológica



SILO 17



O Castelo de Alcácer do Sal*

Um projecto de arqueologia urbana

** ANTÓNIO CAVALEIRO PAIXÃO
*** JOÃO CARLOS FARIA
**** ANTÓNIO RAFAEL CARVALHO

Na presente comunicação mais do que os resultados de um trabalho de campo, o que seria prematuro nesta fase inicial, trazemos à comunidade científica os problemas que se desenrolam na intervenção em curso neste momento no Convento de Nª Sª de Aracoeli que, pelas circunstâncias especiais em que a acção se desenvolve assumem o carácter de intervenção arqueológica de emergência.

A transformação deste monumento em pousada constitui o motivo da acção em curso. Esta iniciativa insere-se num amplo projecto do Ministério do Comércio e Turismo de reconversão de edifícios históricos em pousadas competindo a execução das obras à ENATUR.

Este mesmo programa constitui um objectivo primordial para o sector do turismo segundo o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), recentemente aprovado pela Comunidade Europeia o qual se insere no plano de desenvolvimento global do País previsto para o período de 1994 a 1999.

Neste projecto procura-se privilegiar o binómio turismo e património cultural em que ocupa lugar destacado a recuperação de edifícios históricos para alojamento turístico.

No que diz concretamente respeito ao Convento de Nª Sª de Aracoeli esta iniciativa deverá ser vista simultaneamente sob duas perspectivas aparentemente antagónicas.

* Agradecimentos: Passagem do texto em computador — Francisco Cebola e Ana Paula Covas. Informações inéditas sobre cerâmicas medievais de Almada — Luís Barros.

** Arqueólogo do IPPAR.
*** Arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
**** Arqueólogo da Câmara Municipal de Palmela.

Na verdade as características especiais da área onde se localiza o Convento em questão, obriga-nos a uma reflexão séria sobre a problemática de uma actuação que, devido à sua envergadura poderá paradoxalmente constituir um factor altamente lesivo para o património histórico-arqueológico que representa, se não forem tomadas atempadamente as medidas adequadas de salvaguarda que aquela área exige.

Tendo embora consciência plena das dificuldades que a concretização deste trabalho implica nomeadamente a nível arqueológico, estamos convictos de que o interesse manifestado pelas entidades directamente responsáveis pelo plano de recuperação do imóvel se traduzirá na obtenção de condições adequadas, as quais têm a ver não só com a atribuição dos meios materiais e humanos necessários para o efeito, como a maleabilidade de execução do trabalho arqueológico de campo exigida nas presentes condições.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre alguns dos aspectos mais significativos da acção em curso, cumpre-nos, em primeiro lugar, esclarecer os participantes neste encontro sob que perspectivas estamos a utilizar a expressão "arqueologia urbana" para caracterizar a natureza da acção em curso. A mesma deverá ser atendida não tanto por se tratar de uma intervenção arqueológica numa zona urbana em contínua expansão na actualidade mas, sobretudo, devido às características específicas do monumento em si mesmo, bem como do lugar em que se encontra inserido, rico em estruturas arquitectónicas de cronologia e natureza diversas. Tratando-se de uma intervenção de emergência num local particularmente rico em níveis arqueológicos de diversas épocas constituindo um verdadeiro "tell", procuramos sobretudo salientar alguns aspectos mais marcantes da problemática decorrente desta iniciativa, de referir a forma de actuação projectada e em parte posta em prática, bem como dar a conhecer alguns dos resultados preliminares até ao momento conseguidos, particularmente no que respeita à cerâmica muçulmana referenciada.

LOCALIZAÇÃO

O Castelo, situa-se num pequeno morro, sobranceiro ao Rio Sado, em plena Vila de Alcácer do Sal. A povoação é cabeça de concelho de 2.ª ordem e de comarca de 2.ª classe, do distrito de Setúbal, diocese de Évora. Faz parte da Província do Baixo Alentejo (em 1926 deixou de fazer parte da Província da Estremadura). Está situada na margem direita do Sado, a 40 Km da foz e a 30 metros de altura.

Geologicamente a formação de Alcácer do Sal pertence ao Miocénico médio a superior. A bacia do Sado conserva testemunhos de uma transgressão marinha. Os afloramentos calcáreos ocupam área reduzida. Os mais importan-

tes são os de Alcácer do Sal; outros situam-se em Montalvo, Montevil, Lezíria e Ribeira do Arcão. Noutros locais (Asseiceira, Albergaria), furos de captação encontraram depósitos marinhos a profundidades consideráveis, mostrando existir uma zona deprimida a Sul do único afloramento do soco, em Valverde.

A análise paleontológica foi realizada com certo desenvolvimento. A lista inclui moluscos, equinódeos, crustáceos, vertebrados, etc..

Na folha de Alcácer, os moluscos provêm quase todos, de um corte a W de Alcácer do Sal, passando pelas imediações da ponte do caminho de ferro, Senhor dos Mártires, e pelos altos a N do castelo. A fauna inclui teleósteos e seláceos (M. Telles Antunes. 1983).

HISTÓRIA

Sem nos expraiarmos sobre a importância histórica-arqueológica de Alcácer do Sal, sobejamente conhecida, recordemos apenas que na parte mais elevada da colina onde se ergue o respectivo castelo foram referenciados alguns materiais cerâmica do neolítico final. A descoberta na mesma área de vestígios de construções de adobe, junto dos quais foram referenciados fragmentos de cerâmicas púnicas do Sul da Península Ibérica, datáveis dos sécs. VII-VI a.C., constituem indício significativo de um intenso comércio com as colónias de Cartago, sendo mesmo a sua permanência. Em níveis atribuíveis ao séc. IV a.C. foram igualmente referenciados vestígios de casas de habitação de paredes caiadas atribuíveis ao séc. IV a.C..

Contudo, até ao momento, as estruturas mais significativas surgidas em Alcácer do Sal, pertencem ao povoado romano, devendo-se a Plínio a designação honorífica "Salácia Urbs Imperatória" deste aglomerado habitacional. Corroborando esta afirmação moedas datáveis talvez de 45-44 a.C., apresentam a legenda IMP (eratória) SAL (acia). No séc. I a.C. Alcácer do Sal tornou-se uma cidade importante certamente dotada de um templo, cujos vestígios provavelmente se encontram sob o pavimento da Igreja de Stª Maria do Castelo, de um forum a que se julga corresponderem as estruturas postas a descoberto no decurso das escavações realizadas frente à Igreja de Stª Maria do Castelo e ainda de um teatro e, de um anfiteatro, até ao momento, não localizados.

No séc. IV d.C. Alcácer do Sal foi cidade episcopal tendo sido S. Januário o seu primeiro bispo. Os vestígios arqueológicos do período visigótico são porém raros apenas sendo conhecidos uma inscrição funerária do séc. VII, alguns capitéis e uma pilastra, esta última retirada das paredes do Convento de Aracoeli.

Do período muçulmano têm sido pouco numerosos, até ao momento, os achados de natureza mobiliária referenciados; no entanto, o próprio nome de Alcácer é de origem árabe, provindo a sua designação, ao que se julga, de Cacer

ou Alcácer (palácio ou castelo de Abu Deniz ou Daniz), militar a quem Abdarramão III (séc. X), confiou a povoação. Após o desmembramento do Califado, Alcácer foi incluida no reino Taifa de Badajoz. Em 1191 foi conquistada pelos Almoadas sendo então intitulada (Alcácer da Vitória).

A partir da segunda metade do séc. XII o castelo de Alcácer do Sal tornou-se teatro de luta, face às sucessivas arremetidas dos cristãos. Conquistado em 1158 por D. Afonso Henriques, foi reconquistado pelos Muçulmanos por Yacub em 1191 durante o reinado de D. Sancho I. Em 1217, sendo alcaide Abdala Ibn Wazir, filho de Abu Berre Mohamed Ibn Wazir, anterior governador, o Castelo voltou definitivamente à posse dos cristãos com D. Afonso II.

Devido à tenaz resistência oferecida pelos sitiados muçulmanos ao invasor cristão a povoação teria ficado muito arruinada, circunstância que levou o monarca a reedificá-la e a promover o seu povoamento. Caracterização do castelo de Alcácer do Sal (Brandão,1945, pp. 202).

Segundo as crónicas de D. Afonso II o Castelo de Alcácer estava localizado "em lugar alto" sendo um dos mais fortes e inexpugnáveis da Espanha. Encontrava-se bem guarnecido tal como a vila que estava dotada de toda a provisão necessária. Era uma boa fortificação dotada de "muros e cavas" (...) "além de fossos e cavas profundíssimas a cercavam duas ordens de muros e torres inumeráveis com que ficava por extremo forte e defensável".

Descrição segundo (Barbosa I,1860, pp.135).

"Tinha duas portas, uma para norte chamada Porta Nova; e a outra para nascente chamada Porta de Ferro. Seus muros ocupam grande circuito são de pedra, e alguma parte de taipa, de formigão... Todas cercadas de altas e grandes torres, e entre elas está uma chamada de Adaga, por ter no meio uma arma esculpida em uma pedra... é de cantaria, obra fortíssima... e é quadrada. Além desta tem mais de outras trinta... todas de pedraria excepto a do relógio, e a de aljique que são de formigão, altíssimas e bem formadas. A do relógio é quadrada, e a de aljique oitavada.

Entre as estruturas arquitectónicas degradadas do velho convento evidenciam-se pela peculiariadade da construção — o claustro e a igreja de razoáveis dimensões cujo altar-mor é coroado por uma magestosa cúpula. Das restantes partes do edifício religioso é ainda hoje possível assinalar a sala do capítulo, o refeitório e a cozinha, bem como o deambulatório localizado no piso que se sobrepõe às arcadas do claustro. Quanto às celas onde as religiosas se recolhiam durante a noite os únicos vestígios da sua existência são as partes entaipadas que se recortam tanto ao longo da superfície interior e exterior das paredes que hoje delimitam o corpo do edifício outrora mais amplo.

São poucos os documentos conhecidos acerca deste convento: sabe-se que a pedido de Rui Salema, fundador do convento de Aracoeli, o rei

D. Sebastião lhe concedeu as instalações do palácio pré-existente localizado no recinto interior do castelo ampliando, assim, as instalações das Religiosas Clarissas. Nos finais do séc. XVI este monumento conheceu uma época de prosperidade sendo de assinalar já, nos inícios do século XVII a construção da Igreja monumental cujas paredes ainda hoje se erguem no local apesar da permanente agressão das intempéries.

A *História Tripartita*, publicado nos inícios do século XVIII, refere expessamente: "também estiveram aqui os comendadores, paços e aqui a cabeça da religião deste reino antes de haver mestres portugueses e eram onde hoje está o convento das religiosas de Aracoeli". (Virgílio Correia, 1972, pp. 139).

Entretanto nova residência viria a ser construída em Palmela. No entanto, no decurso desta obra, que durou ainda algumas dezenas de anos o edifício localizado no Castelo de Alcácer continuaria a ser utilizado.

À data da morte de D. Duarte, em 1438 (anteriormente à fundação do convento) aqui se encontrava a residir, em precário estado de saúde o seu irmão o Infante D. João.

Ainda hoje as ruínas deste convento apresentam os vestígios de portas e janelas, entaipadas, as quais poderiam ter pertencido ao palácio aí localizado, entretanto incorporado no edifício religioso.

Votado ao abandono desde a extinção das Ordens Religiosas encontrava-se já em ruínas nos finais do século passado sendo presumível que o espólio aí armazenado tenha transitado para o Museu Municipal de Pedro Nunes.

Quanto aos azulejos que interiormente revestiam a Igreja foram os mesmos levantados nos anos 30 com a alegada intenção de serem preservados da destruição decorrente do mau uso do recinto religioso transformado em albergaria e depósito de ferro velho.

Segundo informação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais parte do padrão do tapete que ainda restava teria sido aplicado na Igreja matriz da Batalha encontrando-se um painel com a representação de S. João pregando, segundo informação prestada em 1977 pela mesma entidade no Museu do Azulejo.

Assinala Abel Viana em 1948, que poucos dias antes da sua visita ao local verificava pela mesma época, as patas de uma mula teriam arrombado uma lage sepulcral com a seguinte inscrição: "porta (S.A.) de Dona Inês de Faria e seus herdeiros". Para além desta, outras inscrições foram então referênciadas constituindo algumas delas preciosa fonte de informação para a História do monumento e das comunidades religiosas em actividade nos fins do séc. XVII.

Conforme refere Joaquim Leite de Vasconcelos em artigo publicado em 1914, no Arqueólogo Português, as instalações do convento de Nª Sª de

Aracoeli teriam sido cedidas à Câmara Municipal de Alcácer do Sal para serem utilizadas como extensão do Museu Municipal, destinada a "objectos volumosos (lápides esculturas, etc.)", por decreto de 4 de Junho de 1901. A abundância de material arqueológico de toda a espécie é assinalada, aliás, já no século XVI por Garcia de Resende que refere a descoberta na área do Castelo de Alcácer de significativos vestígios da época Romana.

Já quando da construção do poste de registo metereológico, na parte leste do castelo, valioso espólio arqueológico das épocas Árabe e Romana foi aí assinalado.

O próprio edifício conventual mostra ainda número significativo de pedras lavradas ou talhadas e mesmo lápides.

Ao contemplarmos hoje o castelo de Alcácer do Sal, no âmbito do qual se insere o edifício de N.ª S.ª de Aracoeli, vêmo-lo numa posição destacada em relação ao tecido urbano que a alguma distância o rodeia.

No entanto, as estruturas arquitectónicas deste monumento nomeadamente aquelas que se encontram ainda erguidas, estão intimamente ligadas, ou melhor, intrusadas em construções cronológicamente anteriores.

Face ao exposto, a leitura do convento de Nª Sª de Aracoeli não pode dissociar-se da fortaleza cujas paredes delimitam os seus espaços.

O próprio castelo cristão, é de construção genéricamente muçulmana, contendo as suas paredes elementos estruturais arrancados aos edifícios tanto de carácter militar como civil pré-existentes no local.

No conjunto das estruturas postas a descoberto frente à Igreja de Stª Maria do Castelo, é bem visível a verdadeira acoplagem de habitações muçulmanas construídas contra o paramento exterior do vigoroso muro de sustentação de terras erguido pelos romanos provávelmente no séc. I d.C. e que ainda se encontra à vista no séc. XII d.C.

Esta sucessão e mesmo simbiose de estruturas de carácter militar de diferentes épocas e a sua íntima ligação com as construções de natureza civil constituiriam uma verdadeira rede de paredes e muros pertencentes a casa de habitação cujos restos se justapõem, quer seguindo idêntico alinhamento dos precedentes ou seguindo uma orientação completamente diversa.

Convento, castelo, alcáçova e casas de habitação, constituem, como já tem sido dito, um verdadeiro "tell", circunstância que torna a obra de conversão projectada um tremendo desafio em que necessariamente se põe em equação a capacidade de apreensão da importância do sítio por parte dos responsáveis pela obra, a qual deverá reflectir-se tanto a nível da concepção do projecto de recuperação do edifício como a nível da respectiva execução, como a capacidade de intervenção por parte dos arqueólogos a quem foi confiada a dura missão de num prazo

curto de tempo escavar a quase totalidade da área destinada à futura pousada.

A única forma possível de levar a cabo a tarefa arqueológica prevista sem que tal acarrete qualquer prejuízo na abordagem dos testemunhos arqueológicos existentes, será a do estabelecimento de uma acção faseada que seja simultaneamente compatível com os prazos previstos para a empreitada.

Qualquer intervenção num monumento de interesse histórico mesmo que tal justifique a sua recuperação terá forçosamente que ter em linha de conta o grau de importância do património que está a ser manipulado.

No caso vertente não é apenas a integridade do edifício do convento de Nª Sª de Aracoeli que está em causa ou o castelo que o integra mas todo o conjunto de estruturas arquitectónicas, com níveis de ocupação sobrepostas desde pelo menos o neolítico tardio até à actualidade.

Uma das partes mais nobre e palpáveis da história e cultura de um país assenta precisamente nos testemunhos visíveis do seu passado, razão pela qual a respectiva preservação não poderá desvirtuar as características fundamentais do monumento sob pena de se estar a atentar, paradoxalmente, contra o património que se pretende valorizar.

Atendendo à situação atrás referida, o Presidente do IPPAR — Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico pelo Director da Direcção Regional de Évora sob cuja alçada se encontram os monumentos arquitectónico e arqueológicos do concelho de Alcácer do Sal entenderam que, tão brevemente quanto possível, se deveria dar início aos trabalhos arqueológicos de campo no sentido de salvaguardar as informações de carácter científico proporcionadas pela interpretação dos níveis de ocupação subjacentes.

A circunstância da área correspondente à Igreja e edifício conventual de Nª Sª de Aracoeli poder conter uma sucessão de níveis arqueológicos desde o Neolítico Final até ao séc. XVI e a partir dessa data ter sido o local privilegiado para a ocorrência de enterramentos sucessivos até meados do séc. XIX, implicaria a constituição na fase de arranque de uma equipa dotada de arqueólogos, técnicos auxiliares de arqueologia e especialistas em antropologia física.

Para tal, considerando inclusivamente o carácter de urgência da intervenção foram postos em execução os mecanismos necessários para a disponibilização dos meios financeiros indispensáveis.

Entretanto, atendendo à necessidade de dar passos concretos na área da pesquisa arqueológica, o departamento de Arqueologia do IPPAR disponibilizou para o efeito um dos signatários, Dr. António Cavaleiro Paixão que há já largos anos tem dirigido trabalhos em Alcácer do Sal, enquanto a respectiva Câmara Municipal nomeou o arqueólogo residente, (Dr. João Carlos Faria) que ultimamente tem vindo a realizar na circunscrição trabalhos de investigação.

A iniciativa em curso decorre sob a coordenação da técnica da Direcção Regional de Évora Dr.ª Susana Correia.

Esta tarefa obrigou-nos a tomar uma opção baseada num cálculo de probabilidades, uma vez que, de início, não se dispunha de dados informáticos acerca da área de implantação da pousada nem sobre o aproveitamento dos espaços, dada a circunstância de desconhecer-se qual o projecto arquitectónico que iria ser aprovado, ainda em fase de elaboração por parte das equipas projectistas concorrentes.

No pressuposto de que o projecto de transformação do núcleo central do castelo de Alcácer em pousada dissesse sobretudo respeito à área onde se encontra implantado o convento de Nª Sª de Aracoeli, fez-se a implantação de uma quadrícula de referência e a identificação de cada uma das divisões aí existentes mediante a atribuição de uma letra maiúscula. Deste modo aquelas foram designadas pelas letras de A a L, correspondendo ao espaço ocupado pelo claustro (parte central e arcarias que o delimitam) e pela igreja do próprio convento às letras K e L.

Embora a maior parte das estruturas originais deste edifício, construído ao que se julga nos inícios do séc. XVI, se encontrarem de pé, é de admitir que algumas paredes tenham ruído, inclusivamente por ocasião do grande terramoto de 1755 que fortemente abalou esta povoação.

Seria de toda a conveniência que se procedesse ao estudo detalhado de todas as estruturas existentes de modo a detectar os indícios que restam da traça original do convento, bem como de construção de épocas anteriores que foram aproveitadas, constituindo parte integrante do conjunto arquitectónico. A assimetria e algum ajustamento volumétrico do edifício a que vem somar-se a diferente natureza do material de construção, permite-nos efectivamente concluir que a construção do convento não teria obedecido a um plano concebido de raiz mas que a mesma teve de condicionar-se à existência no local, de construções pré-existentes. Com efeito sem prejuízo da ocorrência de algumas alterações e obras de consolidação e restauro, durante o respectivo período de utilização (séc. XVI a séc. XIX), torna-se evidente que o edifício conventual aproveitou uma área significativa e estruturas da época muçulmana, as quais por sua vez integram elementos construtivos da época romana.

Assim as diferentes estruturas arquitectónicas que compõem o edifício deveriam ser analisadas de forma detalhada e criteriosa. No entanto, será pouco provável que, durante o curto espaço de tempo de que se dispõe para a intervenção arqueológica em curso, se consiga realizar um estudo exaustivo sobre este assunto, o qual deveria ser realizado por especialistas de reconhecida competência na matéria.

O estudo destes elementos arquitectónicos e das alterações que sofreram, o qual incluiria necessariamente a análise dos vestígios das numerosas portas e janelas hoje entaipadas, implicaria que se procedesse à desmontagem das camadas de cimento, argamassa ou estuque que ocultam, parcialmente ou quase na totalidade, esses testemunhos que têm a ver com a distribuição, aproveitamento e funcionalidade dos espaços.

Atendendo à exiguidade do tempo disponível para o estudo em referência, que implicaria o levantamento aéreo-fotogramétrico dos troços de parede mais significativos, entendeu-se por conveniente proceder ao levantamento fotográfico, geral e de pormenor, das estruturas existentes, bem como da superfície parietal das áreas mais significativas de modo a constituir um registo o mais fiel e exaustivo possível dos testemunhos arquitectónicos e dos materiais de construção que os integram.

Dado que o levantamento topográfico na escala de 1:200 se considerará elemento fundamental para a inteligibilidade do edifício conventual, quanto à combinação volumétrica das suas estruturas e funcionalidade dos respectivos espaços que constituem o seu todo, foi o mesmo solicitado à ENATUR através do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, constituindo um elemento fundamental para a programação dos trabalhos a executar e registo das respectivas áreas de intervenção.

A acção arqueológica em curso foi programada tendo em vista pôr a descoberto estruturas que permitissem, simultaneamente, fornecer maior informação histórico-arqueológica e proporcionar aos técnicos responsáveis pelas obras de adaptação do monumento a pousada, elementos úteis que podessem contribuir para a valorização, em termos de turismo cultural, do futuro edifício.

Nesta perspectiva foram definidas duas áreas de intervenção: o espaço ocupado pelo edifício conventual, em si mesmo, e o espaço exterior, compreendido dentro dos limites da cerca que rodeia a área de implantação deste monumento religioso.

Atendendo à magnitude do trabalho a realizar numa área cuja densidade arqueológica é surpreendentemente rica e variada, como o testemunham as estruturas arquitectónicas subjacentes e respectivos níveis de ocupação, surgidos em escavações na área exterior à cerca do castelo, convencionou-se adoptar um esquema de prioridades em que se privilegiou o recinto intramuros do convento de Nª Sª de Aracoeli. Tal justificava-se inclusivamente pela circunstancia de, conforme informação entretanto colhida junto da ENATUR, já no decurso de plena actuação arqueológica, se confirma a realização de obras de fundo, sobretudo dentro dos limites do monumento conventual.

Assim considerou-se como conveniente englobar esta acção numa primeira fase de intervenção, relegando a escavação do recinto exterior envolvente, para uma segunda fase.

No âmbito desta área, o critério utilizado na escolha dos locais destinados à realização de sondagens baseou-se fundamentalmente na conjugação de informações de natureza documental disponíveis, com a posição relativa das estruturas arquitectónicas visíveis, bem como na detecção de elementos secundários de construção, inseridos nos panos de parede, e ainda na orientação de testemunhos arqueológicos postos a descobertos durante a progressão do trabalho de campo.

Partindo do princípio que a área poente do convento poderia conter uma informação suficientemente significativa sobre a relação existente entre a muralha exterior, construída em taipa, e a área habitacional propriamente dita, foi aberta em primeiro lugar, uma sondagem de 2m x 2m na área correspondente ao coro baixo da igreja integrada no edifício conventual. Com efeito, tal área suficientemente espaçosa para uma escavação em superfície, poderia dar-nos alguma informação sobre a alcáçova muçulmana, certamente localizada nas imediações. Como seria de esperar, as camadas superiores da sondagem realizada levaram à descoberta de numerosas ossadas dispersas sem qualquer conexão anatómica, indício evidente da deposição desorganizada de restos humanos provavelmente retirados de outro local. Logo abaixo desta camada, outra surgiu à profundidade de apenas 50 cm, em que foi detectado um esqueleto inteiro, com cabeça a nascente e os pés a poente .

Na área localizada entre o coro baixo, onde a primeira sondagem foi realizada, e a muralha de taipa localizada imediatamente a leste, foi aberta em seguida outra sondagem mais ampla, de cerca de 4m x 4m, cuja primeira camada, com uma espessura aproximada de 60 cm, continha como a anteriormente realizada ossadas relativamente numerosas mas anatómicamente desorganizadas. Imediatamente por baixo foi detectada uma sepultura que se encontrava praticamente intacta. Esta encontrava-se coberta por uma camada de cal de espessura variável em que ficaram impressos vestígios de tecidos os quais foram recolhidos para análise.

O aprofundamento desta mesma sondagem levou à descoberta de uma longa parede construída em alvenaria de pedra, que corria no sentido Norte/Sul. Imediatamente a leste, ladeava-a outra parede igualmente vigorosa, que se encontra no prolongamento da parede oeste do corpo do edifício conventual a que é subjacente, circunstância que permitiu, de início levantar a hipótese de se tratar da "sapata" daquela construção.

Com a intenção de averiguar até que ponto se prolongariam as muralhas aí referenciadas foi aberta, mais a norte, nova sondagem de 2m x 2m, que

permitiu confirmar a continuidade daquelas construções. Dado que a sondagem realizada se encontrava relativamente afastada do recinto sagrado da parte poente da igreja (coro baixo), não foram aqui detectadas quaisquer ossadas humanas.

Na área correspondente à sala de refeições do convento, localizada logo a norte desta última sondagem, foi detectada na parede do mesmo lado, a cerca de dois metros de altura, uma porta entaipada, cujas características indicam ser muçulmana. Tal circunstância justificou a abertura de nova sondagem, que permitiu pôr a descoberto o cunhal de uma torre que assentava directamente no segmento de muralha detectado nas sondagens anteriores e que parecia corresponder à "sapata" anteriormente referida. Embora ainda não tenha sido possível determinar com precisão o significado e posição relativa destas muralhas, é de supor que uma delas, a primeiramente referida, se destinasse à sustentação das terras da plataforma sobre a qual assentaria a alcáçova, bem como o edifício conventual que em parte aproveita a organização espacial anterior.

A segunda construção sobre a qual assenta a torre onde se detectou a porta muçulmana parece, diferentemente da anteriormente referida, ter tido uma função defensiva.

O alargamento desta sondagem permitiu, inclusivamente, pôr a descoberto um esgoto destinado ao escoamento das águas provenientes da cozinha do convento, localizada no interior da torre atrás referida.

Entretanto as escavações prolongaram-se na área do claustro, pela sala do capítulo e por outra divisória adjacente.

A estratégia de actuação nesta zona teve em consideração a necessidade de detectar a existência de estruturas arquitectónicas que, por ventura, estivessem ligação com a muralha detectada a poente o que permitiria, em princípio, definir elementos construtivos pertencentes à alcáçova muçulmana.

Foram assim abertas sondagens de 2m x 2m, tanto na sala do capítulo como na divisória adjacente as quais levaram à descoberta de um nível de ossadas dispersas, sob o qual foram detectadas outras sepulturas cujos ossos se encontravam em conexão anatómica, apresentando características de inumação idênticas às já anteriormente referidas.

As sondagens realizadas nestes locais permitiram pôr a descoberto, igualmente, a parte superior de alguns muros; no entanto, a circunstância de na ocasião a equipa não dispor ainda dos técnicos de antropologia previstos, não tornou possível aprofundar a respectiva escavação.

A área do convento que melhores condições de trabalho oferecia foi, como veio a demonstrar-se o recinto exterior do claustro. Com efeito, tratando-se de uma zona onde não haveria enterramentos tornava-se especialmente privilegiada para a realização de sondagens suficientemente amplas para uma leitura

mais completa tanto das estruturas e materiais arqueológicos surgidos em planta, como dos estratos arqueológicos delineados em perfis mais profundos.

Foram assim demarcadas no terreno sondagens de 2m x 2m e de 2m x 4m, as quais permitiram pôr a descoberto, a uma cota pouco profunda, vários troços de canalizações que transportavam a água das chuvas recolhidas nos telhados do convento para a cisterna localizada sob a parede sul do claustro e para o tanque localizado no centro do mesmo. À cota de cerca de setenta centímetros de profundidade, a partir da superfície, é de salientar o aparecimento de um nível de utilização com cerâmicas, algumas delas intactas, cujo formato é característico do séc. XVI em diante.

A essa mesma cota, afloram igualmente estruturas arquitectónicas de alvenaria de pedra, algumas delas revestidas por estuque, que se aprofundam no solo até uma cota que até ao momento ainda não foi possível detectar.

A sondagem mais profunda, realizada no canto sudoeste do claustro, levou à descoberta da secção terminal de uma parede parcialmente revestida de estuque pintado. A proximidade de dois tijolos de quadrante pertencentes a uma coluna que eventualmente teria existido no local permite-nos levantar a hipótese da mesma parede ser de época romana.

Dado que a presente comunicação se destina sobretudo a transmitir o resultado dos trabalhos iniciais de intervenção em curso não nos pareceu crucial debruçarmo-nos sobre os materiais de natureza mobiliária até agora descobertos (cerâmicas, moedas, medalhas, objectos ornamentais etc.), à excepção de um lote de fragmentos cerâmicos que, pelo seu ineditismo em Alcácer do Sal, nos pareceram merecedores de serem trazidos a público.

Pela circunstância dos trabalhos em curso, assumirem um carácter de emergência, a análise dos materiais obtidos durante a intervenção arqueológica apenas se destinará de momento a facultar à equipa de arqueologia em actuação no terreno elementos de informação necessários à melhor orientação da escavação a que se procede.

2. AS CERÂMICAS

Do abundante espólio cerâmico exumado nas campanhas de escavação, no castelo de Alcácer do Sal, foi efectuada uma triagem, incidindo esta, nas cerâmicas provenientes das campanhas de 1982, 1983, 1992, 1993 e 1994.

Dos três locais analisados no castelo; o Forum, a Torre do Relógio e o Convento de Aracoeli, a quase totalidade da documentação analisada provem do sector denominado Forum. Este foi assim designado, por causa do edifício monumental da época romana existente no local e a sua provável função. O sedimento que cobre este sector, apresenta pouca espessura e ausência de uma estratigrafia, salvo algumas zonas.

De facto a análise detalhada do espólio cerâmico exumado, permitiu constatar, que as duas camadas principais, contêm na sua maioria, cerâmicas baixo-medievais, misturadas com outras de cronologia posterior, existindo quadrados, onde se identificaram cerâmicas Muçulmanas, por vezes associadas a cerâmicas romanas.

Face a este conjunto heterogêneo, de produções e cronologias, procuramos neste estudo preliminar, centrar o nosso trabalho, na procura de paralelos identificáveis em Silves, Mértola, Palmela e Almada.

A análise deste leque de cerâmicas, constitui a primeira abordagem ao estudo do vasto acervo documental arqueológico, Medieval e Moderno, que o castelo de Alcácer do Sal encerra; o qual temos vindo a estudar nestes últimos anos.

2.1 *Cerâmicas Muçulmanas (Peças Nº 1-43/72-75)*

O conjunto de cerâmicas muçulmanas estudadas no presente catálogo, inserem-se em dois grupos; as produções referentes aos sécs. VIII/XII, e as produções correspondentes à segunda metade do séc. XII e início do séc. XIII, coevo em grande parte, da ocupação Almoada de Alcácer do Sal.

No grupo de cerâmicas anteriores aos Almoadas, identificamos as peças nº 1, 2, 14 e 15, sendo as restantes atribuíveis ao período posterior.

CERÂMICAS DOS SÉCULOS VIII/XI

Formas indeterminadas

A cerâmica nº 1, fragmento de forma indeterminada, corresponde a exemplares semelhantes, exumados em níveis atribuídos aos sécs. IX/X de Mértola (Torres et alli, 1991, p. 499). Em Silves, as cerâmicas similares foram inseridas nos sécs. VIII/IX (Gomes, 1988). Em Palmela, (Fernandes e Carvalho,1993), os dados preliminares permitem apontar para uma cronologia provável, semelhante é considerada para Silves. A ausência de estratigrafia no sector do Forum de Alcácer, dificulta o correcto enquadramento cronológico e cultural do fragmento. As semelhanças do referido exemplar em relação às cerâmicas exumadas em Palmela, permitem enquadrar o exemplar de Alcácer, nos sécs. IX/X.

A peça nº 2, corresponde a um fragmento de cerâmica em verde e manganês. Em Mértola e Moura, estas cerâmicas têm sido enquadradas nos sécs. X/XI (Torres et alli e Macias,1993). Os elementos provenientes de Silves, permitem sugerir que variantes deste tipo de cerâmicas sejam coevas do início da ocupação muçulmana do Al Andalus. Pensamos que o exemplar em estudo,

corresponda a um tipo de verde e manganês dos finais do período Califal, inícios das 1.as Taifas.

Taças

A cerâmica nº 14, apresenta uma forma, que se assemelha a topologias conhecidas no Garb Al Andalus, para o período Califal e 1.as Taifas. O pé em anel, com perfuração encontra paralelos em exemplares possivelmente coevos, exumados no Castelo de Palmela (Fernandes e Carvalho,1993).

Candil

A peça nº 15, apresenta algumas semelhanças, aos candis encontrados em Moura (Macias, 1993, pp. 133-136), onde o autor enquadra os referidos exemplares, nos sécs. X/XI, referido-se que são peças bem datadas nos contextos arqueológicos islâmicos peninsulares.

CERÂMICAS DOS SÉCS. XII/XIII

As restantes cerâmicas muçulmanas estudadas, podem ser inseridas na segunda metade do séc. XII, primeira metade do séc. XIII, correspondendo em traços gerais ao período restrito da ocupação Almoada de Alcácer do Sal (1191/ /1217). Neste grupo, destacam-se as cerâmicas esmaltadas e vidradas; as cerâmicas com decoração estampilhada e as produções de cerâmica comum.

Talhas

A peça nº 3, apresenta uma abundante decoração estampilhada, com motivos; epigráficos em cúficos, arquitectónicos e geométricos. Da primeira faixa estampilhada, poucos vestígios conservou. A segunda faixa estampilhada apresenta uma teoria de quadrados, com lados em relevo, unidos pelos vértices; no interior de cada um dos quadrados, sobressai uma estrela de quatro pontas, em relevo. Podemos encontrar paralelos estreitos, nas cerâmicas Almoadas de Silves, Mértola e Beja. Em Silves (Gomes e Gomes, 1986 e Gomes, 1988), as teorias de quadrados, apresentam no seu interior, um ponto em relevo, um motivo fitomórfico de quatro pontas, rodeado por quatro pontos, ou outro quadrado mais pequeno. Os exemplares exumados em Mértola (Khawli,1993), apresentam no interior das teorias de quadrados, estrelas em relevo, semelhantes às de Silves. A terceira faixa estampilhada, apresenta uma inscrição epigráfica em estilo cúfico, cuja leitura iremos remeter para outro trabalho. A quarta faixa estampilhada, oferece um motivo semelhante ao da segunda faixa, contudo apresenta no interior dos quadrados, um ou dois pontos em

relevo, separados por uma linha em relevo, que corta os quadrados, pelos vértices de união. A quinta faixa estampilhada, apresenta uma sucessão de arcos quebrados em ferradura de tipologia Almoada, cujos paralelos podemos encontrar em cerâmicas coevas, exumadas em Silves, Mértola e Beja.

A peça nº 4, fragmento de talha, apresenta inseridos numa cartela, motivo estampilhado fitomórfico, oito pétalas em relevo, dispostas radialmente a partir de um ponto, em relevo. Paralelos semelhante podemos encontrar em Silves, aplicados sobre talhas Almoadas (Gomes,1988), assim como em Mértola, cronologicamente inseridas nos sécs. XII/XIII (Khawli,1993).

As cerâmicas nº 5 e 74, fragmentos de talhas, apresentam estampilhas de motivos arquitectónicos, arcos polilobulados, preenchidos com motivos fitomórficos no exemplar nº 5. Podemos encontrar paralelos em Silves e Mértola, em cerâmicas Almoadas.

A peça nº 7, fragmento de talha, com estampilha de motivo arquitectónico e antropomórfico. Este último, uma mão de Fátima ou Rhamsa (Khawli,1993), é o único orgão humano representado nos motivos estampilhados de Alcácer do Sal, situação similar encontrada em Mértola e Silves. O arco polilubulado em relevo, assemelha-se a arcos de tipologia Almoada, nomeadamente os arcos de Cieza.

Murcia, o Mihrab Almoada da Mesquita Maior de Almeria e o Mihrab Almoada da Mesquita de Mértola (Gomes, 1988, p. 143). Motivos estampilhados, com Mão de Fátima, inserida no interior de espaços de recorte arquitectónicos, são conhecidos para Mértola, Sevilha e Toledo, enquadradas em cerâmicas Almoadas e Mudejares. Segundo alguns autores (Gomes e Gomes,1986, p.140), o reinado de Abu Yusuf Yacub, denominado Al Mansur (1184-1199) corresponde a um período de grande riqueza estética. Não pretendendo datar o fragmento de Alcácer, deste reinado, não podemos deixar de referir que foi nessa altura que Alcácer foi conquistada pelos Almoadas.

Também deste período, enquadra-se a peça nº 8. Esta apresenta uma estampilha de motivo epigráfico cúfico, cuja leitura iremos remeter para outro trabalho.

Taças

As cerâmicas nº 6 e18, apresentam motivos decorativos incisos, inseridos numa cartela, cujos paralelos podemos encontrar em exemplares Almoadas de Silves.

As cerâmicas nº 9, 16, 17 e 75, correspondem a taças esmaltadas, decoradas com cordões verticais em relevo. São cerâmicas cujos paralelos tipológicos podemos encontrar nas cerâmicas Almoadas de Silves, Mértola,

Aljustrel, Niebla e Shadhfilah, entre outros locais do império Almoada no Al Andalus. Os exemplares de Alcácer, apresentam uma linha incisa, por debaixo da carena, pormenor que só aparece em dois exemplares provenientes de Shadhfilah/Sevilha, estando ausente nos outros locais atrás citados. (Kischner, 1990, p. 121, fig. 46 e 47).

Outras formas

As peças nº 10, 11, 12 e 13, assemelham-se a exemplares Almoadas do Castelo de Silves. Para a peça nº 10, encontramos semelhanças com a peça do Q. 2/c. 2-1 (Gomes, 1988, p. 258). A cerâmica nº 11 assemelha-se a formas muçulmanas do séc. XIII, exumadas em Murcia (Palazon, 1991, pp. 131-134) e também em Jerez de la Frontera, em cerâmicas de cronologia Almoada (Gabaldon, 1987). Nas cerâmicas Almoadas do Castelo de Silves, (Gomes, 1988, p. 276), encontramos paralelos para a peça nº 12.

A cerâmica nº 19, mostra no interior de uma cartela, um motivo estampilhado, de natureza fitomórfica, com paralelos em Silves e Mértola. Também nestes dois locais encontramos paralelos para as peças nº 21, 22, 23, 72 e 73. Estes fragmentos correspondem a taças de carena acusada de cronologia Almoada.

Talhas

A peça nº 24, bordo de talha, apresenta no lábio, um conjunto de estampilhas de motivo circular. Temática semelhante podemos observar em taças estampilhadas, de cronologia Almoada, exumadas em Silves (Gomes, 1988, pp. 228-230), assim como em Mértola (Torres, et All., 1991, p. 518, 520 e 522) estando estes exemplares incluídos no séc. XII.

Não encontramos paralelos para a peça nº 25, fragmento de talha. Os motivos decorativos que apresenta, e a sua técnica de estampilha, sugerem que se trata de uma cerâmica enquadrável no séc. XIII, possivelmente coevo da ocupação Almoada de Alcácer do Sal. Num fragmento de talha Almoada de Alcácer do Sal em estudo, podemos encontrar a mesma técnica de estampilha associada a um motivo diferente, de natureza circular, associado a linhas incisas.

Taças

As cerâmicas nº 26 e 27, parecem seguir o modelo formal das taças vidradas e esmaltadas Almoadas, de carena acusada, conhecidas em Mértola e Silves.

Em Saltés/Huelva, encontramos nos níveis Almoadas, paralelos interessantes, para as peças nº 28, 33 e 34. Para estas duas últimas, que correspondem a bules, existem paralelos nos níveis Almoadas do Castelo de Silves (Gomes, 1988). Em Almada foram encontrados dois fragmentos semelhantes, diferindo na pasta, junto a cerâmicas do séc. XIII (Segundo Luis Barros).

2.2 *Cerâmicas Baixo Medievais e Modernas*

Bilhas

As cerâmicas nº 35 e 36, correspondem a bordos de bilhas, com parede caneladas. Raras em Palmela, são bastante comuns em Almada, em contextos dos sécs. XIII/XIV, (Segundo Luis Barros).

Tampas

A cerâmica nº 38, uma tampa, encontra bons paralelos na área urbana de Palmela, em níveis do séc. XIV e inícios do séc. XV, quando cessa a sua produção. Exemplar semelhante foi encontrada na Rua do Castelo, nº 4, (Fernandes e Carvalho, Rua do Castelo nº 4, 1992, peça nº 10).

Alguidares de lábio canelado

No Castelo de Sesimbra, foram exumados um conjunto variado, de alguidares, semelhantes ao exemplar nº 39. Segundo Carvalho (1993,1994), tratam-se de formas tipológicas, enquadráveis no séc. XIII, podendo atingir a primeira metade do séc. XIV. Desconhecida até ao momento em Palmela, esta forma revela-se bastante comum nos estratos do séc. XIII em Almada (Segundo Luis Barros).

Formas indeterminadas

Não encontramos paralelos similares para as cerâmicas nº 40 e 41. A sua decoração plástica e as pastas, permitem integrar estes fragmentos nos séc. XIII/XIV, em conformidade das peças atrás referidas, dadas as semelhanças encontradas.

Caçarolas, Panelas, Bilhas, Cantarinhas, Taças, Pratos e Alguidares

As caçarolas, peças nº 42 a 44, são formas típicas dos sécs. XIV/XV, da área urbana de Palmela, tendo sido exumadas na Rua do Castelo nº 4, Paços do Concelho, Rua de Nenhures, Rua coronel Galhardo e Rua Augusto Cardoso. Em

Almada, estas formas aparecem em estratos dos sécs. XIV/XV, nomeadamente, nos Silos da Rua Henriques Nogueira (Sabrosa e Santos, 1993, p. 117, fig. 9).

O melhor paralelo para a peça nº 45, encontra-se em Almada, no local atrás referido, sendo semelhante à peça nº 44 do referido trabalho. Também em Almada, encontramos bons paralelos para as cerâmicas de Alcácer nº 46 (bilha), nº 47 (cantarinha), nº 52 (taça), nº 50, 51, 53 (panelas), 57, 58, 59 (pratos) e 67, 69, 79 e 80 (alguidares). Palmela apresenta bons paralelos para estas formas, em níveis datados por numismas, nos sécs. XIV/XV. Em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991) e no Casal de Geraldo (Cardoso, 1990), existem paralelos para algumas das formas, também enquadrados no mesmo horizonte cronológico.

Forma indeterminada

Não encontramos paralelos para a peça nº 54, contudo o seu tipo de decoração, encontra paralelos noutras formas de cerâmicas, exumadas em Palmela, em níveis dos sécs. XIV/XV da Rua do Castelo, nº 4.

Caneca (?)

A cerâmica nº 55, muito rara em Palmela, onde aparece associada a estratos dos sécs. XIV/XV, encontra-se melhor representada em Almada. Também aparece no Palácio Nacional de Sintra (Amaro,1992, p.116), junto a cerâmicas dos sécs. XIV/XV.

Tigelas

Os melhores paralelos para as cerâmicas nº 60 e 61, podemos identificar no Casal do Geraldo/Cascais. Segundo Cardoso (1990, p.55) trata-se de uma forma comum nos estratos dos sécs. XV/XVI. Esta forma em Palmela, inicia-se em finais do séc. XIV, desaparecendo no séc. XVI, o que também acontece em Almada.

Cerâmicas provenientes de oficinas Valencianas e de Sevilha

Nas produções provenientes da região Valenciana, inserimos as peças nº 62, 63 e 64. São cerâmicas atribuíveis às oficinas de Manises. Alguns autores atribuem a esta oficina, a utilização de decoração geométrica, impregnada de cores em azul de cobalto e morado, sobre fundo esmaltado em branco, nas peças datadas do séc. XV e inícios do séc. XVI, enquadramento cronológico que se enquadra aos exemplares exumados em Alcácer. No Casal do Geraldo/ /Cascais (Cardoso, 1990), foi encontrado um exemplar semelhante à peça

nº 62, tendo sido enquadrada no séc. XV. Motivo decorativo semelhante, encontra-se no interior de uma taça com pé em anel, de meados dos séc. XV/ /XVI, encontrada no Castelo de Sesimbra (Carvalho e Fernandes, 1992, p.16).

A peça nº 65, prato com decoração interna em corda seca total, assim como a peça nº 86, podem ser atribuídas a oficinas de Sevilha, de meados dos sécs. XV/XVI. Para a corda seca conhecem-se oficinas que produziam este tipo de cerâmica em Toledo. Em Palmela foram exumadas cerâmicas semelhantes provenientes dos estratos dos sécs. XV/XVI, da Rua de Nenhures e Rua Augusto Cardoso.

Almofariz

Não encontramos paralelos similares para a peça nº 71. O contexto donde foi exumada, assim como o seu tipo de bordo, com paralelos em cerâmicas dos sécs. XIV/XV de Palmela, permite enquadrar esta peça na Baixa Idade Média.

Outras formas (Tigelas e Alguidares)

As cerâmicas nº 76, 77, 79 e 80, correspondem a formas tipológicas comuns em níveis coevos dos sécs. XIV/XV, exumados em Palmela e Almada.

Taças e Pratos

Também em Palmela, podemos encontrar paralelos formais idênticos, em cerâmicas datadas dos sécs. XV/XVI, para os exemplares exumados em Alcácer (peças nº 82 e 87). O mesmo podemos constactar em Almada, Silves, Cascais e Sesimbra.

Majólicas Venezianas

As cerâmicas nº 84 e 85, correspondem a fragmentos de pratos de majólica, provenientes de oficinas Venezianas. Os melhores paralelos podemos encontrar nos exemplares encontrados em Silves. Segundo Gomes e Gomes (1991, p. 479), Veneza será durante o séc. XVI, um dos mais importantes centros de produção de majólicas. A decoração encontrada nos exemplares exumados em Alcácer, apresentam motivos fitomórficos em azul escuro, sobre esmalte azul claro (Berretino), alguns autores sugerem uma imitação de cerâmicas Turcas. Também foram encontradas em Alcácer, majólicas Venezianas, que utilizam as cores, amarelo e laranja, sobre fundos em azul. Estas produções aparecem em Almada (segundo Luis Barros), contudo são de momento desconhecidas em Palmela, onde chega majólica proveniente de outras oficinas de Itália.

Porcelana Chinesa

A peça nº 88, corresponde a um frag. de porcelana chinesa, de meados do séc. XVII. A figura incompleta de um cavalo alado, poderá corresponder ao Ch'ilin (Qilin), que representa um zoomorfo fabuloso, híbrido e benévolo, que surge por vezes parte cavalo, parte lobo ou parte dragão, um dos símbolos de longevidade, da alegria e do reconhecimento e um dos quatro grandes animais da mitologia chinesa (Gomes e Gomes, 1991, p. 482).

2.3. *Conclusões*

A análise deste conjunto de cerâmicas permitiu a recolha de novos elementos, necessários para um melhor conhecimento da história Medieval e moderna de Alcácer do Sal.

Até há pouco, os únicos elementos disponíveis, resumiam-se a fragmentos de informação escrita, coeva desses períodos. Os textos muçulmanos referiam Alcácer unicamente a partir do Período Califal, realçando a sua riqueza económica, indicando tratar-se de uma cidade segundo os modelos muçulmanos medievais. De forma preliminar, a peça nº 1, do nosso estudo, assim como um outro conjunto neste momento em estudo, permitem claramente demonstrar a existência de populações culturalmente muçulmanas habitando a área do castelo, possivelmente coevas do início da ocupação muçulmana do Garb Al Andalus.

Até ao momento, o período Almoada, corresponde à ocupação muçulmana melhor representada na área do Castelo de Alcácer. É natural, que a continuação dos trabalhos arqueológicos em curso possam alterar estes dados.

As cerâmicas deste período, apresentam uma extraordinária riqueza decorativa, associadas a diferentes formas, técnicas e decorações, que podemos encontrar paralelos noutros locais do Al Andalus e na costa Atlântica de Marrocos (Gabaldon, 1987).

A existência em Alcácer do Sal, de motivos decorativos, estampilhados e incisos, denunciando uma riqueza de variantes, aparentemente ausentes noutros locais em que procuramos paralelos, permitem aceitar que algumas dessas cerâmicas, possam ter sido fabricadas em Alcácer, segundo modelos estandartizados. Por outro lado é de crer que grande parte da cerâmica dita comum seja proveniente de Alcácer, continuação cultural da tradição oleira romana, que será naturalmente continuada após a conquista definitiva pelos cristãos.

Após a conquista definitiva de Alcácer, em 1217, começa-se a assistir nas cerâmicas comuns, ao abandono de certas temáticas decorativas (Talhas estampilhadas), assim como de algumas formas (Taças vidradas, com cordões verticais em relevo). Contudo outras formas tipológicas parecem ter sido

reformuladas, adaptadas às novas necessidades culturais e económicas. Podemos incluir neste conjunto, o gosto pela decoração canelada, incisa simples, ondulada e a pente, assim como a decoração por pinceladas de temática geométrica, (aparentemente pouco presente em Alcácer, mas em maior número em Palmela e Almada).

Por outro lado, notamos a existência de paralelos aproximados nas cerâmicas deste período, com as encontradas em Palmela, Setúbal, Sesimbra, Almada, Sintra, Cascais e Silves), se bem que algumas formas sómente existam em alguns locais, estando ausentes noutros (ver texto).

Em finais do séc. XIV, assiste-se à chegada de cerâmicas de luxo, provenientes na sua maioria de oficinas Valencianas, não sendo de excluir produções provenientes de Málaga (não estudadas neste trabalho). De assinalar a presença de pratos de corda seca total provenientes de Sevilha. Este conjunto de cerâmicas cessam de chegar a partir da segunda metade do séc. XVI, segundo elementos disponíveis em Palmela e que podemos confirmar, a partir dos dados recolhidos na actual intervenção arqueológica no Convento de Aracoeli.

Em meados do séc. XVI, chegam as majólicas, oriundas de oficinas Italianas. No Convento de Aracoeli, unicamente e até ao momento, aparecem peças provenientes de oficinas Venezianas.

A porcelana chinesa, relativamente comum na área do Convento, aparece em níveis datados dos sécs. XVII/XVIII, coexistindo com a abundante faiança, em azul e branco, na sua maioria proveniente de oficinas portuguesas. Também assinalamos a presença de cerâmicas abundantemente decoradas, com pedrinhas e outras moldadas, oriundas de oficinas Alto Alentejanas.

3 . CATÁLOGO *

1. forma indeterminada

Frag. de bordo com parede. Superfícies cobertas por engobe espesso de cor bege. Lábio e sup. ext. apresentam decoração pintada a vermelho. Pasta bege, com e.n.p. de grão fino (mica, Quartzo).

Diâm. Boca - 209 mm

Cronologia - Sécs. IX/X Prov. Forum, 1982

***Abreviaturas:**

Diâm.	Diâmetro
e.n.p.	elementos não plásticos
Sup. ext.	Superfície externa
Sup. int.	Superfície interna

2. forma indeterminada

Frag. de parede. Sup. ext. esmaltada a verde claro. Sup. int. esmaltada a branco, um pouco manchado, contendo num dos cantos, dois traços esmaltados a preto, que delimitam uma zona esmaltada a azul claro. Pasta avermelhada, com núcleo bege. Contendo e.n.p. de grão fino e médio (nódulos avermelhados).

Espessura da parede - 6 mm

Cronologia - Sécs. XI/XII Prov. Forum, 1982

3. talha

Frag. de parede. A sup. ext., profusamente decorada, encontra-se coberta por espesso engobe bege claro. As estampilhas apresentam motivos de natureza geométrica, epigráfica e arquitectónica. A sup. int. de cor amarelada, mostra-se pouco alisada e muito ondulada. Pasta vermelha amarelada, com algumas bolhas de ar, contendo e.n.p. de grão fino e médio (mica quartzo leitoso).

Espessura media da parede - 15 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

4. talha

Frag. de parede. Sup. ext. alisada, de cor vermelha, apresenta decoração incisa e estampilhada, de motivo fitomórfico, dispostos numa sequência. Sup. int. vermelha, mal alisada e muito irregular, mostrando muitas dedadas de oleiro. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso).

Espessura da parede - 12 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

5. talha (?)

Frag. de parede Sup. ext. coberta por engobe de cor acastanhada. Apresenta decoração estampilhada, de motivos geométricos, arquitectónicos e fitomórficos. Sup. int. muito irregular, de cor acastanhado avermelhado. Pasta vermelha, escurecendo um pouco junto à sup. ext. contem e.n.p. de grão fino (mica, quartzo).

Espessura da parede -14 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Torre do Relógio

6. taça

Frag. de bordo com parede. As superfícies encontram-se cobertas por esmalte verde escuro, manchado em tons mais claros. Sup. ext. apresenta

decoração incisa. Pasta avermelhada com núcleo acastanhado cinzento, com e.n.p. de grão finíssimo.

Diâm. bordo - 322 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

7. talha

Frag. de parede. Superfícies alisadas, de cor avermelhado alaranjado. Pasta no mesmo tom, com e.n.p. de grão fino e médio (mica, quartzo leitoso). Sup. ext. apresenta estampilhas, com motivos antropomórficos e arquitectónico.

Espessura da parede -15 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

8. talha

Frag. de parede. Sup. ext. alisada, decorada com estampilhas, com motivos epigráficos. Sup. int. pouco alisada, com muitos e.n.p. de grão médio grosso (quartzo leitoso, feldspato escuro, mica), sendo a pasta de cor castanho escuro. As superfícies apresentam engobe avermelhado escuro.

Espessura da parede -13 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

9. taça

Frag. com bordo, parede e fundo. As superfícies encontram-se cobertas por vidrado melado. A sup. ext. apresenta-se decorada com cordões verticais, em relevo, paralelos entre si, que atingem a carena. Por debaixo da carena, foi gravada uma linha incisa. O fundo, sup. ext. apresenta umas linhas incisas. Pasta avermelhada, com bolhas de ar, contendo e.n.p. de grão médio e fino mica (quartzo leitoso).

Diâm. boca -258 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

10. taça

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. coberta por engobe alaranjado e algumas manchas de vidrado. Bordo e sup. int. apresentam vidrado muito fino, aderente, de cor avermelhado melado. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 124 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

11. taça (?)

Frag. com bordo, parede e asa lateral. Sup. ext. alisada, de cor acastanhada, apresenta-se canelada, abaixo da asa lateral. Lábio e sup. int. apresentam vidrado acastanhado melado. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 210 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

12. forma indeterminada

Frag. de bordo e parede. Superfícies cobertas por aguada de cor acastanhada laranja, apresentando-se pouco alisadas. Pasta acastanhada, com e.n.p. de grão médio e grosso (mica e quartzo leitoso).

Diâm. boca - 234 mm

Conologia - Sécs.XII/XIII Prov.Forum, 1993

13. contentor

Frag. com bordo e parede. As superfícies apresentam-se alisadas, de cor castanho, enegrecido pelo lume. A sup. int. apresenta indícios de espatulado. Pasta cinzenta escura, com e.n.p. de grão fino (mica quartzo leitoso).

Diâm. boca - 227 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1993

14. taça

Frag. com bordo, parede e pé em anel. Sup. ext. coberta por espesso esmalte irregular, de cor esverdeado, manchado por esmalte branco. Sup. int. coberta por esmalte branco, com quatro pontos de cor azulado. Pasta bege avermelhada, com e.n.p. de grão fino. Pé em anel, com perfuração.

Diâm. da boca - 214 mm

Cronologia - Sécs. XI/XII Prov. Torre do Relógio, 1982

15. cantil

Frag. do reservatório, com arranque do canal de alimentação. Sup. ext. de pasta creme, coberta em duas zonas, por vidrado espesso de cor verde escuro. Sup. int. e pasta de cor creme; contem e.n.p. de grão fino.

Cronologia - Sécs. X/XII Prov. Forum, 1993

16. taça

Frag. com bordo e parede. Superfícies vidradas a amarelo melado. A sup. ext. apresenta-se decorada com cordões verticais, em relevo, paralelos entre si,

que atingem a carena., foi gravado uma linha incisa. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão médio e grosso (quartzo leitoso).

Diâm. boca - 116 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

17. taça

Frag. com bordo e parede. Superfícies vidradas a castanho melado. A sup. ext. encontra-se decorada com cordões verticais, em relevo, paralelos entre si, que atingem a carena. Por debaixo da carena foi gravada uma linha incisa. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão médio e grosso (quartzo leitoso).

Diâm. boca - 260 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

18 .taça

Frag. de bordo com parede. Sup. ext. coberta por vidrado verde, com bolhas de ar, manchado de tons claros, sendo mais escuro no preenchimento dos sulcos incisos da decoração que apresenta. Lábio e sup. int. rugosa, coberta por uma película fina de vidrado amarelado. Pasta avermelhada clara com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 146 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1982

19. taça

Frag. de fundo, com pé em anel. Sup. ext. com vestígios de esmalte branco. Sup. int., esmaltada a verde, possui estampilhas inseridas numa cartela. Estas apresentam-se bem impressas, mostrando um motivo fitomórfico, com oito pontas. Pasta bege, com e.n.p. finos e médios (elementos ferroginosos).

Diâm. fundo - 99 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1982

20. taça

Frag. com fundo, pé em anel. A sup. int. apresenta vestígios de cartela e de estampilha. Descrição semelhante ao exemplar anterior.

Diâm. fundo - 100 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1982

21. taça

Frag. de parede. Sup. ext. coberta por vidrado melado bastante fino. Sup. int. coberta por uma película fina de vidrado melado, contendo decoração a negro. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino.

Espessura da parede - 5 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

22. taça

Frag. de bordo com parede. Descrição idêntica ao exemplar anterior.
Diâm. boca - 171 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

23. taça

Frag. com bordo e parede. Descrição semelhante ao exemplar nº 21.
Diâm. bordo - 334 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

24. talha

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. alisada. Parede abaixo do bordo, espatulada a vermelho. Lábio espatulado, de cor vermelho, com decoração incisa. Sup. int. vermelha, mostrando-se espatulada. Pasta negra, com e.n.p. de grão médio e grosso (mica, quartzo leitoso e cristalino).
Diâm. bordo - 312 mm
Cronologia - Sécs. XIII Prov. Forum, 1982

25. talha

Frag. de parede. Sup. ext. muito deteriorada, apresenta um motivo decorativo inciso, uma estrela de cinco pontas, feita sobre pasta fresca, a partir de uma matriz, com quatro pontas por três de lado. Esta decoração, bem impressa, apresenta-se coberta por um fino engobe de cor acastanhado claro. Sup. int. pouco alisada, coberta com engobe do mesmo tom. Pasta com núcleo cinzento, com bolhas de ar, sendo a região envolvente de cor acastanhada clara. Contêm e.n.p. de grão médio e grosso (quartzo leitoso, mica).
Espessura da parede - 19 mm
Cronologia - Sécs. XIII Prov. Forum, 1983

26. taça

Frag. de bordo, com parede. Superfícies vermelhas. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino (mica, quartzo).
Diâm. boca - 222 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1983

27. taça

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. vermelha e alisada. Sup. int. junto ao bordo, vermelha e alisada; na parte inferior, apresenta-se espatulada a vermelho. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino (mica e quartzo).

Diâm. boca - 222 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Torre do Relógio, 1982

28. taça

Frag. com bordo, parede e fundo. Superfícies alisadas, acastanhadas. Pasta acastanhada com e.n.p. de grão médio e grosseiro (mica e quartzo cristalino e leitoso). O fundo, bastante abaulado, apresenta a sup. ext. pouco alisada.

Diâm. boca - 252 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1992

29. forma indeterminada

Frag. com bordo e parede. Superfícies de cor vermelha. Pasta vermelha, com núcleo cinzento, que apresenta e.n.p. de grão médio (mica quartzo leitoso e quartzito).

Diâm. - 226 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. forum, 1983

30. caçarola

Frag. de bordo com parede e fundo. Superfícies de cor negra. Pasta negra, com e.n.p. de grão médio e grosso (mica, quartzo leitoso).

Diâm. boca - 246 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1983

31. talha

Frag. com bordo e parede. Superfícies cobertas por engobe espesso de cor acastanhada. Pasta vermelha, com núcleo acastanhado, contendo bolhas de ar. Contem e.n.p. de grão meio e grosso (mica, quartzo leitoso e elementos ferroginosos).

Diâm. boca - 226 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1983

32. tampa

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. acastanhada escura enegrecida pelo lume. Sup. int. acastanhada escura. Pasta escura, com núcleo acastanhado, contendo e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 230 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1983

33. bule

Frag. do gargalo. Superfícies alisadas, de cor acastanhada escura. Pasta do mesmo tom, com e.n.p. de grão fino (quartzo leitoso, mica).

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum 1982

34. bule (?)

Frag. com bordo e parede. Superfícies alisadas, de cor negra. A sup. ext. apresenta uma série de linhas incisas, pouco marcadas, paralelas entre si, formando um canelado. Pasta negra, muito grosseira com e.n.p. de grão médio e grosso (mica, quartzo leitoso e quartzito).

Diâm. boca - 232 mm

Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Forum, 1982

35. bilha

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. avermelhada sendo no bordo mais escura. Lábio e sup. int. de cor cinzento. Pasta acastanhada, com núcleo cinzento, contendo e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso).

Diâm. boca - 116 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

36. bilha

Frag. de bordo e parede. As superfícies são alisadas, de cor acastanhada. Sup. ext. apresenta um conjunto de linhas incisas, formando uma superfície canelada. Pasta acastanhada escura, contendo e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso e cristalino).

Diâm. boca - 120 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

37. forma indeterminada

Frag. com bordo e parede. Superfícies vermelhas. A sup. ext. apresenta um conjunto de linhas incisas, paralelas entre si, formando um canelado. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão médio (mica e quartzo leitoso)

Diâm. boca - 148 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

38. tampa

Frag. de bordo e parede. As superfícies apresentam-se alisadas de cor acastanhada. Pasta num tom mais vivo, com e.n.p. de grão fino (mica)

Diâm. boca - 160 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

39. alguidar

Frag. de bordo e parede. Superfícies alisadas de cor avermelhada. A aba lateral e o lábio apresentam uma série de linhas incisas, largas, paralelas entre si, formando um canelado. A pasta avermelhada, apresenta núcleo cinzento, contendo e.n.p. de grão médio e grosso (mica e quartzito).

Diâm. boca aproximadamente 422 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

40. forma indeterminada

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. pouco alisada, muito enegrecida pelo lume. Sup. int. pouco alisada, vermelha apresenta-se espatulada no fundo, coberta por películas de carvão. Pasta vermelha no bordo, mas muito alterada, de cor negra na base. Contem e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso).

Diâm. boca - 241 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

41. taça (?)

Frag. de bordo e parede. Superfícies avermelhadas. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão médio e grosso (mica quartzo leitoso). A sup. ext. apresenta-se coberta por linhas incisas, paralelas entre si, formando um canelado.

Diâm. boca - aproximadamente 280 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Forum, 1983

42. caçarola

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. espatulada, de cor vermelha. Lábio e sup. int. espatulada de cor laranja. Pasta com núcleo avermelhado e zona envolvente em tom mais claro.

Diâm. boca - 260 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

43. caçarola

Frag. de bordo, com parede. Sup. ext. acastanhada, com tons avermelhados. Lábio avermelhado e espatulado, com pequena elevação, criando ressalvo para a tampa. Sup. int. espatulada e avermelhada. Pasta com núcleo avermelhado e zona envolvente mais clara.

Diâm. boca - 274 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

44. caçarola

Frag. de bordo e parede. Superfícies de cor vermelha, alisadas, encontrando-se enegrecida, na sup. ext. Pasta escura, com núcleo avermelhado, contendo e.n.p. de grão médio (mica). O lábio apresenta pequena elevação, criando ressalvo para a tampa.

Diâm. boca - 285 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

45. caçarola

Frag. de bordo e parede. Superfícies acastanhadas deficientemente alisadas. O lábio apresenta uma pequena elevação, criando ressalvo para a tampa. Pasta acastanhada escura, mais clara no núcleo, com e.n.p. de grão médio (mica).

Diâm. boca - 324 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

46. pequena bilha

Frag. de bordo com parede e arranque de asa. Superfícies alisadas, de cor vermelha manchada de escuro, junto ao bordo na sup. ext.. Pasta de cor vermelha. Na asa, o núcleo apresenta-se acastanhado, com e.n.p. de grão médio (quartzo, mica).

Diâm. boca - 55 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

47. cantarinha

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. alisada, com decoração espatulada. Superfícies de cor vermelha. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 74 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

48. taça (?)

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. alisada, de cor castanha, com duas linhas incisas, formando um canelado. Lábio alisado, inclinado para o interior. Sup. int. espatulada, castanhas. Pasta castanha, de núcleo escuro, com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 174 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Torre do Relógio 1982

49. panela

Frag. de parede e bordo. Sup. ext. bastante enegrecida no bordo. Superfícies alisadas de cor vermelha. Pasta acastanhada, com núcleo vermelho, muito alterado e enegrecido no bordo, com e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso).

Diâm. boca - 120 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

50. panela

Frag. com bordo e parede. Superfícies alisadas, de cor vermelha. A sup. ext. apresenta-se um pouco vitrificada. Pasta vermelha com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 152mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

51. panela (?)

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. enegrecida pelo lume. Lábio inclinado para o interior, para conter tampa. Sup. int. avermelha, textura esponjosa, enegrecida junto ao bordo, com e.n.p. de grão médio (mica e quartzo).

Diâm. boca - 118 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

52. taça

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. acastanhada escura. Sup. int. acastanhada escura, alisada junto ao bordo e espatulada na metade inferior. Pasta avermelhada escura, com e.n.p. de grão médio (mica).

Diâm. boca - 162 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

53. panela

Frag. de fundo e parede. Sup. ext. lateral vermelha, muito enegrecida pelo lume, respectivo fundo, com zonas alisadas, muito enegrecido. Sup. int. avermelhada. Pasta avermelhada, alterada no fundo, sendo aí de cor escura, com e.n.p. de grão médio (mica, quartzo).

Diâm. boca - 164 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

54. forma indeterminada

Frag. com bordo e parede. Superfícies alisadas, de cor vermelha. O lábio apresenta uma linha incisa ondulada. Sup. ext. profusamente decorada, com linhas incisas direitas e onduladas, associadas a dois cordões digitados. Pasta avermelhada, com núcleo acastanhado, contendo e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 285 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

55. caneca (?)

Frag. de fundo e parede. Superfícies alisadas de cor vermelha. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino e médio (mica, quartzo leitoso).

Diâm. boca - 54 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1993

56. prato

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. avermelhada e alisada. Sup. int. enegrecida e espatulada. Pasta avermelhada com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 294 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

57. prato

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. acastanhada escura. Lábio alisado e escuro. Sup. int. avermelhada, intercalada com grandes manchas escuras,

encontrando-se espatulada. Pasta com núcleo fino de cor vermelha, com zona envolvente junto a sup. ext., de cor avermelhada. A zona envolvente junto a sup. int. encontra-se negra, perdendo expressão no lábio. A pasta contem e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 258 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

58. prato

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. pouco alisada, de cor vermelha, apresenta manchas cinzentas. Lábio vermelho, espatulado, enegrecido com películas de carvão. Sup. int. vermelho vivo, espatulada. Pasta avermelhada com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 283 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

59. prato

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. não alisada de cor avermelhada, bastante esbatida. Lábio vermelho, alisado. Sup. int. vermelha, espatulada, coberta em pequenas zonas, por películas de carvão. Pasta vermelha, com núcleo cinzento, contendo e.n.p. de grão fino

Diâm. boca - 176 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

60. tigela

Frag. de bordo, parede e início do fundo. Sup. ext. vermelha, alisada, apresenta duas manchas de enegrecimento. Sup. int. vermelha e espatulada. Pasta vermelha em algumas zonas enegrecida pelo lume, contem e.n.p. de grão fino e médio (mica, calcareo).

Diâm. boca - 177 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XVI Prov. Forum, 1982

61. tigela

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. vermelha e alisada. Lábio e sup. int. vermelha, espatulada. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 184 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XVI Prov. Forum, 1983

62. taça

Frag. com fundo em ônfalo. Sup. ext. esmaltada a branco. Sup. int. com esmalte morado e azul, sobre fundo de esmalte branco. A sup. int. apresenta vestígios de reflexo metálico. Pasta creme, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. fundo - 60 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Forum, 1982

63. taça

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. esmaltada a branco. A sup. int. apresenta decoração a azul escuro. Pasta amarelada clara, com e.n.p. de grão fino. Apresenta vestígios de reflexo metálico.

Diâm. boca - 189 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Forum, 1982

64. taça

Frag. de fundo em ônfalo. Sup. ext. e fundo, cobertos por esmalte branco. Sup. int. apresenta-se coberta por esmalte de cor, morado, azul e branco, manchados entre si. Pasta creme, com micro bolhas de ar, contendo e.n.p. de grão fino.

Diâm. fundo - 106 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Forum, 1982

65. prato

Frag. com fundo em ônfalo. Sup. ext. esmaltada a branco. Sup. int. decorada com técnica de corda seca total, com esmalte de cor azul e branco, associados com vidrado melado. Pasta creme com e.n.p. de grão fino.

Diâm. fundo - 88 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Forum, 1982

66. taça

Frag. de fundo com pé em anel. Superfícies cobertas com vidrado melado. Pasta amarelada, com algumas bolhas de ar, contendo e.n.p. de grão fino.

Diâm. fundo - 74 mm

Cronologia - Séc. XV/XVI Prov. Forum, 1982

67. alguidar

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. pouco alisada, de cor acastanhada, mais escura junto ao bordo. Sup. int. vermelha e espatulada. Pasta com núcleo

avermelhado escuro, com zona envolvente negra, contendo e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 540 mm

Cronologia- Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

68. alguidar

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. vermelha, pouco alisada. Lábio e sup. int. vermelha, espatulada. Pasta acastanhada clara, com e.n.p. de grão fino (mica, quartzo e intrusões ferroginosas).

Diâm. boca - aproximadamente 302 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

69. alguidar

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. e bordo, alisados, de cor vermelha, um pouco vitrificada. Sup. int. vermelha e espatulada. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - aproximadamente 754 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1983

70. panela

Frag. de bordo e parede. Superfícies cobertas por engobe vermelho. Pasta acastanhada, com núcleo na zona do bordo de cor avermelhada, contendo e.n.p. de grão fino (mica, quartzo).

Diâm. boca - 165 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Torre do Relógio, 1982

71. almofariz

Peça quase completa. Superfícies alisadas, de cor vermelha. Pasta vermelha, com núcleo cinzento, contendo e.n.p. de grão fino e médio (mica, quartzo). No fundo a sup. ext. apresenta uma espiral incisa.

Diâm. boca - 124 mm

Diâm. do fundo - 95 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Forum, 1993

72. e 73. taça

Frag. de bordo e de parede, pertencentes ao mesmo exemplar. As sup. apresentam-se cobertas por vidrado amarelo melado. A sup. int. das duas peças,

apresentam decoração a negro, de motivos geométricos e possivelmente epigráficos. Pasta rosada, com e.n.p. de grão fino.

Espessura da parede - 5 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Convento de Aracoeli, 1994

74. talha (?)

Frag. de parede. Sup. ext. esmaltada a verde escuro. Sup. int. coberta por engobe amarelado. A sup. ext. apresenta decoração com motivos arquitectónicos, associados a outros de natureza geométrica. Pasta vermelha, o vidrado acenta sobre uma espessa camada de cor amarelada (2,5 mm). A pasta contem e.n.p. de grão médio e grosso (mica, quartzo leitoso e cristalino).

Espessura da parede - 15 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Convento de Aracoeli, 1993

75. taça

Frag. de parede. Superfícies cobertas por espesso vidrado melado, brilhante. Pasta grosseira, vermelha, com e.n.p. de grão médio (quartzo leitoso e nódulos ferroginosos).

Espessura da parede - 7 mm
Cronologia - Sécs. XII/XIII Prov. Convento de Aracoeli, 1993

76. forma indeterminada

Frag. com bordo e parede. Superfícies vermelhas. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 194 mm
Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Convento de Aracoeli, 1993

77. taça (?)

Frag. com bordo e parede. Superfícies vermelha. Pasta vermelha, com e.n.p. de grão fino (mica e quartzo leitoso).

Diâm. boca - 163 mm
Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Convento de Aracoeli, 1993

78. forma indeterminada

Frag. com bordo e parede. Superfícies espatuladas e de cor negra. Pasta negra, com e.n.p. de grão fino (mica).

Diâm. boca - 286 mm
Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Convento de Aracoeli, 1993

79. alguidar

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. alisada, de cor vermelha e um pouco vitrificada. Lábio e sup. int. espatulada. Na zona do bordo encontra-se enegrecida, na restante sup. apresenta-se de cor vermelha. Pasta vermelha, com núcleo e zona do bordo, de cor cinzenta, contendo e.n.p. de grão fino e médio (mica).

Diâm. boca - aproximadamente 564 mm

Cronologia - Sécs. XIV/XV Prov. Convento de Aracoeli, 1993

80. alguidar

Frag. com bordo e parede. Sup. ext. alisada, de cor vermelha, manchada de negro junto ao bordo. Lábio e sup. int. com espatulamento incompleto de cor vermelha. Pasta vermelha com e.n.p. de grão m (mica e quartzo leitoso).

Diâm. boca - 530 mm

Cronologia - Sécs. XIII/XIV Prov. Convento de Aracoeli, 1993

81. prato

Frag. de bordo e parede. Superfícies esmaltadas a branco. Pasta esbranquiçada, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 194 mm

Cronologia - Séc. XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1994

82. taça

Frag. com bordo, parede e fundo com pé em anel. Superfícies esmaltadas a branco. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 144 mm

Cronologia - Séc. XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1993

83. panela

Frag. com bordo, parede e asa. Superfícies vermelhas, pouco alisadas. Pasta um pouco acastanhada, com e.n.p. de grão médio (mica, quartzo leitoso e nódulos ferroginosos). Junto ao arranque inferior da asa, a pasta apresenta-se negra por acção do lume.

Diâm. boca - 235 mm

Cronologia - Séc. XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1993

84. prato

Frag. com bordo e parede. Superfícies esmaltadas a azul claro, com decoração, com motivos geométricos e fitomórficos, em azul escuro. Pasta amarelada, com e.n.p. de grão fino.

Diâm. boca - 183 mm

Cronologia - Séc. XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1994

85. prato

Frag. com bordo e parede. Discrição semelhante ao exemplar nº84. Os dois fragmentos poderão pertencer à mesma peça.

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - Séc. XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1994

86. taça (?)

Frag. com fundo com pé em anel. Sup. ext. esmaltada a verde escuro, profusamente decorada, com motivos geométricos incisos. Sup. int. alisada, de cor amarelada clara, assim com a pasta. Esta contem e.n.p. de grão médio (mica e quartzo leitoso).

Diâm. fundo - 46 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1994

87. taça

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. decorada com motivos geométricos e fitomórficos, em azul morado, sobre esmalte branco. Sup. int. com motivos geométricos, em azul e morado, sobre esmalte branco. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão fino.

Espessura da parede - 7 mm

Cronologia - Sécs. XV/XVI Prov. Convento de Aracoeli, 1994

88. forma indeterminada

Frag. de parede. Superfícies cobertas por esmalte branco. A sup. ext. apresenta um desenho de cavalo em azul. Pasta branca, com e.n.p. de grão fino.

Espessura da parede - 2 mm

Cronologia - Sécs. XVI/XVII Prov. Convento de Aracoeli, 1994

89. prato (?)

Frag. de bordo e parede. Sup. ext. esmaltada a branco, com uma mancha a azul escuro. Sup. int. esmaltada a branco, com decoração em vários tons de

azul, mostrando estes, motivos geométricos e fitomórficos. Pasta branca, com e.n.p. de grão fino.

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - Séc. XVII Prov. Convento de Aracoeli, 1994

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de, 1988. Roman Portugal. Warminster, Vol. II, fascículo 2, London.

AMARO, Clementino, 1992. Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra. Arqueologia Medieval nº 1, Campo de arqueologia de Mértola, Porto, pp. 111-123.

ALMEIDA, João de, 1945. Roteiro dos Monumentos Militares Portuguesas, vol. X, Lisboa, pp. 25-26.

ALMEIDA, José Avelino de, 1866. Alcácer do Sal in Diccionário Abreviado de Chorographia, Topographia, Arqueologia das Cidades, Villas e Aldêas de Portugal, vol. I, Valença, pp. 18-20.

ANTUNES, M. T. 1983. Notícia esplicativa da folha 39c - Alcácer do Sal - da Carta Geológica de Portugal, esc: 1/50 000. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

BARBOSA, V., 1860. As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa - A Villa d' Alcácer do Sal. Vol. I. Lisboa.

BAZZANA, André e CRESSIER, Patrice, 1989. SHALTISH/SALTES (Huelva) une ville médiévale d'al-andalus. Publications de la casa de Velázquez, Madrid, pp. 104.

BRANDÃO, António, 1945. Crónica de D. Afonso Henriques. Porto.

CARDOSO, Guilherme e D'ENCARNAÇÃO, José, 1990. Uma Sondagem de Emergência no Casal do Geraldo (Estoril - Cascais). Arquivo de Cascais, nº 9, Câmara Municipal de Cascais, pp. 45 - 62.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino, 1991. Alguns tipos de cerâmicas dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. Actas do IV Congresso de Cerâmicas Medievais no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 575 - 585.

CARVALHO, A. Rafael, 1990. Cerâmicas Esmaltadas e vidradas da segunda metade do Séc. XV e Primeira Metade do Séc. XVI, encontradas na Rua Augusto Cardoso (Área Urbana de Palmela): Noticia Preliminar. Actas do I Simpósio de Arte do Período Manuelino, Setúbal (Prelo).

CARVALHO, A. Rafael e FERNANDES, I. Cristina, 1992, Cerâmicas Esmaltadas e Vidradas dos Sécs. XV e XVI, provenientes do Castelo de Sesimbra. Sesimbra Cultural, nº 2, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 15 - 21.

CARVALHO, A. Rafael, 1993. Cerâmicas Medievais do Castelo de Sesimbra (II Parte). Sesimbra Cultural, nº 3, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 18 - 22.

CARVALHO, A. Rafael, 1994. Cerâmicas Medievais do Castelo de Sesimbra (III Parte). Sesimbra Cultural, nº 4, Câmara Municipal de Sesimbra (Prelo).

CAVIRO, B. Martinez. 1991. Cerâmica Hispanomusulmana. Andalusi y Mudéjar. Ediciones el Viso, Madrid, pp. 348.

COELHO, António Borges, 1972 - 1975. Portugal na Espanha Árabe. Vols. I a IV, Lisboa.

CORREIA, F. B. 1991. Um Conjunto cerâmico árabe - Medieval de Beja. Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 373 - 386.

CORREIA, V., 1972. Alcácer do Sal (Esboço de uma Monografia). "Obras", Estudos Arqueológicos, vol. IV, Coimbra, pp. 127-200.

DOMINGUES, José D. Garcia, 1958. O Alentejo Árabe - sua integração no reino de Portugal. Lisboa, pp. 6 - 29.

FARIA, J. Carlos. 1993. O Castelo de Alcácer do Sal. Alguns elementos para a História Medieval da Vila. Jornal "Voz do Sado", Ano XXXIII, nº 384, Alcácer do Sal, pp. 10 - 11.

FERNANDES, I. Cristina e CARVALHO, A. Rafael. 1991. Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela), Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Sagres (Prelo).

FERNANDES, I. Cristina e CARVALHO, A. Rafael, 1992. Cerâmicas Baixo Medievais da casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela), Actas das 1.as Jornadas de Cerâmicas Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu estudo, Tondela, (Prelo).

FERNANDES, I. Cristina e CARVALHO, A. Rafael, 1993. Arqueologia em Palmela, 1988/93. Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Palmela, pp. 84.

GABALDON, S.F. 1987. El Yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la Sistematezacion de la Cerâmica Almoada en el SO Peninsular. Al-Quantara, Vol. VIII. pp. 449 - 474.

GOMES, R. Varela, GOMES, M. Varela, 1984. Cerâmicas Importadas dos Séculos XV e XVI encontradas no Poço-Cisterna Árabe de Silves. Actas do 3.º Congresso sobre o Algarve, vol. I, Lisboa, pp. 35-44.

GOMES, R. Varela e GOMES, M. Varela, 1986. Cerâmicas Estampilhadas Muçulmanas e Mudéjares do Poço-Cisterna de Silves. I Encontro de Arqueologia Urbana, (Setúbal, 1985). Trabalhos de Arqueologia nº 3, Lisboa, pp. 127-141.

GOMES, R. Varela, 1988. Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, XELB, nº 1, Câmara Municipal de Silves, pp. 294.

GOMES, M. Varela e GOMES, R. Varela, 1989. Intervenção Arqueológica. Escavações nas Casas de João Esmeraldo/Cristovão Colombo, do Funchal, 1989 - 1.ª Fase. Catálogo da Exposição, Câmara Municipal do Funchal, pp. 27-48.

GOMES, M. Varela e GOMES, R. Varela, 1991. Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas dos Séculos XIV, XV e XVI, Poço-Cisterna de Silves. Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 457-490.

GUERRA, A. e FABIÃO, C., 1993. Uma Fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar). Arqueologia Medieval, nº 2, Mértola, pp. 85-102.

HERCULANO, Alexandre, 1980. História de Portugal. Vol. I a IV, Amadora.

KHAWLI, Abdallah, 1992. Lote de Cerâmica Epigrafada em Estampilhagem de Mértola. Arqueologia Medieval, nº 1, Mértola, pp. 7- 25.

KHAWLI, Abdallah, 1993. Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola Islâmica. Arqueologia Medieval, nº 2, Mértola, pp. 63-78.

KIRCHNER, H., 1990. Étude des Ceramiques Islamiques de Shadhafilah. Université Lyon 2, pp. 160.

MACIAS, J. A. Perez e BEDIA, J.. Un lote de cerâmica Islâmica de Niebla. Arqueologia Medieval, nº 2, Mértola, pp. 55-62.

MACIAS, S. 1991. Um conjunto cerâmico de Mértola - Silos 4 e 5. Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 405-428.

MACIAS, S., 1993. Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo Histórico e Arqueológico. Arqueologia Medieval, nº 2, Mértola, pp. 127-157.

PALAZON, Navarro, 1991. Una Casa Islâmica en Murcia. Estudio de su ajuar (siglo XIII). Série Islam y Arqueologia, nº 1, Murcia, pp. 276.

RAMOS, C.; MARTINS, A.; MURALHA, J. e ESTORNINHO, A., 1993. Castelo de Aljustrel. Campanhas de 1989 e 1992. Vipasca, nº 2, Câmara Municipal de Aljustrel, pp. 11-40.

SABROSA, Armando e ESPÍRITO SANTO, Paulo, 1992, Almada, Medieval/ /Moderna, um projecto de investigação. Almadan, II Série, nº 1, Almada, pp. 5-12.

SABROSA, Armando e SANTOS, V. Manuel, 1993. Cerâmica comum de Silos Medievais. Rua Henriques Nogueira - Almada. Almadan, II Série, nº 2, Almada, pp. 116-122.

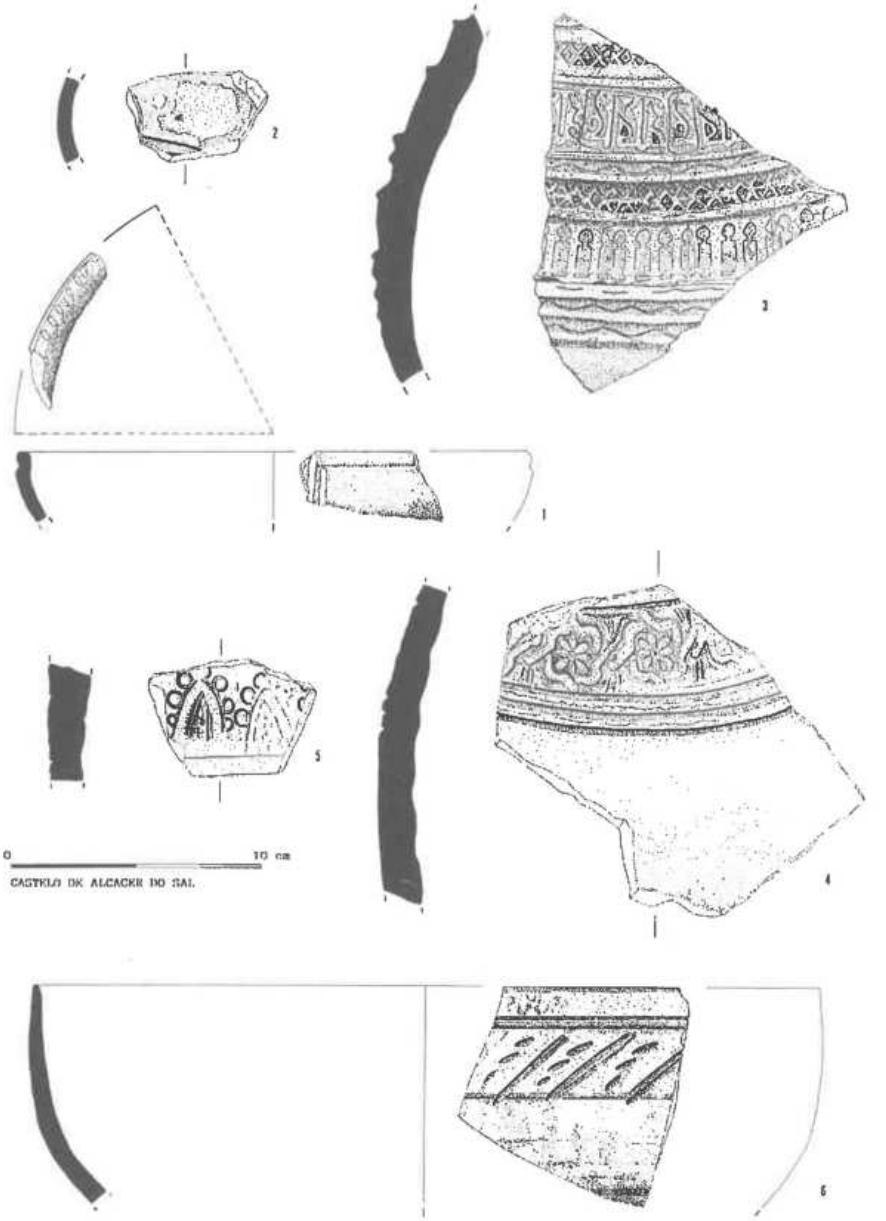
TAVARES DA SILVA, Carlos, 1989. O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: Uma abordagem arqueológica. Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História, Câmara Municipal de Setúbal, pp. 5-21.

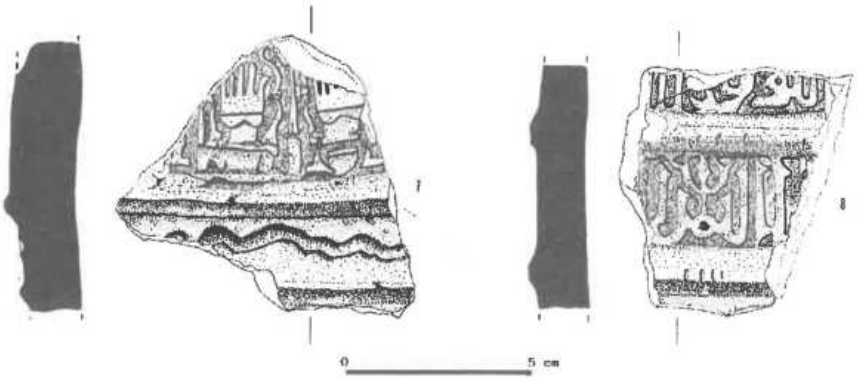
TORRES, C., 1987. Cerâmica Islâmica Portuguesa (Catálogo), Campo de Arqueologia de Mértola.

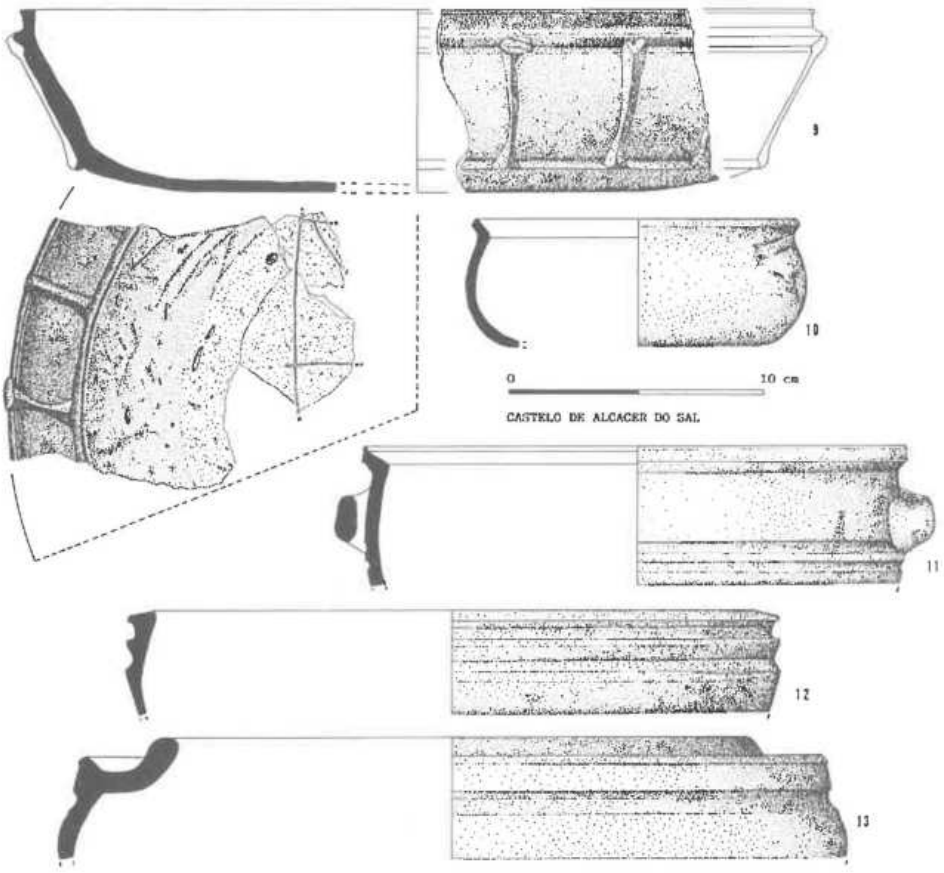
TORRES, C.; PALMA, M. P.; REGO, M. e MACIAS, S., 1991. Cerâmica Islâmica de Mértola - propostas de cronologia e funcionalidade. Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 497-537.

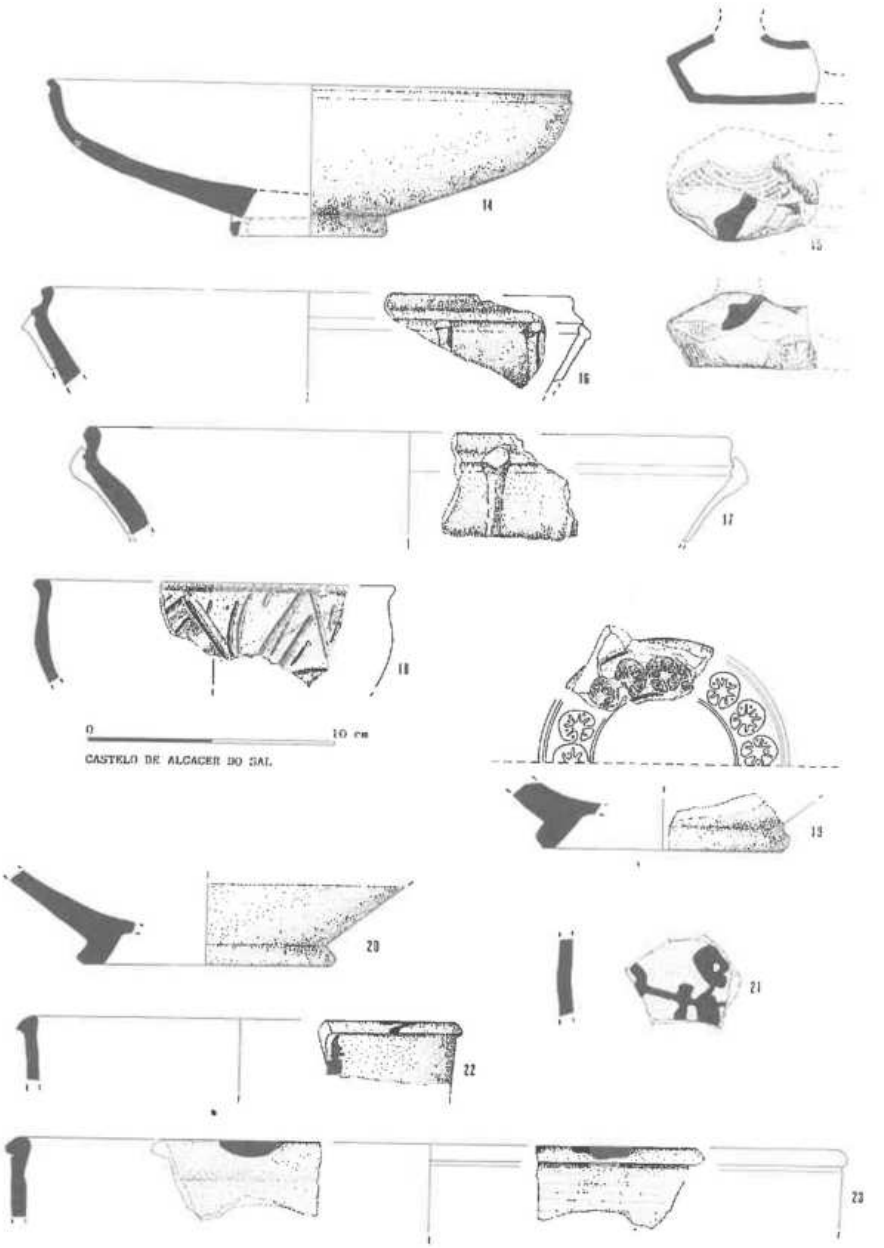
VIANA, Abel, 1948. Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. Arquivo de Beja, Vol. V, Beja, pp. 8-62.

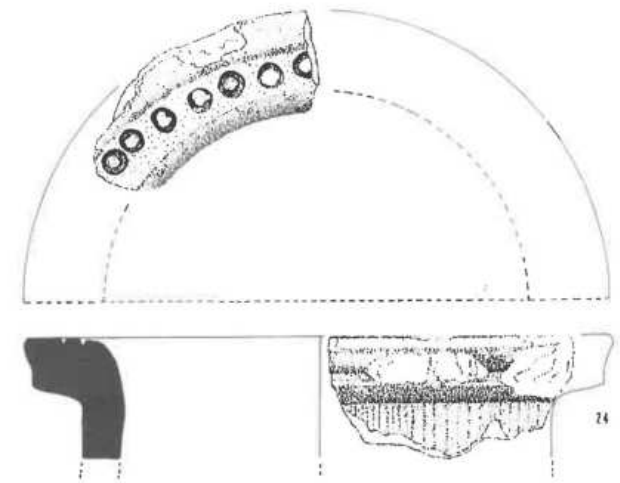
VILLALBA, J. Aguado, 1991. Tinajas Medievales Españolas. Islâmicas y Mudajares. Instituto Provincial de Investigaciones y Estúdios Toledanos. Série Iª Monografias, nº 22, pp. 232.


2
3
1
5
4
0
10 cm
CASTELO DE ALCACER DO SAL
6


7
8
0
5 cm


9
10
0
10 cm
CASTELO DE ALCACER DO SAL
11
12
13

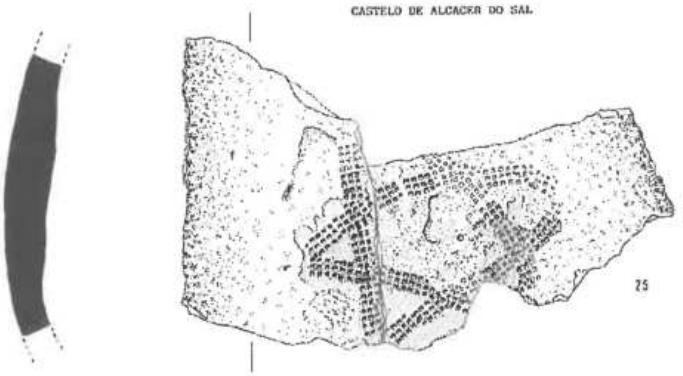

14
15
16
17
18
0
10 cm
CASTELO DE ALCACER DO SAL
19
20
21
22
23



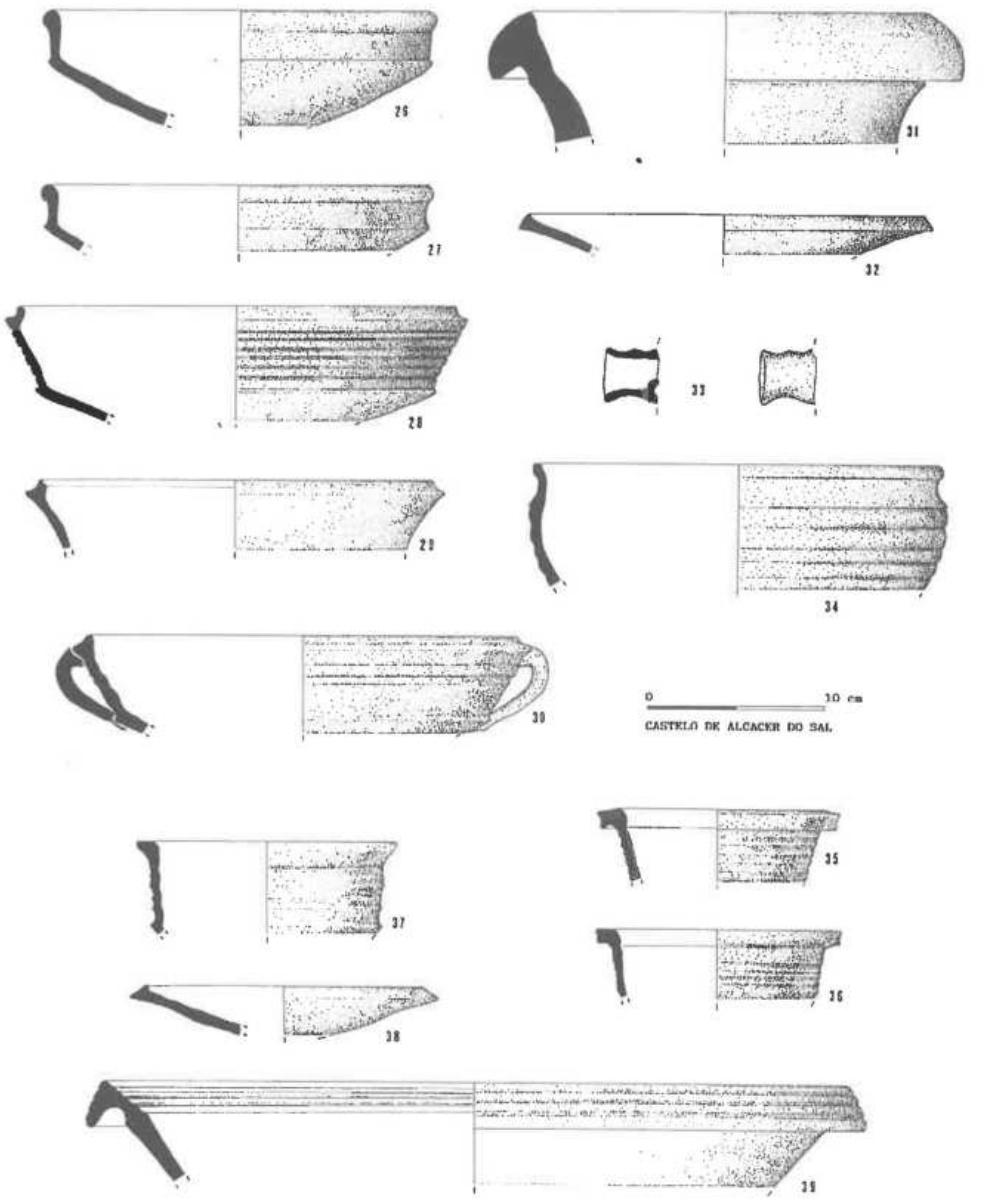
24

0 10 cm

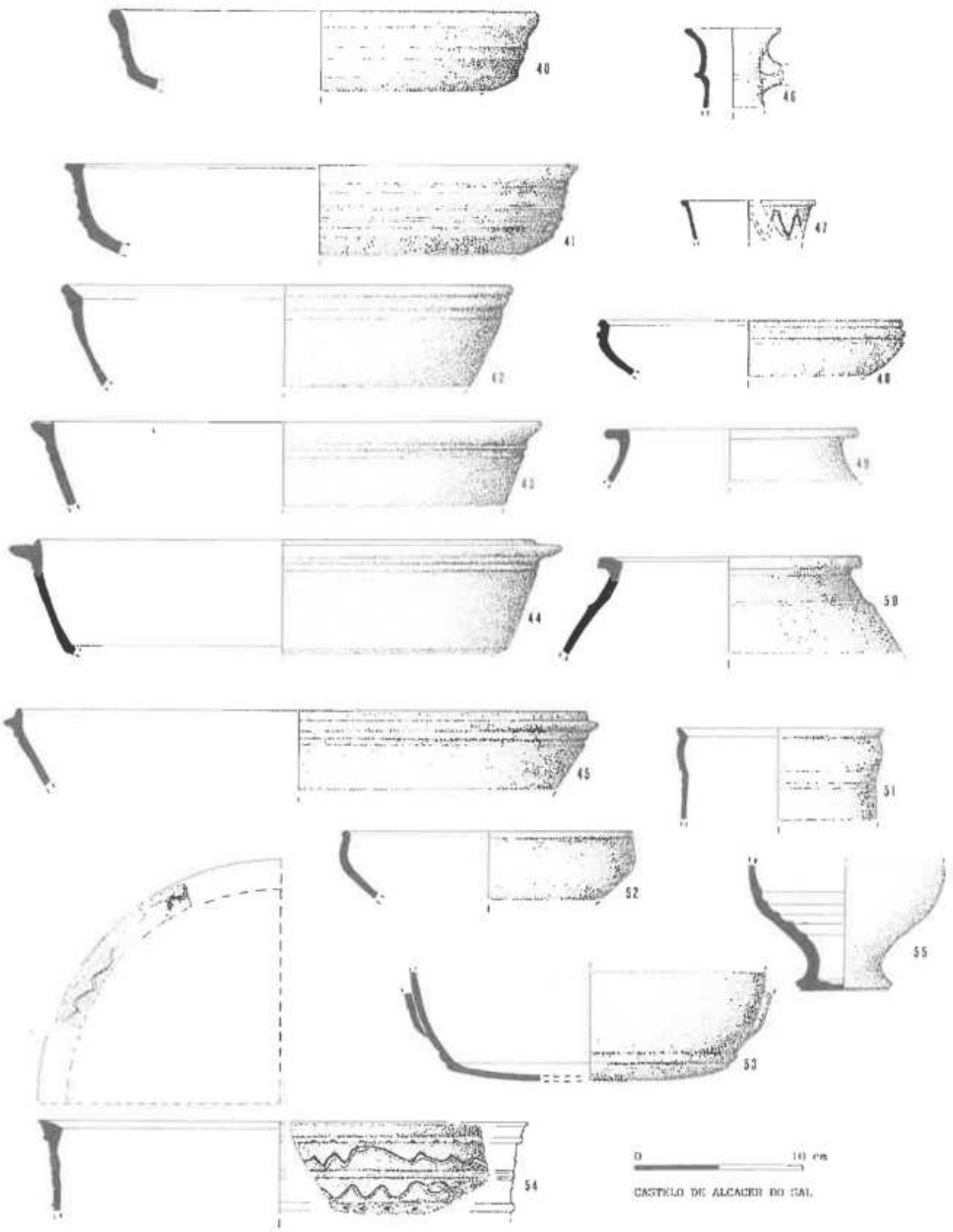
CASTELO DE ALCACER DO SAL



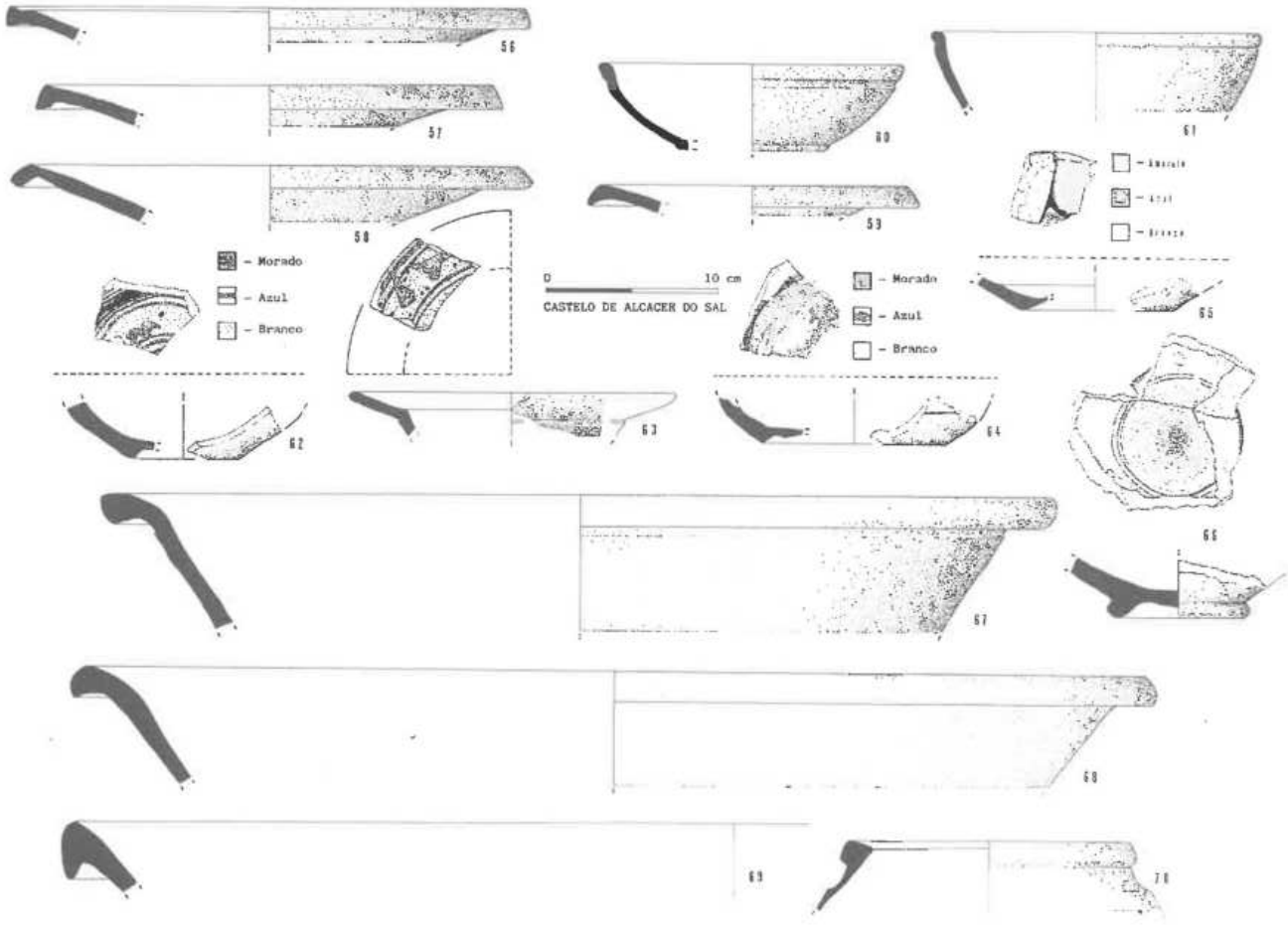
25

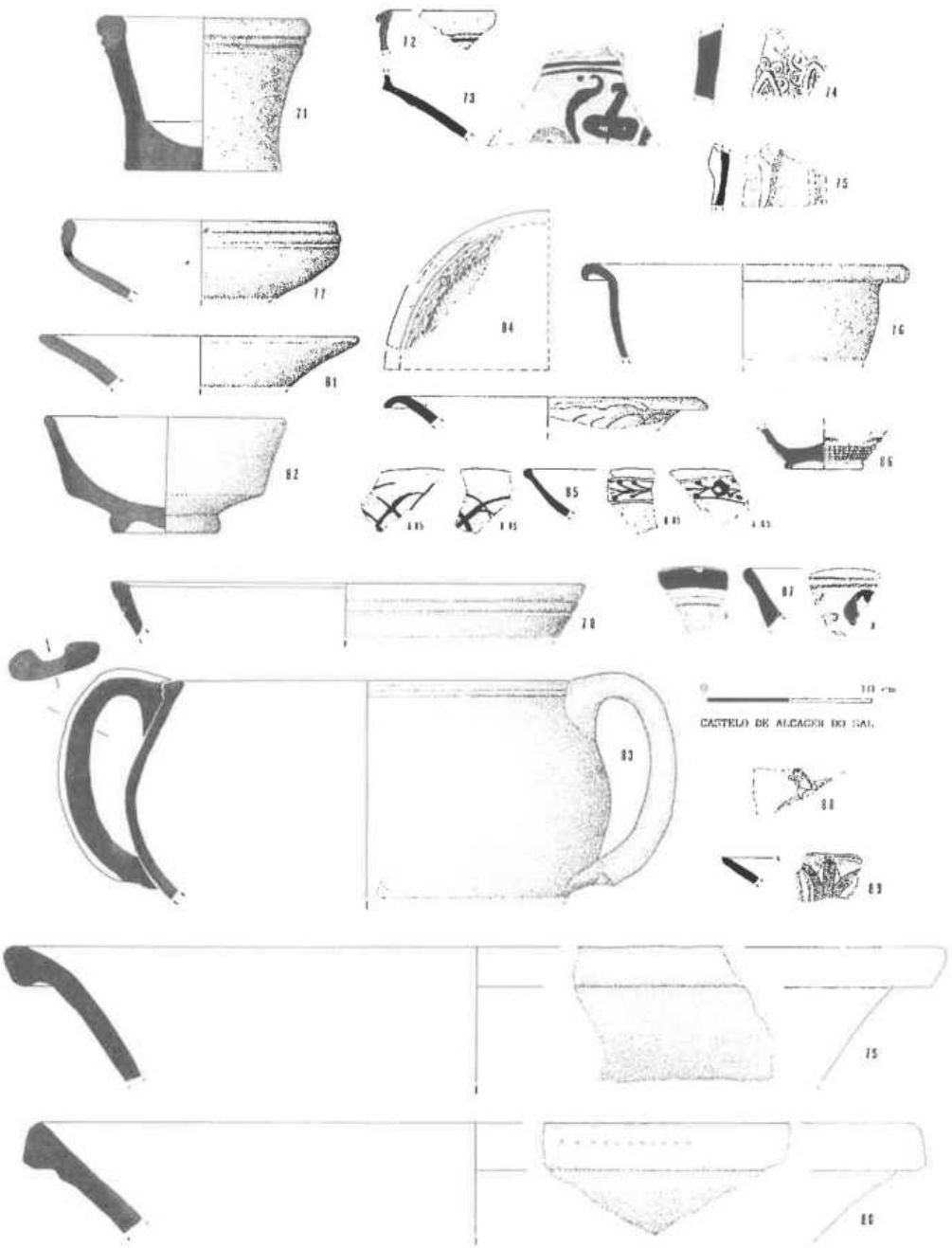


CASTELO DE ALCACER DO SAL



CASTELO DE ALCACER DO SAL


56
57
58
60
59
61
- Morado
- Azul
- Branco
0 10 cm
CASTELO DE ALCACER DO SAL
- Morado
- Azul
- Branco
65
62
63
64
66
67
68
69
70


71
72
73
74
75
77
84
76
81
82
85
86
78
87
83
CASTELO DE ALCACER DO SAL
88
89
75
88

Conservação, salvaguarda e valorização dos sítios arqueológicos em meio urbano

Uma reflexão

* FILOMENA BARATA

INTRODUÇÃO

Poderão os vestígios de uma cidade antiga abandonada ser considerados no âmbito da *Arqueologia Urbana?*

Ou sê-lo-ão todos os vestígios de uma antiga ocupação humana em contexto actualmente urbano, mesmo que isolados, como uma lareira com artefactos paleolíticos?

Ou apenas os vestígios que permitem fazer a história de um determinado tecido urbano?

Estas questões, se bem que aparentemente irrisórias, prendem-se com a própria definição do âmbito de intervenção, e levantam alguns problemas à abordagem arqueológica num contexto urbano. Problemas de índole científica, por um lado, e dúvidas quanto à preservação e valorização desses vestígios, por outro.

Pelo âmbito deste trabalho, apenas nos debruçaremos sobre os vestígios arqueológicos em meio urbano.

A protecção, manutenção e valorização de vestígios arqueológicos em meio urbano colocam problemas de índole bastante diversa:

Que vestígios do passado remoto deverão ser preservados?

Como deverão ser vistos e partilhados?

Como poderemos ler realidades latentes (como as reminiscências da ortogonalidade da fundação romana da cidade) **sem com isso alterar traçados mais recentes?**

---

* Departamento de Arqueologia do IPPAR.

Como gerir fragmentos do Passado de forma a reconferir-lhe um contexto hoje perdido, ou seja, como ler a história da cidade?

Como tentar que seja clarificada essa contextualização quando dela senão restam fragmentos?

Como sentir a paisagem urbana?

Vários caminhos são possíveis:

— A integração e conservação de alguns vestígios arqueológicos em edifícios posteriores, pode permitir, caso esses vestígios ou a sua explicação seja inequívoca, a leitura da ocupação do espaço ao longo do tempo. De outro modo, e a menos que se trate de um "objecto", estética ou simbolicamente muito forte, fica descontextualizado, empobrecido, objecto de um olhar distante. Esta última situação pode ainda ser admitida, pois nem tudo o que guardamos tem necessariamente que transportar consigo esse peso da memória. No entanto, essa atitude deve ser clara no seu descomprometimento.

— Os vestígios arqueológicos podem funcionar ainda como novos pólos de sociabilidade urbana ou de elementos revitalizadores da urbe: reanimar antigos focos de crescimento; originar novos espaços de fruição pública, como largos ou praças; permitir transformações na circulação que participem duma melhor vivência do espaço urbano; ou mesmo originar alterações da própria estrutura urbana. Casos há que a sua musealização favoreceu a revitalização de todo o aglomerado urbano, como é o caso a que se vem assistindo em Mértola. Só que, para que esses vestígios funcionem como elementos criadores, é necessário que não percam esse cariz vivencial e não se tornem como mais um "objecto de vitrine" — massacrado por uma tal sobrecarga promocional que quase inibe a sua simples observação e fruição — ou de apenas mais um espaço de proibição.

A cidade só existe através da vivência de cada largo, rua, casa ou monumento; conservar-lhe legível a História mas não a "existência" não é certamente solução. Por isso, as soluções regulamentadoras que se baseiem em mecanismos fundamentalmente proibitivos (ver alguns exemplos de regulamentos dos Centros Históricos) e que não avançam para a recriação/requalificação dos espaços e dos ambientes urbanos não podem conduzir senão à mumificação da ruína.

Na cidade, constituída por sobreposição de vestígios arqueológicos, composta por arquitecturas e articulações urbanas de várias épocas, torna-se

difícil a escolha dos vestígios a preservar, pois, em alguns casos, a opção por um implica a exclusão de outro.

Que imagem da cidade queremos dar?

As sincronias? As diacronias? As arritmias? Ou a cidade sem tempo?

Quaisquer opções que tomamos sobre o Passado são, ao mesmo tempo, uma forma de fazer História, porque o Futuro vai herdar de nós as imagens que conservámos e reconstruimos sobre esse Passado. Não esqueçamos, pois, que as nossas opções são datadas e são sempre visões parcelares da História.

A necessidade de protecção não pode conduzir a uma atitude quase "psicanalítica" do Passado, tentando trazer à luz e "interpretando" todos os fragmentos da memória, pois podemos correr o risco de com isso perder a leitura de coerências e introduzir elementos de distúrbio (e não clarificadores) da evolução do tecido urbano. Se assim fôr a cidade estará morta e ao "Passado" confere-se-lhe o papel de "Presente", mas irreal.

Como "organismo vivo", a cidade é feita de coerências, mas também de contrastes e arritmias, que o tempo consolidou. Só no diálogo dos fragmentos do "Passado" e nas vivências presentes se pode encontrar a riqueza do espaço urbano.

Esperamos dos urbanistas, dos autarcas, dos historiadores e dos responsáveis pela gestão do património histórico-arqueológico que nos facilitem o diálogo com a cidade; que nos permitam partilhar da memória dos sítios, sem os esvaziar do sua função vivencial; que não os tornem em meros "espaços culturais, turísticos ou lúdicos" (Gros, 1993, p. 78).

Vivemos, de certo modo, uma época de "remorso" por tanto que se destruiu; e esse remorso é tão evidente em soluções contemporâneas — vidé a arquitectura dita "pós-moderna", onde espreitam os simulacros históricos, como nas assumidamente "passadistas" em que se optou em certos "centros históricos". Em muitos casos, a sacralização desses "Centros Históricos" conduziu à cristalização dos mesmos e à perda da sua identidade, o que tem feito questionar, nos últimos anos, a filosofia que deverá presidir à conservação e valorização do "Património Cultural".

É óbvio que seria no mínimo do domínio da criminalidade patológica abranger neste tipo de considerações vestígios como o Coliseu ou a coluna de Trajano, em Roma, ou o comummente apelidado "templo de Diana", em Évora. E, no entanto, o tempo bem demonstrou que a sua funcionalidade poderia ser "reinterpretada", que a sua presença poderia ser "dessacralizada". Contudo, e seja pela sua importância histórica, pela sua monumentalidade, por factores de ordem estética ou simbólica, ou porque, ontem como hoje, são elemento

"polarizadores" da malha urbana e da vivencialidade, as cidades ficariam fortemente abaladas na sua identidade se, por atavismos inimagináveis, estes e muitos outros elementos se perdessem.

Estes exemplos paradigmáticos podem servir-nos — até porque é hoje indiscutível a necessidade da sua preservação — como ponto de partida da análise dos problemas que se colocam à sua conservação, aos meios utilizados para a sua divulgação, valorização e fruição pública, partindo do princípio que:

Nem tudo se pode destruir, correndo o risco de se perder a memória
Nem tudo se pode conservar, correndo o risco de se não existir.

VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Em 1972, a Convenção dos bens patrimoniais criava um conjunto de obrigações respeitantes à "Identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural".

Desde essa data, o conceito de **valorização** tem vindo a ser comummente utilizado, mantendo-se, não obstante, com contornos indefinidos. Utilizado de uma forma indiscriminada para significar aspectos múltiplos que, muitas vezes, se confundem ou se associam, mas que, em última instância, englobam as formas de aproximação dos bens patrimoniais ao grande público (Choay, p. 165): do *restauro* à *reutilização*, passando pela *animação,* e *teatralização* dos monumentos através da espectacularização feérica. Relacionado ainda com o *conhecimento científico dos sítios* — pois não se pode valorizar o que não se conhece, e valorizar pode implicar o "pôr a descoberto" — com a sua *protecção, conservação, divulgação e fruição pública, utilização pedagógica* (Lopes, 1985, p. 103), **valorizar** implica dar a conhecer o significado dos vestígios do passado, as causas e consequências da ocupação humana de um determinado local e a relação com o meio envolvente, com o território.

Ao *restauro,* porque constitui hoje uma disciplina científica autónoma, não dedicaremos agora atenção, até porque muito se tem escrito sobre a necessidade da existência de técnicos desta área durante e depois das escavações, atendendo quer à protecção dos vestígios arqueológicos móveis, quer à dos imóveis (Price, N.P. Stanley (direc.), 1984).

A *reintegração*, se bem que possa ser problemática, como já anteriormente referimos, é uma das formas de conservar, dando, paralelamente, aos vestígios uma funcionalidade no presente. A adaptação dos monumentos a uma função útil à sociedade facilita a conservação dos mesmos, admitia a Carta de Veneza, em 1964. Se bem que, no que diz respeito ao Edificado, essa adaptação

se tenha demonstrado, em muitos casos, eficaz, já no que concerne aos bens arqueológicos ela não será tão viável ou mesmo, poderemos dizer, legítima. Os vestígios arqueológicos de construções do passado chegam-nos genericamente truncados, de tal forma que seria impossível reutilizá-los sem recorrer à reconstituição. A *reconstituição* é, por sua vez, um método de certo modo abusivo e violentador dos vestígios do passado, tendo em atenção o tipo de evidências arqueológicas e atendendo ainda às interferências e às incorrecções que poderia causar na sua apreensão científica.

A *animação,* como intermediária da aproximação do público aos vestígios arqueológicos, tem sido uma das modalidades mais utilizadas para a valorização dos mesmos. Não colocando aparentemente tantos problemas estruturais aos sítios, a animação utiliza intermediários humanos (através da teatralização de cenas históricas, ou de acções afins) e mecânicos (por meio de audiovisuais).

A "animação" excessiva dos locais do passado pode, contudo, dificultar a apresentação científica e a aproximação silenciosa aos mesmos (Choay, p.168), pelo que deverá sempre ser feita com moderação, pois já por si o meio urbano dificulta essa relação.

Sendo confrontado com vestígios de cronologias completamente díspares, com problemas de vária índole — científico, social, urbanístico e mesmo jurídico —, acrescidos de todos os problemas que a valorização dos vestígios do passado em meio urbano coloca, o arqueólogo que trabalha numa cidade tem, pois, que ter um perfil específico. A formação de equipas ou gabinetes dedicados a trabalhos arqueológicos em meio urbano, em contacto directo com os responsáveis pelo planeamento urbanístico, ou a integração de arqueólogos em gabinetes técnicos locais é fundamental, porque permite programar melhor as intervenções, favorece uma maior interdisciplinaridade, permite uma reflexão contínua dos vários agentes e um olhar mais alargado sobre os problemas. Torna-se, deste modo, indesejável proliferar escavações parcelares, pois incentiva a personalização excessiva das soluções e inibe a delineação uma política global.

Porque é hoje consensual a ideia de que é impossível manter à vista a totalidade dos sítios descobertos, por impossibilidades financeiras — as opções são em muitos casos dispendiosas pois requerem o investimento adequado à própria conservação, e, quantas vezes, a aquisição de terrenos ou de edifícios, alterações na circulação, desalojamento de alguns prédios (Leite e Moita, 1986, p. 55) —, técnicas e humanas, torna-se fundamental a selecção criteriosa das estações a ser intervencionadas. A selecção é um fenómeno de "eleição"; e elegemos pondo de parte casos que consideramos menos prioritários.

A Carta de Veneza, que marcou durante décadas as posições referentes ao Património Cultural, apesar de contemplar os vestígios arqueológicos e a sua conservação, deixava em aberto a questão sobre quais deveriam ser mantidos. No que diz respeito aos edifícios era, contudo, mais clara: Art.º 11 —" (...) Quando um edifício contiver vários estilos sobrepostos, a eleição de um desses estilos em detrimento dos restantes não se justifica, a não ser excepcionalmente, na condição de que os elementos eliminados tenham pouco interesse ". Apesar da indefinição do que se considerava de "pouco interesse" ou "alto valor histórico, arqueológico ou estético", este documento alertava já para o facto de que "o julgamento sobre as eliminações a efectuar não pode depender unicamente da opinião do autor do projecto". Atendendo às dificuldades que se colocam aos fenómenos de "eleição" ao nível do património construído, a Carta de Veneza não reflectia, no entanto, a preocupação dos arqueólogos. Para estes o problema da conservação/eliminação coloca-se de uma outra forma, uma vez que os próprios condicionalismos da investigação arqueológica não permitem, na maioria dos casos, que se continue a escavação sem que se "destruam" elementos de períodos posteriores.

Só pesando, por isso, o maior número factores e atendendo às características especificas de cada vestígio, ou de um conjunto de sítios, poderemos concluir da necessidade ou viabilidade da sua conservação e valorização.

Tentaremos, apesar das dificuldades expressas quanto ao âmbito de intervenção da "Arqueologia Urbana" e da latitude do conceito de valorização, organizar alguns items que poderão contribuir para uma definição de critérios (BARATA, 1990) e de variáveis de apreciação — descritores — (Mascarenhas et alii, 1986, p.10) do *valor patrimonial dos sítios arqueológicos.*

1. Importância científica do Sítio: especificidade, representatividade no quadro do património local, regional, nacional ou internacional

Do ponto de vista científico os vestígios do passado deverão merecer, genericamente, a nossa atenção. Deverão ainda ser objecto de estudo pormenorizado e de registo aturado, até porque de muitos deles, depois de escavados, o que restará é esse registo. Essa herança — pelo menos essa — que seja transmitida às gerações que nos sucederem, transportando consigo o menor grau de dúvidas e de equívocos.

No entanto, não há, por muitos meios que se disponibilizem, maneira de tudo ser objecto de estudo ao mesmo tempo. Esta condicionalidade obriga

à definição de prioridades científicas que só podem ser aferidas mediante a existência de mapas de subsolo e de planificações das intervenções, atendendo a:

1.1. Especificidade

Sítio de características científicas únicas;

1.2. Representatividade

Sítio fundamental à compreensão de um determinado contexto cultural (diacrónico ou sincrónico), dependendo, por isso, da integração num conjunto e num território.
Sítio englobado, ou não, num projecto de maior dimensão.

2. Valor Estético/Simbólico

2.1. Singularidade

Sítio de características estéticas únicas

2.2. Representatividade

Sítio ou conjunto de sítios com semelhante representação

3. Monumentalidade

Área de grandeza ocupada pelos elementos arquitecturais ou seus indícios.

4. Inserção ou possibilidade de inserção no tecido urbano

Qualidade de inserção no meio urbano.
Possibilidade de inserção no meio, mesmo seja necessário fazer-se alterações na malha urbana.

5. Importância turística

5.1. Criação de condições para que o sítio seja visto e compreendido por visitantes/Fruição Pública

A valorização de um sítio arqueológico está intimamente relacionada a questões tão vastas como o seu conhecimento científico — pois não se pode valorizar o que não se conhece — a sua protecção, conservação, divulgação e fruição pública. Valorizar implica dar a conhecer o significado dos vestígios do passado, as causas e consequências da ocupação humana

de um determinado local e a relação com o meio envolvente, com o território. O conhecimento científico exige, como já anteriormente dito, o rigor dos registos arqueológicos e maior quantidade de informação possível sobre cada sítio intervencionado. Esse manancial científico deverá conduzir, nos sítios preservados e de acesso público, à criação de informação de um nível diferente: roteiros, guias, desdobráveis, sinalização adequada e exposições monográficas — no caso de haver condições para tal — poderão ser formas de veicular essa informação. O acompanhamento dos visitantes durante os períodos de escavação ou outras acções de valorização, se bem que coloque alguns problemas à própria rotina dos trabalhos, poderá, em alguns casos, ser uma importante forma de sensibilização e divulgação das estações arqueológicas. O apoio logístico aos visitantes é fundamental em locais onde, para além da importância científica, o vector turístico desempenhe um papel preponderante. A integração de muitos destes vestígios em edifícios posteriores é, no meio urbano, uma das formas de se poderem paralelamente proteger e dar a conhecer vestígios móveis e imóveis *in situ*, sendo um apoio logístico para visitantes e investigadores, como bem o demonstram alguns exemplos portugueses. Mas valorizar pode ser apenas criar condições de fruição pública, que se prendem mais com opções de índole urbana, a que já nos referimos.

6. Estado de Conservação de um Sítio

A manutenção e conservação dos sítios pode ser considerada uma das tarefas mais complexas. Implicando uma vigilância permanente, está dependente de uma mão de obra especializada. Deverão, pois, ser incrementadas acções conjuntas com organismos vocacionados para o restauro e conservação de vestígios arqueológicos no sentido de viabilizar uma formação contínua local, pois a diminuta prática de formação de técnicos de manutenção e conservação de vestígios *in situ* faz depender a maioria dos Sítios Arqueológicos portugueses de equipas itinerantes, cujo apoio é limitado no tempo.

7. Possibilidade humana e financeira na execução do projecto de valorização / Garantia de continuidade de manutenção

A manutenção só é possível e eficaz se garantida a sua continuidade pelo que para além das entidades responsáveis institucionalmente pela gestão do património arqueológico, cabe às autarquias e associações regionais a salvaguarda desse património.

8. Classificação do Imóvel

É sabido que a classificação de um sítio não tem passado, na maioria das vezes, de uma medida legislativa com repercussões quase mínimas na protecção e conservação das estações arqueológicas (veja-se o estado de semi-abandono em que se encontram a maioria das estações classificadas como "Monumento Nacional"). Isto deve-se ao facto de que a classificação tem sido, infelizmente, apenas encarada como recurso contra a destruição intencional — e mesmo dessa não estão salvaguardados os sítios, pois não existem medidas tutelares contra a violação dos monumentos. No entanto, esse perigo não tem inibido um outro que é a sua degradação. Torna-se, então, fundamental à eficácia da classificação implementar:

— A criação de mecanismos de sensibilização, divulgação e valorização;
— Uma melhor e maior articulação e envolvimento das entidades relacionadas com o processo de classificação e com os gestores do património: proprietários, autarquias, associações de defesa do património.

Partindo deste enunciado, e baseando-nos em alguns trabalhos dedicados a este tema, nomeadamente os publicados por V. Correia (1991 e 1992) e por J.M. Mascarenhas, C.T. Silva e Joaquina Soares (1986), poderemos considerar:

8.1. Importância científica do Sítio
Grande
Média
Pequena

8.1.1. *Singularidade*

8.1.2. *Representatividade*
Alta
Média
Baixa

8.2. Valor estético/Simbólico

8.2.1. *Especificidade*

Sítio de características estéticas únicas

8.2.2. *Representatividade*

Grande
Média
Pequena

8.3. Monumentalidade

8.4. Inserção ou possibilidade de inserção no tecido urbano

Grande
Média
Baixa

8.5. Importância turística

Grande
Média
Baixa

8.6. Estado de Conservação

Bom
Razoável
Mau

8.7. Possibilidade humana e financeira na execução do projecto de valorização / Garantia de continuidade de manutenção

Grande
Média
Pequena

8.8. Imóvel Classificado

Apesar da relatividade desta variável — pelos motivos apresentados anteriormente, e porque, em muitos casos, a própria classificação deverá ser revista — podemos considerá-la como uma das componentes a ter em atenção, uma vez que a mesma deve ter sido fruto de uma prévia reflexão.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Adília, 1985, *Arqueologia e Turismo,* in "Actas das 1.as jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano", Portalegre, Região de Turismo.

ALMAGRO GORBEA, Antonio, 1983, *Paisajes Urbanos de caracter Arqueologico; Conservacion y Adecuacion,* in "Primeras Jornadas de Arqueologia en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1983, Delegatión de Patrimonio Historico-Artístico de Zaragoza, pp. 59-66.

BALIL, Alberto, 1983, *Arqueologia Urbana y Arqueologia del Territorio,* in "Primeras Jornadas de Arqueologia en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1983, Delegatión de Patrimonio Historico--Artístico de Zaragoza, pp. 19-27.

BARATA, Filomena, 1991, *A Conservação, Salvaguarda e Valorização dos Sítios Arqueológicos — Uma reflexão,* Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 61-67.

BARATA, Filomena, 1993, *O Património Cultural ao longo dos Tempos,* "Vipasca", 2, Aljustrel, pp. 105-114

BELTRÁN MARTINEZ, Antonio, 1983, *Participacion de los Ciudadanos en la Conservacion de los Restos Arqueologicos. Didactica de los Trabajos Arqueologicos, Proyeccion de los Mismos,* in "Primeras Jornadas de Arqueologia en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1983, Delegatión de Patrimonio Historico-Artístico de Zaragoza, pp. 169-175.

CHOAY, Françoise, 1988, *LÁllégorie du Patrimoine,* Éditions du Seuil, Paris.

CORREIA, Virgílio, 1991, *Conservação de Sítios Arqueológicos,* Boletim do Grupo de Amigos do Museu D. Diogo de Sousa, n.º 3.

CORREIA, Virgílio, 1992, *Urban Archaeology in Portugal,* "EVTOPIA", I, 2, Edizioni Quasar, Roma, pp. 23-32.

GARCIA DEL TORO, Javier, 1983, *Las Guias Arqueologicas Urbanas para Publico en General y para Escolares en Particular como Conscienciadoras de la Importancia y Respeto devido al Patrimonio Arqueologico de nuestras Ciudades: Cartagena,* in "Primeras Jornadas de Arqueologia en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1983, Delegatión de Patrimonio Historico-Artístico de Zaragoza.

GROS, Pierre, 1993, *Comprendre la Ville Romaine? Perspectives et Problèmes d'une Approche Structurelle,* in "Pre-Actas do XIV Congresso de Arqueologia Clássica, I Vol., Tarragona, pp. 77-92.

LEITE, Ana Cristina e MOITA, Irisalva, 1986, *Recuperar Olisipo a partir de Lisboa*, in "I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana" (Setúbal 1985) IPPC, Lisboa, pp. 55-79.

LOPES, Manuela Ferreira, 1985, *A Estação Arqueológica da Rua Carlos Campeão — a Dimensão Pedagógica dos Sítios Arqueológicos Escavados*, in "Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, Tomar.

MASCARENHAS, José Manuel, et alii, 1986, *O Património Histórico-Cultura e os Estudos de Impacte Ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacte de barragens*, in "trabalhos de Arqueologia do Sul" Serviço Regional de Évora do IPPC, Évora.

OLALLA, Pedro, 1983, *Urbanismo y Arqueologia, Frente a Frente*, in"Primeras Jornadas de Arqueologia en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1983, Delegatión de Patrimonio Historico-Artístico de Zaragoza, pp. 35-37.

PARREIRA, Rui, 1989, *Arqueologia e Reabilitação de Centros Históricos*, "Boletim Informativo da Associação de Municípios com Centro Histórico, nº 1, Ano 1.

PRICE, N.P. Stanley (direc.), 1984, *La Conservacion en Excavaciones Arqueologicas*, ICCROM, Roma.

SILVA, António Carlos, 1985, *A Cidade e a Arqueologia*, in "I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana" (Setúbal 1985) IPPC, Lisboa. *Musées de Site Arquéologiques*, UNESCO/ICOM.

Profissões em S. Romão do Sado entre 1665 e 1697

* MARIA CRISTINA NETO

Foi nossa intenção, ao apresentar este paqueno estudo no Encontro de Arqueologia Urbana, salientar a importância de um tipo de documento escrito com interesse de pista para a pesquisa na área da Arqueologia, neste caso, histórica. Assim, e mesmo que não soubessemos de onde seria o Livro de Registo de Defuntos que examinamos, e nele não estivesse, inconcebivelmente, referida a Paróquia em cada assento, só pelo tipo de profissões, localiza--lo-íamos numa zona rural.

Com isto, pretendo dizer que a ruína, por hipótese, de um moínho é, para o arqueólogo tão importante como o assento do falecimento da mulher do moleiro, e que a conjunção de elementos é essencial a uma interpretação de um monumento. E mais, com base em dados profissionais, por exemplo, podemos excluir, à partida, a existência de outro tipo de estruturas ou levar ao esclarecimento de outras.

Não obstante esta verdade, vemos como indispensável, chamar a atenção para a necessidade de estudos interdisciplinares, nomeadamente biológicos, em tantas investigações arqueológicas, e a colaboração de todos os métodos de pesquisa do homem e da sociedade que mais não são que caminhos vários para a construção da sua história.

Em resumo, os arquivos paroquiais ou outros documentos históricos dão pistas que podem, em certos casos, conduzir e/ou condicionar, à partida, uma pesquisa arqueológica, embora, mais frequentemente, a investigação se faça em sentido contrário.

---

* Centro de Antropobiologia do I.I.C.T.

QUADRO I — **PROFISSÕES DOS DEFUNTOS**

com 1 caso	com 2 casos	com 3 casos	com 6 casos	com 8 casos
Alfaiate Barbeiro Carpinteiro Cativo Escravo Moço Moleiro Pedreiro	Boeiro Escrava Jornaleiro	Criado Filho família* Lavrador	Pobre/Mendicante	Escravinho Trabalhador

QUADRO II — **PROFISSÕES DOS FAMILIARES DOS DEFUNTOS**

com 1 caso	com 2 casos	com 3 casos
Abade (mulher de) Alfaiate(testemunha) Almocreve (patrão) Ermitão (testemunha) Estanqueiro (marido) Feitor (pai) Pobre mendicante (mãe) Sapateiro (marido) Vindeiro, provavelmente vindimeiro (avô)	Prior (filho e primo)	Barbeiro (primo, marido e testemunha)

Destas listagens excluímos a classificação, implícita ou não, das mães de escravos, bem como as profissões dos proprietários, que, como um todo, serão objecto de trabalho específico.

Porém dos dois quadros podemos concluir, dos poucos casos de referência a profissão, que a frequência quase exclusiva está relacionada com a classe trabalhadora rural ou artesanal, havendo a assinalar, de um total de 64 casos, nove de pobreza declarada, correspondendo a 14.10.

A definição de uma sociedade, neste caso estritamente rural e artesanal, poderá, eventualmente, excluir, numa hipótese teórica, determinados achados arqueológicos.

O mais antigo livro de registo de óbitos de S. Romão do Sado cobre o período que medeia entre 20 de Maio de 1665 e 11 de Dezembro de 1697.

Neste trabalho, sobre que decorrem 32 anos, tivemos a preocupação de distinguir, num primeiro quadro, as profissões dos defuntos e, num segundo quadro, as profissões dos familiares ou outras pessoas relacionadas com o morto (por exemplo, Mãe do Prior).

MUSEALIZAÇÃO

Preservação e valorização de ruínas arqueológicas em meio urbano

* ADÍLIA MOUTINHO ALARCÃO

Discutir hoje em dia o problema da valorização — que necessariamente implica preservação e, provavelmente, conservação e restauro — de estruturas arqueológicas em geral, parece um pouco ocioso, tantos foram os debates e as realizações que se sucederam ao longo de dois séculos tendo-se, nos últimos anos, produzido excelentes sínteses e formulações desta problemática bem como experiências inovadoras ou renovadoras que não podem ser ignoradas por todos os que têm de decidir ou concretizar as respostas à pergunta que cada vez se coloca com maior frequência e premência: "o que vamos fazer destas ruínas?"

Com efeito, é o estatuto conferido à ruína arqueológica que deve orientar a reflexão teórica e as soluções técnicas. Por ocasião do colóquio realizado em França, nos inícios da década de 90, pela Direcção do Património, sobre o tema "faut-il restaurer les ruines?" o Prof. Bruno Foucart [1] traçou a evolução histórica do problema da relação homem/ruína nos séculos XIX e XX, por ele sentida como uma tragi-comédia em quatro actos, da qual se pode concluir que o destino das ruínas oscila entre duas atitudes fundamentais: aceitação da ruína como entidade portadora de mensagens que cada um deve decifrar por si próprio; repúdio da ruína arruinada, transformando-a em objecto didáctico explícito ou de rentabilização social mais complexa.

No dizer de Foucart, a originalidade do quarto acto, do qual somos protagonistas, reside em vivermos simultaneamente um gosto neo-romântico pela ruína e uma vontade neo-racionalista de reconstituição.

---

* Directora do Museu Monográfico de Conímbriga.

[1] Bruno Foucart, *Les sentiments de la ruine au XIX^e et au XX^e siècle: tragi-comedie en quatre actes,* Faut-il restaurer les ruines? (Entretiens du Patrimoine, Collection des Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine, 10), 1991, p. 24-28

É difícil prever a etapa seguinte mas parece razoável admitir que a posição eclética vai prevalecer por muito tempo. Na verdade, os dados essenciais estão lançados e testados e essa posição permite garantir o rigor científico e a reversibilidade dos efeitos; a acessibilidade de compreensão dos vestígios e o usufruto alargado, dois pares de condições nem sempre fáceis de conciliar e pelas quais se batem com igual empenho os que estudam e protegem o património arquitectónico e arqueológico e aqueles que o gerem.

Discutir se se deve ou não restaurar as ruínas arqueológicas pressupõe aceitar que elas devem ficar expostas depois de exumadas. Todavia, cada vez se sente mais a necessidade de considerar a hipótese contrária, tanto por razões económicas como pelas dificuldades de ordem estética e técnica que a conservação das estruturas arqueológicas indiscutivelmemnte coloca.

O número já considerável de realizações, tendo por objectivo a valorização das ruínas — muito diversas quanto à importância, localização e configuração das estruturas conservadas —, tem demonstrado que há quase sempre um grande desajustamento entre o programa/projecto desenhado e a sua concretização. Independentemente da maior ou menor experiência no desenho e construção dos dispositivos concebidos para protecção, visita e reconstituição, responsável por mais ou menos eficácia da obra, esta é inevitavelmente sentida como **um a mais** que valoriza ou desvaloriza o monumento, segundo a perspectiva por que é olhado e a cultura e sensibilidade de cada olhar, mas que, em boa verdade, o altera sempre bem como ao local em que ele está situado. Além disso, a própria intervenção está sujeita a fenómenos de degradação idênticos aos que ameaçavam as estruturas que se pretende proteger e que, por isso, facilmente se pode tornar em ruína acrescida.

O investimento permanente de dinheiro e atenção que estas obras exigem e a frustração que delas advém quando mal sucedidas, são factores que devem ser bem ponderados antes de uma decisão.

Os homens necessitam de referências afectivas ao passado da comunidade que integram, e as ruínas podem oferecer-lhes — como nenhum outro bem patrimonial — não só essas referências mas também um objecto de contemplação, de estímulo à sua capacidade criativa, de indagação poética, de reflexão sobre as limitações da vida humana por comparação com a aparente eternidade que às suas obras a natureza confere.

Hoje, ninguém contesta tais virtualidades da ruína. Pelo contrário, as formas diversas de lucro ou prestígio que podem creditar a quem as proporciona, conduziram à ideia um tanto obcessiva de que toda a ruína arqueológica deve ser mantida como um bem socialmente útil.

Também aqui o bom senso e a atitude eclética são imprescindíveis, qualquer que seja o local onde a ruína se situa: quando perdida em terras

desabitadas, porque facilmente sujeita a vandalismos e incúria; quando integrada em meio urbano, porque se gera uma relação muito forte de interesses, por vezes conflituosos, entre a ruína e o espaço que ela rouba à geração presente. Interesses que não são apenas os mesquinhos, os ditados pelo preço do metro quadrado de terreno mas também os da adequação estética ou orgânica ou da própria conservação.

Assim, antes de saber se uma ruína deve ser restaurada e como deve sê-lo, é necessário ter a certeza de que se impõe trazê-la à convivência social. Fazendo parte de um tecido urbano, a ruína não pode existir como excrescência ou desordem desse mesmo tecido, pois se isso for, nunca deixará de estar ameaçada; embora legalmente considerada intocável, não é sentida pela população como entidade moral e ninguém lhe perdoa que roube o espaço de obra nova mais útil ou apetecida.

Esta ideia de que a ruína não pode mais existir romanticamente entregue às vicissitudes do seu destino natural, nem tão pouco ser um objecto mumificado de romagem escolar ou turística, mas que tem de desempenhar um papel concertado com o quotidiano urbano, parece inevitável e, diria, desejável. Ela tem de ser, naturalmente necessária e como tal defendida.

Na generalidade, as ruínas arqueológicas em meio urbano correspondem a uma das três situações:

1. encontam-se isoladas na actual malha urbana;
2. relacionam-se directamente com o tecido urbano;
3. fazem parte integrante de um imóvel mais recente.

A intervenção para protecção e valorização, inscreva-as por seu turno numa das seguintes categorias:

1. ruína-fragmento preservada como tal e exposta ao ar livre ou dentro de um edifício, constituindo por vezes o justificativo da construção de uma unidade museológica que a protege e a partir dela desenvolve o seu programa;
2. ruína reconstruída;
3. ruína reconstituída por meio de cenários. As duas últimas categorias podem ainda funcionar apenas como objecto de contemplação e testemunho histórico ou como equipamento urbano (jardim, espaço para espectáculos, serviços diversos).

Não existem receitas para preservar e valorizar ruínas: cada caso é um caso em si mesmo e na relação que estabelece com o meio ambiente, considerado este nas suas componentes físicas mais ou menos desfavoráveis à preservação dos materiais, e nas suas componentes estéticas e funcionais.

Existem todavia algumas regras universalmente aceites na actualidade: as que são impostas pelo rigor da História e da Conservação, enquanto disciplinas científicas, e que visam essencialmente a integridade dos vestígios e das suas mensagens, a garantia de sobrevivência do monumento e a reversibilidade dos efeitos da intervenção moderna. Por outro lado, as que decorrem da aspiração a torná-lo inteligível e acessível a uma grande diversidade de públicos e que se prendem com a pedagogia e a segurança de bens e pessoas, regra geral em inevitável oposição ao que deveria ser outra regra de oiro ou seja: a garantia do direito à interpretação individual, a um espaço em branco entre o real e o imaginário, onde cada um possa exercitar-se livremente, emocionar-se na medida da sua sensibilidade e cultura e não ser obrigado a fazê-lo no quadro inevitável de um *visitor's diggest.*

Em suma, o que hoje e no futuro se pede aos demiurgos de um futuro para o passado, enquanto ruína ou seja — aos arqueólogos, aos governantes e aos arquitectos — é quase impossível.

Se, por excesso de ambição pessoal ou colectiva, de insuficiência técnica, de falta de meios de segurança, de qualquer outra condição esse **quase** não puder ser garantido, é mais económico, mais correcto e menos penoso, dar de novo sepultura às ruínas exumadas, ainda que a experiência , laboratorialmente confirmada, nos tenha roubado a ilusão de que ao reenterrá-las, devolvemos as ruínas ao seu meio original e as deixamos perfeitamente preservadas.

Musealização do Forum de Sellium

* MARIA LA SALETE DA PONTE

1. INTRODUÇÃO

O Forum de *Sellium* situa-se num terreno particular [1], prevendo-se para este espaço a construção condicionada de um imóvel urbano (Figs. 1-2), que possibilita a musealização deste sitio arqueológico (Figs. 3-4).

O programa de musealização para esta zona histórica deve, no nosso entender, retratar a memória histórica e cultural da comunidade romana de Sellium, através da salvaguarda e valorização *in situ* do Forum Augustano. Isto é, a valorização do *Sítio* funcionará como um estigma histórico para as gentes locais e para todos quantos possam rever, não só os valores culturais expressos pelos bens patrimoniais conservados e valorizados *in situ*, mas também recriar, para além do simbolismo imagético do Forum, o espaço geográfico ocupado pela *civitas* de Sellium, graças à recolha e estudo de inúmeros testemunhos materiais, que evocam áreas de influência sócio-cultural durante o período de dominação romana na província da Lusitânia. Por outro lado, entendemos que a construção do imóvel urbano não afecta o edifício romano — Forum —, do qual se conservam, além da Curia, parte da Basílica, da Praça Pública e de algumas lojas comerciais — *tabernae* — (Fig. 5).

Incluiremos aqui extractos da memória descritiva e justificativa do "Projecto da Obra" sobre as ruínas do Forum Romano, cuja filosofia de interven-

* Escola Superior de Conservação e Restauro de Tomar.

[1] O terreno pertence ao Sr. Augusto Fernandes.

ção resultou da articulação de objectivos programáticos e propostos pelos vários intervenientes profissionais: arqueólogo, museólogo[2] e arquitecto[3].

Eis a súmula dessa articulação proposta:

> ... (Figs. 1-2) Utilizou-se um discurso arquitectónico clássico que permitisse, por um lado, criar uma "marca urbana" e, por outro funcionar como referência/memória de escalas e linguagem. Por esta razão propôs-se a utilização de pilares em tudo o que foi possível reconstituir, idênticos àqueles que teriam existido no local (Fig. 3-5).
>
> Todo o ritmo estrutural se encontra intimamente concebido de acordo com o ritmo arquitectónico definido pela tribuna e pórticos do terreno.
>
> Também nas fachadas se retomou este mesmo ritmo, utilizando formas (dimensões) e localização de janelas que referenciassem a relação dos pilares e tribuna existentes em planta.
>
> Acentuada foi a entrada para o espaço museológico, através de todo um tratamento de alçado que a prolonga.
>
> Assegurou-se no pé direito do piso 0, uma altura de 3,55m, tendo-se levantado ligeiramente a cota da soleira do piso habitacional e rebaixado o pavimento no interior do espaço museográfico. Conseguir-se-á, com esta solução, criar de imediato uma protecção às ruínas e uma demarcação espacial que nos parece importante.

Em relação ao projecto de manutenção e valorização das ruínas do Forum, diz-se ainda:

> ... Desenvolveu-se uma sugestão de ocupação que, em nosso entender, poderia permitir que a cidade possuisse um (necessário) espaço museográfico vivo e um espaço cultural e/ou comercial que dinamizasse o investimento inicial.

Ora, a proposta de valorização museográfica apresentada tem uma preocupação fundamental: "compatibilizar o passado e o presente, permitir a leitura clara das pré-existências históricas consideradas fundamentais para o entendimento do espaço arqueológico, acentuá-lo se possível recriá-lo".

> É com esta filosofia de intervenção que se criou paralelamente ao pórtico da Basílica (naves laterais) e nos seus intervalos, a estrutura

---

[2] Arqueóloga responsável pela escavação do Forum - Salete da Ponte e autora da proposta de musealização do sítio arqueológico.

[3] Arq.to José Salazar Lebre e Arq.to Ana Paula Marques autores do Projecto de Arquitectura do Edifício de Habitação sobre o Forum.

de suporte do novo edifício. Como o vão exterior é demasiadamente grande, houve necessidade de recriar uma segunda fiada de pilares, perfeitamente ordenadas com os do exterior, mas no interior do espaço designado, o Tribunal (Basílica), sem contudo molestar qualquer dos elementos considerados fundamentais.

A envolvente do Tribunal e respectivo pórtico sugeriram também a possibilidade de criar um espaço museográfico que induza o visitante a uma leitura informativa e didáctica do monumento, intercalando entre os novos pilares uma estrutura metálica, constituída por perfis de alumínio lacado e vidro fumado, com acessos (portas intercaladas em alguns destes módulos. Propõe-se ainda a execução de uma "parede-cortina", a Norte, contendo vitrina iluminada e envidraçada (com gradeamento ou não), onde seria exposto o espólio recolhido no Forum ou fora dele, mas que com estes vestígios históricos se identifiquem, isto é, seria o local de exposição de objectos de pequena dimensão..."

Em suma, a memória descritiva refere-se ainda a outras questões relacionadas com o pavimento pedonal e criação de lojas, quiosque ou um café com esplanada na zona interior do espaço museografado.

Refere-se ainda a criação de um parque de estacionamento de automóveis, à definição de um percurso "colado" às traseiras dos edifícios, que permitisse "o eventual acesso de ambulâncias ou bombeiros".

O acesso ao imóvel urbano (às habitações) é diferente do do Forum, estabelecendo-se, assim, um controle adequado sobre a entrada no museu.

2. PROPOSTA DE MUSEALIZAÇÃO

As estruturas conservadas do edifício romano ocupam uma área com cerca de 2420 m². Os blocos habitacionais, tanto a norte, como a poente e a nascente, como a Rua Carlos Campeão, a sul, não permitem calcular com rigor e exactidão o perímetro do Forum Augustano. Por outro lado, os alicerces deste Monumento ficam a uma cota inferior (60,9 m) da cota média da Rua Carlos Campeão (60.43 m), o que implica um conjunto de medidas cautelares tão necessárias à proposta de musealização do sitio arqueológico.

O valor e a importância histórica do Forum de Sellium evocam a necessidade de o preservar como memória passada de um colectivo e, torná-lo num estigma sócio-cultural, mediático e realista para as gerações de hoje e de amanhã. A convergência de interesses sócio-culturais e as exigências científicas motivadas pelo valor do documento arqueo-histórico inserido no tecido urbano, constituem os dois principais vectores, em que repousa o projecto de valorização das ruínas do Forum. Assim, adoptamos para o tratamento museo-

lógico deste sítio arqueológico, um critério essencialmente de vivência sociológica, onde a memória histórica da capital da *civitas* de Sellium deve ser recriada, mediante vários métodos de apresentação de objectos e de documentação iconográfica complementar, que proporcionem um melhor conhecimento da comunidade seliense. Deste modo, este sítio traduzirá não só o valor intrínseco do Forum, mas também a memória colectiva da população seliense que habitava nesta cidade durante o domínio romano. Este local será também um espaço de reencontro entre as gerações do passado e do presente, onde os recursos técnico-científicos serão uma amostragem discreta e actuante do discurso histórico.

O plano museológico deverá satisfazer a conservação e renovação dos testemunhos materiais existentes, munindo o espaço, onde têm assento, de infraestruturas exigidas pelas suas novas funções sociais, preservando, no entanto, os valores históricos e cénicos do Sítio Arqueológico.

2.1. Tratamento Museográfico

A cultura material da *civitas* de Sellium constituirá a principal geradora de informação da memória passada, desde que sejam observados um conjunto de requisitos e de exigências necessárias para a compreensão e conhecimento do percurso histórico da comunidade seliense no tempo dos romanos e prefigurá-lo numa trajectória evolutiva até ao presente.

Estes requisitos prendem-se com o programa museográfico para o Forum, cujo espaço deverá corresponder a exigências pedagógicas, científicas e de lazer para um público diversificado. Assim, esta opção implica, em 1.º lugar, uma distribuição harmónica e racional do espaço arqueológico, onde ambiente, circuitos e exposição *in situ* devem garantir a interactividade sugerida pelos vários agentes culturais, num contexto alargado de espaço-tempo histórico.

Preferiu-se ao nível do piso-0, ou seja ao nível do Forum, uma filosofia de manutenção e de valorização do sítio, redimensionando-o à escala do visitante; mais, o projecto de construção do imóvel de habitação integra-se no ambiente arqueo-histórico do Forum. Tal facto, é evidenciado pelos alicerces romanos, que deverão ser conservados para permitirem uma adequada leitura histórica do monumento.

A criação de um circuito de visita integrado às ruínas e aos materiais expostos em vitrinas no percurso pedonal, permitirão ilustrar a história da antiga cidade romana de Sellium.

A valorização do sítio arqueológico passará, igualmente, pela instalação de estruturas de apoio, tais como a criação de um posto de recepção/vendas e de um espaço recreativo/comercial. As zonas arqueológica e museal marcadas

respectivamente pelos símbolos A e B-F deverão constituir áreas de fruição atractiva, cultural, de lazer e de entretenimento do visitante. Para tal, o ambiente cénico da memória colectiva de Sellium deverá ser expressa pelas ruínas *in situ* e pelos objectos expostos, sem que as técnicas de apresentação dos "vestígios do passado" ofusquem o valor plástico e o significado histórico e funcionalidade daqueles testemunhos materiais.

2.2. Proposta de Percurso histórico

Propomos para uma visita ao Forum um discurso expositivo com três etapas fundamentais, cabendo a cada uma delas contextualizar pela escrita e pela imagem as várias fases históricas da antiga cidade romana de Sellium.

A 1.ª etapa compreenderá uma leitura científica e pedagógica do ambiente geo-histórico do mundo pré-romano, que precedeu a criação da *civitas* de Sellium no vasto universo da Lusitânia Romana.

A documentação escrita e iconográfica, bem como os achados arqueológicos justificarão a importância histórica e o valor geo-estratégico da *civitas* no programa de ordenamento territorial da Península.

A 2.ª etapa ocupar-se-á da cidade-capital de *civitas*, onde o Forum constituirá a figura principal do cenário urbano recriado, valorizando as pré-existências históricas no plano estético e didáctico.

Esta ambiência cénica está centrada na maquete do Forum augustano, cuja reconstituição é baseada nos dados arqueológicos do "Sítio", e cujos testemunhos materiais são ou ilustrados, ou exibidos como o capitel jónico (Fig. 6) , o retrato de Augusto (Fig. 7), fragmentos de uma escultura feminina (Vénus) (Fig. 8), fragmentos de entablamento (Fig. 9) e pequenos objectos que datam o inicio da construção do Forum (Fig. 10).

O culto imperial e a e a municipalidade da *civitas* de Sellium estão representados, respectivamente, pelo retrato do fundador do Forum e pela reprodução do documento epigráfico, GENIO MUNICIPII (Fig. 11). Digamos que o cenário visual das ruínas e da iconografia geradora do espectáculo teatrializado, constituirão o foco central da exposição *in situ*, que proporcionará ao visitante um ambiente pedagógico e lúdico, a par de uma peculiar riqueza cultural e científica operadas pelas características intrínsecas e extrínsecas das peças arqueológicas. É neste percurso visual e real da cidade — capital da *civitas*, que se destacam os objectos e documentos iconográficos expostos em vitrinas ou em suportes adequados à natureza dos objectos (plintos, pedestais, painéis, etc.)

O critério de apresentação e exposição dos achados descobertos na área urbana de Sellium, através da representação iconográfica (desenhos, gravuras, fotografias) e da exibição dos próprios objectos são essenciais para a com-

preensão e clareza da vida quotidiana seliense[4]. Destacam-se neste 3º painel de perfil sócio-económico e sócio-cultural, o papel e importância desenvolvidos pelo mercado e *insulae* da cidade (Figs. 12-13). A qualidade e variedade dos bens e produtos romanos recolhidos na cidade-capital da *civitas* e, aqui expostos permitem definir os vectores fundamentais da economia da sociedade, cultura e religião da comunidade seliense (Figs. 14-16).

A cultura material estudada e recolhida nas imediações do Forum, e que retratam o quotidiano da comunidade seliense, ocuparia o espaço correspondente à Praça Pública, tão propício ao lazer e ao ócio do visitante, que será atraído "ao lugar", pelo menos, para saborear o gosto de um refresco ou de um café.

O espaço museológico teria também a enriquecê-lo um conjunto de materiais complementares de divulgação e de comunicação, tais como: textos de apoio, catálogos, cartazes, brochuras temáticas, dioramas, vídeos, etc.)

Digamos que este sítio arqueológico dignificado pelo seu valor histórico e cultural seria igualmente uma zona de passagem e de estar para o público em geral.

---

[4] Cf. Ponte (Salete da), Sellium - Tomar Romano, Tomar, 1989; Cf. (S. da), A Cidade: memórias e sobrevivências históricas, "Bol. Cult", (n.º 18), Março 1993, pp. 145-157.



Fig. 1 — *Alçado Principal - Rua Carlos Campeão*



Fig. 2 — *Alçado de Tardoz - Rua Carlos Campeão*

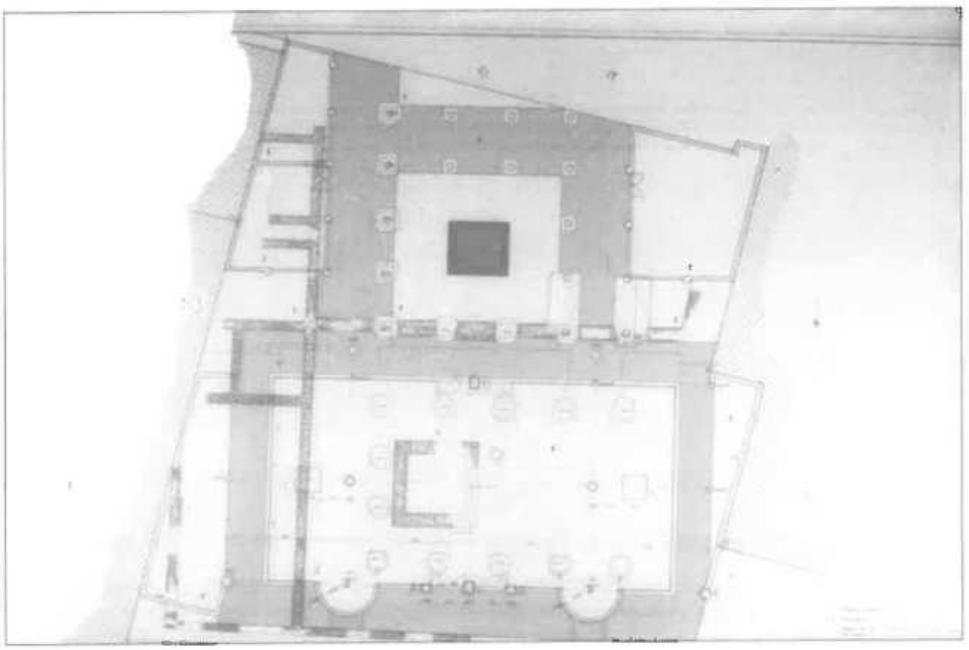


Fig. 3 — *Planta do Piso-0 ao nível do Forum*

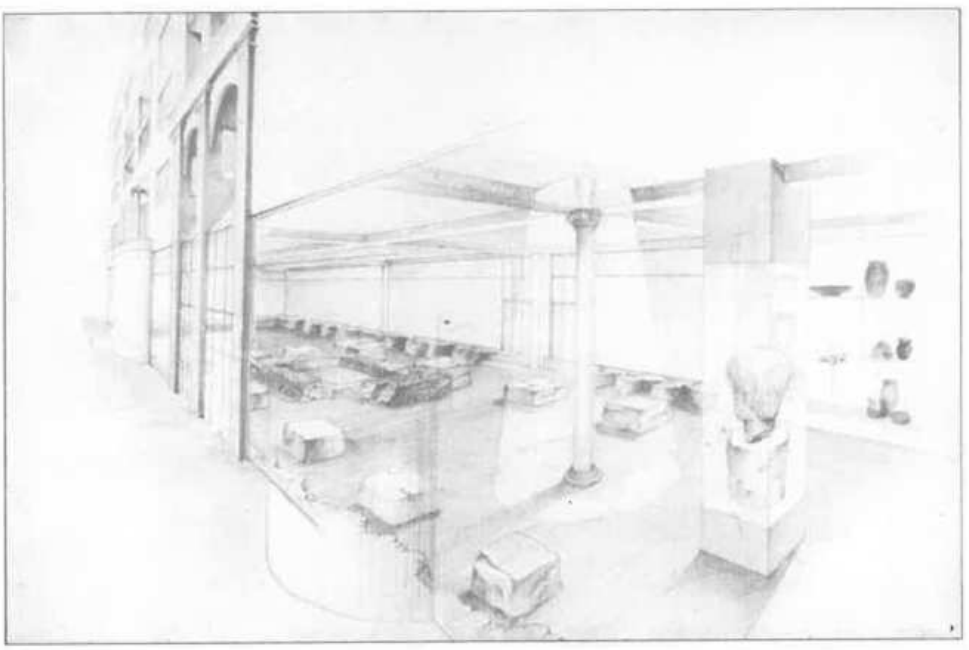


Fig. 4 — *Proposta e perspectivas de Musealização do Piso 0*

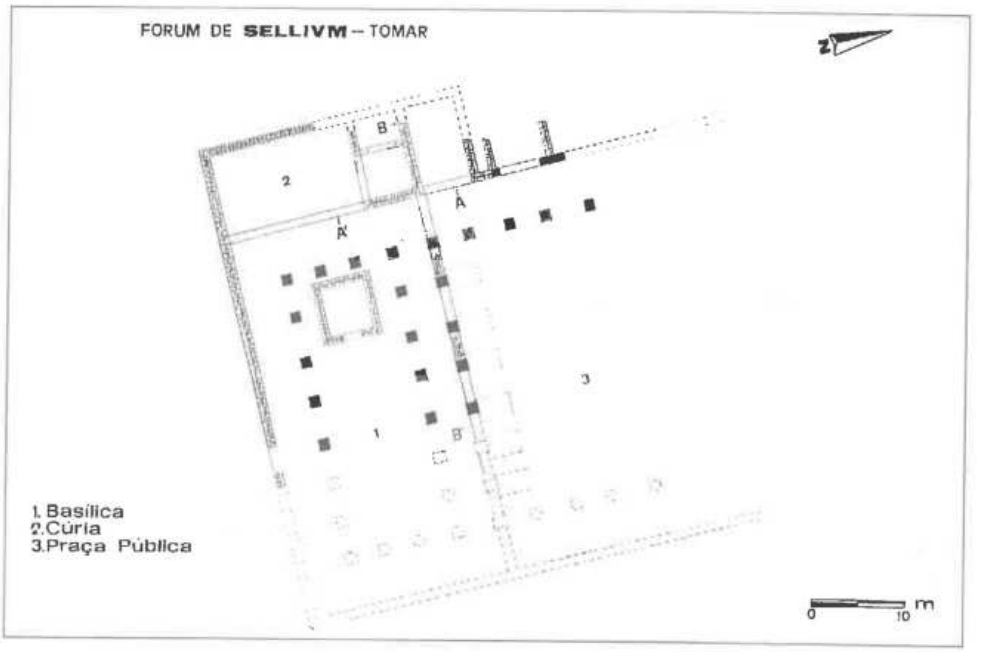


Fig. 5 — *Reconstituição planimétrica do Forum. Esc: 1:800*



Fig. 6 — *Capitel jónico do Forum Augustano*

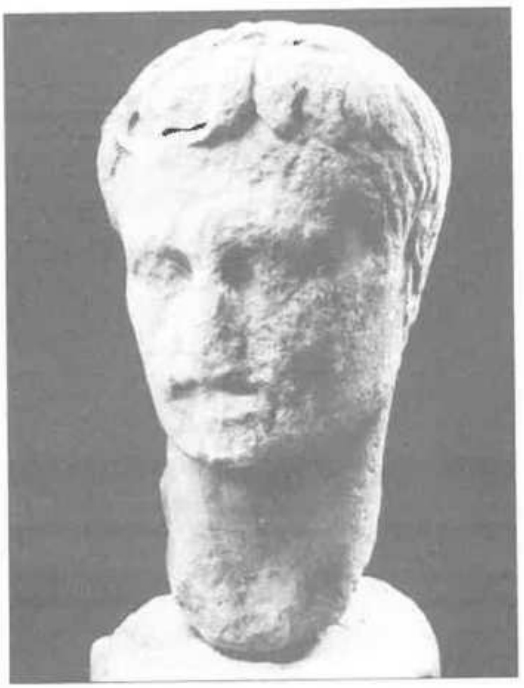


Fig. 7 — *Retrato póstumo de Augusto, correspondente ao tipo da Prima Porta*



Fig. 8 — *Fragmento de torso feminino. Provavelmente de uma estátua dedicada a Vénus*

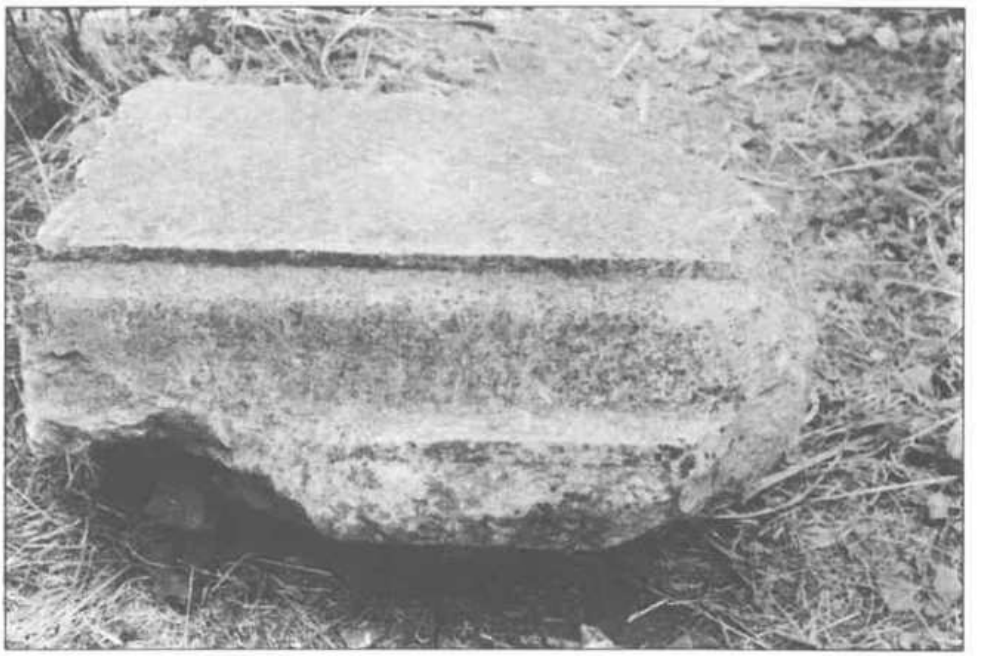


Fig. 9 — *Entablamento de cornija do Forum Augustano*

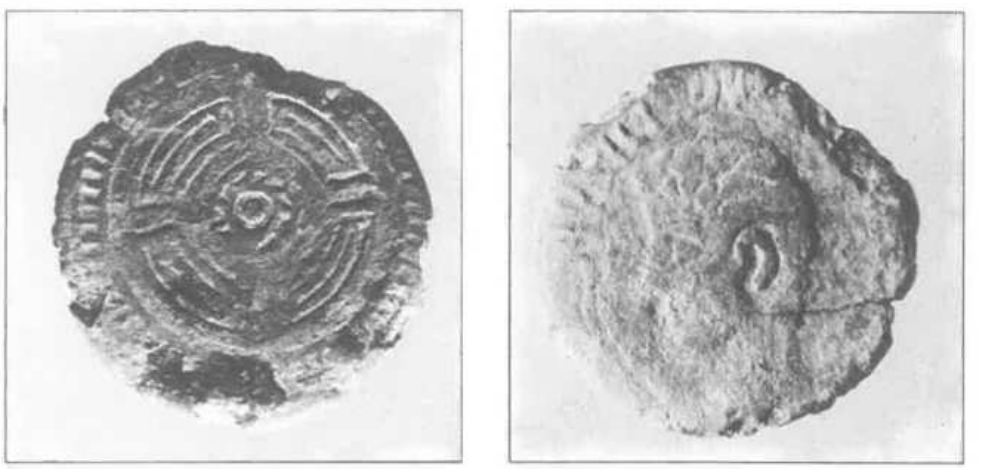


Fig.10 — *Anv. e Reverso de Moeda achada no Forum: 85. M37(7)*



Fig.11 — *Inscrição votiva de Genio Municipii — ao Génio do Município*

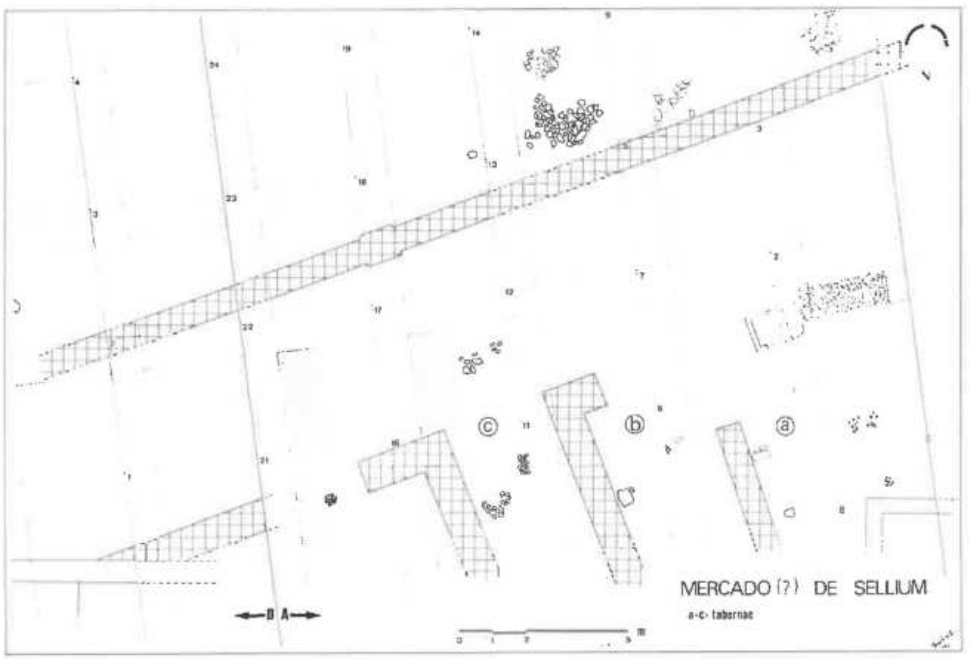


Fig.12 — *Planta do Mercado entre as Ruas Amorim Rosa e Major F. Amaral. Esc. 1:250*

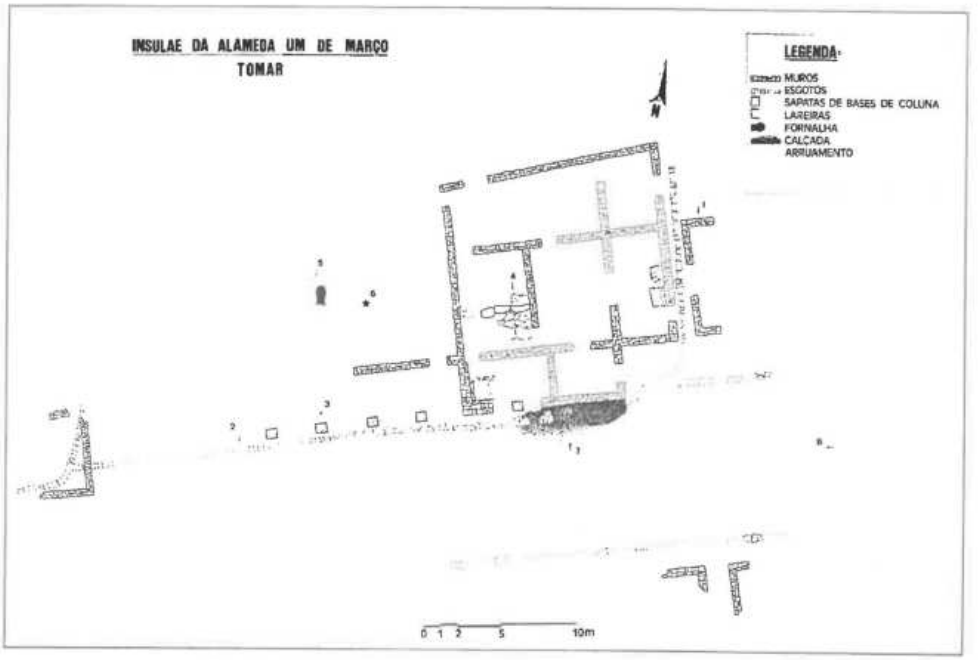


Fig.13 — *Insula da Alameda Um de Março. Esc. 1:500*



Fig.14 — *Tacinha de sigillata sudgálica. Drag. 24/25*



Fig.15 — *Inscrição funerária dedicada a Gaio Attio Attiano Rufino, por Sabínula, sua mãe*



Fig.16 — *Inscrição funerária votiva a Pietas Augusta*

Adro do Castelo de Soure. Arqueologia e Arquitectura

A memória e o desenho

* ARTUR CÔRTE-REAL
** JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA

RESUMO

O Largo do Adro, ou do Castelo, desempenha um papel de fulcral importância na análise morfológica da evolução da malha histórica de Soure. Como primeira praça, anexa à Alcáçova (parte ainda existente no Castelo), ele desenvolveu-se, desde sempre, associado a um elemento estrutural relevante: a Igreja de St.ª Maria de Finisterra (ou de Nossa Senhora de Finisterra). Com a demolição desta, em meados do século passado e, mais recentemente, durante os anos sessenta, com o atravessamento da variante à E.N. 348, ficou este Largo algo dilacerado da sua dignidade formal, não perdendo, no entanto, a força estruturadora da área de embate do percurso que vem do sul com todo o aglomerado que se foi desenvolvendo a norte, aproveitando a qualidade geológica de terreno e a exposição solar.

O Plano de Reabilitação do Núcleo Histórico de Soure carecia, na sua vertente analítica, da definição da Igreja, para que coerentemente fosse feito o estudo da evolução de toda a malha e tipologias consequentes, uma vez que esta área, que teria sido o vértice gerador, se encontrava algo falseada na sua dinâmica espacial.

A intervenção arqueológica levada a cabo no Adro do Castelo de Soure, com carácter de emergência, permitiu, para além da recolha de informações contributivas para um melhor conhecimento de um espaço de ancestral importância religiosa, desenvolver um conjunto de acções em que Arqueólogos e

* Direcção Regional de Coimbra do IPPAR
** Assistente do Departamento de Arquitectura da F.C.T.U.C.

Arquitectos, unidos em objectivos coincidentes, deixam cravada a memória desse elemento como a projecção racional da dinâmica urbana na vida actual.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO DO CASTELO DE SOURE — NOTAS

Na sequência dos trabalhos para calcetamento do Largo do Castelo de Soure, em 1985, foram detectados vestígios arqueológicos, designadamente osteológicos, assim como estruturas de um presumível edifício religioso.

Tal facto motivou o acompanhamento pontual da referida empreitada por um técnico do Museu Monográfico de Conímbriga[1] o qual, após ter verificado o aparecimento de dois sarcófagos, um dos quais um reaproveitamento de um marco miliário romano[2], informou a Directora do Museu Monográfico de Conimbriga, no sentido de ser encontrada uma solução adequada que permitisse o estudo e salvaguarda dos vestígios detectados[3].

Face à importância dos elementos referidos e antes que se procedesse ao calcetamento da área, o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro encetou uma intervenção de emergência no local[4], a fim de se poder avaliar o valor científico e patrimonial daquele espaço.

Os resultados obtidos[5], de significativo interesse para o conhecimento da ocupação do referido Largo, já que a tradição oral e escrita apontavam para a existência de um templo religioso do século XV — a Igreja de Santa Maria de Finisterra, permitiu, para além da recolha de dados físicos relativos ao citado edifício e necrópole associada, desenvolver um projecto de recuperação, valorização e musealização das ruínas do citado monumento.

---

[1] Os trabalhos foram acompanhados pelo Sr. Carlos Beloto, residente em Soure.

[2] O sarcófago referido encontra-se hoje em exposição no Museu Municipal de Soure, tendo sido objecto de estudo por Vasco Mantas, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se de um marco miliário romano, cuja inscrição refere o Imperador Caracala (198 a 217 d.C.). O facto de ser em calcário muito friável possibilitou o seu posterior reaproveitamento como sepulcro.

MANTAS, Vasco, Dois Novos Miliários do Território de Conimbriga, "Biblos", LXI, Faculdade de Letras de Coimbra, 1985, 159 a 179.

[3] À Dr.ª Adília Alarcão gostaríamos de expressar um agradecimento por todo o empenhamento e colaboração sempre manifestada no desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos no local, assim como nas acções que posteriormente foram encetadas com vista à recuperação e valorização do sítio.

Refira-se que todo o espólio arqueológico proveniente dos trabalhos e que hoje se encontram, em grande parte, no Museu Municipal, foram restaurados nos laboratórios do Museu de Conimbriga.

[4] A intervenção realizou-se em duas fases distintas. A primeira, de maior amplitude, foi da responsabilidade científica de Conceição Lopes, enquanto que a segunda, que culminou com a recuperação urbanistica da praça, foi orientada por Artur Côrte-Real.

[5] A primeira abordagem sobre os resultados obtidos foi já objecto de publicação — CÔRTE-REAL, Artur, Intervenção Arqueológica no Adro do Castelo de Soure, "LOCUS", Revista da Associação de Investigação do Território, Soure, nº1,1986.

Os contactos estabelecidos, na sequência da escavação, entre os Arqueólogos (responsáveis pela intervenção) e Arquitectos (do Gabinete Técnico Local)[6], favoreceram o desenvolvimento do projecto que adiante apresentaremos.

Conscientes que a investigação do sítio não se encontra de forma alguma esgotada, por um lado face aos muitos condicionalismos com que a intervenção arqueológica decorreu, por outro porque permanecem *"in situ"* testemunhos de ocupação numa área não intervencionada, gostaríamos de deixar aqui expressa a experiência enriquecedora resultante de um diálogo profíquo entre técnicos de formação diferenciada e que, unidos em objectivos coincidentes, permitiram o tratamento urbano daquele importante arqueo-sítio.

A zona onde decorreram as escavações, denominada Largo do Adro ou do Castelo, situa-se na parte mais baixa da vila, numa praça semi-circular, a Este do Castelo de Soure (Fig. 1). Aí se implantam as ruínas de um dos mais antigos edifícios da actual vila — o Castelo, cujo papel na fundação da nacionalidade foi fundamental, estruturando todo o desenvolvimento e expansão urbanas.

Do Castelo de Soure, cujo momento de construção data possivelmente do século IX, e ao qual está associado a fundação de Saurium [7], restam testemunhos da reedificação levada a cabo por D.Teresa, em 1125. Terá sido doado à Ordem do Templo, em 1128.

Situado estrategicamente entre dois rios, o Arunca e o Anços (Fig. 1), estaria a um nível superior do actual. O assoriamento dos terrenos marginais provocou a transformação profunda do contexto geo-morfológico que o envolvia.

Do largo existente a Este, denominado Largo do Castelo, existem sumárias referências à existência de um edifício religioso do século XII, o de Santa Maria [8], e um outro edificado no século XV, o de Nossa Senhora de Finisterra, o qual terá deixado de ser paroquial no princípio do século XIX.

---

[6] O Arquitecto Carlos Figueiredo foi um dos elementos envolvidos no projecto de recuperação e valorização do sítio. A ele lhe cabe, igualmente, a responsabilidade técnica sobre o projecto do Museu Municipal de Soure, localizado no antigo edifício da GNR, junto às ruínas da Igreja de S.ta Maria de Finisterra.

[7] O autor que abaixo referenciamos publicou uma monografia histórica sobre a actual Vila de Soure. Atribui a fundação de Saurium (actual Soure) ao século IX,ao tempo de D.Afonso III, rei das Astúrias e Leão. Porém, refere a existência de uma povoação mais remota, luso-romana, localizada perto desta, na margem esquerda do rio Anços e a Sudoeste de Soure, designada hoje por Quinta da Madalena. CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos — Soure, a Terra abençoada da Pátria, Coimbra, 1942, pg. 59.

[8] Não foram detectados, durante a intervenção arqueológica, vestígios do edificio religioso do séc.XII, — o de Santa Maria de Finisterra.

A demolição deste último ter-se-á dado em 1843, possivelmente por se encontrar em acelerado estado de ruína, ao que não terá sido alheio o facto da área de implantação sofrer fortes transformações geo-morfológicas, provocando o lento soterrar das estruturas do edifício.

Durante muitos anos o Largo do Castelo foi considerado um espaço marginal à própria Vila de Soure, sendo utilizado como local de comércio, na sua feira semanal.

A vontade expressa pelos elementos do Gabinete Técnico Local em devolver, de novo, a sua dignidade perdida, levou a que se implementassem trabalhos de pavimentação do Adro, e os quais provocaram o desenvolvimento de todo este processo.

No adro do Castelo de Soure foram definidas estruturas de um edifício religioso de planta rectangular, de três naves, comprovadas pela delimitação *"in situ"* de dois alinhamentos de colunas, compostas respectivamente, por quatro bases. (Figs. 3 e 6)

As dimensões relativamente pequenas das estruturas (comp. médio 12,25 x larg. média 8,75m) sugerem uma igreja de dimensões relativamente reduzidas, de características rurais.

O aparelho de construção apresentava-se constituído por lajes em calcário, de tamanho médio, assentes em argamassa. Vestígios de lajes, igualmente em calcário, ao nível das bases de coluna, atestam a existência de um pavimento no interior do edifício e correspondente possivelmente ao último momento de ocupação da Igreja de Nossa Senhora de Finisterra (Fig. 7).

As colunas em mármore (Fig. 12), depositadas desde longa data num entulho anexo às traseiras da actual Igreja Matriz, faziam parte da Igreja do séc. XV. Para tal dedução baseámo-nos não só nas informações bibliográficas recolhidas, como pela correspondência das dimensões das bases encontradas.

Igualmente, um capitel, há tempos descoberto no local, faria parte dessa componente arquitectónica[9].

A orientação habitual deste tipo de monumentos é com a entrada para Poente, ou seja, sentido Este/Oeste. Face à delimitação de uma estrutura continua a Oeste, na direcção Norte/Sul, a cerca de 1,40m de distância do pano de muralha (Fig. 6), limitando por conseguinte todo o espaço de entrada, que pretende ser amplo, assim como a ausência de qualquer tipo de testemunhos identificadores dessa passagem, na abertura para Este, fazem-nos visualizar, desta forma, o edifício virado ao amplo adro (Este), que justifica o topónimo do lugar.

[9] O elemento arquitectónico aqui referido, assim como os demais detectados (colunas), foram posteriormente reutilizados aquando da execução do projecto.

Teríamos, linearmente, um edifício rectangular, de três naves, com fachada principal virada a Este e uma entrada lateral a Norte. A orientação das sepulturas (E/W), em que os féretros eram colocados com os membros inferiores em alinhamento ao altar, ao contrário do presbítero, inumado em direcção aos seus pés, consubstanciam a ideia de que a orientação da Igreja de Nossa Senhora de Finisterra se implantasse nesse sentido[10].

Atendendo à época em que o Igreja funcionou no local, fica clara a existência de uma necrópole associada. Problemática é a relação dos vários momentos do cemitério com o imóvel religioso.

Foram detectadas diversas tipologias de enterramentos:

— **Sepulturas ou caixas sepulcrais** (Fig. 3 e 9) — constituídas por vários blocos de calcário colocados na vertical, com ou sem tampa (também em calcário, situadas muitas delas à superfície), apresentavam o esqueleto depositado em posição W/E, por vezes com ossário. As características tipológicas referidas, assim como a integração de uma delas sob uma estrutura pertencente ao edifício do séc.XV, apontam-nos para uma primeira fase de ocupação do cemitério, (associada possivelmente à Igreja do século XII)[11], com amplitude temporal de utilização, posterior ao século XV.

— **Sarcófagos monólitos** — Detectados na 1.ª fase de escavação. A ausência de espólio datável assim como uma certa descaracterização na sua tipologia não permitiu uma avaliação cronológica segura. Julga-se estarem associados à primeira fase de ocupação do cemitério.

— **Sepulturas em tijoleira** (reaproveitamento do pavimento) (Fig. 10) — com vestígios de argamassa branca de assentamento do pavimento. Sem espólio. Localizavam-se no interior do edifício religioso. Construção posterior ao século XV, dados os materiais reaproveitados do pavimento do edifício.

---

[10] Nogueira Gonçalves, contrariamente, levanta a hipótese de a fachada principal do edifício do séc.XV estar virada a Oeste, bem junto do pano de muralha.

GONÇALVES, Nogueira, Inventário Artístico de Coimbra — Distrito de Coimbra, vol.IV, Lisboa, 1952, pag. 218.

[11] Embora seja problemático avançar com cronologias absolutas, não queríamos deixar de evidenciar a identidade das sepulturas escavadas no cemitério medieval de Sepins - Cantanhede (vj. relatório do S.R.A.-Z.C. — Necrópole de Sepins - Cantanhede, Dezembro de 1983/Janeiro de 1984), assim como as de Valeria — Cuenca (Vj. FERNANDEZ, Jorge Juan, Excavaciones Mdievales en Valeria (Cuencà), Diputation Provincial de Cuenca, 1981, pg.162), atribuíveis ao séc. XII/XIII. Tambem Zamora Cannelada (Vj. CANNELADA, A. Zamora, Excavaciones en el atrio Norte de San Milllau de Segovia - Epocas Celtica e Medieval, In Noticiario Arqueológico Hispânico, Madrid, 6,1979, pg.523-542.

— **Caixões/covas** — pensamos corresponderem à ultima fase de utilização do Largo como necrópole. Pelas informações orais que recolhemos e pelos vestígios detectados ainda conservados (tecido, cabelo, etc.) o local terá servido de cemitério ainda no início do nosso século.

Embora na maior parte dos casos a madeira do caixão não se mostrasse perceptível, os elementos a ela associados (alfinetes em cobre, vestígios de ramos de flores artificiais, colchetes, etc. identificavam-no como tal. Os esqueletos depositados em posição natural (sentido W/E), alguns com os braços cruzados com a cintura, apresentavam por vezes espólio vário - botões em osso, contas, crucifixos, etc.).

Relativamente ao espólio exumado[12], concluimos que, dada a sua proveniência espacial, com ausência de uma estratigrafia segura, os elementos recolhidos não nos definem os horizontes cronológicos para uma correcta análise de ocupação do cemitério.

De facto, verificámos que, na quase totalidade, dos enterramentos não existia material associado com possibilidade de definição e integração cronológica. Também as diversas camadas, porque revolvidas face à intensa ocupação da área como cemitério, não nos forneceram elementos probatórios de datação, embora um estudo cuidado do diverso material se mostre importante para a compreensão da segunda camada ao nível do interior do edifício religioso.

Apontamos duas situações que julgamos bem definidas: uma correspondente à zona exterior do edifício em que o material se mostrou praticamente inexistente; outra, no interior do mesmo edifício, onde a quase totalidade do espólio arqueológico foi detectado, embora não associado, na generalidade, às sepulturas exumadas.

Uma análise estratigráfica correcta é difícil num espaço onde o revolvimento de terras foi uma constante ao longo dos anos, e onde a intensiva ocupação, por sucessivos enterramentos, perdurou quase até aos nossos dias.

Porém, e em algumas zonas, evidenciámos camadas perfeitamente distintas:

1 — A primeira camada terá sido a que menos questões interpretativas levantou, porquanto se apresentou perfeitamente uniforme em todo o espaço intervencionado. De tonalidade francamente clara (castanho), a ela estava associado não só enorme quantitativo de resíduos de pavimentação (tipo brita) como ossadas humanas dispersas.

[12] O espólio encontra-se exposto no Museu Municipal de Soure.

2 — A segunda camada não apresentou sempre as mesmas características ao nível da textura e espólio, variando conforme a sua situação espacial. Podemos adiantar que a diferença estrutural na camada dois verificava-se ao nível do interior e do exterior do edifício religioso. Assim, no interior, uma terra negra, associado a enorme quantitativo de ossadas humanas dispersas, espólio funéreo diverso e vestígios de enterramentos recentes (tecido, cabelo, etc.). No exterior, associámos toda a segunda camada às sepulturas em lajes de calcário, apresentando-se mais compacta e sem espólio.

3 — O solo virgem apresentava uma cor amarelada, e estava associado a grande quantitativo de seixos rolados (não esqueçamos a proximidade do rio) e sem qualquer material de ocupação humana.

A vala de sondagem efectuada no sentido Sul/Norte e no Quad. 19, área I (Fig. 3), confirmou o acima descrito, pondo de parte a hipótese de uma pré-existência para o local, anterior ao séc. XII.

PROJECTO DE TRATAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO

"(...) a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão" — Fernando Távora [13].

O Largo do Adro, ou do Castelo, desempenha um papel de fulcral importância na análise morfológica da evolução da malha histórica de Soure. Como primeira praça anexa à Alcáçova - a parte ainda existente no Castelo — desenvolveu-se, desde sempre, associada a um elemento estrutural relevante: a Igreja de Santa Maria de Finisterra. Com a demolição desta, em meados do século passado e, mais recentemente, durante os anos sessenta, com o atravessamento da variante à E.N. 348 (Fig. 4), ficou este largo dilacerado na sua dignidade formal, não perdendo, no entanto, o seu cariz estruturador, enquanto área de transição da estrada que vem do sul com todo o aglomerado que se foi desenvolvendo a norte, aproveitando a qualidade geológica do terreno e a exposição solar.

Uma das preocupações prioritárias no acompanhamento da referida obra foi, assim, a de que o inevitável revolvimento de terras não pusesse em causa ou danificasse eventuais estruturas enterradas, que nos ajudassem a clarificar o processo de crescimento do núcleo histórico que estávamos empenhados em reabilitar e revitalizar. O Plano de Reabilitação do Núcleo Histórico de Soure, então em fase inicial, carecia, na sua vertente analítica, da definição da Igreja,

[13] TÁVORA, Fernando, O problema da casa Portuguesa, Lisboa, Ed.Organizações, 1947.

para que coerentemente fosse feito o estudo da evolução de toda a malha e das tipologias consequentes, uma vez que esta área, que teria sido o seu vértice gerador, se encontrava substancialmente falseada na sua dinâmica espacial. Malogradamente, a carta topográgica mais antiga que se conhecia era de 1850, ou seja, sete anos depois da demolição de Nossa Senhora de Finisterra.

Às primeiras passagens da máquina escavadora ficou comprovado que aquelas preocupações não eram vãs. Ficou a descoberto uma base de coluna em mármore, cujas dimensões coincidiam rigorosamente com os fustes que entretanto tinham sido encontrados[14]. Desencadeou-se, então, um processo complicado de adiamento de toda a obra e de sensibilização do executivo camarário que a tinha lançado.Era necessário recorrer ao contributo disciplinar da Arqueologia, criar a disponibilidade temporal necessária a essa intervenção e, paralelamente, fazer crer que dessa atitude não adviria grande acréscimo de encargos.

Por fim, e depois da intervenção da Arqueologia, ficaria definida a implantação dessa segunda Igreja de Finisterrra, e algumas coisas se começaram a clarificar em função dos novos dados. Efectivamente, quer a porta nascente da Alcáçova, quer a Rua da Vitória, ficam agora enquadradas por um novo sistema de compreensão que as revitaliza e lhes dá razão de ser.

Sendo esta praça hoje tão qualificada quanto a sua clareza urbana deixa perceber, não se pode pretender, através da intervenção, criar um campo arqueológico visitável de tipo tradicional. Pretendeu-se então, com a naturalidade que a imbricada situação processual, apesar de tudo, foi permitindo, insinuar um elemento de fundamental importância para a compreensão da estrutura do Adro, reactivar percursos e espaços descaracterizados, ou mesmo desactivados, e, sobretudo, deixar cravada a memória desse elemento como a projecção racional da dinâmica urbana na vida actual. Como dados programáticos, contavam-se à partida: em primeiro lugar, esta atitude de princípio; depois, a necessidade de colaborar intensamente com a Arqueologia, para tornar possível a síntese da compreensão das escavações, no sentido de deixar marcado o que fosse efectivamente essencial; em terceiro lugar, a consciência precisa de que este é um espaço urbano actual e que, portanto, teriam de ser levados em linha de conta as condicionantes e as tensões que caracterizam hoje; e, por último, a consciência de que, ao reformular um projecto anterior no sentido de enfrentar novos elementos de compreensão, era absolutamente necessário sublimar e minimalizar o desenho, moldando-o a factores que ditaram um pragmatismo de acção muito evidente, por exemplo, no aproveitamento de materiais e de mão-de-obra já anteriormente previstos.

---

[14] Destes fustes da demolida Igreja de Nª Senhora de Finisterra era conhecida a referência feita por A. Nogueira Gonçalves, no seu Inventário do Distrito de Coimbra, Coimbra, 1957, que os dava como abandonados perto da Igreja Matriz. Curiosamente, tantos anos volvidos, ainda aí se encontravam.

Deste modo, a solução encontrada (Fig. 6 e 12) está ligada por elos estreitos à intervenção arqueológica, pois foi sobre o rigor dos elementos edificados que permaneceram da demolida igreja que se foram ditando as linhas reguladoras do desenho. Trata-se, basicamente, da incentivação de um percurso que se desprende da porta do Castelo, e da Assunção da Rua da Vitória como via que estabelece a relação mais directa com o Adro (Fig. 4). Todo o espaço da hipotética entrada da igreja resultou pouco claro na sequência das escavações, facto traduzido pela diluição de algumas linhas de força, precisamente na marcação do eixo da Igreja. Depois surge uma plataforma a nascente, violentamente cortada pela variante, que serve de anteparo sobreelevado do espaço que, afinal, veio ditar o traçado regulador de todo o projecto e que corresponde à memória da Igreja de Finisterra. Memória que é, de resto, o contributo mais valioso do desenho, e que acarretará consigo uma meticulosa análise de contextos, espaciais e temporais, para que, à luz de um plano vivo e actuante, se possa projectar o futuro numa perspectiva de continuidade racional com o seu alicerce histórico-cultural.



Fig. 1 - *Localização do Adro do Castelo de Soure.*
Carta militar 1:25 000, n.º 250, 1982
(Redução p/ Esc. 1:50 000)



Fig. 2 - *Planta local.*
Quadriculagem do terreno.
(Esc. 1:2 000)

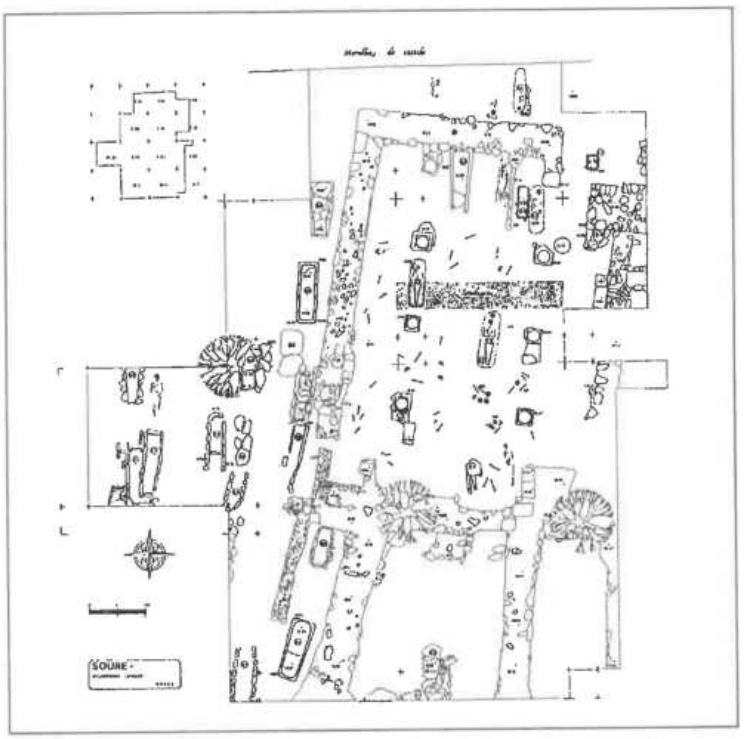


Fig. 3 - *Planta da área escavada - 2.ª fase (Esc. 1:200)*

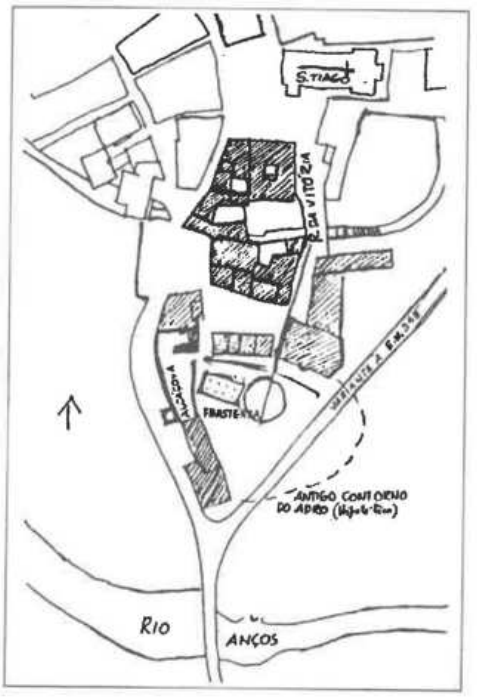


Fig. 4 - *Largo do Adro.*
Tratamento e pavimentação.
Linhas reguladoras.

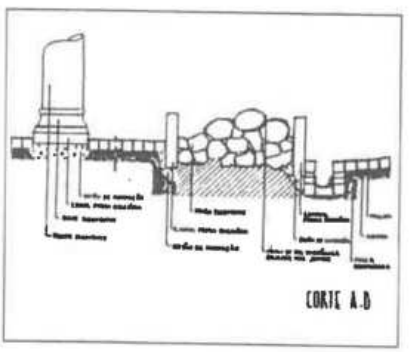


Fig. 5 - *Largo do Adro.*
Tratamento e pavimentação.
Detalhe.

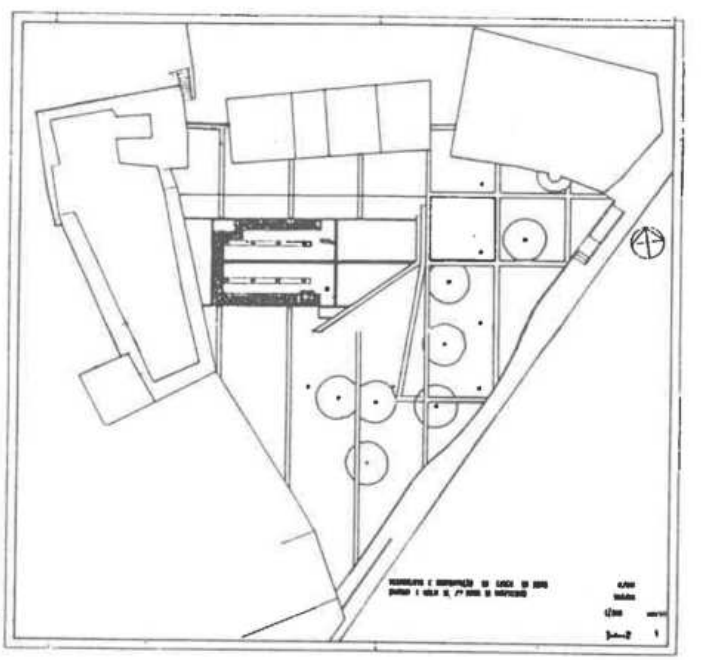


Fig. 6 - *Largo do Adro.*
Planta geral.

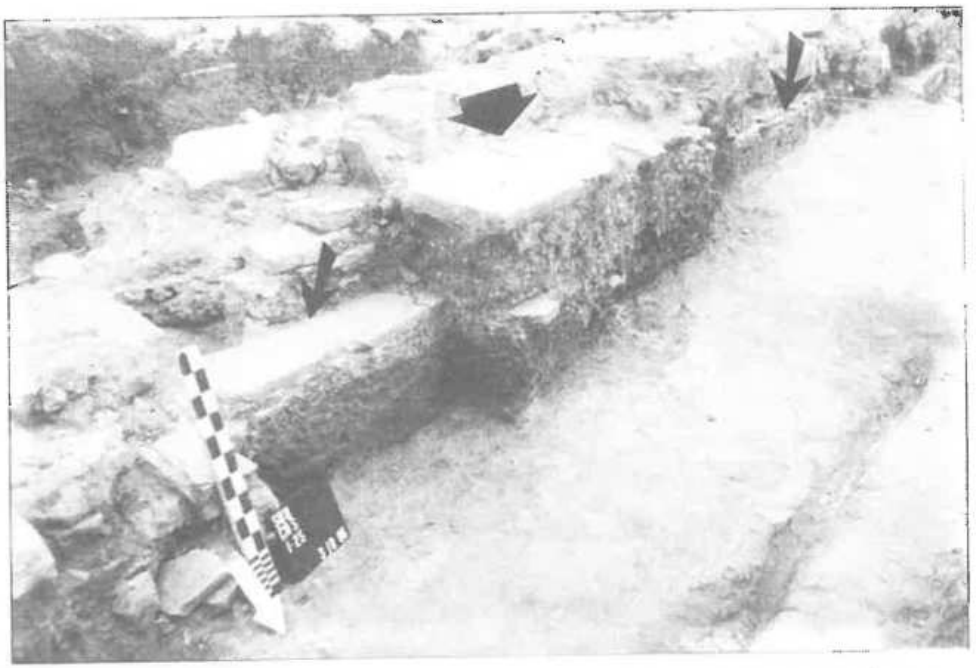


Fig. 7 - *Delimitação de dois níveis de pavimento na Igreja de Santa Maria de Finisterra*

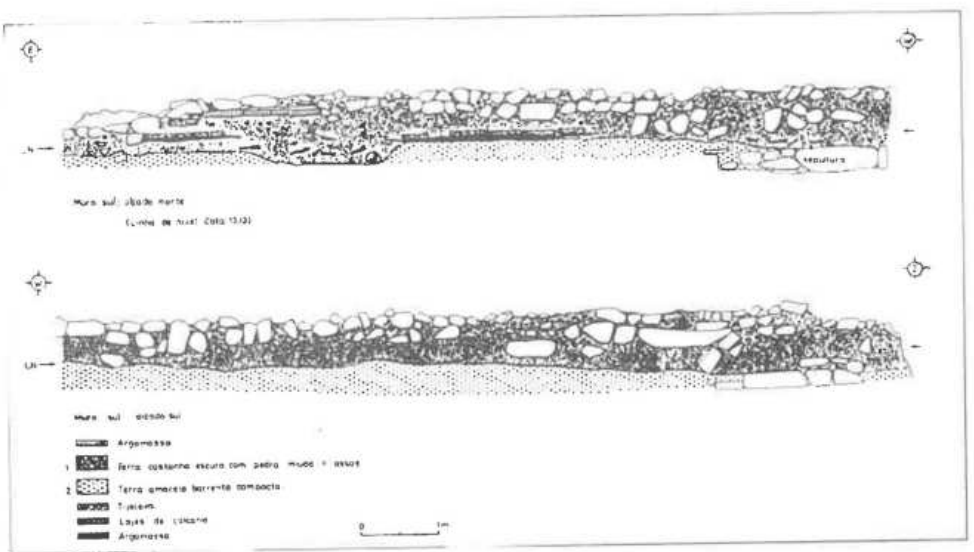


Fig. 8 - *Alçado Norte e alçado Sul da estrutura referida na Fig. 7 (Esc. 1:100)*

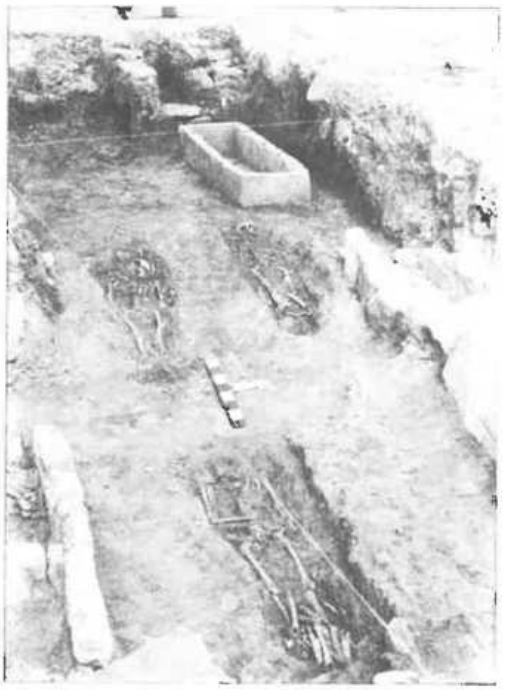




Fig. 9 e 10

Diferentes tipologias de enterramento detectadas durante a escavação. A seta indica testemunhos de argamassa das lajes de pavimento reaproveitadas para a construção do sepulcro.

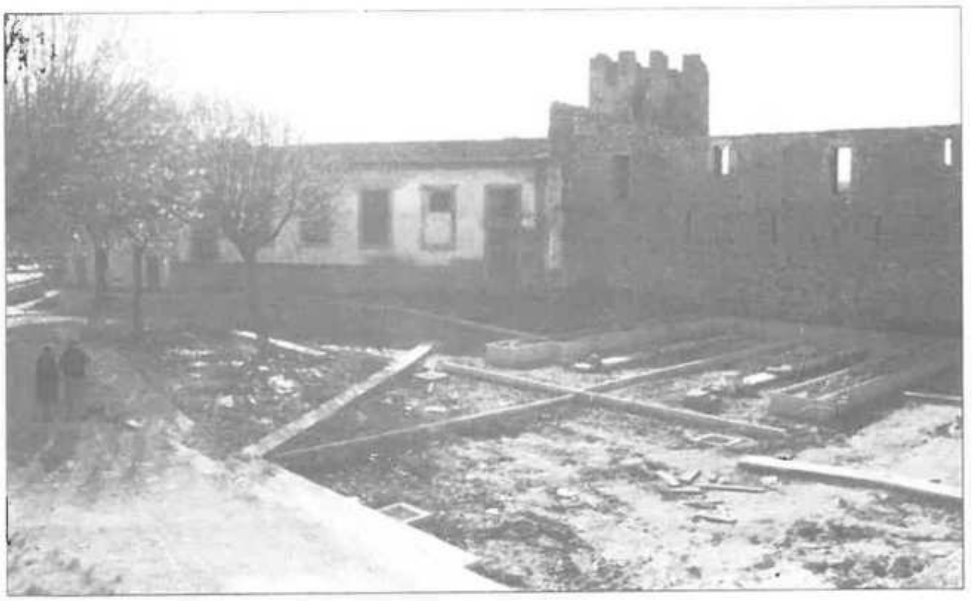


Fig. 11 - *Vista geral do sítio numa fase inicial de execução do projecto de recuperação das ruínas exumadas.*

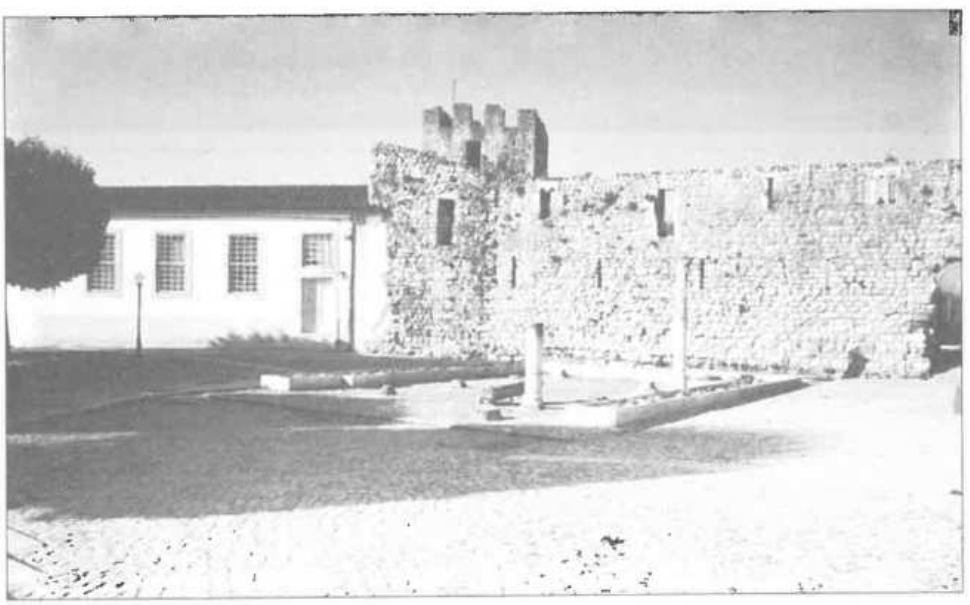


Fig. 12 - *O Largo do Castelo e as ruínas da Igreja de Santa Maria de Finisterra, após a execução do projecto. À esquerda, ao fundo, o antigo edifício da GNR, agora recuperado como Museu e Posto de Turismo.*

O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga

* ISABEL SILVA
** CARLOS GUIMARÃES
** LUÍS SOARES CARNEIRO

De acordo com os dados decorrentes da investigação arqueológica, *Bracara Augusta* teria sido fundada pelo Imperador Augusto, entre os anos 3 a.C. e 4 da nossa era, vindo a tornar-se capital da província da *Gallaecia*, no séc. III.

A memória da riqueza e monumentalidade dessa época parece ter estado adormecida até ao sec. XVI, altura em que o Arcebispo D. Diogo de Sousa reuniu algumas lápides e miliários, encetando assim uma nova era marcada pelo gosto do coleccionismo e estudo do passado. Essa preocupação encontrou sucessores, no séc. XIX, em alguns estudiosos como Pereira Caldas, Albano Belino e José Teixeira que prosseguiram a recolha de informações e achados que estiveram na origem da constituição do acervo do Museu D. Diogo de Sousa, cuja criação remonta a 1918.

Foi, no entanto, na década de sessenta, que o surto de crescimento urbano trouxe consigo a realização dos primeiros trabalhos de salvamento de espólio arqueológico, da responsabilidade dos Cónegos Arlindo Cunha e Luciano dos Santos e de José João Rigaud de Sousa. Aliás foi a este último, que em 1974, ficou a dever-se o mérito da criação da primeira zona de protecção das ruínas romanas de Braga.

O surgimento do Campo Arqueológico ligado à Universidade do Minho, em 1976, não só veio dar ao estudo de *Bracara Augusta* um novo impulso e um carácter sistemático, como gerou uma maior conscencialização, para a neces-

* Directora do Museu D.Diogo de Sousa.
** Arquitecto projectista-Porto.

sidade de criar medidas legislativas com vista à preservação e valorização dos testemunhos arqueológicos. É neste contexto que, por um lado, se ampliam as zonas especiais de protecção às ruínas e por outro, é revitalizado o Museu D. Diogo de Sousa que passa então a dispôr de meios técnicos e humanos especializados, vocacionados para a salvaguarda do património arqueológico, mormente das ruínas de *Bracara Augusta*.

É neste contexto também que a construção das instalações definitivas do Museu [1] numa zona de elevado potencial arqueológico, veio permitir reequacionar o ordenamento e a articulação dos núcleos de ruínas com este novo espaço expositivo.

A escolha de um local, no Alto da Colina da Cividade, para a construção de um edifício de raiz para o Museu, em alternativa a vários outros com uma arquitectura de feição histórica, pensada anteriormente, baseou-se no conhecimento de que esta zona da cidade, preservada de construções, não só constituía uma reserva arqueológica, como permitia uma ligação estreita com as ruínas até aí postas a descoberto.

A natureza deste espaço envolvente desde logo determinou a concepção do Museu como um equipamento cultural aberto, quer na organização dos seus próprios espaços internos, quer na sua interacção com essa mesma envolvência. As ligações entre espaços interiores e exteriores estabelecem percursos baseados numa relação viva, contínua e activa com o meio urbano e social em que o Museu se insere.

Assim, a valorização dos núcleos de ruínas que constituem o circuito de visita em torno do Museu assenta no presssuposto de que as mesmas ou são parte integrante do próprio imóvel, em cujo programa se inserem, ou têm uma relação directa com o tecido urbano actual, desempenhando assim uma acção concertada com o quotidiano, não só como factor de valorização cultural e económica, mas ainda como laço de ligação afectiva, propiciador de uma reflexão sobre a entidade da própria cidade.

Foi com base nestes princípios que foram elaborados os projectos de valorização arquitectónica para cada um dos dois núcleos que passaremos sumariamente a referir:

1. Ruínas inseridas no edifício do Museu que se enquadradam num pátio exterior e num espaço-cripta existente na cave do módulo de serviços. Neste primeiro caso trata-se de uma edificação da época romana, com alguma monumentalidade, que foi posta a descoberto durante os trabalhos prévios de índole arqueológica. A pré-existência desta

[1] Iniciadas em finais de 1991 e ainda em curso.

construção, orientada segundo os mesmos eixos em que viria a ser projectado o próprio edifício do Museu, determinou a concepção do referido pátio, no prolongamento do jardim, proporcionando assim ao visitante um circuito exterior de visita.

O espaço-cripta criado na cave do bloco de serviços alberga um mosaico que se admite seja tardo-romano, com uma dimensão de cerca de 10 por 7 metros e que é constituído por quadrados de tesselas que alternam com quadrados de argila compacta, formando composições geométricas. A raridade deste tipo de mosaico na região — cuja acidez dos solos é pouco propícia à sua preservação —, impunha a sua conservação. Todavia, a dimensão e a especificidade da sua constituição impediram que o mesmo fosse removido. Esta circunstância determinou a construção do espaço-cripta já referido e o mosaico passou a integrar o próprio programa expositivo originando o desenvolvimento de duas vertentes — uma em que é contada a história do seu aparecimento, do seu significado no contexto do urbanismo da cidade romana e ainda das técnicas de construção e outra, no sentido de permitir a visualização da metodologia usada na realização do próprio trabalho de restauro. Assim, este espaço poderá ser um ponto de confluência entre a investigação arqueologica e a musealização de uma ruína, apreendidas simultâneamente pelo visitante, na sua especificidade e complementaridade. A existência nessa mesma cave, de um espaço contíguo ao mosaico, onde podem ser projectados audiovisuais cuja temática lhe esteja associada, possibilita ainda a realização de actividades de índole didáctica particularmente vocacionadas para o apoio ao Ensino.

2. Núcleos de ruínas situados na área envolvente do Museu que englobam as termas e o núcleo habitacional das Carvalheiras.

   As termas, vasto edifício público com funções de balneário, foram fundadas na segunda metade do sec.I e utilizadas até ao sec V. Este conjunto foi classificado como monumento nacional e dotado de uma área especial de protecção[2]. Por esta razão reune as condições para a criação de uma zona ampla de fruição e lazer no centro histórico da cidade.

   O bairro habitacional das Carvalheiras[3] constitui o miolo de um quarteirão actual e compreende fundamentalmente o cruzamento de

[2] Portaria n.º 865/91, de 22 Agosto.

[3] Classificado como Imóvel de Interesse Público — Dec.-Lei n.º 29/90 de 17 de Julho.

duas ruas e construções adjacentes. Este núcleo tem uma estreita ligação com o anterior sendo a sua fundação contemporânea.

A intervenção arquitectónica projectada para esta área tem em vista a revalorização dos aspectos de ordenamento urbanístico romano referidos, em sintonia com a malha urbana actual.

Para além dos núcleos de ruínas referidos importa ainda salientar a Fonte do Ídolo que embora geograficamente mais distanciada do Museu, é local obrigatório de um circuito arqueológico de visita. Trata-se de um complexo santuário rupestre, dedicado a uma divindade fluvial indígena.

Dada a importância deste monumento está em estudo um projecto de preservação e valorização deste imóvel, da responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

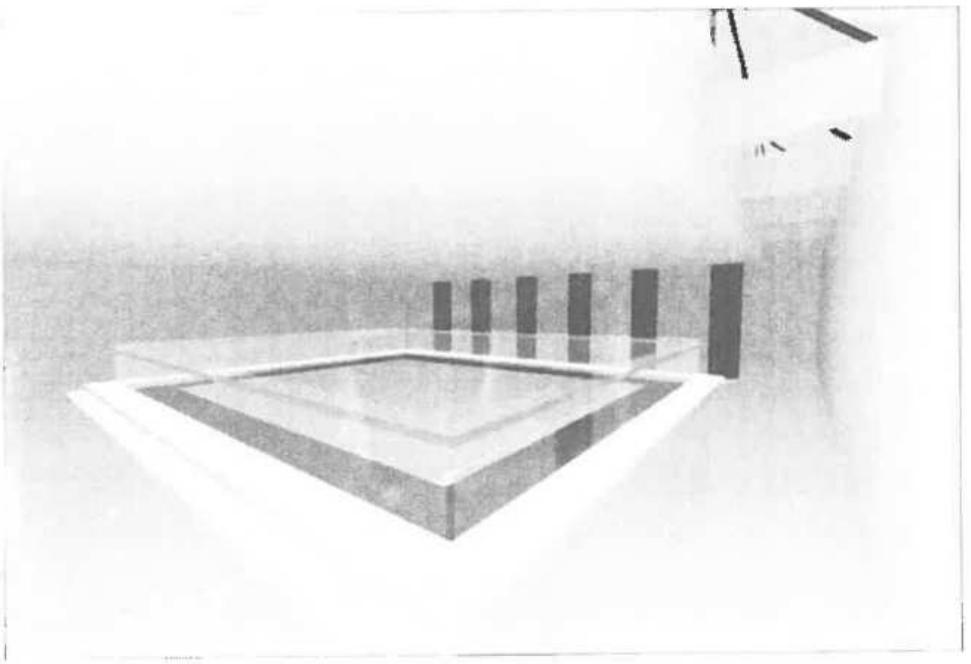
Em linhas gerais, a valorização destes núcleos de ruínas passa por três níveis de intervenção que se completam e interpenetram. Num primeiro plano, a investigação arqueológica e o consequente estudo interpretativo da ocupação dos sítios, sem o que não é possível valorizar uma ruína. Em segundo plano, a acção arquitectónica que visa os aspectos ligados à delimitação e inserção dos testemunhos arqueológicos na malha urbana actual, a introdução de novos elementos arquitectónicos considerados indispensáveis para a preservação e interpretação dos já existentes, organização espacial de um circuito de visita e tratamento da informação e criação de uma sinaléctica adequada. Por último, a intervenção ao nível do restauro e da musealização dos núcleos de ruínas que passa pela consolidação e reconstituição de estruturas arqueológicas, a elaboração de informação complementar destinada aos vários grupos de visitantes, a realização de acções de sensibilização, divulgação e animação, junto da população em geral.

A inserção de um circuito arqueológico de visita no seio de uma cidade como é o caso da de Braga, pressupõe uma acção dinâmica e concertada dos vários agentes de natureza pública e privada no sentido de se adequarem as estratégias de intervenção, com vista à sua integração harmoniosa na comunidade, sem a qual os testemunhos do passado correm o risco de se tornarem uma mera excrescência.

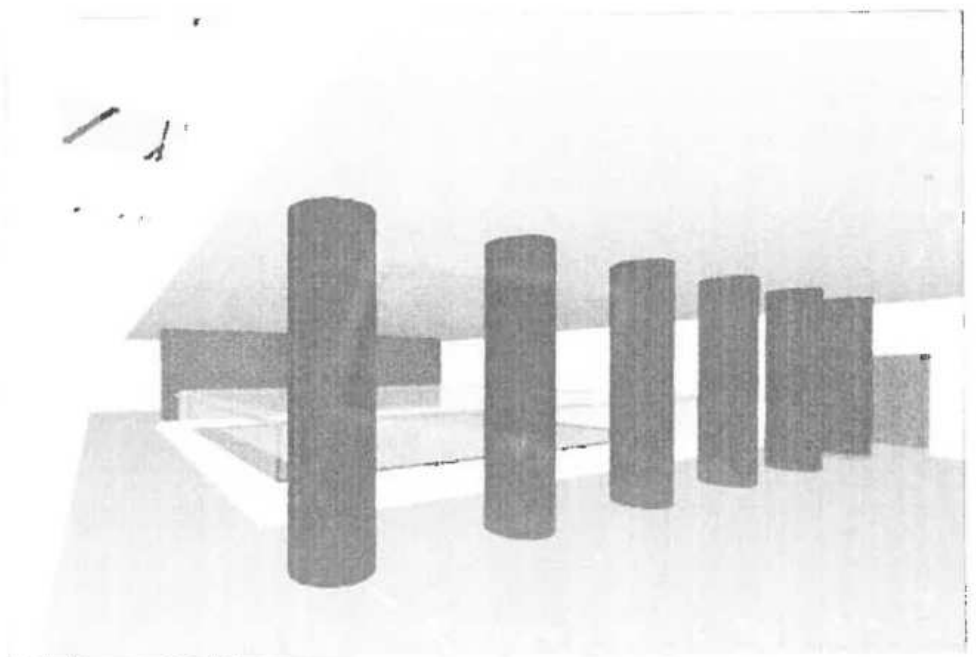
Dir-se-ía que o passado só tem sentido quando entendido e aceite no presente...



Fig. 1 — *Mosaico existente na cave do bloco de serviços no momento da sua escavação*



Figs. 2 e 3 — *Projecto arquitectónico para enquadramento do mosaico romano*



O Pátio da Inquisição (Coimbra)

Notas Histórico-Arqueológicas

* HELENA FRADE
** JOSÉ CARLOS CAETANO

Durante obras levadas a efeito pela Câmara Municipal de Coimbra, num dos imóveis do Pátio da Inquisição, foram encontrados vários vestígios arqueológicos. Na sequência dessa descoberta, o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro do ex-IPPC iniciou uma escavação de emergência, durante os meses de Dezembro de 1989, Janeiro e parte de Fevereiro de 1990, dirigida pelos signatários.

1. INTRODUÇÃO

O local da intervenção arqueológica situa-se perto do Mosteiro de Santa Cruz, num pátio interior junto à Rua da Sofia, em plena zona histórica da baixa da cidade de Coimbra.

O conjunto de edifícios e praças em que este pátio interior está inserido é hoje conhecido por Pátio da Inquisição. A actual denominação advém-lhe do facto de o Tribunal da Inquisição de Coimbra ter aqui funcionado desde 1566 até 1821. Antes da instalação deste Tribunal, foi o espaço ocupado por colégios (São Miguel, Todos-os-Santos e Artes), e por diversas ruas e casas.

Do ponto de vista histórico, este espaço revela-se extremamente importante para compreender o movimento cultural que teve sede em Coimbra no séc. XVI. Passou por aqui o humanismo renascentista, com as aulas e ensinamentos de vários mestres consagrados que da Europa trouxeram as novas correntes de pensamento.

---

* Técnica Superior da Direcção Regional de Coimbra do IPPAR.
** Arqueólogo.

Mais tarde, os mesmos edifícios que acolheram e propagaram as novas ideias servirão para sede de um dos mais repressivos tribunais da História, que irá julgar, condenar e reprimir essas mesmas ideias novas.

2. NOTÍCIA HISTÓRICA

2.1. Santa Cruz e os colégios da Rua de Santa Sofia

D. Frei Brás de Braga foi nomeado por D. João III reformador da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, os Monges de Santa Cruz de Coimbra, e nessa sua função fundou os colégios crúzios de São João e de Santo Agostinho, que ficaram instalados em dois grupos de salas junto ao Mosteiro de Santa Cruz (GONÇALVES 1947: 154). Não se sabe ao certo a data da fundação destes colégios, sendo já referidos numa carta de 1530, embora sem a indicação de que estariam em funcionamento. Em 1533 já ali leccionava um professor de grego e em 1535 as aulas funcionavam com regularidade (BRANDÃO/ALMEIDA 1937: 167-168).

Parecia ser intenção de D. João III, ao ordenar a fundação destes estudos e colégios crúzios, transformá-los, mais tarde em Universidade. Pede para isso aos bispos que o auxiliem, fundando junto dos estudos de Santa Cruz, outros colégios destinados a estudantes das diversas dioceses (idem 1937: 171), tendo sido correspondido em alguns casos.

Em 1535-36 D. Frei Brás de Braga manda traçar, em terrenos pertencentes ao Mosteiro de Santa Cruz, a rua de Santa Sofia (DIAS 1983: 149), com início no adro do Mosteiro e ao longo da qual foram sucessivamente construídos os colégios, em resposta ao pedido do rei, e casas particulares.

As construções começam em 1535, com os Colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos, pertencentes ao Mosteiro de Santa Cruz; em 1541 são edificados o Colégio de Nossa Senhora do Carmo, a expensas do Bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo, e do Bispo de Portalegre, D. Frei Amador Arrais, e o Colégio de São Bernardo, fundado pelo Cardeal-Infante D. Henrique; em 1542 o Colégio de Nossa Senhora da Graça é edificado por Frei Luis de Montoia, e em 1543 o Colégio de São Pedro é da iniciativa do Dr. Rui Lopes de Carvalho, futuro bispo de Miranda. Em 1548 constrói-se o Colégio das Artes, seguido pelo Colégio de São Tomás, em 1561, e pelo Colégio de São Jerónimo, em 1565. Estavam também instalados nesta rua o Colégio de São Boaventura e o Convento de São Domingos.

A Rua da Sofia era, pois, "onde se erguiam agora com admirável pujança grandiosos edifícios. Tão longa, tão larga e tão direita, bordada de sumptuosos prédios de colégios e de igrejas, essa rua não tinha rival em Coimbra, nem mesmo talvez no País" (BRANDÃO 1924-33: I, 343).

2.2. Os Colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos

O Colégio de Todos-os-Santos foi construído no caminho que subia para Montarroio. Era um edifício modesto, apenas com doze celas e oficinas. O Colégio de São Miguel, maior, já tinha pátio interior e, além de oito celas, refeitório, cozinha e igreja, existiam várias moradas de casas com frente para a Rua da Sofia, que serviam para alugar e que rendiam 40 000 réis anuais (BRANDÃO 1924-33: I, 51).

O Colégio de São Miguel situava-se no início da Rua da Sofia, e o de Todos-os-Santos na antiga Rua de Montarroio. As suas fachadas e respectivas entradas davam para um terreiro situado na esquina das duas ruas, onde hoje está o edifício da Caixa Geral de Depósitos. Foi este terreiro chamado de São Miguel.

Parece ter sido Diogo de Castilho o arquitecto destes colégios. Desde 1527 que trabalhava em obras no Mosteiro de Santa Cruz, levadas a cabo por iniciativa do reformador D. Frei Brás de Braga. Colabora com João de Ruão desde 1531 e anos mais tarde são os dois mestres chamados a Gaia para a construção do Mosteiro da Serra do Pilar (MARKL 1985: 43-44). Esta colaboração poder-se-á ter-se mantido durante a construção dos referidos colégios.

A criação e o fomento dados por D. João III aos colégios crúzios vai ser um passo decisivo para que Coimbra viesse a ser um importante centro intelectual. Em 1536 os colégios crúzios tinham-se já desenvolvido bastante, e em 1537 D. João III decide transferir a Universidade de Lisboa para Coimbra, onde se estabelece, primeiro nas casas do Reitor e depois nos paços reais, em 13 de Outubro de 1537 (BRANDÃO/ALMEIDA 1937: 186).

2.3. O Colégio das Artes

É na tentativa de actualizar e modernizar o ensino em Portugal que D. João III vai fundar o Colégio das Artes em Coimbra. Surge com a finalidade de ministrar o ensino público da latinidade e filosofia e promover a renovação da vida mental do País, à semelhança do que se passava em outros centros culturais da Europa.

André de Gouveia era, nesta altura, principal do Colégio de Guiena em Bordéus e, no dizer de Montaigne, "le plus grand principal de France". D. João III terá contactado este mestre por volta de 1542-43, com vista à criação do Colégio das Artes em Coimbra. André de Gouveia, aceitando o cargo que o Rei lhe propunha (de principal do futuro Colégio), abandonou o principalato de Bordéus em 1545, e começou a negociar a contratação de mestres estrangeiros para o estabelecimento de Coimbra. Deixou Bordéus em 1547, trazendo já

consigo os mestres que tinha contratado no seu Colégio da Guiena, que vieram juntar-se aos que já leccionavam em Santa Cruz, provenientes do Colégio de Santa Bárbara, em Paris (BRANDÃO 1924-33: I, 65-70).

O colégio ainda não tinha instalações. D. João III escreve, em 9 de Setembro de 1547, ao Prior do Mosteiro de Santa Cruz pedindo-lhe "pera ysso emprestar as casas & apousentamento dos dous Collegios que essa casa tem, e(n) quanto se naõ fezere(m) as que tenho ordenado de mandar fazer pera o dito Collegio" (BRANDÃO 1937-41: III, 92). Passaram assim os Colégios de São Miguel e de Todos-os Santos a servir de instalações provisórias ao Colégio das Artes até que o novo edifício fosse construido, começando as aulas em 22 de Fevereiro de 1548.

As obras de construção do novo Colégio das Artes terão começado nesse mesmo ano. Para a sua localização foi escolhida uma faixa de terreno, situada entre os colégios de São Miguel e de São Bernardo, e que ia desde a Rua da Sofia até Montarroio. Já em 1541, em carta dirigida a D. João III, D. Frei Brás de Braga se tinha referido a este local como sendo "lugar para fazer huu bom collegio" (BRANDÃO 1937: n.º CXXII).

O terreno, além dos chãos que pertenciam ao Mosteiro de Santa Cruz, estava ainda ocupado por dois caminhos públicos — um para Montarroio e outro para a Conchada — e por várias casas e quintais de particulares. Uma destas casas pertencia a Diogo de Castilho, arquitecto responsável pelas obras. D. João III mandou avaliar e expropriar as casas e quintais e ordenou que se fizessem noutro local os caminhos públicos existentes.

Em 11 de Maio de 1548 André de Gouveia deu posse a Antão da Costa na qualidade de recebedor do dinheiro das obras do colégio das Artes (BRANDÃO 1924-33: I, 94). Competia a este recebedor recolher a madeira e outros materiais provenientes das casas expropriadas e demolidas, para o que recebeu uma das ditas casas (idem 1948-69: II, 303).

A traça do Colégio das Artes terá sido encomendada a João de Ruão. A escolha deste mestre deveu-se ao facto de André de Gouveia querer dar ao Colégio uma disposição semelhante à dos colégios franceses. Por outro lado, a grande quantidade de alunos interessados em se matricularem no Colégio e a exiguidade do espaço disponível para a sua construção, obrigava a um bom aproveitamento desse mesmo espaço. O projecto enviado ao Rei para aprovação, não mereceu a concordância dos arquitectos da Corte João de Castilho e Miguel de Arruda. Estes desejariam dar-lhe um aspecto mais conventual e discordavam da distribuição dos aposentos e varandas por andares, assim como da localização da enfermaria e da livraria por cima da capela.

André de Gouveia tentou defender o projecto de João de Ruão, tendo-se mesmo deslocado a Lisboa nas férias da Páscoa de 1548, para falar com o Rei.

No entanto, apesar da execução da obra ter sido entregue a Diogo de Castilho, é possível que as modificações no projecto de Ruão não tenham sido muito significativas e se tenha mantido, na generalidade, a traça proposta por esse mestre e defendida por Gouveia (idem 1948-69: II, 576-580).

Em Dezembro de 1548 já tinham começado as obras. Em 1551 fazia-se a sala dos autos públicos e das disputas e a construção do Lanço Novo do Colégio das Artes, como ficou conhecido, ia continuando, sabendo-se que em 1555 ainda não estava concluida (GONÇALVES 1947: 155).

As instalações do Colégio das Artes eram, sem sombra de dúvida, as melhores da altura. Enquanto que a Universidade funcionava em casas emprestadas, o Colégio dispunha, além das instalações dos Colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos, dos novos edifícios do chamado Lanço Novo. Neste, além de uma dezena de salas de aula e de um refeitório, havia cerca de cinquenta quartos situados no andar superior e dando para três varandas, e ainda a sala dos autos públicos (BRANDÃO 1928-33: 294).

Mas, apesar destas boas acomodações, houve problemas com os mestres estrangeiros. André de Gouveia tinha morrido em 1548, sucedendo-lhe no governo do Colégio Diogo de Gouveia, o Moço, que tinha vindo do Colégio de Paris. Isto veio reacender acesas discussões entre os Mestres de Bordéus e de Paris, com acusações mútuas de heresia. Estas quezílias motivaram a intervenção da Inquisição, primeiro do Tribunal de Coimbra, e depois do de Lisboa, que moveram processos e interrogaram vários mestres do Colégio.

Em 10 de Setembro de 1555 D. João III, numa tentativa de acabar com este estado de coisas, que prejudicava o normal funcionamento do Colégio por si fundado, escreve a Diogo de Teive, à data principal, para que entregue o Colégio e o seu governo ao padre Diogo Mirão, provincial da Companhia de Jesus (idem 1937-41: n.º DCCXXIII). Passa assim o Colégio Real, com todas as suas instalações, para o domínio da Companhia de Jesus.

2.4. O colégio das Artes e os Jesuítas

Em 1542 tinham chegado a Coimbra mestre Simão Rodrigues e doze padres da Companhia de Jesus, para estudar. Instalaram-se em Santa Cruz, com recomendações régias (idem 1924-33: I, 56-57), e passados alguns anos mudaram-se para a parte alta da cidade, para junto da Universidade, e começaram a construir o seu Colégio de Jesus (BRANDÃO/ALMEIDA 1937: 199).

Em 1555 foi-lhes dado, como já vimos, o governo do Colégio das Artes, na Rua da Sofia, ficando assim os Jesuítas com dois Colégios em Coimbra: o de Jesus, na Alta, e o das Artes, na Rua da Sofia. O não abandono do Colégio de Jesus, como o Rei lhes tinha proposto, devia-se à insalubridade do Colégio das

Artes. Já em 1556, em carta enviada a S^to^ Inácio de Loiola, se queixavam que "el sitio deste collegio no es muy sano, porque estaua aqui un monte, y an quitado tanta parte dél, quanta bastó para el edeficio; y asy por una parte queda el monte mucho más alto que los teiados" (BRANDÃO 1924-33: II, 327, nota 3).

Os Jesuítas conservaram-se na Rua da Sofia até 1566, data em que as instalações são ocupadas pelo Tribunal da Inquisição. O Colégio das Artes transfere-se então para casas perto do Colégio de Jesus, na Alta da cidade.

2.5. A Inquisição de Coimbra

D. João III conseguiu que a Santa Sé permitisse a instalação do Tribunal do Santo Ofício, em Portugal, no ano de 1536. Pretendia-se inquirir e defender a pureza da fé e lutar contra as heresias e o judaísmo, mas muito mais que os objectivos e a ideologia da Inquisição, estudados e discutidos em abundante bibliografia, interessa a este trabalho o espaço físico de funcionamento do tribunal.

O cardeal-infante D. Henrique aceitou o cargo de inquisidor-mór em 3 de Julho de 1539, tendo criado a primeira Inquisição de Coimbra em 15 de Outubro de 1541. O Tribunal funcionava nas casas do inquisidor, D. Frei Bernardo da Cruz, bispo de São Tomé e reitor da Universidade, e as prisões na cadeia do Castelo (idem 1948-69: II, 151). A duração deste Tribunal foi, no entanto, efémera.

Em 22 de Março de 1566 foi restabelecido o tribunal na cidade, agora disciplinado e severamente regulamentado. Começou por ocupar o Lanço Novo do Colégio das Artes e pouco tempo depois, devido à necessidade de aumentar as instalações, são pedidos à Companhia de Jesus os Colégios Velhos (São Miguel e Todos-os-Santos) e as casas da Rua da Sofia (idem 1924-33: II, 337).

Aqui esteve então instalado o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, até 31 de Março de 1821, data em que foi extinto.

3. O PÁTIO DA INQUISIÇÃO

O maciço de construções ocupado antigamente pelos Colégios e posteriormente pela Inquisição está hoje muito modificado. Desde a sua construção (1535-1548) até aos nossos dias, foi sujeito a sucessivas e múltiplas alterações. Torna-se difícil destrinçar, entre o aglomerado de construções de épocas diferentes que existem, a traça primitiva do local, e mesmo no interior dos edifícios, que aproveitaram em grande parte estruturas anteriores, não é fácil distinguir as diversas remodelações.

São escassas as referências ao edifício e às transformações que sofreu durante os dois séculos e meio da sua existência, o que dificulta a interpretação

dos vestígios encontrados, o estabelecimento da sua evolução arquitectónica e a atribuição de uma correcta cronologia às diversas campanhas de obras que sofreu.

Sabe-se que em 6 de Julho de 1571 já ali havia presos. As primeiras obras de adaptação dos Colégios a cárceres e demais instalações necessárias ao funcionamento da Inquisição teriam, por isso, sido feitas entre 1566 e 1571.

Na visitação de 1592 são mandados erigir mais cárceres, reforçar os já existentes, e construir o cano para escoamento dos despejos (MAGALHÃES 1987: 220).

Um documento da primeira metade do séc XVII, o "Livro das Plantas & Mõteas de todas as Fabricas das Inquisições", permite conhecer a planta dos vários andares do edifício e fornece indicações sobre as funções das diversas dependências.

Duas datas inscritas no edifício poderão indicar remodelações: 1784, no poço que abastecia os cárceres, e 1792, numa porta das dependências destinadas à residência dos Inquisidores. Nestas dependências, ainda hoje existem azulejos que pelas suas características podem ser datados de finais do séc. XVIII, o que confirma a suspeição das obras efectuadas.

Um desenho de 1796, do arquitecto José Carlos Magne, dá-nos a perspectiva das fachadas dos Colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos e do Terreiro de São Miguel, que se erguia entre eles. No lado esquerdo do desenho notam-se também os telhados do Colégio das Artes.

Algumas referências contidas nos processos dos presos poderão igualmente dar-nos certas indicações sobre o aspecto dos edifícios.

Em 31 de Maio de 1821, logo após a extinção da Inquisição, foram abertas ao público as portas do edifício. Puderam então ser vistos os cárceres, a sala de torturas e as demais instalações (FIGUIREDO 1886: 28-29).

Em 1885 era o edifício propriedade particular. Segundo *O Conimbricense* de 29 de Agosto desse ano, o pátio era um quintal e os cárceres tinham sido transformados em celeiros.

Posteriormente, a Câmara Municipal de Coimbra comprou a parte do edifício que dá para o hoje chamado Pátio da Inquisição. Aí esteve instalada a Guarda Nacional Republicana, nas décadas de 20-30 deste século. Até há poucos meses funcionavam aí vários serviços camarários.

Apesar das dificuldades, foi no entanto possível recuperar alguns elementos que nos permitiram entender melhor as diversas fases por que passaram os edifícios, bem como a técnica construtiva utilizada para vencer o declive natural existente no local onde foi construído o Lanço Novo.

Os dados fornecidos pelas sondagens arqueológicas foram acompanhadas por um estudo atento da documentação publicada e procedeu-se igualmente ao descasque de algumas paredes, com o intuito de se fazer a leitura dos registos que as sucessivas alterações nelas deixaram.

3.1. A intervenção arqueológica

É intenção da Câmara Municipal de Coimbra desafectar os edifícios do Pátio da Inquisição dos serviços que aí funcionam, recuperá-los e transformá-los em Centro Cultural e Museu da Cidade. Para isso, foram iniciadas obras numa parte do Lanço Novo constituída pelo pátio interior porticado e um salão anexo. Algumas semanas depois o ex-Serviço Regional foi avisado do aparecimento de estruturas arqueológicas, e iniciou-se a intervenção (Fig. 1).

Este Lanço Novo é, talvez, o que nos resta melhor conservado e cujas estruturas sofreram menos modificações. Isto porque os antigos Colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos terão sido em grande parte destruídos para dar lugar ao actual edifício da Caixa Geral de Depósitos.

As escavações realizaram-se ao mesmo tempo que decorriam as obras, quando já tinham sido destruídos e remexidos diversos níveis arqueológicos. Tinha-se já procedido a um rebaixamento dos níveis dos pavimentos actuais, com a sua desmontagem e retirada de terras. No salão havia a descoberto um emaranhado de paredes, que estavam a ser desmontadas; parte dos pavimentos de tijoleira do pórtico também tinham sido retirados; no pátio apenas restava uma pequena parte do pavimento original de calçada à portuguesa; o restante e as terras que lhe subjaziam tinham sido retirados com uma retro-escavadora, o que pôs à mostra algumas estruturas.

A pressão das obras e do cumprimento de prazos, aliados à situação encontrada, impediram uma correcta planificação da intervenção. Os trabalhos de escavação foram assim direccionados em dois sentidos:

1) limpeza de todas as terras e entulhos soltos, em toda a área, até se atingirem níveis arqueológicos intactos
2) realização de sondagens em locais previamente escolhidos que nos pudessem fornecer o máximo de elementos sobre a história do edifício.

3.1.1. Estratigrafia e estruturas

Os locais das sondagens realizadas, excepto na nº 10, já tinham sido truncados dos níveis arqueológicos superiores. Por isso, são poucos os elementos existentes para as remodelações mais recentes, nomeadamente as que ocorreram desde a extinção da Inquisição até à actualidade.

Optou-se por fazer uma uniformização dos estratos, dando-se o mesmo número a camadas que, sendo parte do mesmo nível, foram encontradas em sondagens diferentes; é o caso do estrato 7b, pavimento das celas do salão. Por outro lado, às camadas de enchimento das plataformas onde se construíu o edifício, embora constituídas por terras diferentes e de diversa proveniência, também foi dada a mesma numeração.

A estratigrafia é assim referenciada não em relação a uma ou outra sondagem, mas à globalidade da área intervencionada (Fig. 1).

0 — Caliça superficial, proveniente do derrube dos muros.
1 — Terra avermelhada e barrenta, existente no pátio debaixo do pavimento de calçada à portuguesa.
1a — Terra castanha clara
1b — Terra castanha escura
2 — Terra vermelha bem prensada. Pavimento do jardim.
2a — Terra preta.
2b — Terra vermelha.
3 — Caliça com pedras, proveniente da destruição das celas construídas pela Inquisição nos finais do séc. XVI.
4 — Pavimento de tijoleira
4a — Terra castanha com linguetas de terra preta.
4b — Terra castanha sob a tijoleira do claustro.
4c — Pedras e terra escura sobre a calçada do corredor.
4d — Terra negra junto do grande esgoto do pátio (runa).
5 — Terra castanha com linguetas de terra negra, junto das fundações do grande esgoto do pátio.
5a — Terra amarela barrenta com pedra miúda da construção das celas do pátio no séc. XVI.
5b — Terra amarela com muita pedra miúda assinalada entre as paredes das celas do pátio.
6 — Pavimentos de tijoleira e argamassa das celas.
6a — Terra cinzenta escura com cerâmica, sob o pavimento das celas do pátio.
7 — Terra muito negra com espólio cerâmico.
7a — Pavimento em terra batida, nas celas do pátio.
7b — Pavimento em terra batida, das celas do salão
8 — Terra branca arenosa.
8a — Terra amarela barrenta, com pedra miúda.
8b — Terra vermelha argilosa
8c — Terra castanha

8d — Terra cinzenta, com pedra miúda, debaixo da calçada do corredor.
8e — Terra vermelha com linguetas de terra branca
8f — Barro branco prensado
8g — Terra castanha com muita cerâmica, sobre o esgoto mais pequeno.
8h — Terra cinzenta com pedra miúda.
9 — Terra cinzenta com pedras, caliça e cerâmica.
9a — Terra vermelha acastanhada
9b — Terra castanha com pedras.
9c — Terra muito escura, com algumas pedras.
10 — Terra escura com cerâmica, proveniente do derrube das casas anteriores ao séc. XVI
11 — Barro vermelho compacto, com alguns seixos rolados e sem espólio.
12 — Terra vermelha, barrenta, com bastantes seixos rolados e com cerâmica da Idade do Ferro.

Foram realizadas 10 sondagens: 1 no pátio, 7 no salão, 1 no pórtico e outra numa sala anexa a este. Além disso, no pátio escavou-se integralmente uma das celas; fez-se a limpeza de uma fonte, parcialmente desentulhada pela retro-escavadora, e aproveitaram-se as valas já abertas, alargando-as e fazendo um corte estratigráfico transversal ao mesmo pátio (Fig. 1).

Os locais escavados no salão (Sondagens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) foram seleccionados em função dos restos de paredes que existiam nesse espaço, normalmente considerado aberto, e com o objectivo de se entender a sua funcionalidade e cronologia.

Sondagem 1 — Perpendicular à parede SW, nela foram encontrados os estratos 8, 8a, 8b, 8c, 9, 9a, 9c, 11 e 12. Atingiu-se o fundo dos alicerces da parede e na camada 12 foram encontradas algumas cerâmicas da Idade do Ferro, muito roladas e certamente provenientes de outro local (Figs. 1 e 2).

Sondagem 2 — Junto à parede NW. Foi encontrado um outro muro, que se verificou existir em todo o comprimento do salão paralelo à parede, e registaram-se os estratos 0, 4a, 4c, 8, 8a, 8c, 8d, 9a e 11. Entre as duas paredes existia uma calçada que apresentava algum declive; aprofundou-se a sondagem e encontrou-se uma outra calçada que passava por baixo das fundações do muro agora descoberto, continuando no outro lado (Figs. 1 e 2).

Sondagem 3 — Perpendicular à mesma parede, mas mais a Norte. Encontrou-se a continuação do muro que tinha aparecido na sondagem 2, bem como da calçada entre eles. Registaram-se os estratos 0, 4a, 4c e 8.

Sondagem 4 — Junto à parede SE, entre esta e um muro que lhe é perpendicular. Foi encontrada uma parede de uma construção anterior, parcial-

mente reaproveitada no alicerce do muro, bem como restos de uma calçada. Registaram-se os estratos 7, 8, 8a, 8c, 9, 9b, 10 e 11 (Figs. 1 e 2).

Sondagem 5 — No extremo Sul da parede NW, entre esta e o muro que lhe corre paralelo. Encontrou-se a continuação da calçada já detectada nas sondagens 2 e 3, mas a uma cota bastante inferior à destas. Registaram-se os estratos 0, 4a, 4c, 8d e 11 (Figs. 1 e 2).

Sondagem 6 — No canto Sul, formado pelas paredes SE e SW, onde ainda havia restos de um pavimento de tijoleira. Encontraram-se restos da mesma calçada que já tinha aparecido na sondagem 4, e registaram-se os níveis 6, 7b, 8, 8a, 8b, 8e, 9, 9a, 9b e 11 (Figs. 1 e 3).

Sondagem 7 — Junto à parede SE. Encontraram-se muros de construções anteriores, bem como a continuação da calçada já detectada nas sondagens 4 e 6. Registaram-se os estratos 7b, 8, 8a, 8b, 9 e 11 (Figs. 1, 2 e 5).

Durante as operações de limpeza e retirada de terras e entulhos soltos do salão foram limpas as paredes aí existentes e verificou-se que, junto à parede SE formavam pequenos compartimentos regulares e de forma sensivelmente quadrangular, que foram identificados como celas. Em alguns locais ainda havia restos de pavimentos de tijoleira; por baixo destes constatou-se a existência de um pavimento de terra batida em todas as celas. Sobre este foram encontrados restos de fogueiras associados a cerâmicas comuns (malgas, púcaros, panelas) que estavam envoltas em cinzas e ainda inteiras.

Entre o pátio e o salão existe um pórtico de arcarias sobre colunas jónicas, intacto na ala NW e com modificações na ala NE. A SW e SE não se encontraram vestígios desse pórtico. Sondagem 8 — No extremo S do pórtico, entre a parede do salão e as colunas, e nela encontrou-se o cano de esgoto da fonte existente no pátio. Registaram-se os níveis 4b, 7b, 8a, 8b e 8c (Figs. 1 e 3).

No canto N, os pórticos prolongavam-se por duas salas, uma delas abobadada e que tinha sido uma cela. Nesta sala fez-se a Sondagem 9 onde, sob o pavimento de tijoleira (camada 4), apenas se encontrou terra argilosa vermelha de base (camada 12).

O pátio era a zona que, antes da intervenção arqueológica, tinha sofrido mais remeximentos e revolvimentos, alguns bastante profundos. Em certos locais havia-se mesmo atingido já os níveis de enchimento das plataformas-base do edifício.

Durante as remoções de terras feitas anteriormente à escavação tinha-se encontrado a fonte de mergulho e os canos de abastecimento e de esgoto referidos na documentação. Apenas foi possível fazer a limpeza destas estruturas, o seu levantamento topográfico e, como já se disse, aproveitando as valas abertas, realizar um corte estratigráfico que permitisse compreender a deposição das diversos camadas (Figs. 1 e 4). Também no pátio foram encontradas

diversas paredes, posteriormente definidas como uma estrutura rectangular com 5 compartimentos, que foram identificados como celas.

Sondagem 10 — Perpendicular à parede SE do pátio. Encontraram-se 3 muros das celas e registaram-se os níveis 1, 2, 2a, 2b, 3 e 5b (Figs. 1 e 3).

Escavou-se integralmente a cela Sul, onde se registaram os estratos 1b, 3, 7a, 6a e 11 (Figs. 1 e 4).

3.2. Leitura histórico-arqueológica do edifício

Um dos achados mais importantes destas sondagens arqueológicas foi o de cerâmica pré-romana, encontrada debaixo das fundações do salão. Conhecida a importância da Coimbra romana, *Aeminium*, nunca, até agora tinham sido encontrados, na área urbana, vestígios de uma ocupação mais antiga. A descoberta destes fragmentos cerâmicos indica-nos a possível existência de um povoado da Idade do Ferro numa das elevações, Montarroio ou Conchada, adjacentes a este local.

Como atrás foi dito, a zona onde veio a ser construído o Lanço Novo do Colégio das Artes era ocupada por ruas e casas de habitação. Estas construções acompanhavam o declive natural da encosta, aqui muito acentuado.

Para vencer esse declive, foram construidas plataformas artificiais. Estas eram formadas por uma rede de paredes entrecruzadas, com alturas diferentes, consoante a inclinação natural do terreno (Fig. 1 e 6). Assim, na parte Nascente do salão as paredes tinham cerca de 1,5 m de altura enquanto que no lado da Rua da Sofia atingiam os 4 m. Os espaços vazios entre essas paredes foram depois cheios com terra, até se atingir um nível uniforme em toda a área. Nesses espaços vazios foram encontrados os vestígios das construções anteriores, tais como restos de paredes, calçadas de rua e de pavimentos.

Sobre essas plataformas construiram-se o claustro e as diversas dependências do Lanço Novo do Colégio das Artes.

Do claustro, da autoria de Diogo de Castilho, resta a ala Norte e parte da ala Nascente. Seria originalmente um claustro rectangular, com doze arcos nos lados maiores e seis nos lados menores. Na ala Norte está completo, embora tenha três dos doze arcos que o constituíam, e respectivas colunas, metidas nas paredes de construções adjacentes. Junto à colunata desta ala, existe uma conduta que abastecia o pátio de água.

O salão, hoje um espaço amplo, apresenta uma configuração diferente da que teria originalmente. As referências bibliográficas levam-nos a crer que estaria dividido em diversas salas de aula. Por cima destas salas estariam as câmaras dos colegiais.

De todos os ocupantes destes edifícios, foi a Inquisição o que deixou mais vestígios. Há que lembrar que esteve aqui instalada durante mais de dois séculos.

Contíguas ao salão, na sua parte Nascente, existem ainda duas das celas utilizadas pela Inquisição. São dois compartimentos abobadados, pavimentados com tijoleiras, e que conservam no tecto as pinturas a negro características do Tribunal. Uma delas está virada para o claustro e a outra para um corredor que corria no salão, no lado oposto ao claustro. (Fig. 1 e 7).

Entre elas há um pequeno e estreito corredor, construído entre duas paredes, ao nível do arranque das abóbadas. Nas paredes deste corredor abrem-se quatro pequenos orifícios que permitiam observar os detidos e escutar as suas conversas, sem se ser notado. Estas espreitadeiras abrem-se duas para cada cela e encontram-se dissimuladas pelas pinturas a negro da abóbada (Fig. 7).

Num compartimento que existe na continuação da ala Norte do claustro existe uma porta de cela, que será a única que resta. O seu aspecto coincide com o de algumas descrições feitas por presos" e nesta porta duas grades de ferro distantes uma da outra a grossura da parede, que é de quatro palmos, e por fora destas uma porta de tábua. No cimo desta porta de tábua fica uma bandeira ou fresta por onde entra no cárcere a claridade reflexa" (MENDONÇA e MOREIRA, 1980, p. 395). Esta porta, ainda existente, tem as ombreiras e lintéis de granito. Existem as cavidades onde estavam chumbadas as duas grades, interior e exterior e, entre elas, os sítios dos gonzos da porta de madeira. A fresta de iluminação e arejamento é o espaço de cerca de 20 cm existente entre duas lajes de granito, postas de forma oblíqua na parte superior da porta de modo a impedir qualquer contacto com o exterior.

Nas já referidas plantas do sec. XVII está indicado um grande espaço, situado debaixo das casas dos Inquisidores, como sendo a sala dos tormentos. Tal espaço ainda hoje existe. Era uma grande sala com abóbadas e arcarias suportadas por pilastras com capitéis jónicos. Foi compartimentada e aí funcionam várias oficinas e arrecadações da Câmara. Ainda restam as pilastras e algumas abóbadas. Numa delas, pintada a negro com florões e emblemas da Inquisição, existe uma argola que terá sido utilizada para tortura dos presos (Fig. 8).

O acesso dos presos ao edifício era feito por uma porta na Rua da Sofia, chamada Porta da Bica. Aqui eram os presos entregues ao alcaide e depois levados para os cárceres ou para a sala do tormento, através de um corredor em rampa, vencendo-se, assim, os desníveis existentes (Fig. 1 e 9).

Na escavação do salão foram encontrados os vestígios arqueológicos desse corredor. É uma rampa calcetada, localizada junto à parede Norte do

salão, com tecto em abóbada que acompanhava o desnível do corredor. Restam vestígios dessa abóbada na parede Nascente do salão e na parede do lado da Rua da Sofia. O desnível da abóbada entre essas duas paredes é de cerca de 4 metros (Fig. 1 e 9).

O espaço do salão entre o corredor e o claustro é ocupado por várias paredes e estruturas relacionadas com as celas dos detidos.

Na primeira adaptação do Colégio das Artes a Inquisição, efectuada entre 1566 e 1571, as celas terão aproveitado as estruturas das salas de aula,cujas paredes teriam sido construídas em cima dos muros entrecruzados da plataforma. Estavam distribuídas em duas fiadas, e as portas da fiada Sul abriam directamente para o claustro. A corroborar esta afirmação existem, na parede que separa o claustro do salão, vários vestígios dessas portas, construídas a intervalos regulares.

Problemáticas são as entradas das celas da fiada Norte. Assim, enquanto a já citada planta indica que elas estariam no corredor-rampa de acesso dos presos, a verdade é que não foram encontradas evidências arqueológicas que nos permitissem confirmá-lo.

As celas seriam abobadadas, como no-lo provam os registos de arranque das abóbadas na parede Nascente do salão. Parece nunca se ter chegado a pavimentar as celas, nesta primeira fase. Os vestígios de ocupação aparecem num nível de terra bem prensada, por cima da última camada dos entulhos utilizados para fazer a plataforma. Os vestígios indicam uma ocupação permanente do local: abundantes restos de fogueiras, normalmente situados junto à parede Nascente das celas, bastantes fragmentos cerâmicos, entre os quais algumas peças inteiras, de louça de uso doméstico.

Os principais vestígios da Inquisição encontrados no Pátio são: algumas celas, o esgoto para os despejos dos cárceres e uma fonte de mergulho para abastecimento de água. A visitação de 1592 refere" que he necessario concertar-se o carcere da Inquisição em outra forma pera haver casas bastantes pera os muitos prezos que ha, e pera não se comunicarem hu(n)s com outros. Pello que avemos por bem, que se acrescente pella parte por onde ora se servem os Inquisidores pera a casa do despacho, tudo conforme à traça que se fez. E mandaremos dar ordem a se começar a ditta obra, começando-a pellas casas que de novo se hão-de fazer" (MAGALHÃES, 1987, p. 220).

Constata-se assim que as celas do pátio foram construídas depois de 1592. Hoje restam os vestígios de cinco delas. São celas rectangulares, rebocadas e pavimentadas com argamassa. Estes pavimentos não seriam os primitivos, uma vez que debaixo deles se encontraram níveis de terra, cinzas e fragmentos cerâmicos, à semelhança do que aconteceu com as celas do salão.

As paredes que restam estão ao nível dos alicerces, pelo que não temos registos arqueológicos das entradas. No entanto, pelas referidas plantas do séc. XVII, e pela necessidade de isolamento dos presos, pensamos que as celas abririam para um corredor situado a Sul do pátio, entre as celas e a ala Sul do claustro. Esse corredor é o que existe actualmente entre os vestígios das celas e as construções que ocuparam o local da referida ala.

As argamassas de pavimento aparecem-nos em níveis diferentes, havendo entre eles uma diferença de cerca de 1,5 m. O acesso ao interior das celas com o pavimento mais baixo seria, assim, feito por uma escada de madeira, lançada a partir da porta. Isto é-nos, de alguma forma sugerido pela estratigrafia da cela escavada.

A conduta de abastecimento de água vem desde um poço situado a Nascente de todo o conjunto até ao pátio. Fará parte da estrutura original do Colégio das Artes, pois a citada visitação de 1592 recomenda "que se não danifique o antigo cano" (MAGALHÃES, 1987, p. 220). A fonte de mergulho datará da mesma altura da conduta. Há referências a ela em documentos datados da altura em que o Colégio das Artes passou para a Inquisição (BRANDÃO, 1924-33, II, doc. n.º CLIX). Não sabemos se mantém a forma original ou se foi sujeita a remodelações e os vestígios arqueológicos foram, neste assunto, inconclusivos.

A escavação do pátio revelou ainda dois canos de escoamento de águas, que se desenvolviam a partir da fonte de mergulho, para Oeste. Um deles, mais pequeno e de feitura mais rude, era construído em tijolos, tendo lajes de pedra argamassadas a servir de tampas. Por cima destas lajes foi encontrada uma grande quantidade de cerâmica, estando algumas das peças metidas na própria argamassa como que a servir de filtro às águas que iriam ser escoadas por este cano (Fig. 10).

Encostado a este, existia um outro cano, mais alto e mais largo. Teve uma feitura mais cuidada, com as paredes interiores rebocadas e a cobertura constituída por lajes de calcário afeiçoadas.

É notória a conexão deste último cano com a fonte, e a sua função de escoamento de águas.

Os resultados da escavação levam-nos a considerar que o cano mais pequeno será o mais antigo, datando da altura da construção do Colégio (1548), enquanto que o outro será o que foi mandado construir pela visitação de 1592.

Numa época ainda não muito bem definida cronologicamente, todo este conjunto (salão, claustro e pátio) sofreu profundas alterações. Estas obras e remodelações poderão ter resultado das modificações introduzidas na Inquisição pelo governo do Marquês de Pombal (MENDONÇA e MOREIRA, 1980, p. 395), e poderão estar relacionadas com as datas, atrás referidas, inscritas no edifício.

O nível do claustro foi então alteado, levando um pavimento de tijoleiras, que corria sobre a base das colunas feitas por Diogo de Castilho, escondendo-as. Entre as colunas da ala Nascente foi construída uma parede. O espaço do claustro foi assim transformado em compartimentos abobadados, como no-lo provam alguns fragmentos de cerâmica vidrada, com as cores características do fim do séc. XVIII, que foram encontrados nos enchimentos dessas abóbodas.

Para suprir a falta desse ala do claustro, foi construída, então, nova colunata, em que se tentou imitar os desenhos das bases das colunas quinhentistas. Estes novos compartimentos, bem como o espaço da nova colunata, foram igualmente alteados e pavimentados a tijoleiras.

O alteamento do piso do claustro levou a que o nível das condutas e da fonte tivesse também sido subido, como se nota na diferença dos aparelhos de construção das referidas condutas.

No salão, estas alterações foram, talvez, ainda mais profundas. O corredor-rampa de acesso foi entulhado, e foram construídas novas celas, também pavimentadas a tijoleira. No entanto, é-nos bastante difícil ter algumas certezas sobre estas celas da segunda fase, uma vez que quando começou a intervenção arqueológica, já os seus vestígios se encontravam destruídos. Mas, com o entulhamento do corredor, poder-se-à dizer que toda a circulação interna do edifício foi alterada.

Após a extinção do Tribunal do Santo Ofício, em 1821, as celas foram transformadas em celeiros, conforme a notícia de *O Conimbricense*.

Segue-se um período em que a história do edifício, propriedade particular, é um tanto confusa. As celas do pátio terão sido destruídas nos finais do séc. XIX. Em 1915 instalou-se neste espaço a Guarda Nacional Republicana, que procedeu a obras de adaptação dos edifícios. O salão terá sido então transformado em cavalariças, e foram colocados os pilares de ferro, para suportar o piso superior, que ainda hoje existem. O piso foi de novo alteado, e abriram-se novas entradas. É possível que o portão que hoje dá acesso a este pátio tenha sido construído nesta altura. Devem também datar desta época parte das instalações que hoje ocupam o lado Sul do pátio.

Daí para cá, as obras realizadas têm sido pontuais e com poucas interferências na estrutura do imóvel.

4. CONCLUSÕES

Por tudo quanto ficou dito, podemos inferir da enorme importância deste edifício, graças ao conjunto de elementos reunidos.

A intervenção arqueológica aqui realizada veio clarificar diversos aspectos relacionados com a história da cidade de Coimbra, do Colégio das Artes e da Inquisição.

Um dos primeiros aspectos a salientar é o achado de provas de uma ocupação pré-romana da cidade, o que vai permitir um melhor entendimento da romanização em toda esta zona.

Também o achado de estruturas, bem datadas, pertencentes ao urbanismo alti-medieval da cidade, vem provar a influência que sobre ela exerceram os Monges de Santa Cruz e o seu Mosteiro.

Do período do Colégio das Artes há a salientar o que este edifício representa como tentativa de acompanhar o que de melhor se fazia no estrangeiro, nessa altura, bem como a intenção de D. João III em introduzir em Portugal o espírito humanista europeu "por mais seruiço de d(eu)s e meu e proueito comu(n) de meus reinos e senhorios e de meus vasalos e naturaes" (BRANDÃO, 1937-41, n.º XV).

Por outro lado, e no que respeita aos estudos arqueológicos, é extremamante importante o conjunto de peças cerâmicas aqui encontradas. Sendo um campo ainda por desbravar na arqueologia renascentista, estas cerâmicas representam um marco importante para o conhecimento e cronologia das produções locais e das importações.

Quanto ao período em que a Inquisição ocupou estas instalações, pensamos que os vestígios físicos existentes e os agora descobertos, ajudarão a compreender melhor quer o papel desta instituíção na sociedade portuguesa dos sécs. XVI-XIX, quer a mentalidade que presidiu à sua criação e actuação.

Não deixa de ser simultâneamente curioso e trágico que o local onde se difundiu, no séc. XVI, o brilho do humanismo e das artes europeias, tenha servido, mais tarde, para a sua repressão.

BIBLIOGRAFIA

BAIÃO, António (1936-1953), *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 3 vols., Lisboa.

BRANDÃO, Mário (1924-1933), *O Colégio das Artes*, Coimbra, vol. I, 1924, vol. II, 1933.

BRANDÃO, Mário (1937), *Cartas de Frei Brás de Braga para os Priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1937.

BRANDÃO, Mário (1937-1941), *Documentos de D. João III*, Coimbra, vol. I, 1937, vol. II, 1938, vol. III, 1939, vol. IV, 1941.

BRANDÃO, Mário (1946), *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, 1946.

BRANDÃO, Mário (1948-1969), *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, Coimbra, vol. I, 1948, vol. II, 1969.

BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, M. Lopes de (1937), *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, Coimbra, 1937.

CORREIA, J. E. Horta (1990), *A Importância dos Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses*, Congresso de História da Universidade, Coimbra.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos (1990), *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

DIAS, Pedro (1987), *Notas para o estudo do emprego das ordens clássicas nos claustros quinhentistas de Coimbra*, "Munda", 13, p. 3-18.

DIAS, Pedro (1983), *Coimbra, Arte e História*, Porto.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1886), *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa.

GONÇALVES, A. Nogueira, (1947), *Inventário Artístico de Portugal. II. Cidade de Coimbra*, Lisboa.

MAGALHÃES, J. Romero de (1987), *Em busca dos "tempos" da Inquisição*, "Revista de História das Idéias", 9, p. 191-228.

MARKL, Dagoberto (1986), *O Renascimento*, in "História da Arte em Portugal", vol. 6, Lisboa.

MENDONÇA, J. Lourenço de e MOREIRA, A. J. (1980), *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa.

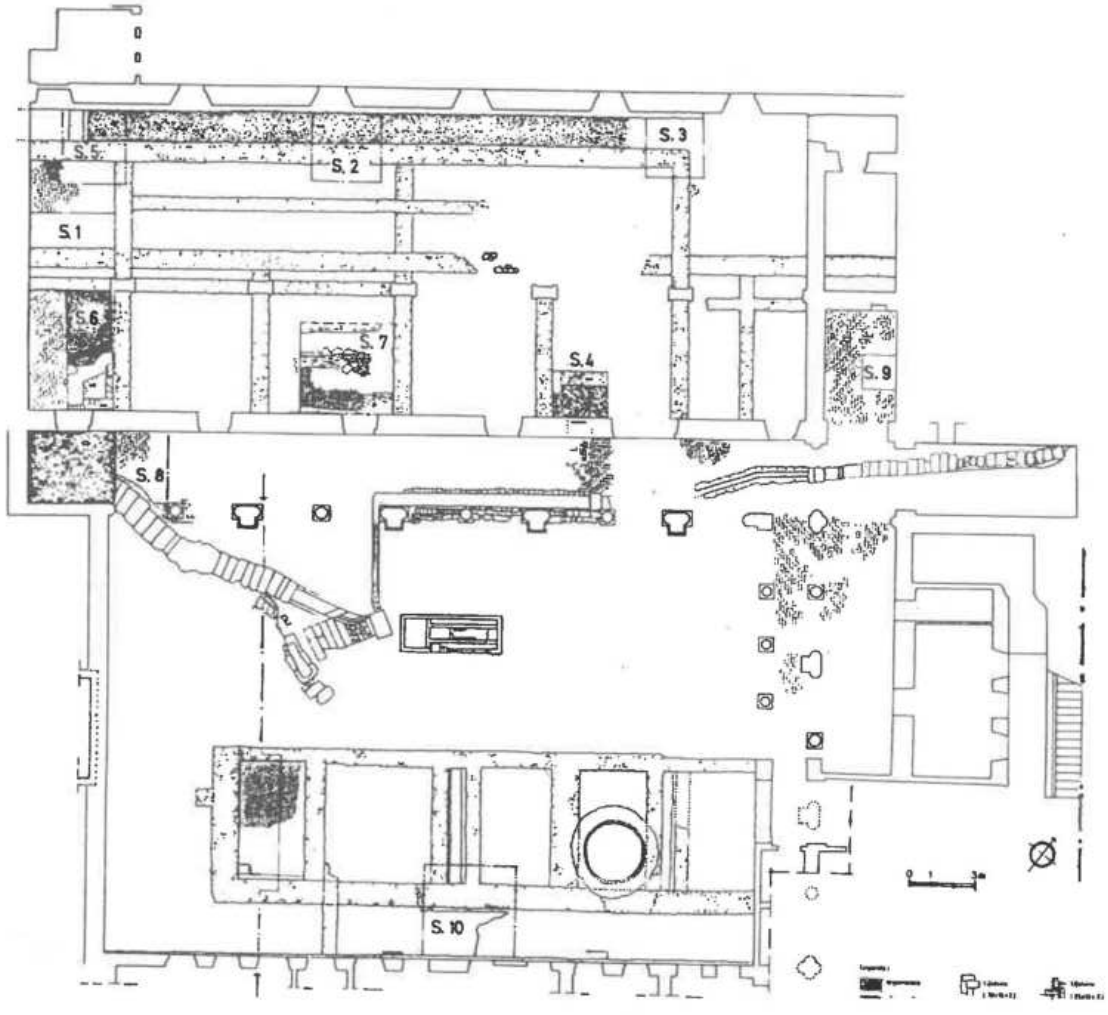
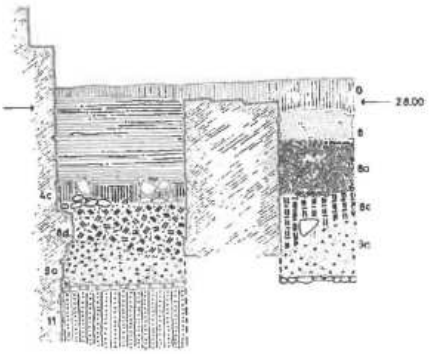
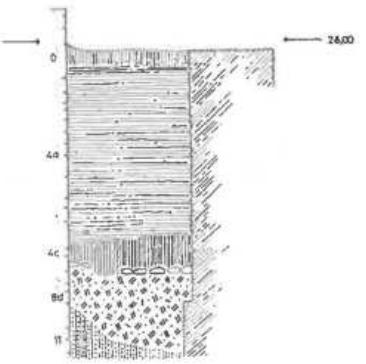


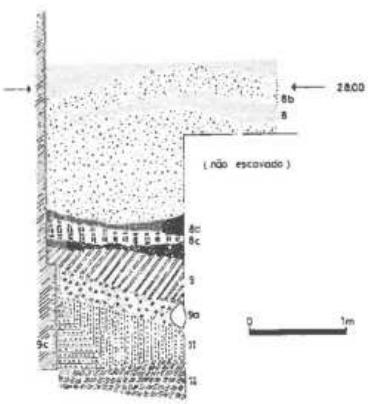
Fig. 1



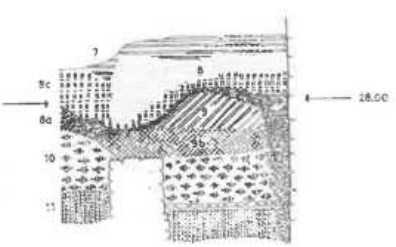
Sondagem 2 / Lado Este



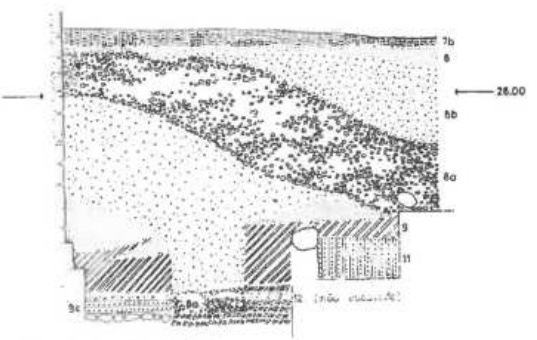
Sondagem 5 / Lado Este



Sondagem 1 / Lado Norte

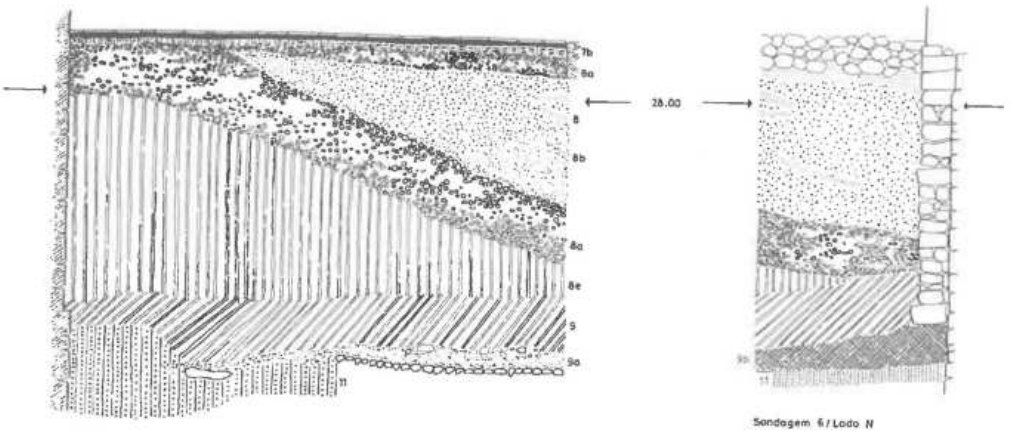


Sondagem 4 / Lado E.



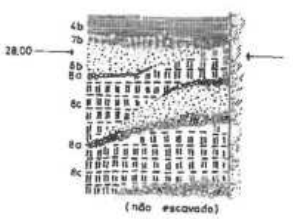
Sondagem 7 / Lado Oeste

Fig. 2



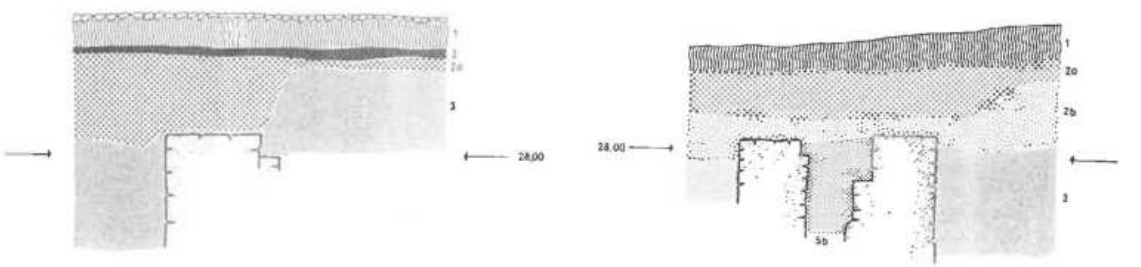
Sondagem 6 / Lado Oeste

Sondagem 6 / Lado N



Cloustro / Lado W - Sondagem 8

0 1m



Pátio / Lado E - Sondagem 10

Pátio / Lado N - Sondagem 10

Fig. 3

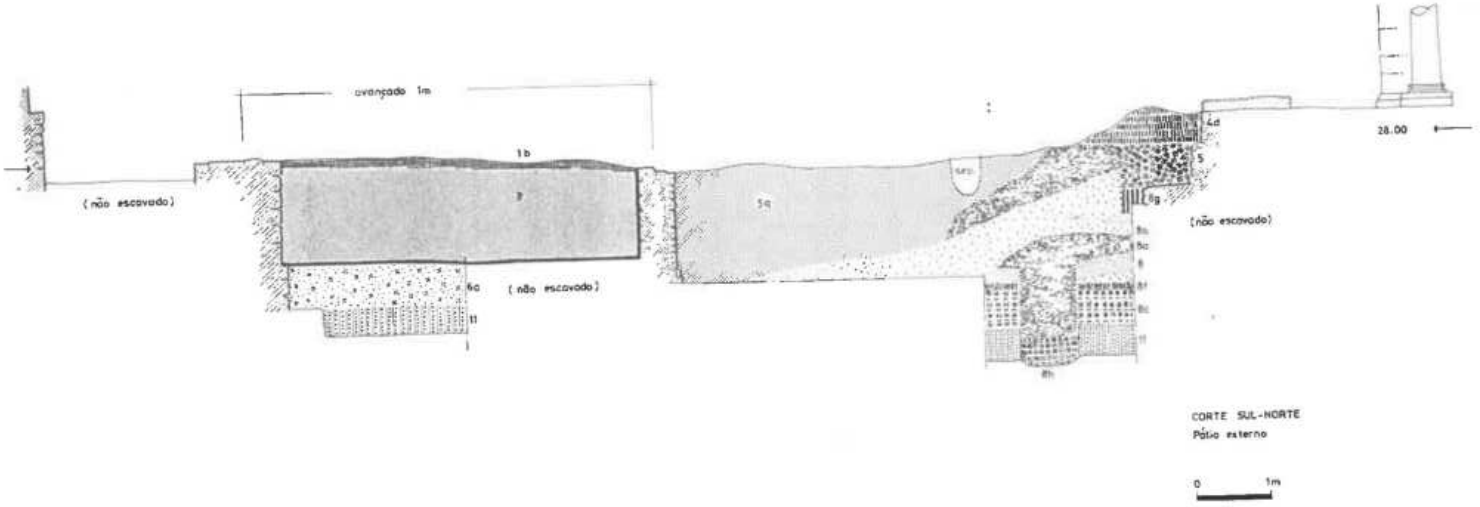

avançado 1m
1b
7
5a
6a
11
(não escavado)
(não escavado)
(não escavado)
4d
5
8g
28.00
CORTE SUL-NORTE
Pátio externo
0
1m

Fig. 4

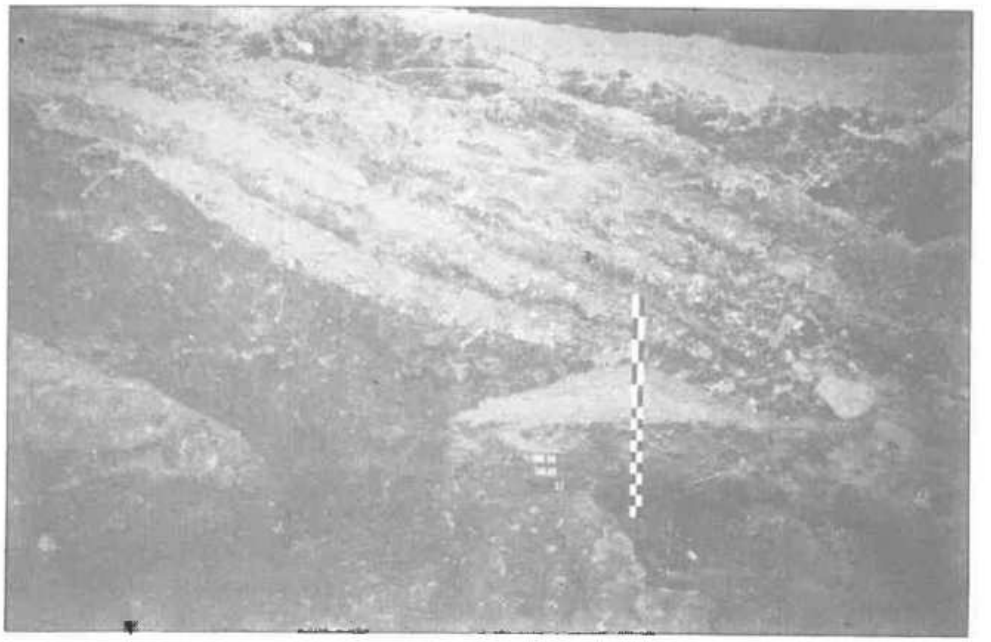


Fig. 5 — *Aspecto dos enchimentos do salão, sobre os restos das casas e ruas medievais*



Fig. 6 — *Malha de muros existente no salão*



Fig. 7 — *Cela com pinturas a negro e as espreitadeiras na parte superior do arco da abóbada*

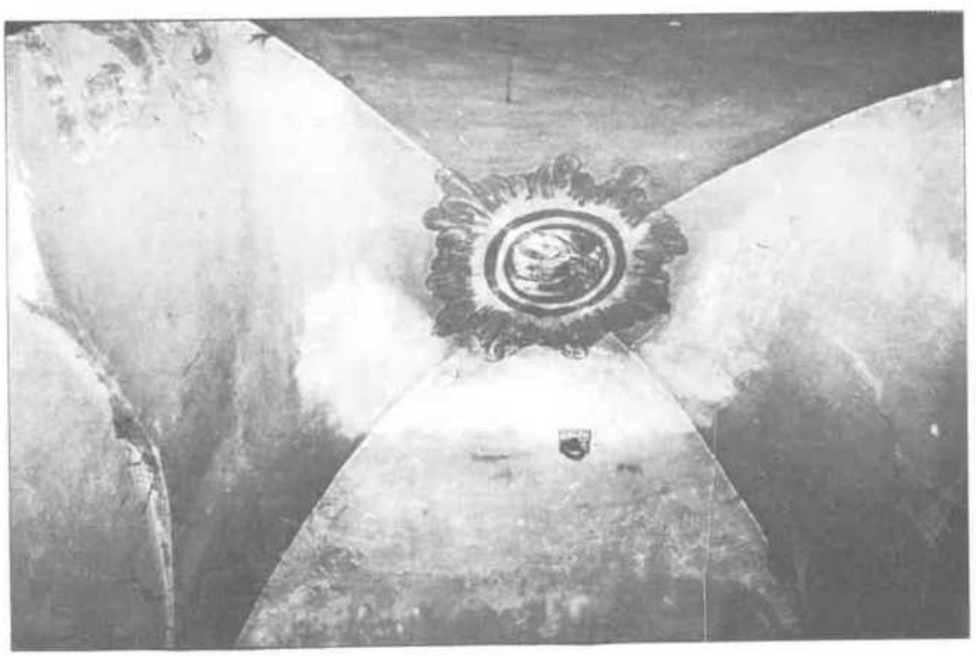


Fig. 8 — *Argola e pinturas a negro da Sala dos Tormentos*



Fig. 9 — *Corredor de acesso dos presos da Inquisição*



Fig. 10 — *Cerâmicas de refugo, cobrindo o primitivo esgoto, existente no pátio.*

Proposta de intervenção no Pátio da Inquisição (Coimbra)

Sua transformação em Centro Cultural

* CRISTINA OSÓRIO

A proposta de intervenção no Pátio da Inquisição que a seguir se apresenta, assenta em vários pressupostos.

Trata-se de equacionar aspectos diferenciados de gestão do espaço urbano e das realidades, objecto prioritário da intervenção autárquica.

Por um lado, procura-se responder adequadamente às necessidades sentidas pela comunidade, com a criação de novas estruturas de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente, nas áreas da cultura e do lazer.

Por outro lado, a preservação do património existente que, pelo seu valor histórico urge salvaguardar, dará corpo à continuidade histórica.

Uma das formas mais genuínas de responder às carências sentidas nas áreas referidas, sem descaracterizar o que de específico possuem os espaços urbanos em termos históricos, sociais, culturais e paisagísticos, consiste no aproveitamento de estruturas pré-existentes, dotando-as de condições necessárias para tal. E, se esses espaços forem património que urge preservar, mais aliciante se torna o desafio. De dois problemas de base, aparentemente desconexos, a responder pelas autarquias, surge um projecto integrado que engloba as duas vertentes.

O projecto de recuperação do Pátio da Inquisição integra-se nesta perspectiva, tendo como objectivos primordiais:

A — Recuperar o património existente, restaurando as estruturas arquitectónicas de valor histórico e dotando-as de funcionalidade.

B — Dinamizar os espaços assim criados, transformando-os em polos de criação e divulgação cultural.

---

* Arquitecta da Câmara Municipal de Coimbra.

C — Redimensionar o espaço habitacional envolvente, recuperando as zonas residenciais aí existentes.

D — Recriar um espaço urbano privilegiado em termos históricos e paisagísticos, integrado num desenvolvimento urbano que se pretende mais harmonioso e participado pela população.

O conjunto arquitectónico designado adiante por Pátio da Inquisição, é constituído pelos edifícios do lanço novo do Colégio das Artes (posteriormente ocupado pela Inquisição) e pela Cerca de S. Bernardo.

O espaço a intervencionar possui 4 pisos, sendo o térreo, ao nível do antigo claustro, aquele em que se procedeu à intervenção arqueológica.

Contíguas a este edifício existem várias casas de habitação, algumas com estabelecimentos comerciais no piso térreo.

A primeira fase consistirá na recuperação da zona do pátio interior do antigo colégio, a que se seguirá a dos imóveis restantes do conjunto e a sua transformação em Centro Cultural de múltiplas valências.

O projecto de recuperação terá em conta os espaços existentes e as necessidades de utilização, assim como as características arquitectónicas. Serão preservados todos os seus elementos e também se manterão visíveis os vestígios das diferentes épocas e utilizações.

PISO 1 — ÁREA INTERNA — PÁTIO INTERIOR

Relativamente ao aproveitamento da área interior do conjunto de edifícios que formam o Pátio da Inquisição, houve a preocupação de fazer realçar os elementos arquitectónicos considerados de melhor qualidade, bem como procurar manter a traça global do edifício, de forma a não criar rupturas demasiado evidentes, mantendo a homogeneidade existente neste conjunto arquitectónico.

A pavimentação, em calçada à portuguesa, reproduzirá a representação de estruturas pré existentes, como as antigas celas da Inquisição e o poço construído aquando da permanência da G.N.R.

O edifício de dois pisos, construído sobre a ala sul do claustro, bastante posterior, destinar-se-à a armazéns de apoio ao complexo museológico, bem como a gabinetes destinados a oficinas de restauro, recuperação e conservação das peças ali expostas.

ALA NORTE

Na ala norte deste espaço foram descobertos os vestígios mais importantes das ocupações anteriores.

Proceder-se-à à escavação até ao nível medieval e será criada uma circulação, com acesso pela rampa existente. Toda a área escavada será coberta por uma laje, cujo pavimento reproduzirá as estruturas subterrâneas.

Duas aberturas porticadas permitirão a observação dessas estruturas. Este espaço será ainda destinado à exposição de peças que tenham a ver com a história do edifício.

As paredes manterão a descoberto as cicatrizes das estruturas pré-existentes e na fachada exterior manter-se-ão as colunas até à base.

Na opção tomada na recuperação interior das diferentes alas deste edifício, houve a preocupação de recriar, através de elementos pontuais, a história e as várias modificações pelas quais o edifício passou, tentando-se contar a história da cidade a partir deste espaço.

Esta opção de recriar a história do edifício aliada às áreas de exposição vem enriquecer de modo inequívoco a função a que se destina este espaço, sem contudo, vir a colidir com o destaque que deva vir a ser dado a peças a expor futuramente.

Este espaço será uma das valências do museu a instalar no complexo.

ALA NASCENTE

Na ala nascente, para lá dos espaços destinados a gabinetes de apoio, fica a entrada principal aproveitando o portão aberto numa fase posterior à da ocupação pela Inquisição.

Na ala nascente do claustro e no espaço ocupado pelas antigas celas, propõe-se a instalação de um bar com a dupla função de apoio às actividades do Centro e também, como factor, por si só, de atracção de pessoas e animação do espaço.

MURO POENTE

O muro poente que delimita este espaço, procurará ocultar as traseiras das construções contíguas e será preenchido por uma solução encontrada por um artista plástico.

Preservação e musealização de monumentos megalíticos: sua coexistência em área industriais

* EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA

1. INTRODUÇÃO

Todo o Património está, no presente, sujeito às mais diversas ameaças. Dizê-lo não é mais do que repetir um lugar-comum. Mas também é verdade que, um pouco por todo o lado, se começa a fazer ouvir a voz da razão colectiva, num alerta que, em alguns casos, tem o semblante da angústia e, por vezes, da raiva impotente.

De entre os perigos que, a cada hora, se abatem sobre o património, o urbanismo é, por certo, um dos que mais danos pode causar-lhe. Por toda a parte se multiplicam os exemplos. Em muitos casos, as situações são irreversíveis.

Engrossar o coro dos protestos pode ser importante, mas pode, igualmente, tornar-nos actores de um drama de que já antevemos o desenlace final. Não podemos correr, eternamente, o mesmo fado. É tempo de acção. Exactamente porque é cada vez mais tarde, importa olhar de frente o problema. Conhecidos os contornos, há que definir estratégias. Porque uma coisa é certa: teremos de conviver com os múltiplos factores de progresso. Poder-se-á condicionar, controlar, classificar, escrever parágrafos sobre parágrafos de legislação adequada. Porém, a experiência diz-nos que isso só não chega. Impõe-se um pragmatismo célere, porque estamos, verdadeiramente, numa corrida contra o tempo.

Conviver com o progresso é, de alguma forma, conviver com o urbanismo. O mesmo urbanismo que, sendo feito por nós e para nós, acaba, tantas vezes, por ter o efeito de boomerang, de que, fatalmente, seremos as maiores vítimas.

---

* Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense

Não há legislação que substitua a sensibilização de todos os potenciais depredadores do património. Para que não fiquemos no reino das boas intenções, importa educar, sensibilizar, com exemplos, demonstrando, com obra feita, a exequibilidade das ideias.

O que pretendemos com estas palavras nada mais é do que ajudar à reflexão colectiva sobre tão momentoso problema, de que nenhum de nós, quaisquer que sejam as nossas responsabilidades como cidadãos, se pode dissociar. Este é, pois, um modesto contributo, é a nossa experiência, numa área tão específica do património construído como é o património arqueológico megalítico.

2. IMPLANTAÇÃO E VULNERABILIDADE

Ao contrário do que alguns possam pensar, os monumentos megalíticos não se localizam, no Norte do País, apenas em zonas de altitude, em locais, portanto, pouco ou nada urbanizados. Mas, mesmo esses, estão sujeitos aos perigos, sempre iminentes, resultantes da abertura de estradões ou de florestação de grandes áreas.

Ora, porque, nas zonas urbanas, a maior parte dos monumentos megalíticos funerários só existe nas parcas descrições da bibliografia antiga, torna-se ainda mais imperioso preservar os poucos que restaram, como únicos testemunhos de um passado de milénios.

Ao invés do que acontece com estações arqueológicas de grande envergadura, onde as estruturas se estendem por vastas áreas, tal como os Castros ou as estações romanas, os monumentos megalíticos, até porque muitos chegaram até nós bastante degradados, não concitam sobre si, de forma empenhada, as atenções das entidades que, em princípio, deveriam tomá-las à sua protecção, como é o caso das Autarquias locais.

É difícil, de facto, convencer um autarca da importância destes monumentos, até porque, alguns edis, só se interessam, eventualmente, por monumentos que, pela sua espectacularidade aparente, potenciam as visitas de grande número de turistas, eventuais compradores de bugigangas ou consumidores de repastos, em restaurantes de rés-da-estrada.

Entretanto, os factores de vulnerabilidade são, neste tipo de monumentos, de vária ordem, tal como o isolamento (permitindo todo o tipo de vandalismos), o utilitarismo (de que resulta, por vezes, a remoção das lajes dolménicas), o aspecto geral de abandono (que acaba por induzir nos habitantes locais a ideia de que "aquelas pedras" ou aquele "montão de terra" não tem qualquer interesse patrimonial), a ignorância ou o vandalismo, quantas vezes com intuitos velados de evitarem a classificação do monumento, disponibilizando, assim, o terreno para construção de qualquer edifício ou outros fins semelhantes.

Todos os anos tomamos conhecimento da depredação de novos monumentos megalíticos. A título de exemplo, citem-se os casos, de que tivemos conhecimento recente, quanto à região norte do País, da destruição de túmulos megalíticos em Luzim, Penafiel (Vd. "Terras de Vale de Sousa", 5.5.94; "Novas do Vale do Sousa", 13.5.94), em Malhadas (Miranda do Douro), e em Caravelas (Mirandela), devido ao alargamento de um estradão (no primeiro caso) e à acção de máquinas agrícolas (nos dois outros exemplos).

A ignorância, a falta de sensibilização, o vandalismo, a florestação, a construção ou alargamento de vias, o urbanismo e aspectos utilitaristas têm contribuído, em larga medida, para a destruição ou mutilação grave deste tipo de património, a que, em muitos casos, os factores isolamento e inacessibilidade facilitam a impunidade de tais acções.

Obviamente que o estado de abandono a que a maior parte destes monumentos se encontra votada em nada contribui para a sensibilização das populações quanto a um tipo de vestígios, cujo valor é difícil de fazer perceber — a menos que estruturas significativas se evidenciem dos mesmos. Por isso, entendemos que se impõe, no mínimo, um trabalho de identificação e delimitação sumária, com uma referência, sempre que possível, às cronologias, um dos principais argumentos para encarecer a importância de testemunhos que, assim, ganham relevância para as populações locais — afinal as principais guardiãs do seu próprio património.

3. A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

A preservação dos monumentos megalíticos deverá passar por um conhecimento suficiente deste tipo de património, através de inventários adequadamente elaborados. A atitude, que, felizmente, começa a ver-se repetida, da criação de Serviços de Arqueologia municipais, é um passo importante para se manter uma vigilância permanente sobre os monumentos inseridos nas áreas de gestão camarária. A recente obrigatoriedade de elaboração dos "Planos Directores Municipais" (PDM) tem permitido que a componente arqueológica tenha lugar nesses documentos de tão grande importância na planificação gestionária das áreas municipais. Infelizmente, porém, na maior parte dos casos, não foram chamados técnicos abalizados para darem os seus pareceres e, mais do que isso, para realizarem prospecções convenientes no sentido de se elaborarem listagens e implantações dos monumentos e sítios arqueológicos, a que deveriam ser acrescidos outros elementos, tais como referência à sua importância, e eventuais propostas de classificação.

A política de preservação, porém, deve possuir, também ela, uma leitura pragmática da realidade. É esse realismo, aliado ao bom senso, que deverá

determinar que tipo de preservação deve ser feito, o que preservar e como preservar.

A preservação integrada passa pela elaboração de projectos coerentes em que os monumentos se insiram em espaços onde coexistam outros sítios classificados, parques nacionais ou naturais, áreas de paisagem protegida, ou, ainda, zonas urbanas ou industriais.

A construção dos monumentos megalíticos foi a primeira forma de apropriação do espaço por parte do Homem, marcando a paisagem, delimitando territórios, definindo referências. Por isso, ao trabalhar-se, hoje, na preservação, na protecção e na musealização deste tipo de monumentos, dever-se-á ter presente esta realidade original, evitando-se alterá-la, tanto quanto possível.

A dialéctica monumento/espaço passa pela captação de uma área suficientemente ampla, sempre que queiramos que a leitura do monumento se aproxime da visão primitiva do mesmo. Daí que o tratamento que vise a valorização dos túmulos megalíticos deva ter em conta um grande conjunto de factores, decorrentes da sua própria especificidade. A conservação deverá ter em conta o monumento no seu todo, isto é, o tumulus, a estrutura dolménica (simples ou complexa), estruturas adjacentes e vestígios de arte, tanto gravuras, como pinturas. Não é fácil trabalhar, de forma harmónica e interactiva, todos estes componentes, a que poderíamos juntar a protecção dos cortes estratigráficos. Esta problemática não tem sido tratada a nível nacional de forma objectiva, apesar de várias experiências terem proposto algumas soluções interessantes. Cremos que uma reunião de vários especialistas dedicados ao estudo do património arqueológico bem podia ser um forum onde tal debate pudesse ter lugar[1].

A musealização *in situ*, dos monumentos megalíticos coloca, pois, alguns problemas. Propõem alguns que, após os trabalhos de escavação, devem os túmulos ser novamente cobertos com terra, ocultando-se as estruturas e refazendo-se a calote tumular[2]. É evidente que esta é uma forma de protecção — a mais radical. Simples, económica e isenta de problemáticas.

---

[1] Surpreendentemente, e por razões estranhas e nada convincentes, esta problemática não seria abordada no período reservado à discussão das comunicações apresentadas durante o Encontro, apesar de, na assistência, haver interessados em iniciarem, por aí, o período de debate. Não podemos deixar de lamentar tal atitude, no mínimo estranha, que, sem argumentos consistentes, acabou por marginalizar questões atinentes à Pré-história, com uma única comunicação presente, numa panorâmica que privilegiou variados aspectos relacionados com a romanização. Julgamos que se perdeu uma boa oportunidade de se alargar o âmbito da discussão, que, naturalmente, haveria de propiciar um salutar enriquecimento mútuo, já que, como demonstrámos, a arqueologia urbana não é exclusiva das estruturas conotadas com o mundo romano!..

[2] Foi este o procedimento aplicado à Mamoa 3 da Abogalheira (Serra da Aboboreira), Amarante, após a escavação que, em co-autoria com o Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge, ali efectuámos, em 1990. Recorde-se que esse túmulo não revelou quaisquer estruturas com interesse. Nestes casos, parece ser esta a prática mais aconselhada.

Com ela apaga-se toda a marca da intervenção científica, ocultam-se os vestígios, tumula-se a informação que a própria escavação fornecera. É certo que, perante vários exemplos conhecidos, seria preferível que assim se tivesse procedido. Mas será esse o melhor processo, quando os monumentos revelam estruturas importantes, potencialmente esclarecedoras, não só para especialistas, mas também para o grande público? Por que não soterrar os Jerónimos, ou a Batalha, ou a modesta igreja românica, perdida, algures, na úbere paisagem nortenha? Claro que esta ideia não é mais do que uma caricatura, que joga no absurdo. Com ela pretendemos tão só defender a ideia de que há monumentos megalíticos dignos de serem musealizados, isto é, de se lhes conceder uma particular atenção, integrando-os na paisagem, protegendo as estruturas, dinamizando a sua observação e — pormenor de grande importância — exercendo sobre eles uma atenção continuada de manutenção.

Sempre que justificado, o trabalho de escavação deve prever a possibilidade de valorização do respectivo monumento. A intervenção que realizámos na Mamoa da Eireira (Afife), concelho de Viana do Castelo, é disso um bom exemplo.

E se, em Afife, estamos perante uma localização de privilégio, com uma implantação junto de uma estrada internacional, já nos poderemos questionar quanto às atitudes a tomar quanto a monumentos situados em zonas de altitude, em zonas serranas. A nossa experiência diz-nos que, também aqui, é possível o tratamento dos monumentos, de forma a merecerem as atenções e respeito das populações locais. Os melhores testemunhos vêm-nos da Mamoa 1 de Chão de Brinco (Serra de Montemuro), concelho de Cinfães e da Mamoa 1 de Feirão/Felgueiras, numa extremidade da mesma Serra, embora no concelho de Resende, onde trabalhos de restauro foram efectuados, tendo-se mantido em perfeitas condições de conservação até ao momento em que redigimos estas linhas.

4. OS MONUMENTOS MEGALÍTICOS E A SUA COEXISTÊNCIA COM O ESPAÇO URBANO

Não são muitos, actualmente, os monumentos megalíticos existentes no tecido urbano de qualquer cidade, vila ou aldeia. Como é sabido, a própria expansão urbanística provocou a destruição quase total desses vestígios. Alguns exemplos, contudo, ainda podem ser referidos.

No Norte do País, um dos casos mais conhecidos, é o dólmen da Barrosa, Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha. Embora inserido no terreno murado de uma quinta, este "monumento nacional" encontra-se a escassos metros de uma estrada bordejada de construções, algumas delas de edificação recente.

Fala-se na urbanização da área onde se implanta aquele bem conservado testemunho. Algumas reacções se fizeram já sentir, tentando impedir que o dólmen acabe por se integrar no novo espaço urbanizado. Será correcto que assim aconteça? Dever-se-á impedir o projecto de urbanização? Ou será de propor o estudo de integração do monumento no complexo urbanístico, de acordo com estudos conjuntos entre o IPPAR, arquitectos e Autarquia? Como sabiamente sentencia o nosso povo: "se não os podes vencer, junta-te a eles"!...

Em Vile, a curta distância da Barrosa, uma mamoa, algo destruída, encontra-se numa área urbanizada, tendo-se permitido que as instalações de uma oficina de mecânica automóvel lhe ficasse adossada, pelo lado nascente. Os seus proprietários pretendem arrasar a mamoa, para alargar as instalações. Alguns habitantes locais opõem-se, tendo-o já manifestado à Direcção Regional do Porto do IPPAR. Como gerir este conflito?

Somos de parecer que a política de diálogo e bom senso é a única possível, desde que esta pressuponha uma dinâmica capaz de impedir a inoperância.

Uma situação recente (1993) pode ser apontada como o caso mais lamentável relativamente à área onde o nosso projecto de investigação se desenvolve. Segundo informações que nos foram transmitidas enquanto decorria o "Encontro", devido a um conjunto de vicissitudes, que não gostaríamos de aqui tornar públicas, foi dada autorização para que uma máquina escavadora procedesse à abertura de arruamentos na localidade de Lamas, concelho de Braga, numa zona em expansão urbanística. Essa mesma máquina viria a destruir parte de uma mamoa e o respectivo dólmen, ainda completo, segundo nos foi confirmado por pessoa responsável. Não obstante alguns cuidados prévios, no sentido de se obterem informações quanto à importância do vestígio, que não estava inventariado, haveria o monumento de ser sacrificado, à falta de um parecer de especialista naquela área cultural. Posteriormente, proceder-se-ia a uma intervenção de emergência, por parte do IPPAR, sem que fossem salvaguardados os legítimos interesses do investigador, cujo projecto abrange aquela área. Uma vez mais, não foram contactados os investigadores directamente ligados ao estudo do megalitismo, atitude estranha, que acabaria por lesar, de forma irrecuperável, este tipo de património. Perdeu, assim, a cidade de Braga a rara oportunidade de enriquecer o seu conjunto arqueológico com um bom exemplar de arquitectura megalítica, que corresponderia a uma das marcas mais remotas da presença humana neste concelho[3].

[3]Trata-se do nosso próprio projecto, em que a província do Minho é uma das áreas de incidência preferencial. Por tal razão, vimo-nos na contingência de apresentar a questão ao Departamento de Arqueologia, que, obviamente, nos concederia total razão, aguardando-se, entretanto, uma decisão final.

5. MONUMENTOS MEGALÍTICOS EM ÁREAS INDUSTRIAIS

Se bem que, de alguma forma, as áreas industriais possam ser consideradas como zonas urbanísticas, as suas características particulares levam-nos a conceder-lhes uma abordagem independente. De facto, os pólos industriais vêm sendo, modernamente, planeados para espaços algo distantes das povoações, procedendo-se à criação prévia de infra-estruturas, tais como criação de arruamentos, implantação de colectores de saneamento, além de tubagens de luz, telefones e água. Deriva daqui uma grande movimentação de terras, quer para os trabalhos referidos, quer para a terraplanagem do próprio loteamento.

Na área industrial de S. Romão do Neiva (Viana do Castelo) tivemos oportunidade de intervir em dois monumentos megalíticos, que acabariam por ter destinos diferentes. Num caso (S.R. do Neiva 1), a estrutura dolménica, resultante da aquisição de uma parcela de terreno, para ampliação do espaço circundante, ficou inserida no terreno de logradouro ajardinado de uma unidade fabril já em laboração ("Neivatex"). A escavação e recuperação do monumento foi realizada com o apoio da referida empresa, que se comprometeu a preservar aquele vestígio pré-histórico, aliás de grande interesse científico.

A pequena distância, na nova zona industrial, viríamos a realizar (Páscoa de 1993) uma acção de emergência, a pedido do IPPAR, numa mamoa, bastante violada, existente num lote adquirido para implantação de uma outra unidade fabril. Realizada a escavação, emitimos um parecer que não inviabilizava a referida construção, dado que o monumento não possuía quaisquer estruturas líticas significativas, tendo-se recolhido todos os dados possíveis.

Um outro exemplo vem-nos de Castelo de Paiva, no Douro Sul. Para a zona de Carvalho Mau, local onde se implantava um núcleo de 3 mamoas, foi prevista a construção de uma fábrica, pelo que o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro nos solicitou uma intervenção de emergência naqueles monumentos. A escavação viria a revelar dados de grande relevância, mormente nas Mamoas nºs 2 e 1. Nesta última ocorreria, mesmo, a maior quantidade de cerâmica decorada detectada em um só túmulo megalítico do Norte de Portugal. Por isso, e pelas estruturas reveladas, procurou-se, em articulação com todas as entidades envolvidas (SRA-ZC, arqueólogo, autarquia e proprietários), definir um plano de acção que não viesse a inviabilizar a referida construção. Com a presença do arquitecto, foi proposta uma alteração na implantação dos pavilhões da fábrica, de forma a que os dois monumentos se inserissem na zona de logradouro do espaço fabril. Infelizmente, tempos depois, e sem que se desse cumprimento à cláusula que condicionava os trabalhos de terraplanagem à presença do arqueólogo ou de um técnico do SRA-ZC, foi aquela zona totalmente remexida por máquina escavadora, sob orientação de

um técnico da respectiva autarquia. Tal atitude foi, de imediato, por nós denunciada, participando a ocorrência ao Departamento de Arqueologia, que, em sequência, activou o processo judicial, que, ao presente, ainda decorre.

6. CONCLUSÃO

Pelo exposto, e não pretendendo ser exaustivos, procuramos evidenciar alguns dos aspectos problemáticos que se colocam quanto aos monumentos megalíticos, sua implantação, protecção, valorização e integração.

Cremos que os exemplos apresentados são, só por si, suficientemente elucidativos, e dispensam muitas mais palavras.

Se é certo que há aspectos que são comuns a todos os monumentos megalíticos, não é menos verdade que não se pode estabelecer uma matriz única para aplicação generalizada. Cada megálito coloca problemas específicos e alguns obrigam a engendrar soluções bem engenhosas.

A existência de gravuras e, principalmente, pinturas nos esteios dos dólmens pode obrigar a soluções mais complicadas, passando, eventualmente, pela necessidade de coberturas, onde a eficiência anda, quase sempre, arredia da estética (veja-se o caso da Anta Grande do Zambujeiro).

A poluição atmosférica e as chuvas ácidas podem, em certos casos, causar transtornos bem visíveis, como está bem patente nas lajes do dólmen de S. Romão do Neiva 1 (Viana do Castelo), onde o enegrecimento progressivo daqueles suportes megalíticos tem sido por nós registado, com alguma apreensão.

A inserção dos túmulos megalíticos em áreas de paisagem protegida pode permitir que sobre os mesmos exista uma atenção mais cuidada.

Às Autarquias, em articulação com os especialistas nesta área e com o IPPAR, compete um papel importante, porventura decisivo, em relação aos cuidados de manutenção e divulgação. Não podemos, contudo, esquecer que a divulgação carece de um planeamento prévio, sob pena de se tornar contraproducente.

Quisemos, desta forma, estar presentes no I Encontro de Arqueologia Urbana realizado no Norte do País, trazendo algumas achegas numa área um tanto esquecida e, lamentavelmente, quanta vez relegada para segundo plano. Importa que todos os responsáveis tomem consciência da importância que os monumentos megalíticos assumem no contexto do património arqueológico, não só por ser dos mais ameaçados, mas também porque, cada vez mais, surgem estruturas merecedoras de se mostrarem a descoberto, desde que, despidas de preconceitos ou de pré-juízos, as entidades envolvidas e arqueólogos de outras áreas culturais lhes souberem conceder o estatuto de dignidade e de importância, científica e patrimonial, a que há muito fazem jus.

CONCLUSÕES

Conclusões

As conclusões esboçadas na sessão de encerramento do Congresso incidiram sobre os quatro temas genéricos abordados nas sessões, a saber: legislação, financiamento, investigação e musealização.

LEGISLAÇÃO

Dois tópicos dominaram as intervenções sobre o tema da legislação.

Um deles diz respeito à indefinição da Lei de Bases do Património, relativamente à **definição/articulação de competências** das diferentes entidades envolvidas em projectos de intervenção urbana, (Autarquias, IPPAR, Universidades, Associações de Património, privados), no que respeita à realização das escavações e ao seu financiamento.

Um outro tópico recorrente incidiu no reconhecimento de que a arqueologia urbana depende de um **circuito burocrático** excessivamente **pesado e bloqueador**. De facto, os pedidos de autorização de construção, em área urbana, que implicam intervenções arqueológicas, expropriações e conservação de ruínas, exigem um leque variado e complexo de pareceres das diferentes entidades com responsabilidades no património arqueológico.

Em jeito de conclusão foi sublinhada a necessidade de se regulamentar, com urgência, a **Lei de Bases do Património**, que deverá, apontar para a dimimuição da intervenção estatal e para a salvaguarda dos interesses das diferentes instituições públicas e privadas ligadas ao património urbano. Neste sentido, essa regulamentação deverá ter em conta:

1. a *descentralização de competências*, correlativa de uma efectiva responsabilização do Estado, Autarquias e agentes privados;
2. a *simplificação e flexibilização administrativa*, dentro de sistemas a definir;
3. o *respeito pelas situações concretas existentes* nos locais onde existem projectos de arqueologia urbana, protagonizados por diferen-

tes agentes (Universidades, Autarquias, Associações, Gabinetes de Arqueologia camarários, serviços do IPPAR), facto que resulta das circunstâncias concretas que tenham presidido, pontualmente, ao lançamento desses projectos.

4. a *obrigatoriedade dos PDMs municipais incluirem cartas de património.*

Tendo sido afirmado que a Secretaria de Estado da Cultura tinha em preparação uma nova Lei de Bases do Património ficou a Comissão Científica do Congresso encarregada de fazer chegar à SEC algumas sugestões saídas do debate realizado durante o Congresso. O texto produzido, veiculado através da Câmara Municipal de Braga, junto da Directora da Delegação Regional do IPPAR, é apresentado em anexo.

FINANCIAMENTO

Relativamente ao **financiamento** da arqueologia urbana foi destacado que ele deve ser múltiplo, pois comporta não só a realização de escavações, como também o estudo das ruínas, do espólio e sua divulgação e, não raro, a aquisição de terrenos e o restauro e conservação das ruínas. Sendo uma das arqueologias mais complexas ela é, reconhecidamente, uma das mais exigentes em meios financeiros. Forçoso será, por isso, que as diferentes entidades públicas (SEC, autarquias) e privadas (agentes imobiliários), assumam as suas responsabilidades face ao património arqueológico, garantindo que as ruínas, uma vez escavadas, não fiquem abandonadas, ou que os terrenos privados com ruínas de interesse reconhecido, não permaneçam anos em situações indefinidas.

Neste sentido, foi salientado que:

1. a Lei de Bases do Património deverá definir como *obrigatória a comparticipação dos proprietários no custo das intervenções arqueológicas*, com a garantia de que tal comparticipação deve ter efeitos fiscais.
2. a expropriação e valorização dos terrenos com ruínas de interesse reconhecido cabem à SEC e às autarquias, que devem assumir *de facto* as suas responsabilidades.

INVESTIGAÇÃO

Sendo a arqueologia urbana extremamente complexa, pois envolve a escavação e estudo de longas sequências de ocupação, carente em meios

humanos e financeiros, pouco salvaguardada do ponto de vista legal e, finalmente, mal compreendida pois colide, mais do que qualquer outra, com interesses económicos poderosos, ela traduz-se, num cômputo global, por resultados marcadamente heterogéneos, em termos da sua contribuição para o estudo da evolução das nossas cidades.

Constata-se que a grande maioria das intervenções urbanas realizadas no nosso país são ocasionais, não ultrapassando o carácter de emergências, ou salvamentos, raramento existindo condições para se proceder a uma programação de trabalhos arqueológicos, com vista a resolver problemas de investigação. Sendo indispensáveis, as emergências e salvamentos pelo seu carácter pontual e desarticulado, em termos de tecido urbano, mais não fornecem que ilhéus de informação truncada, que carece de ser ulteriormente inserida e compreendida numa visão de conjunto das diferentes fases de desenvolvimento urbanístico das cidades. Tal facto, exige que as equipas de intervenção urbana não existam apenas para escavar, mas fundamentalmente para estudar e para prevenir futuras situações de emergência.

Foi opinião unânime dos congressistas que a *arqueologia urbana* considerada ainda, basicamente, como uma arqueologia de circunstância, *deverá tornar-se uma arqueologia de projecto* com objectivos bem definidos.

MUSEALIZAÇÃO

Das intervenções relativas à musealização ressaltou o carácter conflituoso da relação ruínas/meio urbano. Neste sentido, foram levantadas várias questões, designadamente, se se justifica trazer as ruínas à convivência das populações, quando estas não as sentem como suas, se é aceitável manter visíveis as ruínas, quando estas se apresentam como ilhéus isolados, cortada que está, na maioria das vezes, a sua relação com outros núcleos?

Embora nenhuma destas questões pareça ter uma resposta simples, ou única, foi salientado que as soluções deverão ser encontradas caso a caso, tendo em conta a sensibilidade das populações e autarquias, o carácter das próprias ruínas e os meios efectivos disponíveis por parte das entidades responsáveis.

Outra das questões levantadas, relaciona-se com a responsabilidade da decisão do que? e como? deve ser preservado. Da discussão esboçada depreende-se que, embora caiba ao arqueólogo emitir pareceres sobre o valor das ruínas escavadas, não lhe pode caber decidir quanto à sua conservação, pois as múltiplas responsabilidades que tal processo acarreta só podem ser assumidas, de facto, pelas instituições públicas (Estado e autarquias).

Anexo

A filosofia da Lei de Bases do Património deve apontar genericamente para a *descentralização, diminuindo a intervenção estatal, facilitando os trâmites administrativos e salvaguardando os interesses das diferentes instituições públicas e privadas* ligadas ao Património.

No que se refere à Arqueologia a Lei deve prever a realização de protocolos com municípios que possuam Gabinetes de Arqueologia, com Museus de Arqueologia, Universidades, Associações de Património, através dos quais possam ser definidas competências e responsabilidades das diferentes partes envolvidas.

Apresentam-se algumas sugestões relativamente a aspectos que a Lei deveria contemplar.

1. A Lei de Bases do Património deverá consignar a *existência de Conselhos Superiores Nacionais e Regionais de Arqueologia*, independentemente do Conselho Consultivo do IPPAR. Esses Conselhos deverão estar dependentes da Presidência do Conselho de Ministros, para facilitar a articulação entre os diferentes Ministérios que têm incidência sobre a Arqueologia e que a podem financiar, designadamente a SEC, o Ministério da Educação, o Ministério do Plano, o Ministério do Ambiente, o Ministério do Comércio e Turismo.

No *Conselho Nacional de Arqueologia* deveriam estar representadas várias instituições, designadamente o IPPAR, as Universidades, os Museus de Arqueologia, Associações de Municípios, Associações de Património.

A este *Conselho* caberia:

— pronunciar-se sobre a regulamentação da Lei de Bases;
— definir políticas gerais e prioridades nos âmbitos da investigação, conservação e divulgação do património arqueológico;
— definir políticas e formas de financiamento interministerial para o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (investigação, inventário e valorização).

Nos *Conselhos Regionais de Arqueologia* deveriam estar representadas as Delegações Regionais do IPPAR, Universidades, Museus, Associações e Gabinetes de Arqueologia municipais.

A estes *Conselhos* caberia:

— definir políticas regionais para a investigação, salvaguarda e divulgação do património;
— estimular a realização de projectos de âmbito regional;
— promover iniciativas para o desenvolvimento da arqueologia;
— coordenar intervenções de âmbito regional, relativamente aos imóveis classificados, que envolvem diferentes instituições;
— propor classificações e áreas de protecção dos monumentos.

2. A *Lei de Bases do Património deverá definir claramente as competências relativamente às intervenções arqueológicas resultantes de obras que venham a acarretar situações de acompanhamento, emergências e salvamentos.*

Essas competências deverão ser estabelecidas através de protocolos a celebrar entre o IPPAR e outras instituições creditadas, que possuam reconhecidas condições para efectuar trabalhos arqueológicos, como poderá ser o caso das Câmaras com Gabinetes de Arqueologia, Museus, Universidades e Associações com projectos de investigação arqueológica.

Em regiões em que esta situação não se verifique, tais competências serão acometidas aos serviços do IPPAR.

3. A *Lei de Bases do Património deve definir como obrigatória a comparticipação dos proprietários no custo das intervenções arqueológicas*, importando salvaguardar que:

— tal comparticipação deverá ter efeitos fiscais;
— caso apareçam ruínas, cujo interesse justifique a sua conservação deverão ser encetadas negociações com os proprietários, relativamente à sua integração, compra ou expropriação dos terrenos, devendo prever-se indemnizações pelos prejuízos acarretados.

Esta cláusula deve aplicar-se prioritariamente a locais classificados, em vias de classificação, áreas de protecção, ou outras consignadas nas cartas de património dos PDMs.

Noutras situações em que as obras ponham a descoberto vestígios arqueológicos, o pagamento das intervenções deverá ser estabelecido, caso a caso, entre as intituições envolvidas.

Índice

Editorial 3
Nota de Abertura 5

Legislação

— Aspectos de Legislação em Portugal e na Europa ..... *Fernando C. de Sousa Real* 9
— Gabinete de Arqueologia da CMB: relato de uma experiência ..... *Nuno Alpoim* 15
— Legislação versus protecção do Património ..... *Isabel Costeira* 19

Financiamento

— Recuperar a memória das cidades: o financiamento da arqueologia urbana ..... *Francisco de Sande Lemos* 29
— Reflexões sobre a actividade arqueológica nos anos 90, em zonas de expansão urbana no Norte do País ..... *Lino Augusto* 37
— Arqueologia urbana em Portugal ..... *António Carlos Silva* 43

Investigação em Meio Urbano

— Arqueologia nas cidades ..... *Jorge Alarcão* 59
— Memórias do salvamento de Bracara Augusta ..... *Henrique Barreto Nunes* 63
— Dezasseis anos de arqueologia em Braga ..... *Manuela Martins, Manuela Delgado, F. Sande Lemos e Jorge Alarcão* 71
— Intervenção arqueológica municipal no Porto ..... *Maria Isabel N. Pinto Osório e António Manuel S. P. Silva* 87
— Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia ..... *Joaquim Gonçalves Guimarães* 103
— Arqueologia Urbana em Santarém ..... *Catarina Viegas* 127
— Arqueologia Urbana de Lisboa ..... *Clementino Amaro* 139
— Cascais: um projecto de investigação em Arqueologia Urbana ..... *João Cabral, Guilherme Cardoso e José D'Encarnação* 151
— Arqueologia Urbana na Amadora ..... *Jorge Augusto Miranda* 161
— A Arqueologia Industrial ..... *José Manuel Lopes Cordeiro* 169
— Breve nota do criptopórtico de Olisipo e da possível localização do «forum corporativo» ..... *José Cardim Ribeiro* 191

— Rua da Judiaria (Almada) ..... *Luís de Barros, Paulo Espírito Santo e Luís Pequito Antunes* 201

— O Castelo de Alcácer do Sal ..... *António Cavaleiro Paixão, João Carlos Faria e António Rafael Carvalho* 215

— Conservação, salvaguarda e valorização dos sítios arqueológicos em meio urbano *Filomena Barata* 265

— Profissões em S. Romão do Sado entre 1665 e 1697 ..... *Maria Cristina Neto* 277

Musealização

— Preservação e valorização de ruínas arqueológicas em meio urbano ..... *Adília Moutinho Alarcão* 281

— Musealização do Forum de Sellium ..... *Maria La Salete da Ponte* 285

— Adro do Castelo de Soure. Arqueologia e Arquitectura ..... *Artur Côrte-Real e José António Bandeirinha* 299

— O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga *Isabel Silva, Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro* 313

— O Pátio da Inquisição (Coimbra) ..... *Helena Frade e José Carlos Caetano* 319

— Proposta de intervenção no Pátio da Inquisição (Coimbra) ..... *Cristina Osório* 345

— Preservação e musealização de monumentos megalíticos: sua coexistência em área industriais ..... *Eduardo Jorge Lopes da Silva* 349

Conclusões 359

Composição e impressão:
Editora «Correio do Minho»/S.M.
4703 BRAGA CODEX

600 exemplares

Depósito legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como o seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que, com o presente fascículo, alcança já 110 números, repartidos em 45 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 a 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do P.e Professor Dr. António Manuel de Sousa Fernandes.

Os coleccionadores que porventura só puderem obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II Volume, devem considerar a sua colecção completa em relação à **Revista Bracara Augusta.**

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Bracara Augusta — Revista de Regionalismo e História
Cadernos de Arqueologia — Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa
Cenáculo — Revista da Faculdade de Teologia
Forum — Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho
Itinerarium — Revista de Cultura
Mínia — Revista da ASPA (Associação para a defesa, estudo e divulgação do património cultural)
Revista Portuguesa de Ciências da Educação — Instituto de Ciências da Educação e Psicologia da Universidade do Minho
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga
Theologia — Revista de Estudos Eclesiásticos

Aceitam-se Permutas c/ a Revista Bracara Augusta